

2014

COMUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA
ÁFRICA AUSTRAL
DIRECTRIZES DE CONSERVAÇÃO
TRANSFRONTEIRIÇA: O estabelecimento e o
desenvolvimento das iniciativas de TFCA entre os
Estados Membros da SADC



Kevan Zuncknel

Zunckel Ecological + Environmental
Services

9/1/2014

Agradecimentos

O Secretariado da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) Direcção de Serviços de Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais (FANR) desempenhou um papel de supervisão do projecto, enquanto o Governo da República da Alemanha através do Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) deu apoio financeiro para a elaboração destas directrizes.

Um grande número de praticantes da TFCA em vários níveis de gestão em todos os Estados Membros da SADC participaram e engajaram-se no processo de elaboração das Directrizes, proporcionando uma visão obtida a partir de conhecimentos, experiências e perspectiva local, o que assegurou que as directrizes se tornassem práticas e realistas, sendo ao mesmo tempo adequadas para a região da SADC. Uma referência específica é feita aos casos de estudo que foram fornecidos para destacar ou enfatizar aspectos destas directrizes que podem ser consideradas como boa prática, devido aos resultados positivos obtidos nas actividades relevantes. Estes foram inseridos em tabelas integradas no texto das secções relevantes.

Também é reconhecido o trabalho do Grupo de Especialista de Conservação Transfronteiriça da Comissão Mundial de Áreas Protegidas IUCN, pela realização da revisão geral das directrizes (Sandwith et al, 2001), um processo que decorre simultaneamente com o processo da SADC e, portanto, proporcionando a oportunidade de assegurar a sinergia e a nidificação do trabalho regional no contexto mais amplo do esforço global, reconhecendo ao mesmo tempo a oportunidade para uma maior especificidade, sempre que possível.

Enquanto muitos praticantes de TFCA da SADC contribuíram para a compilação destas directrizes através de comentário sobre os projectos e/ou participando em inúmeros workshops que foram ministrados no processo (ver Anexo A), os seguintes são aqui reconhecidos por contribuições específicas:

Niel Lubbe, Professor da Faculdade de Direito da Universidade North West, África do Sul, pela compilação das secções relacionadas com o quadro jurídico e políticas (Secções 3 e 6.2.1.1). **Piet Theron**, Coordenador Internacional para o Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo, pela compilação da Secção 4.8. e pela revisão crítica projecto. A **Peace Parks Foundation** por garantir o acesso à informação e, em especial, o resumo da Ferramenta de Avaliação de Desempenho, inserido no Apêndice F. **Col. David Peddle**, que anteriormente encontrava-se na Força de Defesa Nacional Sul-Africana cuja função estava ligada à representação da fraternidade de segurança na criação das TFCAs, e que contribuiu para a Secção 7.1.2. **Dr. Tamar Ron**, Chefe da Assessoria Técnica de Biodiversidade do PNUD para o Ministério do Meio Ambiente de Angola, que forneceu informações sobre a TFCA da Floresta Mayombe. **Prof Andrew Nambota**, Director: TFCA, Ministério do Turismo e Artes da Zâmbia por ceder informações sobre as TFCAs do Zimoza e Liuwa Plains - Mussuma no Apêndice D. **Humphrey Nzima**, Coordenador Internacional de Conservação Transfronteiriça nas área Malawi-Zâmbia, pelo caso de estudo da aplicação da lei conjunta na Secção 4.6. **Leseho Sello**,

Coordenador Internacional da Conservação Transfronteiriça na área de Lubombo, pela contribuição nesta TFCA no Apêndice D. **Clara Bocchino**, Coordenadora da AHEAD-GLTFCA, pela análise crítica do projecto. **Dr. Bartolomeu Soto**, Assessor Técnico da SADC e supervisor do projecto, pela análise crítica dos projectos e pelo apoio na implementação.

Sumário Executivo e Princípios mais abrangente para a Criação e Desenvolvimento de TFCA na Região da SADC

A Conservação Transfronteiriça e a criação e desenvolvimento de Áreas de Conservação Transfronteiriça são reconhecidos como um mecanismo apropriado para a execução de uma série de protocolos da SADC relacionados com a conservação e utilização sustentável de recursos naturais. Estas Directrizes foram estruturadas para proporcionar discussões substanciais sobre os princípios da sustentabilidade como ponto de partida. Subsequentemente, foram divididos em três partes onde a primeira parte apresenta os antecedentes e as informações contextuais; mais concretamente as definições como quadro de referência, os benefícios das TFCAs como ferramenta de motivação aos proponentes nas suas iniciativas particulares, uma breve análise da situação actual das TFCAs da SADC, e uma sinopse do quadro jurídico e políticas para o apoio da criação e desenvolvimento de TFCA. A segunda parte concentra-se nos processos que são necessários para o início do processo de TFCA e referem-se especificamente à pré-avaliação e a avaliações de viabilidade, e os requisitos necessários para projectar o processo de implementação se este for considerado uma oportunidade viável. Por último, a terceira parte é destinada a orientação dos processos associados à criação e ao desenvolvimento das TFCAs, os quais são enumerados e discutidos em sequência começando pelo processo de obtenção de aprovação dos participantes, preparação do modelo adequado de regulamentação, definição dos aspectos espaciais da iniciativa (mapeamento), trabalhar no sentido de obter uma visão compartilhada e um plano de gestão conjunta, realização do plano para a sustentabilidade financeira, e por último, o monitoramento e a avaliação.

A introdução estabelece dois princípios primários com base nos quais estas Directrizes foram compiladas, nomeadamente, a necessidade das TFCAs proporcionarem benefícios tangíveis às comunidades afectadas e outras partes interessadas, bem como para exibirem os princípios da sustentabilidade. Enquanto o primeiro princípio constitui um aspecto do último, a necessidade do foco na sustentabilidade é crítica em face das tendências relacionadas com a exploração excessiva em geral e a má gestão dos recursos naturais nos Estados Membros da SADC, principalmente como resultado da desconexão que se desenvolveu entre as pessoas e o seu ambiente natural. Estas Directrizes visam restaurar essa conexão enraizando o valor do ambiente natural nas pessoas e aos seus meios de subsistência. A medida que as ameaças das projecções climáticas tornam-se cada vez mais reais, a necessidade da SADC de fortalecer a integridade da base de recursos naturais torna-se cada vez mais urgente.

Esforços anteriores no sentido de garantir a utilização sustentável da base de recursos naturais da SADC encontram-se registados em vários protocolos, tais como “Wildlife Conservation and Law Enforcement, Shared Watercourses, and Forestry” (Conservação da Fauna e Aplicação da Lei, Cursos de Água Compartilhados, e Florestal). Embora estes instrumentos forneçam definições sólidas, por outro lado, estão desactualizados e deverão ser revistos. Deste modo, estas Directrizes identificaram

um processo paralelo que ocorre na escala global em que a IUCN encontra-se a fazer a revisão e a actualização das suas Directrizes de boas práticas no domínio da Conservação Transfronteiriça, e as definições registadas neste processo foram usadas como base para as definições pertinentes a estas Directrizes. Foram incluídas definições para os vários tipos de TFCAs, bem como os vários instrumentos e mecanismos de governação, e também foi incluído um glossário para dar explicações de modo a equilibrar a terminologia utilizada.

Atingir objectivos de conservação numa economia em desenvolvimento, onde a pobreza e a falta de serviços básicos reflectem o panorama sócio-económico dominante é um grande desafio. Nestas circunstâncias, é essencial que os proponentes de TFCA sejam capazes de identificar o conjunto de benefícios potenciais que serão obtidos e a integridade da base de recursos naturais dentro da sua área de interesse. Para atingir este fim, as Directrizes fornecem breves discussões e informações contextuais sobre os benefícios ecológicos, sócio-económicos e culturais da gestão colaborativa dos recursos naturais entre as fronteiras internacionais. Além disso, inclui também uma discussão sobre o auxílio prestado pelas TFCAs no reforço da integração regional e os desafios do dia-a-dia da gestão dos recursos naturais, tais como incêndios, espécies exóticas invasoras e caça furtiva. Sugere-se também que onde existe colaboração pode haver partilha de recursos, especificamente em relação à pesquisas e a partilha de conhecimentos e competências, os quais irão servir para melhorar a capacidade da base de recursos naturais de prestar serviços de apoio com uma importância vital, que ajudam a melhorar a resiliência sócio-económica.

Tendo em conta os aspectos teóricos acima, as Directrizes incluem uma breve análise do status quo de dezoito TFCAs da SADC, dirigindo um olhar crítico sobre a sua estrutura de governação e, em que medida as avaliações de viabilidade ajudaram a projectá-las e definiram o trajecto para a sua criação e desenvolvimento. Também são fornecidas informações sobre as principais razões da sua existência, os benefícios obtidos, e todos os planos de viabilidade de longo prazo. Em resumo, esta avaliação do status quo revelou que enquanto a viabilidade geral das TFCAs da SADC pode parecer óbvia para os proponentes e praticantes, esta ainda não foi avaliada objectivamente e que o financiamento dos doadores é a principal fonte para a obtenção de recursos necessários para a sua criação e desenvolvimento. Também, o facto de que estas iniciativas continuaram a concentrar-se no valor intrínseco da biodiversidade e no potencial do ecoturismo como motivação da sua existência, deixa muito espaço para melhorias em termos de implementar o seu valor sócio-económico. A capacidade limitada de rastrear e avaliar até que ponto as TFCAs geram benefícios concretos para as comunidades afectadas agrava esta situação e destaca a necessidade da implementação de mecanismos de monitoramento e avaliação robustos.

Este resumo já aludiu ao facto de que os Protocolos relevantes da SADC fornecem um quadro jurídico e políticas sólidas para a criação e desenvolvimento das TFCAs, mas que este quadro requer uma análise e actualização. Para este efeito, as definições e os princípios incluídos nestas Directrizes podem ser usadas para influenciar a revisão desses protocolos. No entanto, na escala mais restrita de iniciativas específicas da TFCA é possível que quadros legais e políticas específicas de cada país podem apresentar áreas de conflito que exigem esforços para obter a harmonização. Em caso de existência de conflitos nos quadros legais e políticas e, não sendo possível a harmonização, a viabilidade da TFCA terá de ser questionada. Um dos aspectos de gestão de recursos naturais que se

apresentam como potencialmente tendo um impacto significativo nas políticas harmoniosas é o uso consumptivo. A caça e o comércio legal de produtos da fauna há anos contribui para a geração de um valor atribuído aos recursos naturais dentro dos Estados Membros da SADC, mas com alguma proibição da caça e o debate prolongado relacionado com a legalização do comércio de marfim e do chifre do rinoceronte, muito trabalho precisa ser feito nesta e noutras arenas para garantir a harmonização.

É importante reconhecer que as TFCAs são geralmente iniciadas por praticantes de conservação da biodiversidade para quem a relevância ecológica de trabalhar de forma colaborativa entre fronteiras internacionais faz todo o sentido. Além disso, também é importante reconhecer que, enquanto a viabilidade ecológica de uma TFCA requer pouca investigação, há muitos outros aspectos que necessitam de uma avaliação aprofundada do ponto de vista de viabilidade. Estas Directrizes fornecem informações sobre esses aspectos e como os proponentes devem fazer a abordagem da sua avaliação, a fim de proporcionar uma compreensão objectiva da extensão em que o meio receptor é propício para a criação e desenvolvimento de uma TFCA. Para auxiliar no processo de avaliação da viabilidade de uma TFCA potencial foi incluída uma 'ferramenta de diagnóstico desenvolvida pelo Grupo de Especialista de Conservação Transfronteiriça da Comissão Mundial de Áreas Protegidas IUCN. A ferramenta também pode ser aplicada retroativamente onde essa avaliação não tenha precedido a implementação do processo TFCA como um meio para ajudar a identificar e a entender melhor a dinâmica que prevalece e as barreiras que podem estar a retardar o progresso. A seguir a isto, adquire-se uma maior capacidade para realizar o plano de implementação, ou então para fazer a revisão dos planos de implementação com base na avaliação retrospectiva.

O cerne destas Directrizes são os aspectos relacionados com a criação e o desenvolvimento de TFCAs, se bem que estes aspectos desenvolvem-se e funcionam em conjunto com os aspectos da avaliação de viabilidade discutidos acima. Noutras palavras, quanto mais completos forem os aspectos de viabilidade, mais fácil será passar para os aspectos relacionados com a criação e desenvolvimento, e mais sucesso terão. A discussão começa com recomendações associadas ao processo de aprovação das partes interessadas e reconhece-se que há vários grupos que se formam em diferentes esferas de governação e influências, ou seja, política, técnica e local. Reconhece-se que estas esferas são todas importantes na sua capacidade de influenciar e contribuir para o sucesso do processo da TFCA e, embora sejam apresentados e discutidos nesta ordem, isso não sugere uma sequência de importância e/ou do processo.

No processo de determinação de um instrumento de governação e mecanismos adequados, recomenda-se que a dinâmica que impera dentro de cada processo TFCA seja usada para guiar este aspecto. Enquanto um certo grau de padronização faria sentido na escala regional, as boas práticas globais recomendam que a flexibilidade é um princípio importante a seguir e que, enquanto uma estrutura de governação pode funcionar bem para algumas TFCAs, outras podem ser mais adequadas em outros lugares. Também se reconhece que um processo de evolução a partir de estruturas que podem ser mais informais para estruturas que são mais formais e juridicamente vinculativas também são relevantes e que o melhor é permitir que esses processos evolutivos ajudem a construir instrumentos de governação e mecanismos que são mais adequados para circunstâncias específicas.

Pode parecer fora de propósito falar de mapeamento, neste ponto do processo em que a maioria dos processos TFCA começam com a identificação de parcelas de terra que podem ser usadas para trabalhar em conjunto entre fronteiras internacionais, no entanto, este aspecto é discutido neste estágio do processo por uma boa razão, mas também se reconhece que algumas linhas no mapa são necessárias a fim de facilitar os processos de iniciação, bem como os de criação e desenvolvimento. Embora possa ser verdade que os proponentes e praticantes da TFCA são capazes de ter uma visão mais ampla, a nível técnico, há muitos outros aspectos que devem ser considerados e, portanto, é necessário ter muito cuidado ao traçar linhas num mapa que inclui terras que fazem parte de outros países. Portanto, é recomendável que qualquer mapeamento associado ao processo de iniciação, criação e desenvolvimento das TFCA também seja considerado como um processo evolutivo com os limites da iniciativa tornando-se mais firmes na medida da evolução do processo. Paralelamente, deve-se considerar os detalhes associados aos limites ou seja, a área que está incluída e a que é adjacente à área em questão, toda a informação é considerada crítica, pois informa todos os outros aspectos discutidos nestas Directrizes.

Supondo que os processos discutidos até este ponto conseguiram obter a aprovação das partes interessadas e que o instrumento de governação relevantes e mecanismos estão no lugar, agora será possível trabalhar de forma construtiva e progressiva para o desenvolvimento de uma visão compartilhada e uma estrutura de gestão que vai ajudar a construir um plano de gestão conjunta. Com este processo e os produtos relacionados que reflectem uma hierarquia de informações que emerge de uma visão compartilhada de longo prazo, por intermédio de objectivos de gestão prioritária de médio prazo que se prendem à metas operacionais específicas e planos de acção que devem ser revistos e actualizados anualmente; Devem todos concentrar-se naquilo que é relevante para a gestão da dinâmica transfronteiriça. Teoricamente, é mais eficiente gerir esta dinâmica em colaboração, mas na realidade os processos necessários para atingir o ponto em que isso pode ser alcançado e mantido podem ser dispendiosos. Por isso, é essencial que esse foco seja mantido e que os benefícios teóricos sejam obtidos o mais rapidamente possível, para que todo o esforço seja justificado e a viabilidade da iniciativa seja comprovada.

Em relação à viabilidade das iniciativas da TFCA entre os Estados Membros da SADC já foi mencionado neste resumo que o financiamento dos doadores é um contribuinte significativo no presente momento. Há também exemplos dentro da SADC, onde uma série de iniciativas falharam porque o financiamento dos doadores não estava disponível para além da fase inicial de implementação. Como também já foi mencionado, a maioria das TFCA da SADC não conseguiram se posicionar no contexto sócio-económico mais amplo no qual estão localizados. Por outras palavras, estes ainda não realizaram uma avaliação completa do conjunto de bens e serviços do ecossistema produzidos e apresentados como resultado de uma gestão sustentável da base de recursos naturais dentro dos seus limites. Como tal, a sua existência pode ser facilmente posta em causa à luz de outros imperativos do desenvolvimento. Assim, além da necessidade dos planos de viabilidade financeira de longo prazo serem postos em prática, as TFCA da SADC também devem fundamentar melhor a sua existência em virtude da sua contribuição para a subsistência das comunidades afectadas e para as economias dos países de acolhimento.

É importante que os processos discutidos nestas Directrizes sejam vistos como sendo cíclicos e iterativos, cada um com mecanismos de feedback dentro e entre eles que ajudam a informar e a melhorar tanto as etapas anteriores como as etapas subsequentes. Neste contexto, o aspecto de

monitoramento e avaliação é um aspecto extremamente importante na medida em que se destina a garantir a reflexão regular da medida em que a iniciativa está a suceder no alcance dos seus objectivos e no processo de se estabelecer. Existem muitos processos que foram desenvolvidos pela 'conservation fraternity' a nível mundial destinados a ajudar os gestores das áreas protegidas a avaliar a eficácia da sua gestão, bem como outros gestores numa escala mais alargada das TFCAs. A rede da TFCA da SADC embarcou num processo de desenvolvimento e implementação de um sistema conhecido como Ferramenta de Avaliação de Desempenho. Recomenda-se que esta ferramenta seja aplicada em todas as TFCAs da SADC, segundo o seu propósito, e que através do seu desempenho o rastreamento será possível em todos os Estados Membros da SADC, e a própria ferramenta será submetida à revisão e melhorias, em última análise, para garantir que as TFCAs da SADC sejam bem administradas e que apresentem resultados dos seus benefícios potenciais.

Por último, estas Directrizes apresentam os seguintes princípios mais abrangentes com os quais a iniciação, criação e desenvolvimento das TFCAs da SADC poderão ser comparadas. Esta lista não é definitiva, mas serve como uma base sobre a qual outros princípios relevantes podem ser acrescentados consuante o tempo.

- Os princípios de sustentabilidade devem estar no centro demonstrando a sustentabilidade ecológica e a persistência dos recursos da biodiversidade relacionados com os ecossistemas a serem conservados, oferecendo benefícios tangíveis às comunidades afectadas e demonstrando uma grande relevância sócio-económica em termos de bens e serviços do ecossistema que são produzidos e entregues, e administrados de forma eficiente, e ao mesmo tempo, otimizando a sua relevância económica e as oportunidades de geração de renda.
- A avaliação objectiva da pré-viabilidade e da viabilidade deve testar a capacidade das TFCAs potenciais, de modo que, se as iniciativas forem potencialmente viáveis, o seu processo de criação seja baseado e seja bem informado pelos estudos de viabilidade.
- O processo de criação e desenvolvimento de TFCAs engloba uma série de passos essencialmente sequenciais, mas que podem se sobrepor substancialmente, assim como podem sustentar-se de forma iterativa, com cada iteração a melhorar o passo seguinte e o processo como um todo. Como tal, o processo não deve ser considerado completo, mas sim evolutivo num ambiente complexo e dinâmico em que os praticantes devem manter-se vigilantes e serem capazes de responder de forma adaptável.
- Os processos da TFCA devem procurar ser totalmente inclusivos de todas as partes interessadas e construir relações fortes de confiança através da facilitação de processos de divulgação abertos, transparentes e completos, tomando em conta os desafios da comunicação perante as diferenças de línguas, culturas, percepções, experiências históricas e regimes políticos.
- A soberania, os direitos à terra e o acesso aos recursos, naturais e culturais, devem ser respeitados a todo o momento.
- Estas Directrizes reflectem o entendimento actual do que é considerado boa prática, tanto a nível global como na região da SADC e estas deverão ser revistas e actualizadas depois de um máximo de dez anos de aplicação.

Note-se que, para além dos princípios gerais acima discutidas, cada uma das sub-secções das discussões nas partes 2 e 3 das Directrizes são concluídas com uma lista de "Resumo de Directrizes", ou seja, os pontos referentes especificamente à discussão anterior.

Agradecimentos	2
Sumário Executivo e Princípios mais abrangente para a Criação e Desenvolvimento de TFCA na Região da SADC.....	3
1 Introdução.....	18
1.1 Breve Perspectiva Histórica sobre as TFCA's da SADC.....	19
1.2 O objectivo destas Directrizes.....	20
1.3 Os Princípios das Directrizes	21
1.3.1 Benefícios além Fronteiras.....	21
1.3.2 Desenvolvimento Sustentável	22
1.4 O público - alvo destas Directrizes	24
1.5 O Processo de Compilação das Directrizes	25
1.6 A Estrutura das Directrizes.....	25
PARTE 1:.....	26
ANTECEDENTES E INFORMAÇÕES CONTEXTUAIS.....	26
2 Definições.....	26
2.1 Definições do Guia de Boas Práticas de Conservação Transfronteiriça do IUCN	26
2.2 Protocolo da SADC sobre as Definições de Conservação da Fauna e Aplicação da Lei	30
2.3 Definições Aplicáveis às presentes Directrizes	31
3 O Quadro Jurídico e político	33
3.1 Status quo favorável ao quadro jurídico e político	33
3.1.1 Contexto da lei e da política em África	33
3.1.2 Direito e Política da União Africana	34
3.1.3 Direitos e política da SADC.....	37
3.1.4 Convenções Internas.....	40
4 O Valor de Conservação Transfronteiriça para os Estados Membros da SADC.....	41
4.1 Funcionalidade melhorada dos ecossistemas	42
4.2 Resiliência das Mudanças Climáticas	43
4.3 Bem-estar Social e resiliência económica melhorada	44
4.5 Fortalecimento da integração regional.....	47
4.6 Melhor Eficácia na Gestão do Dia a Dia e Aplicação da Lei	48
4.7 Pesquisa coordenada	50

4.8	Partilha de Conhecimentos e Competências	51
5	O Status Quo das Áreas de Conservação Transfronteiriça na Região da SADC	52
5.1	Observações das Informações do Status Quo e Resumo Geral	58
5.2	Recomendações para os Proponentes e Praticantes de TFCA	60
	PARTE 2:	61
	PROCESSOS DE INICIAÇÃO	61
6	INICIAÇÃO DE ÁREAS DE CONSERVAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA	61
6.1	As partes Interessadas e os Protagonistas Relevantes no Contexto da SADC.....	62
6.1.1	Resumo das Directrizes	63
6.2	Avaliação do ambiente favorável.....	63
6.2.1	Aspectos Relevantes para a Avaliação de Pré-Viabilidade	63
6.2.2	Método de Avaliação de Pré-viabilidade	66
6.2.3	Resumo das Directrizes	68
6.3	Avaliação da Viabilidade da TFCA	68
6.3.1	Resumo das Directrizes.....	71
6.4	Concepção do Processo de Implementação	71
6.4.1	Resumo das Directrizes	75
	PARTE 3:	75
	PROCESSOS DE CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.....	75
7	A criação e o desenvolvimento de TFCAs	75
7.1	Garantia da Aprovação e o Desenvolvimento de Legitimidade.....	77
7.1.1	À nível político.....	78
7.1.2	Com Colegas e Órgãos do Estado Relacionados	79
7.1.3	Com as Comunidades Interessadas e Afectadas.....	85
7.1.4	Resumo das Diretrizes.....	87
7.2	Seleção de um modelo adequado de Governação	87
7.2.1	Instrumentos de Governação	88
7.2.2	Mecanismos de Governação.....	89
7.2.3	Resumo das Directrizes	90
7.3	Definição da Extensão Geográfica	90
7.3.1	Resumo das Directrizes	93
7.4	Desenvolvimento do Quadro de Gestão Conjunta	93
7.4.1	Resumo das Directrizes	98
7.5	Refinando o Quadro de Gestão Conjunta.....	99

7.5.1	Resumo das Directrizes	101
7.6	Planeamento para a Sustentabilidade Financeira	102
7.6.1	Resumo das Directrizes	107
7.7	Monitoramento e Avaliação	108
7.7.1	Sistemas de M & A Existentes para TFCAs	109
7.7.2	Resumo das Directrizes	111
Apêndice A: Guia do Processo de Compilação		121
Apêndice B: Os benefícios potenciais de iniciativas TFCA		131
Apêndice C: Exemplos de Bens e Serviços, de acordo com as Categorias da Avaliação Ecosistêmica do Milênio (2005).....		138
Apêndice D: Informações gerais sobre as TFCAs SADC existentes		141
Ai / Ais- Parque Transfronteiriço Richtersveld.....		141
Parque Transfronteiriço de Kgalagadi.....		143
Área de Conservação Transfronteiriça de Kavango Zambeze (KAZA).....		146
Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo		149
Área de Recursos e Conservação Transfronteiriça do Lubombo		152
Área de Conservação Transfronteiriça e Desenvolvimento Maloti-Drakensberg		157
TFCA Iona-Skeleton Coast		160
Área de Conservação Transfronteiriça Greater Mapungubwe		162
Chimanimani TFCA		165
Área de Conservação Transfronteiriça de Malawi-Zâmbia.....		165
Área de Conservação Transfronteiriça da Floresta do Maiombe		167
Área de Conservação Transfronteiriça Liuwa Plains - Mussuma		170
Área de Conservação Transfronteiriça Baixo Zambeze – Lagoa de Mana		172
Projecto de Gestão de Recursos Naturais Transfronteiriços ZIMOZA		173
Área de Conservação Transfronteiriça de Kagera.....		175
Corredor de Protecção da Vida Selvagem Selous e Niassa		175
Área de Conservação Transfronteiriça Marinha Mnazi Bay-Quirimbas		177
Área de Conservação Transfronteiriça do Oceano Índico Ocidental.....		177
Apêndice E: Ferramenta de diagnóstico para os planeadores de conservação transfronteiriça – questionário de viabilidade, análise de directrizes e modelo de relatório.....		178
Apêndice F: Ferramenta de Avaliação de Desempenho		208

Lista de Figuras

Figure 1 Componentes do desenvolvimento sustentável segundo a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável Sul Africana	23
Figura 2: A localização e o estado actual das iniciativas de Conservação Transfronteira dentro e entre os estados membros da SADC (© www.peaceparks.co.za).....	53
Figure 3: Passos e actividades detalhadas do processo de Avaliação das Partes interessadas recomendado por McKinney et al (2012)	69
Figure 4: Área de Conservação Transfronteira e de Desenvolvimento Maloti Drakensberg, conforme ilustrado no início do projecto, em 2001, e toda a extensão da iniciativa, conforme acordado pela Comissão de Coordenação Bi-lateral em 2007	95
Figure 5: Opções de financiamento para iniciativas de conservação transfronteira conforme a pesquisa da IUCN WCPA TB SG expresso em percentagem de respostas recebidas	104
Figure 6: A localização, composição e extensão da AI / Ais- Parque Transfronteiro Richtersveld / (© www.peaceparks.co.za).....	141
Figure 7: Localização, composição e extensão do Parque Transfronteiro Kgalagadi (© www.peaceparks.co.za).....	144
Figure 8: Localização, composição e extensão da Área Transfronteira de Conservação de KAZA (© www.peaceparks.co.za).....	147
Figure 9: Localização, composição e extensão do Parque Transfronteiro do Grande Limpopo (© www.peaceparks.co.za).....	150
Figure 10: Localização, composição e extensão da Área de Conservação Transfronteira do Lubombo (© www.peaceparks.co.za).....	153
Figure 11: Localização, composição e extensão da Área de Conservação Transfronteira de Maloti Drakensberg (© www.peaceparks.co.za)	158
Figure 12: Localização, composição e extensão Área de Conservação Transfronteira do Greater Mapungubwe (© www.peaceparks.co.za)	162
Figure 13: Localização, composição e extensão da Área de Conservação Transfronteira do Malawi-Zâmbia (© www.peaceparks.co.za).....	166
Figure 15: Localização, composição e extensão da Área de Conservação Transfronteira do Baixo Zambezi – Lagoa do Mana (© www.peaceparks.co.za).....	172
Figure 16: Localização, composição e extensão do Corredor de Protecção da Vida Selvagem de Selous e Niassa	175

Lista de Quadros

Table 1: As principais diferenças entre as abordagens dos MDG e dos SDG (© Rijnhout et al, 2014)	22
Table 2: Resumo do status quo de TFCAs da SADC (os espaços em branco reflectem a indisponibilidade de informações, no momento da elaboração do texto)	54
Table 3: Agrupamento mais amplo de participantes e protagonistas relevantes para a avaliação do ambiente favorável e viabilidade de TFCAs da SADC.....	62
Table 4: Os portfólios relevantes do governo e as suas contribuições potenciais para iniciativas de TFC.....	79
Table 5: Modelo de registo do conteúdo de um plano de acção	101
Table 6: Recomendações para melhorar o financiamento para iniciativas de conservação transfronteiriça	105

Acrónimos

AR4 - Quarto Relatório de Avaliação

AU - União Africana

CAP - Parceria de Acção Climática

CDB - Convenção sobre Diversidade Biológica

CITES - Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e da Fauna Ameaçadas de Extinção

CMS - Convenção sobre Espécies Migratórias

COP - Conferência das Partes

DBSA – Development Bank of Southern Africa

DEA - Departamento de Assuntos Ambientais

EI - Iniciativa Ambiental

UE - União Europeia

FANR - Direcção da Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais

GEF - Fundo Global para o Meio Ambiente

GIS - Sistema de Informação Geográfica

ICIMOD - Centro Internacional para o Desenvolvimento Integrado das Montanhas

IPCC - Painel Intergovernamental sobre Mudança de Clima

IUCN - União Internacional para a Conservação da Natureza

KAZA - Kavango Zambezi

KfW - Kreditanstalt für Wiederaufbau

KSLCDI - Iniciativa de Conservação e Desenvolvimento Kailash Sacred Landscape

M & E – Monitoramento e Avaliação

MDG – Objectivos de Desenvolvimento do Milênio

MDTFCCA - Área de Conservação e Desenvolvimento Transfronteiriço Maloti Drakensberg

MEA - Avaliação Ecológica do Milênio

METT - Ferramenta de rastreio da eficácia da gestão

MoA - Memorando de Acordo

MoU - Memorando de Entendimento

NDP - Declaração de Nova Deli sobre os Princípios do Direito Internacional Relacionadas com a Sustentabilidade

NEPAD - Nova Parceria para o Desenvolvimento de África

ONG - Organização não-governamental

NSSD1 - Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável

OUTIZ - Iniciativa Internacional de Turismo Okavango/Alto Zambeze

PPF - Peace Parks Foundation

RAPPAM - Avaliação Rápida e Priorização da Gestão de Áreas Protegidas

RBAP - Plano de Acção para a Biodiversidade Regional

RBS - Estratégia Regional de Biodiversidade

REDD - Redução das Emissões do Desmatamento e da Degradação Florestal

RETOSA - Organização Regional de Turismo da África Austral

RISDP - Plano Indicativo Regional de Desenvolvimento Estratégico

SADC - Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

SANBI - Instituto Nacional da Biodiversidade da África do Sul

SANParks – Parques Nacionais da África do Sul

SDG - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

SERAC - Centro de Acção de Direitos Sociais e Económicos

STEC – Comissão Directiva e Avaliação transfronteiriça

TBC - Conservação Transfronteiriça

TBC SG – Grupo de Especialistas de Conservação Transfronteiriça

TBCL/S - Paisagem terrestre e/ou marinha de Conservação Transfronteiriça

TEEB – A Economia dos ecossistemas e da biodiversidade

TFCA - Área de Conservação Transfronteiriça

TFCDA - Área de Conservação e Desenvolvimento Transfronteiriço

TFCMA - Área de Conservação Transfronteiriça Marinha

TFCRA - Área de Conservação Transfronteiriça e Recursos

TFMC - Corredor migratório Transfronteiriço

TFP - Parque Transfronteiriço

UNCCD - Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNEP - Programa das Nações Unidas para o Ambiente

EUA - Estados Unidos da América

WCPA - Comissão Mundial de Áreas Protegidas

WSTCU - Unidade de Coordenação Técnica do Sector Fauna

WWF-SA – Fundo Mundial para a Natureza – África do Sul

ZEES - Zunckel Ecological + Environmental Services Development

Glossário de Termos

Considerando-se que estas Directrizes não são de natureza técnica e estão num nível relativamente genérico, o uso da gíria foi limitado e, portanto, também a lista de termos explicados neste Glossário. Além disso, muitos dos termos técnicos utilizados são definidos ou explicados no próprio texto.

Comunidades afectadas: refere-se à comunidades que podem ser afectadas, positiva e/ou negativamente, por quaisquer acções associadas à criação, desenvolvimento e/ou gestão de uma iniciativa TFCA. Essas comunidades podem estar localizadas dentro, adjacentes ou além dos limites da TFCA.

Zona tampão: Áreas designadas para protecção adicional de uma área de conservação. Zonas tampão são áreas criadas para melhorar a protecção de uma área de conservação, geralmente periférica a essa área, dentro ou fora dela. Dentro das zonas-tampão, são feitas certas restrições legais e/ou consuetudinárias sobre o uso de recursos e/ou é administrada de modo a reduzir os impactos negativos que as restrições podem ter sobre as comunidades circunvizinhas.

Área Central: no contexto das opções de conservação transfronteiriça é provável que sejam as áreas formalmente protegidas situadas dentro de uma TFCA, mas que irá assumir a designação dada por meio de qualquer processo de zoneamento aplicado à iniciativa de conservação transfronteiriça; essa é geralmente a área com maior importância de conservação e que exige um controle de acesso e protecção mais rigoroso.

Património Cultural: refere-se a todos os aspectos relacionados com o património cultural desde o património arqueológico até ao património vivo, ou seja, ambos do passado e do presente.

Plano de desenvolvimento integrado: é uma abordagem participativa para a integração de estratégias económicas, setoriais, espaciais, sociais, institucionais, ambientais e fiscais, a fim de apoiar a atribuição eficiente de recursos escassos entre os sectores e as áreas geográficas e em toda a população de forma a proporcionar o crescimento sustentável, a equidade e o empoderamento dos mais desfavorecidos e dos marginalizados.

Plano de gestão conjunta: é o mesmo que um plano de desenvolvimento integrado, com a diferença de que esta é aplicada em pequena escala, como um TFP.

Conselho de Gestão Conjunta: é um mecanismo de governação criado para orientar, capacitar e acompanhar a criação, desenvolvimento e gestão de uma iniciativa de conservação transfronteiriça.

Estrutura de planeamento de gestão: refere-se às declarações iniciais de longo prazo sobre as quais o plano detalhado de gestão conjunta pode estar baseado, ou seja, os objectivos e a visão de gestão compartilhada para a criação e desenvolvimento de uma TFCA.

'Role players' Protagonistas: refere-se aos funcionários públicos e agências que têm mandatos legais e responsabilidades para a criação, desenvolvimento e gestão de uma iniciativa de conservação transfronteiriça.

'Stakeholders' Partes Interessadas : refere-se a comunidade e grupos não-governamentais, organizações e indivíduos que têm um interesse e/ou são afectados por uma iniciativa de conservação transfronteiriça, mas não têm um mandato legal relacionado com a iniciativa.

Uso sustentável: refere-se a utilização e gestão dos recursos naturais de forma responsável e numa taxa que não conduz à diminuição, a longo prazo, destes recursos e das espécies da vida selvagem e do habitats que lhes cerca.

Praticante da TFCA : refere-se a qualquer indivíduo, ou seja, funcionário público ou funcionário de ONG, que tem a responsabilidade de trabalhar em qualquer aspecto da criação e desenvolvimento da TFCA.

Proponente da TFCA: pode significar o mesmo que praticante, mas refere-se especificamente aos envolvidos nos primeiros estágios de iniciação da TFCA e da avaliação de viabilidade.

1 Introdução

O Secretariado da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), em colaboração com os Estados-Membros, desenvolveu e apresenta estas Directrizes para o desenvolvimento e estabelecimento de Áreas de Conservação Transfronteiriça (TFCA) para a região da SADC.

O Plano Indicativo Estratégico de Desenvolvimento Regional da SADC de 15 anos (RISDP), desenvolvido em 2003, passou por uma avaliação de progresso da sua implementação no período de 2005 a 2010, e publicou um relatório em 2011 (SADC, 2011). Este relatório refere-se ao desenvolvimento de um quadro da SADC sobre as Áreas de Conservação Transfronteiriça, que foi aprovado pelo Comité Integrado de Ministros em 2007. Estas estratégias, juntamente com o Protocolo sobre a Conservação da Fauna e Aplicação da Lei (SADC, 1999), indicam claramente que as Áreas de Conservação Transfronteiriça têm o potencial de aprofundar a cooperação regional, promover a paz e a estabilidade, assegurar a utilização sustentável dos recursos naturais, bem como proporcionar oportunidades de desenvolvimento económico através do turismo baseado na natureza.

Mais recentemente, o Programa TFCA da SADC identificou 18 (dezoito) TFCAs potenciais terrestres e marinhas na região da SADC em diferentes estágios de desenvolvimento (ver secção 4 para mais detalhes), e reconheceu que essas TFCAs não se estão a desenvolver de uma maneira uniforme em toda a região. Contrariamente, estas diferem consideravelmente no respeitante aos parâmetros espaciais, categorias de uso do solo, nível de cooperação entre os países participantes, bem como ao grau de participação das comunidades afectadas localmente. Apesar dos benefícios potenciais das TFCAs, os processos da sua criação entre as nações da SADC são limitados:

- Devido a capacidade limitada das partes interessadas, incluindo os Departamentos dos Governos, o sector privado e as comunidades locais para aproveitar as oportunidades oferecidas pelas TFCAs;
- Porque os praticantes da TFCA não estão totalmente equipados com a competência necessária para a implantação do conceito de conservação e desenvolvimento e fazê-lo chegar às comunidades;
- Falta de infra-estruturas básicas, tais como vias de acesso entre fronteiras internacionais e atracções turísticas específicas; e
- Foco estreito na vida selvagem, em vez de abraçar todos os recursos naturais transfronteiriços nas TFCAs.

Existe porém, um compromisso na região da SADC para promover a criação e o desenvolvimento das TFCAs, mas para tal deve-se garantir que:

- As comunidades locais estejam integradas activamente no processo através do envolvimento directo e da sua participação no planeamento e nos processos de tomada de decisões sobre a gestão de recursos naturais, bem como em obter benefícios tangíveis que tenham efeito para a redução da pobreza;
- A utilização consumptiva e não-consumptiva dos recursos naturais seja gerida dentro dos limites de sustentabilidade;
- O conjunto completo de oportunidades inerentes da base de recursos naturais dessas TFCAs sejam assumidas até ao ponto em que fornecerem plataformas de desenvolvimento

económico mais amplas para as parcerias público/privado e oportunidades de investimento;

- Os riscos previstos e as implicações das mudanças climáticas sejam reduzidos através de contribuições substanciais para a resiliência social e económica.

Para que isto seja possível, reconhece-se que o ambiente favorável que já foi criado através das várias estratégias e estruturas da SADC, deve ser reforçado através da harmonização dos quadros jurídicos e políticas relevantes dos Países da SADC. Num nível mais detalhado, a interpretação comum e a compreensão destes mecanismos também deve ser alcançada. São frequentes os casos em que as diferenças existentes entre os países, em termos legislativos, políticos, sócio-económicos, culturais e outros frustram os esforços de cooperação; sendo portanto, necessárias Directrizes para estabelecerem um quadro comum de referência para o desenvolvimento e criação de TFCAs na região da SADC.

1.1 Breve Perspectiva Histórica sobre as TFCAs da SADC

Foi já sugerido que a história colonial da África Austral e a divisão artificial da terra proporcionou uma plataforma natural para o lançamento das iniciativas TFCA (Ron, 2007). Comunidades divididas por fronteiras políticas continuaram a cooperar na utilização e gestão dos recursos naturais e, portanto, estão relativamente abertas à criação e desenvolvimento de TFCAs. Isso, combinado com o facto de que essas fronteiras políticas invariavelmente ignoraram limites naturais e fragmentaram ecossistemas, tem prestado pouca resistência para o estabelecimento de TFCAs na região da SADC. Embora o Parque Transfronteiriço de Kgalagadi anteceda esta iniciativa, ou seja, tendo sido criada em 1999, depois de muitos anos de cooperação transfronteiriça ao nível básico, a maior parte das iniciativas de TFCA na região da SADC foram catalisadas pela abordagem regional, que começou a ganhar impulso após o estabelecimento da nova democracia da África do Sul.

As personalidades fundamentais desta abordagem regional são os já falecidos Drs Anton Rupert e Nelson Mandela, e a 'Peace Parks Foundation' (PPF). Na sua qualidade de presidente da WWF-SA, o Dr. Rupert teve um encontro em Maputo com o Presidente de Moçambique Joaquim Chissano, em 27 de Maio de 1990, para discutir as possibilidades de estabelecer uma ligação permanente entre algumas das áreas protegidas no sul de Moçambique e as suas contra partes adjacentes na África do Sul, Suazilândia e Zimbábue (PPF, 2014). Apesar das dificuldades políticas prevaletentes da transição da África do Sul para a democracia no início de 1990, o Dr. Rupert persistiu e uma série de estudos de viabilidade foram comissionados o que, em conjunto com o ressurgimento da indústria do turismo e os dois primeiros anos de liderança do Dr. Mandela da África do Sul, levou a um acordo entre os dois países de trabalhar para alcançar os prometidos benefícios económicos da colaboração transfronteiriça no contexto das TFCAs potenciais.

Além deste foco no sul de Moçambique e países vizinhos houve outras iniciativas que reconheceram o potencial da colaboração transfronteiriça e a ligação entre as TFCAs e o potencial do desenvolvimento económico associado ao turismo baseado na natureza. Hall-Martin e Modise (2002) fazem referência à iniciativa Okavango/Upper Zambeze International Tourism (OUZIT), à várias Iniciativas de Desenvolvimento Espacial, ao Projecto 'Four Corners', etc Assim, tornou-se mais evidente que o interesse pelo conceito 'peace parks' ou TFCAs estava a crescer e WWF-SA tomou a decisão de criar um organismo independente para coordenar, facilitar e orientar o processo de

estabelecimento e financiamento de TFCA, e para garantir que o conceito se tornasse uma realidade (PPF, 2014). Esta acção resultou na criação da Fundação Peace Parks em 1 de Fevereiro de 1997, tendo o presidente Nelson Mandela como seu Patrono.

Com a PPF baseada na África do Sul, é compreensível que as primeiras TFCAs na África Austral foram estabelecidas entre a África do Sul e os países vizinhos. Estas foram promovidas e apoiadas por vários doadores e ONGs, tendo o papel mais importante sido realizado pelo PPF como mencionado por Ron (2007). A aplicação mais ampla do conceito dentro da SADC começou a ganhar impulso como resultado do estudo feito por Hall-Martin e Modise (2002) sobre o estado das potenciais TFCAs existentes na região da SADC. Este estudo foi encomendado pela Comissão Directiva da Iniciativa Okavango /Upper Zambeze International Tourism (OUZIT), como parte do Programa de Iniciativas de Desenvolvimento Espacial do Development Bank of Southern Africa (DBSA). Foi aprovado pela Organização Regional de Turismo da África Austral (RETOSA), e foi co-financiado pelo PPF e o DBSA. A ênfase deste estudo foi determinar o potencial impacto que as TFCAs poderiam ter no desenvolvimento da SADC, com particular referência à contribuição do turismo baseado na natureza. Hall-Martin e Modise (2002) constataram que já havia 22 existentes ou potenciais TFCAs, todas em diferentes fases de concepção ou estabelecimento.

Assim, pode ser generalizado que a manifestação do conceito TFCA entre os países da SADC evoluiu a partir de uma abordagem regional abrangente. Embora essa abordagem já existisse, o surgimento da PPF e do relatório de Hall-Martin e Modise (2002), providenciaram a plataforma e os recursos para catalisar o prosseguimento da execução com o apoio auspicioso do Sector da Fauna Bravia da SADC.

1.2 O objectivo destas Directrizes

A colaboração entre os Estados Membros da SADC sobre questões de gestão da vida selvagem não é nova e vem acontecendo em diferentes graus ao longo de décadas. No entanto, as iniciativas de Conservação Transfronteiriça podem ser usadas para ajudar na materialização de políticas declaradas registadas nos diversos protocolos e tratados da SADC, em particular o Protocolo da SADC sobre Conservação da Fauna e Aplicação da Lei. Estas Directrizes visam integrar o mais recente conceito global e boas práticas em termos de conservação da natureza e o papel que o ambiente natural desempenha na garantia do bem-estar social, na resiliência económica e na gestão do risco de desastres, sob a perspectiva de colaboração transfronteiriça.

Estas Directrizes são também um importante quadro de referência que todas as partes interessadas, além dos praticantes de TFCA, irão usar para avaliar e medir os progressos e a eficácia das iniciativas de Conservação Transfronteiriça, em qualquer estágio de desenvolvimento. Como tal, estas poderão avaliar o grau de contribuição e de participação, bem como administrar as expectativas em termos de benefícios potenciais obtidos, requisitos de governação, engajamento das partes interessadas, etc., sendo isto importante para as várias iniciativas TFCA existentes, bem como para as novas iniciativas.

Embora estas Directrizes tenham sido compiladas para reflectir e aproveitar as boas práticas e as lições aprendidas, tanto a nível global como da SADC, terão de ser revistas e actualizadas após um período de tempo, que não deve exceder a dez anos. A frequência de revisão deve ser sensível ao

ritmo de mudanças que se registam na região e pode ser necessário que as mudanças sejam feitas de cinco em cinco anos.

Como tal, o seu objectivo é fornecer um ponto de partida comum e/ou uma fonte de referência para os proponentes e praticantes da TFCA que:

- a) reconhecem o valor potencial da colaboração da Conservação Transfronteiriça e pretendem trabalhar no sentido de criação de uma nova iniciativa;
- b) estão em processo de criação de uma iniciativa e procuram uma base que lhes garanta que a sua abordagem está a seguir as boas práticas; e/ou
- c) estão a administrar uma iniciativa estabelecida e procuram um quadro de referência sob o qual podem medir a eficácia do seu trabalho, e melhorar o seu desempenho.

1.3 Os Princípios das Directrizes

O desenvolvimento destas Directrizes foi baseado nos progressos alcançados na iniciação, criação e desenvolvimento de iniciativas de Conservação Transfronteiriça entre os países da SADC, e nas várias lições valiosas que foram aprendidas e as boas práticas que foram desenvolvidas, tanto no seio da região da SADC, bem como a nível mundial.

1.3.1 Benefícios além Fronteiras

O conceito ilustrado nas diferentes políticas da SADC reflecte em larga escala aspectos que consistentemente provêm de fóruns de conservação global, tais como o Congresso 'IUCN World Parks', realizado em Durban na África do Sul, em 2003; sendo estes:

- a necessidade que haja benefícios tangíveis para além dos limites das áreas protegidas, e mais especificamente
- que devem ser socialmente e economicamente relevantes no panorama mais amplo em que estão localizados.

No entanto, o que não foi ilustrado nestas políticas é a forte aceitação emergente do facto de que onde a nossa base de recursos naturais é administrada de forma sustentável, produz e fornece produtos e serviços de ecossistemas de importância estratégica, que são vitais para combater a vulnerabilidade social e económico e para ajudar a desenvolver a resiliência. Este conceito foi possivelmente melhor registado e ilustrado no trabalho 'Millennium Ecosystem Assessment' (MEA, 2005), que foi amplamente utilizado na discussão, na Secção 3.3 e que se relaciona com a potencial relevância sócio-económica das TFCA.

Enquanto os valores intrínsecos, éticos e morais associadas com a conservação da biodiversidade são defendidos como parte da motivação por trás das TFCA, reconhece-se que, de modo a esses valores e características persistirem, devem ter uma relevância sócio-económica. Estas Directrizes fornecem aos proponentes, praticantes e as partes interessadas da TFCA orientações substanciais de como eles podem demonstrar e obter benefícios tangíveis para as comunidades afectadas a partir da colaboração transfronteiriça relacionada com a conservação da natureza.

1.3.2 Desenvolvimento Sustentável

A necessidade de soluções para a degradação ambiental e o desenvolvimento insustentável surgiu com força nos anos 1960 e 70 e culminou com o relatório “Our Common Future” (O Nosso Futuro Comum) da Comissão Brundtland, em 1987, que incluía, o que é considerado como a definição "clássica" do desenvolvimento sustentável, a saber:

"Desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades."

Para o propósito destas Directrizes, as componentes de sustentabilidade podem ser articulada da seguinte forma:

- A subsistência dos recursos naturais renováveis é dependente dos seus níveis de utilização a ser gerida dentro dos limites conhecidos e vínculos da funcionalidade mais ampla do ecossistema;
- O bem-estar social e a resiliência económica são absolutamente dependentes da persistência de ecossistemas funcionais e saudáveis capazes de sediar os recursos naturais renováveis dos quais toda a vida depende; e
- Os sistemas de governação capacitados e fortes são essenciais para garantir que a utilização social e económica da base de recursos naturais permaneça dentro dos limites da sustentabilidade.

Com base no exposto, a criação e o desenvolvimento de TFCAs também deve atender a essas condições e, desse modo, deve ser:

- Gerida de uma forma que garanta a subsistência das características da biodiversidade em ecossistemas saudáveis e funcionais;
- Fortemente ligada às comunidades afectadas para que as TFCAs sejam vistas como sendo de importância e relevância social, por meio da entrega de benefícios directos e indirectos; e
- Geridas de modo a garantir a eficiência operacional e que as oportunidades de geração de renda sejam optimizadas.

Na sua perspectiva sobre a convergência necessária dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (MDG) e dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (MDG), Rijnhout et al (2014) sustentam ainda mais essas condições destacando a necessidade de uma agenda de desenvolvimento totalmente transformada em que a sustentabilidade ambiental é colocada numa posição central. A comparação entre as MOG e as SDG é apresentada na Tabela 1. A relevância da inclusão dessa comparação deve-se as grandes expectativas postas nas TFCAs da SADC que estas contribuam para uma agenda de desenvolvimento mais ampla.

Table 1: As principais diferenças entre as abordagens dos MDG e dos SDG (© Rijnhout et al, 2014)

MDGs	SDGs
Desenvolvimento	Bem-estar Sustentável

Foco no desenvolvimento do país	Foco em todos os países
Ajuda e agenda de Comércio	Direitos Humanos, Justiça e meios de subsistência significativos
Não reconhecimento dos limites do planeta	Viver dentro dos limites dos recursos de um planeta
O Meio Ambiente é visto como prioridade secundária, o desenvolvimento económico em primeiro lugar	Meio Ambiente (recursos naturais, ecossistemas saudáveis) é fundamental para o desenvolvimento do bem-estar

O Departamento de Assuntos Ambientais Sul Africano produziu uma Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (NSSD1) (DEA, 2011), que reflete o que foi mencionado acima, mas introduz um aspecto que é crucial para a Conservação Transfronteiriça, nomeadamente a governação. O NSSD1 ilustra claramente que a sociedade e a economia estão aninhados dentro dos limites da base de recursos naturais, e que quando o último é utilizado ou administrado de forma insustentável, irá resultar no aumento da vulnerabilidade sócio-económica. A responsabilidade de assegurar que as relações entre estas três componentes da sustentabilidade sejam mantidas traz a necessidade de uma governação forte, o que é ilustrado na Figura 1.

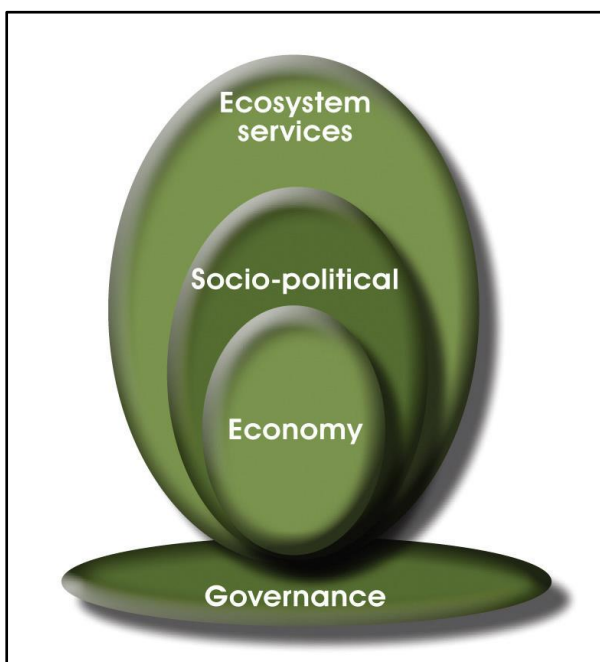


Figure 1 Componentes do desenvolvimento sustentável segundo a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável Sul Africana

É importante ressaltar que nesta ilustração a componente dos recursos naturais é referida como "serviços dos ecossistemas". À luz da discussão na Secção 3.3, é na prestação de serviços de ecossistemas que grande parte do valor da base de recursos naturais poderá ser realizado.

Por último para reforçar a relevância de um novo paradigma de desenvolvimento sustentável para

apoiar estas Directrizes, Rijnhout et al (2014) apontam que o paradigma de desenvolvimento convencional é que a pobreza leva à degradação do meio ambiente, e que a cooperação

internacional promove modelos de desenvolvimento em todo o mundo. Por outro lado, o paradigma da sustentabilidade diz-nos que isso atrai o desenvolvimento industrial orientado

para a exportação, o que leva à degradação ambiental irreversível, o que por sua vez, leva a uma maior pobreza estrutural. Na realidade, a pobreza nas áreas rurais e a extrema pobreza nas áreas urbanas leva à degradação do meio ambiente apenas quando os três pilares da sustentabilidade não proporcionam o ambiente jurídico, económico e social que permite às pessoas saírem da "ciclo da pobreza".

1.4 O público - alvo destas Directrizes

Do mesmo modo que a Conservação Transfronteiriça é uma abordagem complexa e dinâmica para alcançar uma variedade de objectivos relacionados com a conservação numa escala multi-nacional, também é a lista das partes interessadas a quem estas Directrizes se destinam. Na Região da SADC existem cinco categorias reconhecíveis do público a saber:

1. Gestores das áreas protegidas: oficiais responsáveis pela gestão das áreas de conservação que compartilham uma ou mais fronteiras internacionais e Organizações não-governamentais (ONG), incluindo aqueles que reconhecem o valor potencial de uma iniciativa de Conservação Transfronteiriça e pretendem saber qual seria a melhor maneira de avaliar a sua viabilidade.
2. Responsáveis pela tomada de decisão de alto nível - Ao contrário do cenário 'bottom-up' é uma abordagem mais estratégica de alto nível em que os seniores responsáveis pela tomada de decisão seguem um processo sistemático de identificação de áreas potenciais para a colaboração, e nesse ponto as Directrizes podem ser utilizadas para capacitar os seus processos.
3. Comunidades afectadas: Em reconhecimento do princípio de "benefícios para além das fronteiras", que foi discutido na Secção 1.2.1, as comunidades afectadas podem seguir estas Directrizes como uma lista de verificação daquilo que poderiam esperar dos proponentes do processo de Conservação Transfronteiriça, e assim poderem gerir as suas expectativas e fazer com que as pessoas responsáveis pela tomada de decisão cumpram o seu dever. As Directrizes também irão ajudar as comunidades a terem conhecimento de onde e como podem estar activamente envolvidos nos processos TFCA.
4. Agências governamentais: Outras agências governamentais que detêm responsabilidades associadas ao trabalho ao longo de fronteiras internacionais são fundamentais para assegurar que uma iniciativa de Conservação Transfronteiriça seja capaz de ganhar impulso e, efectivamente, ser estabelecida. Portanto, é essencial que estas também usem estas Directrizes como lista de verificação de eventos que provavelmente possam acontecer no trajecto para atingir os objectivos da iniciativa estabelecidos, e também para determinar onde e de que modo poderão estar envolvidos.
5. Os países que fazem fronteira com os países da SADC: Enquanto todos os itens acima mencionados foram listados com maior concentração nos protagonistas e partes interessadas dentro da região da SADC, é verdade que a Conservação Transfronteiriça é um conceito globalmente relevante ao qual estas Directrizes podem agregar valor. São de maior relevância os países que fazem fronteira com os países da SADC que estão e/ou podem estar envolvidos em negociações de Conservação Transfronteiriça. Por outro lado, existem académicos e pesquisadores, dentro e fora da região da SADC, que podem utilizar estas Directrizes como ponto de referência para avaliar o desempenho dos vários projectos de Conservação Transfronteiriça da SADC.

Além destas são inumeráveis as partes interessadas relacionados que podem ter tanto um interesse directo ou indirecto nas TFCA, e a sua identidade varia de acordo com os contextos geográficos e de

governança. Um exemplo importante destas partes interessadas é a comunidade de ONGs que têm e continuam a desempenhar um papel significativo nas TFCA da SADC.

Note-se que o descrito acima foi mantido num nível generalizado e não se indicou com detalhes para quem estas Directrizes são relevantes. Isso em reconhecimento do facto de que estes processos são complexos e dinâmicos, e, portanto, não é possível fornecer uma lista completa. Cada processo TFCA terá de identificar as suas partes interessadas com base nas categorias previstas.

1.5 O Processo de Compilação das Directrizes

Um breve comentário sobre este processo e um registo dos praticantes de TFCA da SADC que estiveram envolvidos e que deram a sua contribuição é fornecida no Apêndice A.

1.6 A Estrutura das Directrizes

Estas Directrizes foram deliberadamente estruturadas em três partes principais. A primeira parte da Secção 1 à Secção 5, proporciona os antecedentes e informações contextuais. A segunda parte, a secção 6, aborda os aspectos da iniciação TFCA, enquanto que a terceira parte passa para os aspectos relevantes para a criação e desenvolvimento de iniciativas de Conservação Transfronteiriça. Ambos os pontos 6 e 7 foram estruturados para reflectir um processo sequencial, assumindo que os processos necessários para avaliar a viabilidade e para criar e desenvolver uma TFCA irá seguir estes passos lógicos. No entanto, reconhe-se que podem haver casos em que essa suposição é inadequada e que a ordem do processo poderá mudar, embora isso não seja recomendado. Também pode acontecer que certos passos exigem um certo número de iterações para que o processo possa prosseguir. Mais uma vez a natureza dinâmica e complexa da Conservação Transfronteiriça é reconhecida e valorizada e a estrutura simplificada destas Directrizes não deve ser vista como uma tentativa de simplificar o processo.

É importante salientar que Hall e Martin Modise (2002) reflectem, em grande medida esta estrutura nas suas recomendações para encontrar soluções para as TFCA da SADC. Eles alistam cinco etapas sequenciais que têm um contexto regional, mas que incluem os requisitos básicos de (i) avaliação de viabilidade, (ii) o desenvolvimento de capacidade e estruturas de governança, (iii) o planeamento de gestão conjunta e recursos, e (iv), o desenvolvimento de um sistema de gestão de informações.

PARTE 1:

ANTECEDENTES E INFORMAÇÕES CONTEXTUAIS

2 Definições

Foram utilizadas duas fontes principais para fornecer as definições relevantes para estas Directrizes:

1. As definições que foram articuladas para o Guia de Boas Práticas de Conservação Transfronteiriço IUCN, revista, referido no ponto 1.4. Estas foram discutidos profundamente na "Conferência Internacional sobre a definição de princípios de conservação transfronteiriça", realizada de 16 à 18 Outubro de 2013, no Parque Nacional Thayatal na Áustria.
2. As definições extraídas do Protocolo da SADC sobre Conservação da Fauna e Aplicação da Lei (SADC, 1999), embora se reconheça que o protocolo está em processo de revisão e actualização, propõe-se que as definições fornecidas na Secção 2.3 sejam usadas para informar este processo de revisão.

As definições foram depois submetidas à nova análise e discussão na conferência dos Praticantes de TFCA da SADC em Luanda, em 24 e 25 de Abril de 2014. O resultado deste processo informa a base para estas Directrizes.

2.1 Definições do Guia de Boas Práticas de Conservação Transfronteiriça do IUCN

Deve-se notar que, embora estas definições tenham sido submetidas à uma discussão rigorosa e à inúmeras interações pelo Grupo de Especialistas de Conservação Transfronteiriça (SG TBC), que está a fazer a compilação das Directrizes revistas da IUCN, ainda devem ser submetidas a uma avaliação externa e poderão sofrer alterações. No entanto, estas foram aceites como um ponto de partida forte pelos Praticantes de TFCA da SADC na conferência de Luanda. Em conjunto com estas definições encontram-se as explicações providenciadas pela TBC SG (Vasiljević et al, in process).

Conservação Transfronteiriça

Conservação transfronteiriça é um processo para alcançar os objectivos de conservação através da governação compartilhada e gestão cooperativa dos ecossistemas e/ou espécies entre uma ou mais fronteiras internacionais.

Área Protegida Transfronteiriça (TBPA)

Área protegida transfronteiriça é um espaço geográfico claramente definido, que inclui as áreas protegidas que são ecologicamente ligadas entre uma ou mais fronteiras internacionais e são administradas de forma cooperativa.

A área protegida é "um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, dedicado e gerido, através de meios legais ou outro meios eficazes para alcançar a conservação da natureza a longo prazo através de serviços associados com o ecossistemas e valores culturais." (Dudley, 2008)

Frase	Explicação
Espaço geográfico claramente definido	<i>Provém directamente da definição de área protegida da IUCN, a qual define esta frase como incluindo "terra, águas interiores, áreas marinhas e costeiras ou a combinação de duas ou mais destas áreas. "Espaço" tem três dimensões, por exemplo, quando o espaço aéreo sobre a área protegida está protegido contra aeronaves que sobrevoam em baixa altitude ou em áreas marinhas protegidas, quando uma certa profundidade da água é protegida ou o fundo do mar é protegido, mas sem que a superfície da água seja protegida: Por outro lado, as áreas de subsuperfície às vezes, não são protegidas (por exemplo, estão abertas para mineração). "Claramente definido" implica uma área espacialmente definida com fronteiras acordadas e demarcadas. Estas fronteiras às vezes podem ser definidas por características físicas que mudam ao longo do tempo (por exemplo, margens de rios) ou por acções de gestão (por exemplo, zonas interditas, por acordo)" (Dudley, 2008).</i>
Áreas protegidas	<i>IUCN define uma área protegida como "um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, dedicado e gerido, através de meios legais ou outros meios eficazes, para alcançar a conservação da natureza a longo prazo com os serviços dos ecossistemas associados e valores culturais" (Dudley, 2008).</i>
Ecologicamente conectado	Expressa a noção de que as áreas individuais protegidas dentro de uma Área Transfronteiriça Protegida têm algum tipo de ligação de grande importância ecológica. Note que isto não significa explicitamente que as áreas protegidas são obrigadas a abrir a fronteira internacional, mas ao contrário disso, há uma conexão ecológica, apesar da separação potencial, como no caso de áreas protegidas separadas por uma zona tampão.
Fronteiras internacionais	Refere-se à fronteiras internacionais entre os países e, especificamente, não se refere a limites entre unidades sub-nacionais.
Gerido cooperativamente	Leva-nos directamente à Dudley (2008), que afirma que este aspecto <i>"assume algumas medidas activas para a conservação dos valores naturais (e possivelmente outros) para os quais a área protegida foi estabelecida; note que "gerido" pode incluir uma decisão para deixar a área intacta, se essa for a melhor estratégia de</i>

	<p><i>conservação."</i></p> <p>A gestão cooperativa pressupõe a existência de interacção formal e/ou informal entre as partes interessadas da entidade transfronteiriça na implementação das decisões específicas de gestão. Pode incluir níveis elementares, como a comunicação ou partilha de informações, ou níveis avançados, tais como a implementação conjunta de acções.</p>
--	---

Conservação Transfronteiriça da Paisagem Terrestre e/ou Paisagem Marinha (TBCL/S)

A conservação transfronteiriça de paisagem terrestre e/ou paisagem marinha (TBCL/S) é uma área de conexão ecológica gerida cooperativamente que sustenta os processos ecológicos e cruza uma ou mais fronteiras internacionais e que inclui áreas protegidas, bem como áreas de uso múltiplo de recursos.

Frase	Explicação
Sustenta processos ecológicos	Indica a importância da área específica a ser cuidada, protecção e uso sustentável da base de recursos naturais e dos bens e serviços produzidos pelo ecossistema de maneira análoga à conservação, a longo prazo, da natureza e dos ecossistemas associados em áreas protegidas.
Áreas de uso múltiplo de recursos	Assume áreas sob controle governamental, comunitário ou privado, usadas para vários propósitos e geridas de forma sustentável. Refere-se directamente a categoria VI da gestão da área protegida do IUCN, esta frase sugere áreas de " <i>uso de baixo nível não-industrial dos recursos naturais compatíveis com a conservação da natureza</i> " (Dudley, 2008).

Corredor Migratório Transfronteiriço

Corredores migratórios transfronteiriços são áreas de habitat de animais selvagens numa ou mais fronteiras internacionais, que são ligadas ecologicamente, e são necessários para sustentar um ou mais percursos migratórios biológicos, e são geridos cooperativamente e de forma sustentável.

Frase	Explicação
Áreas de habitat de animais selvagens	Implica áreas naturais habitadas por espécies de animais, plantas e/ou outro tipo de organismo.
Necessário sustentar	Prevê a manutenção de, pelo menos o mínimo de um padrão ecologicamente aceitável de uma via migratória em perpetuidade.
Percursos migratórios biológicos	Desenvolve a ideia de protecção e/ou reabilitação de conectividade natural entre habitats para permitir a manutenção da

	dispersão de espécies dentro e entre ecossistemas à nível da paisagem terrestre e/ou paisagem marítima. " <i>Paisagem</i> ", neste contexto, é tratado como " <i>uma área, como é vista pelas pessoas, cujo carácter é resultado da acção e interacção dos recursos naturais e/ou factores humanos</i> " (Council of Europe, 2004).
Gerido de forma sustentável	Indica gestão de habitats de vida selvagem de tal forma a assegurar a conservação a longo prazo da diversidade biológica.

Parque da Paz

Parque da Paz é uma designação especial que pode ser aplicada a qualquer um dos três tipos de áreas de conservação transfronteiriça que se dedica à promoção, celebrações, e/ou comemoração de paz e cooperação.

2.2 Protocolo da SADC sobre as Definições de Conservação da Fauna e Aplicação da Lei

As seguintes definições relevantes para estas Directrizes estão listadas no presente Protocolo (SADC, 1999):

Gestão da vida selvagem baseada na comunidade: significa gestão da vida selvagem feita por uma comunidade ou um grupo de comunidades que tem o direito de gerir a vida selvagem e receber os benefícios por essa gestão.

Conservação: significa a protecção, manutenção, reabilitação, restauração e valorização da vida selvagem e inclui a gestão do uso de animais selvagens para garantir a sustentabilidade de tal utilização.

Uso sustentável: significa o uso de uma forma e num ritmo que não conduza a uma diminuição à longo prazo das espécies selvagens.

Área de conservação transfronteiriça: significa a zona ou componente de uma grande região ecológica que atravessa fronteiras de dois ou mais países, abrangendo uma ou mais áreas protegidas, bem como várias áreas de utilização de recursos.

Caça Apanhada 'taking': significa caça, matança, ferimento, captura, ataque, recolha, separação, desenraizamento, desenterramento, corte, destruição e remoção de quaisquer espécies de animais selvagens incluindo qualquer tentativa de se envolver em tal conduta.

Vida Selvagem: significa espécies de animais e plantas que ocorrem dentro dos ecossistemas e habitats naturais.

Note mais uma vez que é possível que estas definições sejam alteradas quando o protocolo for revisto e actualizado.

2.3 Definições Aplicáveis às presentes Directrizes

As definições aplicáveis às presentes Directrizes são semelhantes às apresentadas nas Directrizes revistas da IUCN, com a excepção do termo "transboundary" (transfronteiriço), que aqui é substituído por "transfrontier" (transfronteiriço), e o termo "cooperação", aqui substituída por "colaboração". A primeira substituição não tem significado; é simplesmente uma preferência semântica da SADC. A última é também uma preferência semântica, mas com a justificativa de que o termo "colaborar" implica um compromisso mais forte do que o termo "cooperar". As explicações fornecidas na Secção 2.1, portanto, continuam a ser relevantes, apesar destas mudanças. Todos os outros termos que necessitam de explicação estão incluídos no Glossário de Termos na secção 8.

Conservação Transfronteiriça

Conservação transfronteiriça é um processo para atingir as metas de conservação por meio da governação compartilhada e gestão colaborativa dos ecossistemas e/ou espécies ao longo de uma ou mais fronteiras internacionais.

Parque Transfronteiriço (TFP)

Um parque transfronteiriço é um espaço geográfico claramente definido, que inclui áreas protegidas ecologicamente conectadas ao longo de uma ou mais fronteiras internacionais e que são geridas de forma colaborativa.

Área Marinha de Conservação Transfronteiriça (TFCMA)

A área marinha de conservação transfronteiriça é uma área marinha ecologicamente conectada gerida de forma colaborativa que sustenta os processos ecológicos e/ou valores culturais e cruza uma ou mais fronteiras internacionais e que inclui áreas marinhas protegidas, bem como áreas de uso múltiplo de recursos.

Área de Desenvolvimento e Conservação Transfronteiriça (TFCDA)

A área de desenvolvimento e conservação transfronteiriço é uma área terrestre, água potável e/ou marinha ecologicamente conectada, gerida de forma colaborativa que sustenta os processos ecológicos e/ou valores culturais e cruza uma ou mais fronteiras internacionais e que inclui áreas protegidas, bem como áreas de uso múltiplo de recursos, dentro da qual procura-se alcançar os objectivos de conservação e desenvolvimento de uma forma simbiótica e mutuamente inclusiva.

Área de Recursos e Conservação Transfronteiriça (TFCRA)

Como acima referido.

Área de Conservação Transfronteiriça (TFCA)

Recomenda-se que o termo "TFCA" seja usado como um termo que compreende TFCMA, TFCDA e TFCRA e, portanto, pode ser definido da seguinte forma:

A área de conservação transfronteiriça é uma área terrestre, de água potável e/ou marinha ecologicamente conectada, gerida/ administrada de forma colaborativa que sustenta os processos ecológicos e/ou valores culturais e cruza uma ou mais fronteiras internacionais e que inclui áreas

protegidas, bem como áreas de uso múltiplo de recursos a partir dos quais são obtidos benefícios tangíveis para as comunidades afectadas.

Reitera-se aqui que esta definição difere da definição actual de Protocolo e propõe-se que seja utilizada para informar a revisão e actualização do protocolo.

Corredor Migratório Transfronteiriço (TFMC)

Corredores migratórios transfronteiriços são áreas de habitat de animais selvagens ao longo de uma ou mais fronteiras internacionais, que são ecologicamente conectadas, necessários para sustentar uma ou mais percursos migratórios biológicos, e são geridos de forma colaborativa e sustentável.

Parque da Paz

Parque de Paz é uma designação especial que pode ser aplicada a qualquer um dos três tipos de áreas de conservação transfronteiriça que se dedica à promoção, celebrações, e/ou comemoração da paz e cooperação.

Património Mundial Transfronteiriço

Património Mundial Transfronteiriço são áreas de Património Mundial da UNESCO designados em cada lado da fronteira internacional e que são geridos de forma colaborativa.

3 O Quadro Jurídico e político

Esta secção fornece uma breve visão do quadro jurídico e político da UA e da SADC que permite a criação e o desenvolvimento de TFCAs. As TFCAs devem operar dentro dos limites desse quadro, a fim de serem juridicamente reconhecidas e relevantes. Isto é reforçado pela actual definição da IUCN de uma Área Transfronteiriça Protegida (semelhante a de TFP), ao descrever que essa área deve ser "gerida cooperativamente através de meios legais ou de outros meios eficazes" (Sandwith *et al*, 2001). A importância do direito e da política é novamente reiterada pelo artigo 5 (3) do Tratado sobre o Estabelecimento do Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo, 2002 e pelo artigo 6 (3) do Tratado sobre o Estabelecimento Park Transfronteiriço de Ai-Ais/Richtersveld. Estes artigos indicam que os planos de gestão conjunta das TFCAs devem ser elaborados de acordo com a lei e a política regional e sub-regional.

3.1 Status quo favorável ao quadro jurídico e político

As TFCAs são mecanismos multi-facetados e diversificados para fortalecer a conservação da biodiversidade (Sandwith e Besançon, 2005). Como consequência, as questões que devem ser abordadas e atendidas por um quadro jurídico e político apresentam um enigma à legislatura. Dois objectivos principais interligados e interdependentes são considerados centrais para as TFCAs. Trata-se do desenvolvimento sustentável e da conservação da biodiversidade (Lubbe, no prelo 2014). A fim de estabelecer o status quo do quadro jurídico e político existente, esta Secção irá limitar-se às disposições relevantes para os dois objectivos acima identificados. Antes de fornecer o status quo do quadro jurídico e político, esta Secção irá discutir brevemente o contexto relevante que influencia a legislação e política existente, bem como a influência sobre a nova lei e política.

3.1.1 Contexto da lei e da política em África

O colonialismo mudou a face da governação no continente Africano. Muita coisa foi escrita sobre este assunto e a discussão será limitada a sua relevância para as TFCAs. O colonialismo dividiu a África em segmentos limitando a conservação e a gestão da biodiversidade à fronteiras artificiais. À medida que a regra colonial desapareceu e África ganhou a independência, os estados se deleitavam-se com os seus direitos soberanos e o resultado foi uma participação hesitante, e às vezes ausente, na arena legal supra-nacional (Abi-Saab, 1962; Anand 1966; Osman 1979; Maluwa 2000; e Maluwa 2002). Em suma, o colonialismo levou à adopção de abordagens fragmentadas em relação a governação e a exploração dos recursos naturais e à uma maior atenção pela soberania, e esta atenção pela soberania levou à restrição da cooperação entre as fronteiras. A soberania coloca o referido desafio em todo o mundo e não é exclusivo para a África, pois é um princípio fundamental do Estado. O legado do colonialismo no entanto, oferece um tom acentuado a soberania no contexto Africano. Bowman e Redgwell (1996) descrevem de forma pungente o desafio global apresentado por fronteiras soberanas e da biodiversidade ao afirmar que: "tornou-se comum observar que o ambiente natural não conhece fronteiras políticas e que o regime tradicional de exploração de recursos, baseado principalmente na noção de soberania territorial nacional, deve ser substituído por abordagens notoriamente colectivistas" (Bowman e Redgwell, 1996). Parece que as TFCAs fornecem um mecanismo ideal para servir como tais "abordagens notoriamente colectivistas".

3.1.2 Direito e Política da União Africana

A Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, de 1981 (Carta Africana) contém o chamado "direito ambiental" no artigo 24 que estabelece que "em geral, todos devem ter direito a um ambiente satisfatório, que seja favorável ao seu desenvolvimento". Esta disposição foi considerada como o desenvolvimento pioneiro no direito ambiental internacional dessa época (Van der Linde, 2002). O artigo 24 é interpretado pela Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos como sendo para dar uma função aos estados de "garantir o desenvolvimento ecologicamente sustentável e [o] uso dos recursos naturais" (SERAC Communication, 2001). A Carta Africana, tal como interpretada na Comunicação da SERAC (Centro de Acção de Direitos Sociais e Económicos) portanto, parece fornecer o mandato favorável para o desenvolvimento sustentável e conservação da biodiversidade.

A Convenção Africana sobre a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais, 1968 (Convenção Africana) fornece à UA uma convenção do quadro ambiental. A Convenção Africana prevê, no seu preâmbulo, que os recursos naturais devem ser utilizados para satisfazer as necessidades do homem de acordo com a capacidade de suporte da natureza. A Convenção Africana exige que os Estados adotem princípios de conservação da água, do solo, bem como da *fauna* e da *flora*, de acordo com os princípios científicos e no melhor interesse do povo. Por isso, a Convenção estabelece como dever dos contraentes desenvolver e adoptar políticas e legislação para promover e facilitar os princípios necessários para a conservação e gestão dos recursos como o solo, água, fauna e flora. Isto potencialmente põe em prática a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável ainda que muito vagamente.

Curiosamente, uma "maior" responsabilidade é colocada aos estados onde uma espécie específica em vias de extinção é considerada como endémica para esse estado. Teoricamente, quando um Estado é considerado como tendo (foco/s importante/s) de biodiversidade, esse Estado pode ter responsabilidades mais rigorosas no âmbito da Convenção devido, por exemplo, ao alto nível de endemismo de biodiversidade existente. Além disso, aos contraentes têm a função de proteger as áreas de conservação existentes e de criar novas áreas, tendo em conta os programas de gestão do uso da terra. Como um todo, a Convenção serve como um instrumento de orientação quanto às medidas que devem ser tomadas pelos Estados africanos e para este efeito pode servir como um instrumento de alinhamento e harmonização das políticas. A Convenção aborda aspectos da conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável, mas tendo sido elaborada em 1968, esta não está em harmonia com os requisitos e mudanças do paradigma de conservação encapsulados nas TFCAs. Talvez uma das maiores lacunas da actual Convenção é a falta de mecanismos institucionais, tais como a Conferência das Partes (COP) e um Secretariado. A Convenção revista pode melhorar esta situação com o estabelecimento da COP e do Secretariado como mecanismos para a execução e implementação da Convenção. Como resultado destas lacunas foi apresentada em 2003 uma versão revista e mais abrangente da Convenção Africana.

A Convenção revista é mais harmoniosa com a legislação e os desafios ambientais contemporâneos. Esta reconhece questões como o desenvolvimento sustentável e a importância da biodiversidade endémica e usa esses conceitos contemporâneos nas provisões que servem como directrizes para os Estados Membros da UA na adopção de legislação e políticas. As extensas disposições relativas à cooperação, em geral são de particular importância para a conservação transfronteiriça. A ênfase é colocada sobre a cooperação relativa à harmonização da legislação e da política, em particular, entre

outros, onde os recursos naturais ou os ecossistemas percorrem fronteiras nacionais. Também está previsto que as partes *devem* cooperar na gestão, desenvolvimento e conservação dessas áreas transfronteiriças. Por isso, a função é entregue às partes a fim de cooperarem especificamente nas áreas transfronteiriças. A Convenção revista oferece uma sólida estrutura potencial para a cooperação inter-estatal através das TFCAs por intermédio da cobertura compreensiva da conservação da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável e reconhecendo explicitamente a função de cooperação ao que diz respeito ao uso sustentável e conservação da biodiversidade em contextos transfronteiriços. Infelizmente, a Convenção revista ainda não está em vigor e para todos os efeitos práticos, continua a ser um documento sobre políticas. Isto tem sido um desafio para a determinação substantiva da legislação a nível da UA na África pós-colonial (Kalima 2011; Murombo 2011; Maluwa e 1999). A Convenção revista precisa de 15 instrumentos de ratificação para entrar em vigor e, até hoje, embora 42 estados africanos tenham assinado a Convenção revista, apenas 12 instrumentos de ratificação foram depositados. Isto é talvez alarmante na medida em que a Convenção revista foi programada para mais de 10 anos e mesmo que entrasse em vigor, estará desactualizada em relação aos desafios e desenvolvimentos actuais. Não obstante, este fornece uma visão sobre a intenção do legislador Africano e a importância das TFCAs na agenda jurídica a nível da UA.

Em relação aos recursos marinhos vivos a Convenção para a Protecção, Gestão e Desenvolvimento do Ambiente Marinho e Costeiro da Região Oriental da África, de 1985 e a Convenção para a Protecção, Gestão e Desenvolvimento do Ambiente Marinho e Costeiro da Região Ocidental da África também pode encontrar uma aplicação periférica. As convenções só irão encontrar aplicação na medida em que forem ratificados por um específico estado membro da SADC.

O Acordo de Lusaka sobre a Aplicação Cooperativa das Operações direccionadas ao Comércio Ilegal da Fauna e Flora, (Acordo de Lusaka) de 1996, também enfatiza a importância da conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável. Embora o acordo de Lusaka não seja estritamente considerada uma lei da AU, foi desenvolvido por países da África oriental e África Austral e, portanto, aplica-se à SADC. O principal objetivo do acordo de Lusaka é eliminar o comércio ilegal da *fauna e da flora selvagens* e desse modo, conservar a biodiversidade que leva ao desenvolvimento sustentável. O acordo trata principalmente com os arranjos institucionais, a fim de estabelecer uma "força-tarefa" para a eliminação do comércio ilegal e, infelizmente, não prevê medidas para orientar os praticantes da TFCAs quanto à forma de combater o comércio ilegal dentro dessas áreas. Terá que ser feita confiança na força-tarefa do acordo de Lusaka.

A Força-Tarefa opera a partir de Nairobi e facilita as actividades entre as Secretarias Nacionais estabelecidas no âmbito do acordo (actualmente estas incluem Lusaka, Congo, Quênia, Tanzânia, Uganda, Zâmbia, Libéria e Lesoto). É evidente a partir do exposto, que lamentavelmente nem todos os países da SADC, designaram Secretarias Nacionais para participarem em actividades das Forças Tarefa. Não obstante, o acordo de Lusaka funciona eficientemente e a Força-Tarefa parece estar activa (www.lusakaagreement.org). O acordo e a Força-Tarefa poderá fornecer a plataforma ideal para enfrentar as questões actuais de crime ambiental. Este potencial é demonstrado pela sua operação bem sucedida denominada "Operação Cobra", onde importantes apreensões e prisões foram feitas na Ásia, África e América, em Fevereiro de 2014 (www.lusakaagreement.org).

Em termos de política, o Programa da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) visa alcançar o desenvolvimento sustentável no século 21 (Documento do Quadro da NEPAD, 2001). A NEPAD identifica condições propostas como sendo favoráveis para o desenvolvimento sustentável, bem como as áreas sectoriais prioritárias que são cruciais para o alcance do desenvolvimento sustentável. Nomeadamente: a paz, segurança, democracia, boa governação, direitos humanos, e uma gestão económica sólida. O ponto de partida é que, se essas condições estiverem presentes e em funcionamento é mais provável alcançar o desenvolvimento sustentável. Desse modo, conclui-se que estas condições devem ser um prerequisite para o sucesso das TFCAs. Complimentando as condições, são as seguintes áreas prioritárias sectoriais.

- preencher a lacuna de infra-estruturas;
- iniciativa de desenvolvimento de recursos humanos, incluindo a inversão do fenómeno de fuga de cérebros;
- agricultura, cultura, plataformas de ciência e tecnologia; e
- a iniciativa ambiental.

A iniciativa ambiental (EI) tem uma importância específica para as TFCAs, uma vez que lida directamente com o desenvolvimento sustentável e a componente ambiental do mesmo. A EI pressupõe que ambiente saudável e produtivo é um pré-requisito para alcançar o objectivo principal da NEPAD - o desenvolvimento sustentável.

A visão tradicional indica que o desenvolvimento sustentável é um conceito constituído por três pilares (ambiental, social e económica) com o objectivo de alcançar a equidade intra e intergeracional (Feris, 2010; Shrijver, 2008; Voigt, 2009; Campo, 2006; Futrell, 2004; e Marong 2003). Esta visão tradicional é mais refinada quando se adiciona o conceito de governação como factor de integração entre os pilares (Estratégia Nacional Sul-Africana para o Desenvolvimento Sustentável e Plano de Acção de 2011). Neste contexto a lei e a política desempenham um papel extremamente importante, pois facilitam a governação, possibilitando assim, a integração e o desenvolvimento sustentável, em última instância. O conceito de desenvolvimento sustentável é de extrema importância nas TFCAs (veja a discussão na Secção 1.2.2 e ilustração na Figura 1) na medida que os pilares estão presentes dentro dessas áreas. Assim, é fundamental usar a lei e as políticas para orientar os esforços de governação de modo a integrar as preocupações sociais, ambientais e económicos nas TFCAs.

Observa-se ainda uma relação mutuamente simbiótica entre um ambiente saudável e o empoderamento social e económico por meio da EI, uma vez que esta estabelece que o ambiente saudável é um pré-requisito para o empoderamento social e económico. A medida que a NEPAD fornece o quadro de condições e as áreas prioritárias necessárias para o desenvolvimento sustentável, fornece uma base política sólida para a governação, orientando os profissionais das TFCAs, no sentido do que é importante, a fim de capacitar os principais objectivos do TFCAs, ou seja, o desenvolvimento sustentável e a conservação da biodiversidade.

3.1.3 Direitos e política da SADC

Ao nível da SADC, os instrumentos jurídicos são referidos como protocolos. O Protocolo da SADC sobre Conservação da Fauna e da Aplicação da Lei de 1999 (Protocolo de Vida Selvagem) é o único protocolo no arsenal da SADC que menciona explicitamente as TFCAs. O protocolo descreve como sendo um dos seus objectivos: "promover a conservação dos recursos faunísticos compartilhados através da criação de áreas de conservação transfronteiriça" Além disso, o Protocolo estabelece como dever dos Estados cooperar e desenvolver abordagens comuns para a conservação e o uso sustentável da fauna, incluindo a harmonização da legislação entre os estados membros. Os elementos do desenvolvimento sustentável, serviços de integridade ecológica e ecossistemas também são mencionados, embora nenhuma elaboração desses conceitos tenha sido fornecida.

O Protocolo também estabelece mais uma função para os estados, sendo esta de incorporar abordagens de conservação de base comunitária, capacitação e compartilhamento de informações sobre as medidas de conservação. Estas inclusões são bem-vindas e estão em conformidade com abordagens modernas e emergentes de gestão das áreas protegidas (*Ervin et al, 2010*). Também proporciona orientação importante para os profissionais da TFCA, em relação ao que é esperado da governação de conservação da SADC. O Protocolo estabelece o Departamento de Coordenação Técnica do Sector de Vida Selvagem (WSTCU) para actuar como o secretariado responsável pela implementação do protocolo a nível regional e como mecanismo de implementação e monitoramento para o protocolo. Dá a impressão que o WSTCU não está em operação, uma vez que não foi encontrado nenhum registo de quaisquer actividades/decisões no momento da elaboração deste documento. Isto é lamentável, pois o WSTCU é o principal instrumento para supervisionar a gestão conjunta de recursos da vida selvagem na SADC. No entanto, o aspecto mais importante do protocolo é o facto de reconhecer a necessidade da conservação transfronteiriça e de incentivar a criação de TFCAs. Para este fim, o protocolo pode ser considerado um instrumento normativo relativamente bem sucedido, considerando que muitas TFCAs foram estabelecidas na SADC. Infelizmente, o sucesso não é tão plausível, porque o Protocolo não fornece um quadro normativo detalhado de modo aos profissionais regerem a multiplicidade de aspectos encontrados nas TFCAs. Esta crítica pode ser moderada pelo reconhecimento de que é quase impossível cobrir a variedade de questões (em detalhe) encontradas nas TFCAs num único protocolo. Por isso, o Protocolo pode ser perdoado por não revelar um quadro normativo detalhado e reconhece-se que é intenção destas Directrizes proporcionar tais normas.

O Protocolo também depende imperiosamente da expressão "uso e conservação da vida selvagem", em oposição a expressão mais holística e inclusiva "uso e conservação da biodiversidade". Na verdade, a única referência à biodiversidade pode ser encontrada no preâmbulo afirmando que os chefes de Estado estão: "conscientes de que a conservação e o uso sustentável da fauna na região da SADC contribui para o desenvolvimento económico sustentável e a conservação dos recursos biológicos". Ao fazê-lo o Protocolo reconhece a ligação entre o desenvolvimento sustentável, biodiversidade e conservação e do uso sustentável da fauna, mas não consegue ter uma visão holística de governação ambiental e da necessidade de conectividade no contexto de uma análise holística da biodiversidade, conforme exigido pelas TFCAs. O texto e a abordagem do Protocolo coincidem, portanto, com abordagens clássicas para a governação de PA, o que pode ser problemático para os esforços holísticos de conservação da biodiversidade nas TFCAs, especialmente considerando que este é o primeiro Protocolo que reconhece as TFCAs.

Existem na SADC vários outros protocolos relacionados à legislação ambiental. Estes incluem: o Protocolo da SADC sobre Florestas (2002); Protocolo Revisto da SADC sobre Cursos de Água Compartilhados, (2002); e o Protocolo da SADC sobre a Pesca (2001). Apesar de serem de relevância periférica, abordando questões do desenvolvimento sustentável e aspectos de conservação da biodiversidade, as TFCAs não são mencionadas ou abordadas em qualquer um desses protocolos. As TFCAs podem, inevitavelmente, ter questões que estão sob a jurisdição dos protocolos mencionados. Embora o Protocolo da SADC sobre o Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável tenha sido aprovado em Outubro de 2013, a abordagem legislativa baseada no setor torna a governação ambiental num estado fragmentado. Consequentemente os praticantes ficam sem uma "loja de conveniência", onde podem encontrar orientações para a gestão das TFCAs. Essa posição cria insegurança jurídica e inevitavelmente irá conduzir, por parte dos profissionais, à abordagens que não estão harmonizadas em toda a SADC.

Outro aspecto digno de menção é são as Áreas Marinhas de Conservação Transfronteiriça (TFCMAs), as quais, infelizmente, não têm a mesma atenção, embora sejam igualmente, se não mais importantes do que as TFCAs, já que dois terços da superfície da Terra é coberta por oceanos. A primeira TFCMA em África foi a Área de Conservação Transfronteiriça Marinha e Costeira e de Recursos Ponta do Ouro - Kosi Bay estabelecida em 2007 entre Moçambique, África do Sul e Suazilândia (Zbicz www.tbpa.net). Somente o Protocolo da SADC sobre Pesca acima mencionado fornece orientação jurídica relevantes para tais áreas. O Protocolo, está portanto, voltado para o uso sustentável, a fim de promover a segurança alimentar, as condições de vida das comunidades pesqueiras, gerar oportunidades económicas, benefícios para as gerações futuras, e redução da pobreza. O Protocolo também enfatiza a importância da conservação de modo a não explorar demasiadamente os recursos aquáticos. O Protocolo também liga os estados ao princípio da precaução na utilização dos seus recursos haliêuticos e dos ecossistemas aquáticos. Basicamente, existem diversos projectos para promover o uso sustentável do meio ambiente marinho. Esses projectos não são executados a nível institucional da SADC, mas consistem de vários países (alguns deles membros da SADC e outros que não são) que cooperam para garantir a utilização sustentável dos recursos marinhos.

Um dos exemplos é o Projecto 'Smart Fish' estabelecida sob a Comissão do Oceano Índico (www.commissionoceanindien.org). Este projecto visa especificamente melhorar o desenvolvimento sustentável no ambiente marinho. O projecto fornece documentos específicos relacionados com a boa governação, o que irá resultar numa estrutura de governação sólida para o ambiente marinho entre as partes. Outro projecto semelhante é o Projecto 'South Indian Ocean Fisheries' financiado pelo Fundo Global para o Meio Ambiente. O projecto foi originalmente criado, parcialmente, pois o Ocidente do Oceano Índico é uma das últimas áreas onde a pesca, em grande parte, não é regulamentada. O projecto propõe o seguinte:

- desenvolver uma estreita colaboração e parcerias entre as pescas, instituições académicas relevantes e outras instituições dos países participantes;
- gerar informações básicas sobre os aspectos quantitativos e qualitativos dos recursos e da pesca;
- investigar a relação entre a pesca e o meio ambiente;
- contribuir para a capacitação humana e institucional eficaz para auxiliar na gestão a longo prazo dos recursos;

- desenvolver uma estratégia comum de gestão de recursos para garantir o uso sustentável dos recursos marinhos vivos da região;
- adoptar uma legislação harmonizada que facilitará a gestão regional; e
- desenvolver programas de geração de receita ligados à pesca que apoiem a gestão a longo prazo dos recursos (www.swiofp.net/about/vision).

Outra comissão inter-estado digna de menção, mas que não será aqui discutida, é a Comissão do Atum do Oceano Índico, que enfoca o uso sustentável de Atum e das espécies da família do Atum (<http://www.iotc.org/about-iotc>).

Embora os projectos acima não se relacionem directamente com as TFMCA, terão um impacto positivo sobre estas áreas, pois têm o desenvolvimento sustentável como seu negócio principal.

Da forma mais genérica da política, a SADC usa o Plano Indicativo Estratégico de Desenvolvimento Regional, de 2003 (RISDP) para orientar a política de desenvolvimento e a sua trajectória. Este enfatiza que o desenvolvimento sustentável é um objectivo principal da SADC como um todo (RISDP 5). Em relação às TFCAs, o RISDP prevê a criação de novas TFCAs e a ligação das TFCAs existentes. O referido é, contudo, apenas indicado como metas e nenhuma orientação específica de como isso deve ser feito é dada. Além do RISDP, a SADC elaborou, em 2006, uma Estratégia Regional de Biodiversidade abrangente (RBS). Embora a RBS não seja um documento juridicamente vinculativo, é o único documento de enquadramento de políticas na SADC especificamente destinado a conservação da biodiversidade. Em termos gerais, e em conformidade com o objectivo das TFCAs, a Estratégia apóia uma abordagem holística para a conservação da biodiversidade; reconhece o valor dos recursos da biodiversidade para o desenvolvimento sócio-económico da região; confirma que os recursos da biodiversidade transcendem as fronteiras nacionais e que necessitam de medidas de conservação supra-nacional; e reconhece que a biodiversidade é um recurso fundamental para o desenvolvimento sustentável na região. Esta avaliação da conservação da biodiversidade na Estratégia da SADC é interpretada no contexto de desafios/restrições regionais para a conservação da biodiversidade. Estes incluem: o aumento da pressão da agricultura e da exploração de recursos naturais como meio de subsistência; o inventário e monitoramento inadequado da biodiversidade; incentivos inadequados para o uso sustentável e conservação da biodiversidade; baixos níveis de sensibilização e conhecimento do valor da biodiversidade; e fracos quadros institucionais e jurídicos para a realização de acções de conservação da biodiversidade. Esses desafios reflectem claramente as preocupações em relação a integração económica, redução da pobreza, serviços ecossistêmicos e conectividade. Estes elementos são abrangidos pelo âmbito do desenvolvimento sustentável e conservação da biodiversidade e devem ser abordados no âmbito das TFCAs.

A RBS critica especificamente o quadro jurídico da SADC (e os quadros jurídicos nacionais) por serem fracos em relação às preocupações com a biodiversidade, que reflectem a análise acima. Com base na avaliação dos desafios da biodiversidade na região da SADC, a RBS propõe três áreas estratégicas que merecem atenção para enfrentar os desafios acima mencionados. Estas áreas são importantes para os profissionais da TFCa. Em primeiro lugar, prioriza o aumento do valor da biodiversidade até o aumento da base económica e empresarial da região através da comercialização da biodiversidade. Teoricamente, isso deve contribuir para o elemento de integração económica e redução da pobreza. A este respeito, o RBS propõe-se a facilitar a criação de um mercado "verde" para proteger-se da exploração insustentável dos recursos. Em segundo lugar, o inventário e o

monitoramento de recursos é indicado como um objectivo estratégico. A Estratégia enfatiza a importância dos princípios de acesso e a repartição de benefícios dentro do tal sistema de inventário e monitoramento. A fim de alcançar isso, a Estratégia propõe o estabelecimento da legislação 'sui generis' (que é o único do seu tipo), bem como um protocolo de biodiversidade regional de protecção dos conhecimentos tradicionais, bem como a diversidade genética. A importância do estabelecimento de um protocolo de biodiversidade regional não será exposta exageradamente e será elaborada mais adiante. Em terceiro lugar, a consciencialização da biodiversidade; informação e programas de capacitação; e iniciativas de pesquisa e desenvolvimento são priorizados. Todas as três áreas estratégicas são evidências de melhorias no pensamento estratégico em relação à conservação da biodiversidade e reflecte abordagens modernas para a conservação.

Embora a Estratégia não aborde especificamente a conservação da biodiversidade dentro das TFCAs, as TFCAs são identificados como um dos vários pontos focais para facilitar a utilização sustentável da biodiversidade, e ao fazê-lo, a estratégia reconhece o âmbito ideológico das TFCAs. Sendo o único documento na SADC que dá uma visão holística da conservação da biodiversidade, a Estratégia fornece um indicativo para os responsáveis pela tomada de decisão quanto às questões que devem ser incluídas nos planos de gestão e políticas das TFCAs. Sendo um documento de políticas forte e bem elaborado, o RBS deve servir para reforçar ainda mais a actividade política e chegar a um consenso em relação a futura conclusão/reforma de instrumentos de 'hard law', tais como protocolos, especificamente destinados a fornecer o quadro jurídico para a criação de novas TFCAs e da regulação das TFCAs existentes.

O RBS é complementado pelo novo Plano de Acção Regional de Biodiversidade da SADC, de 2013 (RBAP). O RBAP visa operacionalizar a RBS e a NEPAD, entre outros. O RBAP foca-se, como uma de suas metas, em melhorar três áreas principais:

- uso sustentável;
- conservação; e
- acesso equitativo e repartição de benefícios.

Para atingir esta meta multi-facetada o RBAP identifica o reforço do quadro de governação das TFCAs como uma área estratégica fundamental. Para conseguir isso, o RBAP enfatiza a harmonização dos quadros jurídicos como uma acção fundamental. O RBAP faz mais um comentário geral sobre onde as TFCAs podem ser utilizadas e melhoradas, mas não fornece quaisquer medidas concretas para implementar as TFCAs, conforme descrito no Protocolo da Fauna ou RBS. Não obstante, o RBAP fornece mais orientações normativas para os profissionais da TFCA enquadrarem as suas actividades de gestão e contribuir para preencher o vácuo jurídico e de políticas descrita pelo RBS.

3.1.4 Convenções Internas

Em aditamento a maior parte desta discussão a qual proporcionou uma perspectiva continental e sub-continental sobre o assunto, há uma série de convenções internacionais relevantes que foram ratificadas pela maioria dos estados membros da SADC. Por uma questão de espaço alguns dos mais relevantes são listados abaixo, de maneira simples, com uma breve referência à intenção dos seus objectivos.

A **Convenção sobre Diversidade Biológica**, que entrou em vigor em 29 de Dezembro de 1993, foi inspirado pelo crescente compromisso da comunidade internacional para o desenvolvimento sustentável. Esta representa um passo a frente dramático na conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável dos seus componentes e a partilha justa e equitativa dos benefícios resultantes da utilização dos recursos genéticos (CBD, 2014).

A **Convenção sobre Espécies Migratórias**, também conhecida como **Convenção de Bonn**, visa a conservação das espécies migratórias terrestres, aquáticas e aves em todo o seu alcance (CMS, 2014).

A **Convenção sobre Zonas Húmidas de Importância Internacional**, denominada **Convenção de Ramsar**, é um tratado intergovernamental que estabelece o quadro de acção nacional e cooperação internacional para a conservação e uso prudente das zonas húmidas e dos seus recursos. É o único tratado ambiental global que trata de um ecossistema particular e foi adoptado na cidade Iraniana de Ramsar em 1971 (Ramsar, 2014).

CITES (Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Fauna e Flora) é um acordo internacional entre governos a fim de assegurar que o comércio internacional de espécimes de animais selvagens e plantas não ameace a sua sobrevivência. A convenção entrou em vigor em 1 de Julho de 1975 (CITES, 2014).

A **Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD)**, reconhece que a desertificação, em conjunto com as alterações climáticas e a perda de biodiversidade foram identificadas como os maiores desafios para o desenvolvimento sustentável durante a Cimeira do Rio, de 1992. Fundada em 1994, UNCCD é o único acordo internacional legalmente vinculante que liga o ambiente e o desenvolvimento para a gestão sustentável da terra. A Convenção aborda especificamente as zonas áridas, semi-áridas e sub-húmidas, conhecidas como as terras secas, onde alguns dos mais vulneráveis ecossistemas e populações podem ser encontrados (UNCCD, 2014).

4 O Valor de Conservação Transfronteiriça para os Estados Membros da SADC

Esta secção foi fornecida como um ponto de referência para qualquer participante ou grupo de participantes (proponente/s e/ou praticantes) que vê o potencial para a iniciação, criação e desenvolvimento de uma iniciativa de Conservação Transfronteiriça, e pretende compreender melhor o valor integral e ser capaz de organizar isto de modo a promover e desenvolver a ideia. O Instituto Nacional de Biodiversidade Sul-Africano iniciou esse processo para promover a necessidade da conservação da biodiversidade em geral, na África do Sul e esse processo é conhecido como "Making the case for Biodiversity" (SANBI, 2013). Isto foi confirmado pelo reconhecimento de que os argumentos tradicionais para a conservação com base no valor intrínseco das espécies e/ou ecossistemas ameaçados não encontra tracção dentro dos sistemas sócio-políticos com uma agenda de desenvolvimento predominante, e que os ecossistemas que são mantidos na sua condição natural são capazes de fornecer bens e serviços de ecossistemas de valor significativo para as sociedades e para as economias. Estes são, portanto, organizados como 'capital natural' e a persistência dos recursos da biodiversidade que os constitui pode ser visto como indicador da habilidade desses bens apoiarem os sistemas sócio-económicos.

Seis grandes categorias de valores são listados e discutidos a seguir, enquanto uma lista mais abrangente de benefícios potenciais é fornecida no Apêndice B, juntamente com a indicação das acções associadas, necessárias para perceber os benefícios e os possíveis desafios que os proponentes e profissionais podem encontrar.

4.1 Funcionalidade melhorada dos ecossistemas

Talvez o argumento mais óbvio que poderia ser apresentado como motivação para a criação de iniciativas de conservação transfronteiriça são as fronteiras políticas e os processos que os põem em prática conhecidos por ignorar os limites naturais e os processos entre ecossistemas (WWF e ICIMOD, 2001). Isto é particularmente evidente quando se visualiza um mapa da África Austral, onde muitas das fronteiras internacionais são linhas rectas, cujas posições na paisagem foram determinadas pelas potências coloniais. Isto é evidente nas fronteiras entre Angola, Zâmbia, Zimbabwe, Botswana e Namíbia, onde a KAZA TFCA está a ser desenvolvida; bem como entre Moçambique, Suazilândia e África do Sul, onde o trabalho da TFCA de Lubombo está a ser concentrado.

Como resultado, os ecossistemas de várias escalas em todo o mundo estão divididos por fronteiras internacionais e tendo a implicação de várias partes desses sistemas dentro dos respectivos países serem submetidos a diferentes regimes de gestão em políticas e quadros jurídicos e contextos sócio-económicos diferentes. O resultado desta imposição política na fragmentação dos ecossistemas é que muitas vezes a sua capacidade de funcionar em condições óptimas e reter os seus conjuntos de espécies naturais é altamente comprometida. A capacidade das agências governamentais e organizações não-governamentais de atingir as metas de conservação da biodiversidade de forma independente sob essas circunstâncias também está comprometida (WWF e ICIMOD, 2001).

A realização das implicações ecológicas das fronteiras políticas e institucionais foi bem documentada e discutida e é sem dúvida a razão para o surgimento do conceito de "gestão de ecossistemas". Grumbine (1994) fornece um relato da evolução deste conceito e segue a pista da história da sua aplicação nos EUA. O que é evidente a partir desta publicação é que o conceito não é novo e que a ciência e a filosofia por trás deste foram apresentados pelos pioneiros de conservação, tais como Aldo Leopold no final de 1940, e mesmo antes disso pela Sociedade Ecológica da Comissão Americana para o Estudo de Plantas e Comunidades de Animais no início de 1930. Mais recentemente e de forma adequada para a conservação transfronteiriça o conceito é reconhecido por Sandwith et al. (2001) que afirmam que, quando um sistema natural ou captação de água atravessa um ou mais limites e, de forma consistente com a abordagem ecossistêmica, que deve ser gerida como uma unidade ecológica para manter os processos ecológicos essenciais e sistemas de suporte de vida. Também Vasilijević (2012a) afirma que, embora os objectivos de conservação transfronteiriça podem variar entre a realização de metas sociais, económicas e políticas, as Áreas de Conservação Transfronteiriças são sustentadas principalmente pelo raciocínio ecológico. Este sentimento é claramente reflectido nas definições dadas na Secção 0, onde o termo "ecologicamente conectado" é usado repetidamente, e neste está implícito que a conservação transfronteiriça irá, por exemplo, trabalhar para a melhor realização da reconexão de migrações sazonais, permitindo a deriva genética, adaptação às mudanças climáticas e à redução do risco de extinções locais, ou seja, abraçar os princípios de biogeografia de ilhas.

Uma série de exemplos da África Austral de Áreas de Conservação Transfronteiriças estabelecidas ilustra o valor da conectividade dos ecossistemas, mesmo que a fronteira política pode parecer ecologicamente adequada. O exemplo que ilustra o último aspecto é o Património Mundial Maloti Drakensberg Park, cuja fronteira internacional entre Lesoto e África do Sul é o divisor de águas no cume da escarpa Drakensberg. Embora existam funções do ecossistema que são, compreensivelmente, divididas ao longo desta fronteira política e natural unicamente coincidência; há também espécies endémicas, fundamentais e representativas, como o abutre do Cabo (*Gyps coprotheres*) e o abutre barbudo (*Gypaetus barbatus*), dependentes da bio-região de Maloti Drakensberg ligando assim ecossistemas aparentemente separadas. Além destes há exemplos do Parque Transfronteiriço Kgalagadi entre o Botswana e a África do Sul, onde a fronteira internacional é o Rio Nosob; e a Paisagem Cultural Mapungubwe, na afluição dos rios Limpopo e Shashe que são as fronteiras entre a África do Sul e o Botswana, e entre o Botswana e o Zimbábwe, respectivamente.

4.2 Resiliência das Mudanças Climáticas

De uma perspectiva de resiliência das mudança climática pode ser reconhecido que, onde for tomada uma abordagem de gestão de ecossistema e áreas muito maiores são colocadas sob regimes de gestão sustentável, isso irá melhorar a funcionalidade dos ecossistemas e da persistência dos recursos da biodiversidade que os constitui. Como tal, estas áreas serão mais resistentes aos impactos projectados das mudanças climáticas. Embora seja recomendado que os praticantes e proponentes da TFCA devem entender melhor o que essas projecções significam para as suas áreas de interesse e/ou jurisdição, é suficiente saber que mudanças ocorrerão e que estas provavelmente irão manifestar-se no movimento de biomas e habitats, com espécies associadas movimentando-se e adaptando-se em conformidade.

No Plano de Acção para a Biodiversidade da SADC (SADC, 2013) o Quarto Relatório de Avaliação (AR4) do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) é citado como afirmando que África é particularmente vulnerável à influência das alterações climáticas, com a África do Sul já a experimentar um aumento de variação do clima através de inundações e secas, as quais estão projectados para aumentar em intensidade. O Plano de Acção para a Biodiversidade continua a confirmar que as ramificações da biodiversidade serão mudanças em grupos de espécies, perda, expansão e realocação de habitats e mudanças na fenologia e fisiologia (parmesan e Yohe, 2003), bem como a perda de serviços ecossistêmicos (Kanji et al, 2006).

Uma das "Grandes descobertas" listadas no AR4 do IPCC, que têm relevância directa para estas Directrizes e do valor ecológico das TFCAs é "tornar o desenvolvimento mais sustentável, alterando a trajectória do desenvolvimento poderá fazer uma grande contribuição para a mitigação das mudanças climáticas e a adaptação e para a redução da vulnerabilidade". No seu trabalho sobre Corredores de Adaptação Climática, a Parceria de Acção Climática (CAP) confirma que o melhor que pode ser feito neste momento é aumentar a capacidade dos ecossistemas e das espécies de se adaptarem às mudanças a longo prazo; usando uma rede de corredores (CAP, 2011). Escusado será dizer que a criação e o desenvolvimento de TFCAs são de importância estratégica para alcançar este objectivo.

4.3 Bem-estar Social e resiliência económica melhorada

Embora alguns dos estados membros da SADC incluem nódulos que podem ser considerados como representando economias desenvolvidas, a maior parte da região da SADC é caracterizada por economias em desenvolvimento, as quais são caracterizadas por comunidades carentes sem acesso a serviços básicos e infra-estruturas. Neste contexto de conservação como uso da terra, geralmente não tem muito apoio, pois é interpretado como estando a obstruir o desenvolvimento. Como resultado, a conservação tem sido promovida em função da geração de renda e das oportunidades relacionadas, associadas ao turismo baseado na natureza. Embora existam muitos exemplos onde isso funcione e se realizem benefícios tangíveis, especialmente quando áreas muito maiores e ecologicamente viáveis se tornam acessíveis através de TFCAs, há um conceito mais amplo que deve ser abraçado, pois existem muito mais possibilidades de as TFCAs serem apoiadas pelas comunidades afectadas e responsáveis pela tomada decisões.

Nas duas secções anteriores, a capacidade das TFCAs de melhorar a funcionalidade dos ecossistemas foi discutida e na Secção 1.2 o conceito de recursos naturais e seus ecossistemas que sustentam as sociedades e as economias foi aludido e ilustrado. É cada vez mais evidente que a abordagem "business as usual" para alcançar o desenvolvimento sócio-económico está a corroer a base de recursos naturais levando ao aumento da vulnerabilidade, que é agravada pelos impactos das mudanças climáticas. As TFCAs oferecem uma solução para este dilema, através da promoção de práticas de uso sustentável da terra e a funcionalidade dos ecossistemas reforçada, acima referidos.

Na sequência da discussão introduzida no início desta Secção relacionada com o conceito de SANBI "making the case for biodiversity", foi o trabalho da Avaliação Ecosistêmica do Milênio (MEA), que revelou o conceito de capacidade da natureza para produzir e entregar bens e serviços do ecossistema que contribuam significativamente para o bem estar social e a resiliência económica (MEA, 2005). Nesta publicação o pacote da MEA dos bens e serviços ecossistémicos está dividido em quatro categorias que em seguida são explicados com mais detalhes. Também fornece uma ilustração do significado destes valores para o bem-estar da sociedade (ver Figura 2). O cerne deste argumento é que os proponentes e praticantes de TFCA devem abandonar a abordagem tradicional de turismo baseado na natureza para promover a relevância sócio-económica dos seus empreendimentos, e fazer um balanço do valor total das suas áreas de interesse e responsabilidade. A discussão a seguir irá ajudar neste processo, mas a recente publicação feita por Kettunen e ten Brink (2013), "Benefícios sociais e económicos das Áreas Protegidas: Guia de Avaliação", não só reconhece o valor desta abordagem, mas fornece orientações práticas de como realizar o tal 'inventário'.

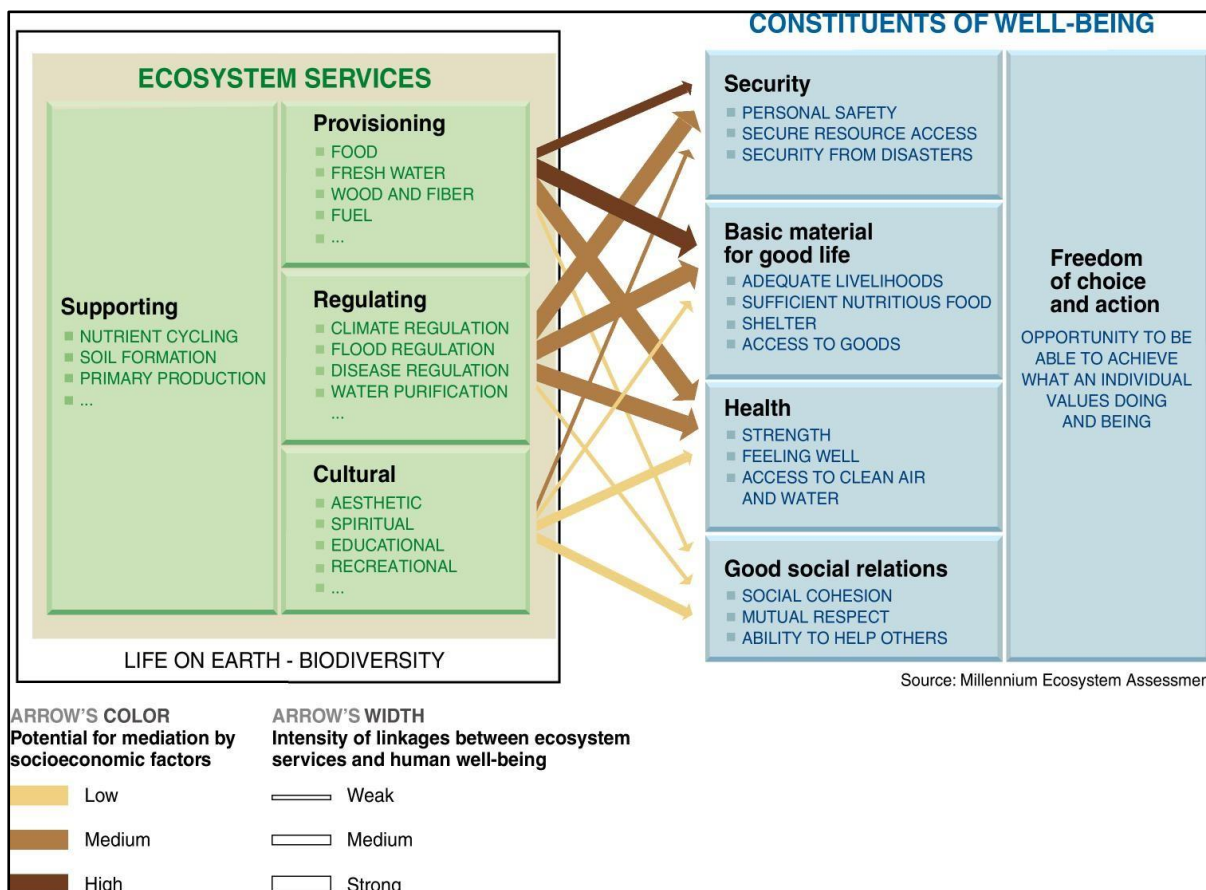


Figura 2: Ilustração das ligações entre os serviços dos ecossistemas (incluindo bens) e as componentes do bem-estar (© MEA, 2005)

Tendo em consideração o surgimento relativamente recente desses conceitos e a sua importância em termos de relevância sócio-económica das TFCAs, no Apêndice C são fornecidos antecedentes, extraídos do MEA (2005). Esta informação adicional foi incluída, a fim de proporcionar ao leitor uma melhor compreensão da variedade de bens e serviços do ecossistema que podem ser produzidos e fornecidos pela natureza.

Como parte do 'inventário' que é recomendado acima, os proponentes e praticantes da TFCa também devem controlar as ligações desses valores para os beneficiários. Em muitos casos, os beneficiários podem até não estar cientes de que se estão a beneficiar da natureza. Num trabalho recente realizado para avaliar a contribuição da natureza para a economia da província de KwaZulu Natal, na África do Sul, como parte do crescimento da província e da estratégia de desenvolvimento, a grande maioria dos entrevistados a um questionário voltado para o sector económico, não

demonstrou o reconhecimento da sua vulnerabilidade à escassez de água (ZEES, 2012); enquanto que o Departamento nacional de Assuntos Hídricos ilustra claramente que o sistema natural de água doce de que a economia da província é dependente está sob muita pressão (DWA, 2009). Os trabalhos posteriores nessa área tem gerado uma quantidade significativa de apoio para a necessidade de investir na restauração e gestão sustentável das áreas naturais remanescentes na bacia, todo com base na capacidade da natureza de fornecer serviços ecossistêmicos (SANBI, 2013). Uma vez que estas ligações são bem conhecidas e até mesmo quantificadas, a capacidade de posicionar melhor as TFCAs num cenário sócio-económico mais amplo será significativamente melhorada.

4.4 Reconectando Vínculos Culturais

De acordo com o Grupo de Especialistas da IUCN WCPA em Valores Culturais e Espirituais das Áreas Protegidas (CSVPA) valores culturais de áreas protegidas referem-se aos valores que as diferentes culturas dão a esses recursos naturais do ambiente que para eles têm um grande significado e muita importância e, dos quais depende a sobrevivência da sua cultura. Os valores espirituais das áreas protegidas referem-se ao significado transcendente ou imanente de características específicas da natureza, que põem as pessoas em contacto com uma realidade mais profunda, maior que eles próprios que dá sentido e vitalidade às suas vidas e os motiva a reverenciar e cuidar do meio ambiente. No caso das áreas prioritárias que são ou incluem lugares sagrados, estes valores estão intimamente relacionados com as crenças e práticas de tradições indígenas e de religiões dominantes. Mas as áreas protegidas também têm significado cultural e espiritual para as pessoas que não se consideram religiosas - como lugares de inspiração, símbolos de identificação, etc (http://www.iucn.org/about/work/programmes/gpap_home/gpap_people/gpap_tilcepa/gpap_spiritual/) (Veja também a discussão sobre "serviços culturais" na Secção 3.2).

A relevância cultural de TFCAs emprega o princípio muito necessário de integrar as comunidades locais indígenas e tradicionais na criação, planeamento e gestão das áreas protegidas, mais amplamente (Beltrán, 2000 e Borrini-Feyerabend et al, 2004). Isso baseia-se no conhecimento de que as comunidades tradicionais, muitas vezes têm fortes laços culturais com o seu ambiente natural (GDF, CEESP e WCPA de 2010, e Papayannis e Mallarach, 2009) e que, reconhecendo e aprofundando estas ligações, é possível aumentar a motivação e a credibilidade das iniciativas TFC, especialmente onde as características do património cultural foram divididas por fronteiras políticas.

É importante que os proponentes de iniciativas TFC se desafiem a pensar além da biodiversidade tradicional e dos argumentos ecológicos para trabalhar entre fronteiras, e explorar a medida de existência de elementos do património cultural dentro e na área adjacente à sua área de foco. Isso não irá só fornecer um significado adicional à sua iniciativa, mas vai servir para fornecer um ponto de partida sólido para fortalecer a ligação com as comunidades indígenas e tradicionais dos locais afectados. Em muitos casos, a comunidade pode ter começado a perder ou já ter perdido a sua relação com o meio natural e as suas raízes culturais, e pela busca activa destas ligações, é possível que estas possam ser reacendidas e/ou ressuscitadas.

Embora existam muitas facetas do património cultural que são relevantes para esta discussão, tais como história e arqueologia, são as facetas do património vivo que incorporam as ligações entre as comunidades tradicionais e a natureza que são, possivelmente, de maior relevância para as iniciativas TFC. Tais ligações são fortemente manifestadas no seio das comunidades de caçadores-

colectores, como os #Khomani San no Parque Transfronteiriço Kgalagadi entre a África do Sul e o Botswana. No entanto, a mais poderosa iniciativa regional é a Paisagem Cultural de Mapungubwe. Outro exemplo de onde o património cultural significativo aprimorou uma iniciativa TFC é o da Paisagem Cultural Mapungubwe situado num vale antigo na afluência dos rios Limpopo e Shashe, que servem como fronteiras entre a África do Sul e o Botswana, e entre o Botswana e o Zimbabwe, respectivamente. A área tem grande relevância ecológica, e hospeda a maior população de Elefante Africano em terras privadas em África, e tem um grande potencial como uma grande reserva de caça. No entanto, é possível que a sua característica mais relevante seja o facto de ter sido o centro de um dos primeiros poderosos reinos indígenas na África Austral. Foi criado pelos antepassados culturais dos actuais povos Shona e Venda, entre os anos 900 dC e 1300, como é evidente em mais de 400 pontos arqueológicos na região (UNESCO, 2010). Este lugar de grande valor patrimonial cultural deve servir para assegurar a gestão colaborativa transfronteiriça dos ecossistemas e a biodiversidade, que não podia ter sido possível sem a descoberta dos pontos arqueológicos que são evidência das ligações de património cultural.

4.5 Fortalecimento da integração regional

É evidente de várias fontes da SADC que o valor de integração já é bem conhecido, como aludido na introdução destas Directrizes. Primeiro, a SADC desenvolveu o Plano Indicativo Regional de Desenvolvimento Estratégico de 15 anos (RISDP), em 2003, analisou os progressos alcançados e fez a sua implementação no período de 2005 a 2010, e publicou um relatório em 2011 (SADC, 2011). Este relatório refere-se ao desenvolvimento do quadro da SADC sobre as Áreas de Conservação Transfronteiriça (Ron, 2007), que foi aprovado pela Comissão Integrada de Ministros em 2007. Estas estratégias, juntamente com o Protocolo da SADC sobre a Conservação da Fauna e Aplicação da Lei (SADC, 1999), indicam claramente que as Áreas de Conservação Transfronteiriça têm o potencial para aprofundar a cooperação regional, promover a paz e a estabilidade, assegurar a utilização sustentável dos recursos naturais, bem como proporcionar oportunidades de desenvolvimento económico através do turismo baseado na natureza.

A ideia de que conservação transfronteiriça poderia promover a integração regional foi ilustrado nas Boas Práticas da Directriz n.º 7 da IUCN sobre a Área Protegida, compilado por Sandwith et al (2001) e intitulado "Áreas Transfronteiriças Protegidas para a Paz e Cooperação". Esta publicação inclui uma lista de benefícios potenciais que podem ser gerados por meio de esforços de conservação transfronteiriça e entre estes, os seguintes pontos estão directamente relacionados com o reforço da integração regional e a promoção da paz e da estabilidade, nomeadamente:

- Construir a confiança, a compreensão, a reconciliação e a cooperação entre países, comunidades, agências e outras partes interessadas;
- Prevenção e/ou resolução de tensão, inclusive o acesso excessivo aos recursos naturais; e
- Promover a resolução de conflitos armados e/ou a reconciliação após conflitos armados.

Nas Directrizes revistas da IUCN este aspecto foi desenvolvido de forma bastante significativa e inclui uma afirmação que diz que o estabelecimento de um diálogo entre os gestores da área protegida, comunidades locais, ONGs, cientistas, governos locais e políticos, em tempos de instabilidade política, incentiva a segurança regional e a construção da paz. Os Parques da Paz parecem ser a opção preferível em iniciativas de conservação transfronteiriças, onde há uma falta de confiança

significativa e compreensão entre as principais partes envolvidas, ou há um conflito territorial. A Conservação transfronteiriça abre novos canais de negociação e comunicação, e desse modo, reforça e melhora as relações diplomáticas entre os países (Westing, 1998; McNeely, 2003; Ali, 2010).

Considerando a possibilidade de que os processos TFCA muitas vezes ocorrem em áreas remotas e periféricas para as prioridades do país, os seus proponentes e praticantes chamam atenção à capacidade institucional e as oportunidades de desenvolvimento que podiam não ter acontecido de outra forma. Na ausência de tal atenção estas áreas fronteiriças periféricas seriam uma base de criação da marginalização social e descontentamento, nas quais a inquietação e a instabilidade poderia aumentar. Portanto, é do interesse dos países participantes promover a criação e o desenvolvimento de TFCAs.

No processo de criação da Área de Conservação e Desenvolvimento Transfronteiriço de Maloti Drakensberg (MDTFCDA), tornou-se evidente que as estratégias de conservação da biodiversidade e de desenvolvimento sócio-económico que estavam a ser formuladas foram significativamente ameaçadas pela prevalência de actividades criminosas transfronteiriças, ou seja, roubo de gado e contrabando de drogas e de armas. Em resposta a esta realização Comissão Directiva Bi-lateral concordou em utilizar os recursos do projecto para apoiar um processo de compilação de uma Estratégia de Segurança Transfronteiriça. Este processo envolveu uma série de conferências com representantes da conservação, policiamento, defesa e agências aduaneiras de ambos os países. Como tal, esta forneceu uma plataforma a partir da qual estes grupos foram capazes de diálogo e partilhar ideias, preocupações, percepções, expectativas, etc, e colectivamente formar estratégias e acções destinadas a resolver o crime transfronteiriço. Enquanto isto ajudou no alcance do reforço de uma integração regional e na promoção da estabilidade entre o Lesoto e a África do Sul, também melhorou a integração de um ambiente favorável em que o MDTFCDA estava sendo estabelecido.

Note que o exemplo acima, embora seja sectorial e potencialmente adequado para a Secção seguinte, providenciou uma oportunidade de trabalhar num nível estratégico, portanto, não é relevante, como um exemplo de gestão do dia-a-dia.

4.6 Melhor Eficácia na Gestão do Dia a Dia e Aplicação da Lei

Não há como negar que os processos necessários para iniciar, criar e desenvolver as TFCAs exigem custos de transacção, que na maioria dos casos, excedem os recursos financeiros disponíveis para as agências de conservação dos respectivos países participantes. De facto, se os proponentes e praticantes da TFCA aderirem aos princípios e seguirem estas Directrizes, irão certamente precisar de recursos financeiros adicionais. E mesmo assim o aumento da eficiência da gestão do dia-a-dia e aplicação da lei é aqui apresentado como um valor de motivação para a TFCA? Embora seja improvável que esse valor será, por si só, suficiente para equilibrar os custos de transacção adicionais, a eficiência operacional reforçada é um começo significativo para trabalhar em direcção a legitimação da conservação como um uso da terra.

A Secção 3.1 discute os méritos das TFCAs do ponto de vista da gestão do ecossistema, então deve-se seguir que, se os processos são postos em prática para facilitar a gestão dos ecossistemas através de fronteiras internacionais, a partilha dos recursos humanos, financeiros, logísticos e de infra-

estrutura disponível para tal gestão devem ser benéficos. Reconhece-se que é provável que as agências e as partes interessadas dos países participantes não estejam igualmente providos de recursos, e que essa partilha de recursos pode esgotar uma base de recurso em benefício de outro, mas se isso for feito estrategicamente sob a orientação de um plano de gestão conjunta, as possibilidades desses benefícios se materializam são boas.

Exemplos detalhados do que essas eficiências podem implicar são dados na tabela de benefícios potenciais previstos no Apêndice B, mas vale a pena notar que o mais antigo TFP de África, o Kgalagadi TFP, deve a sua existência aos administradores de parques do Parque Nacional Gemsbok em Botswana (proclamado em 1971) e do Parque Nacional do Kalahari Gemsbok na África do Sul (proclamado em 1931) que chegaram a um acordo verbal, em 1948, para colaborar em questões de gestão do dia-a-dia, embora o Park em Botswana ainda não existisse. Hoje, essa TFP continua a crescer foremente, agora, com ligações com a Namíbia. Um exemplo mais recente é o de operações policiais acrescidas na TFCA de Malawi/Zâmbia onde é noticiado que as populações de animais selvagens estão a aumentar como resultado dessa colaboração (PPF, 2012) (Veja o caso de estudo para obter mais detalhes.)

Caso de Estudo: Operação Conjunta da Aplicação da Lei na TFCA Nyika

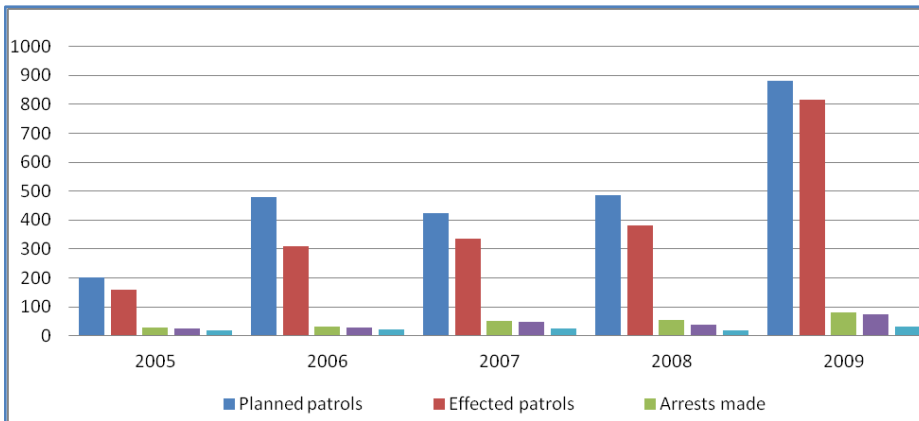
Resumo da apresentação feita por Humphrey Nzima

Em 13 de Agosto de 2004, foi assinado um Memorando de Entendimento entre os Governos do Malawi e da Zâmbia para iniciar a criação das Áreas de Conservação Transfronteiriça de Malawi-Zâmbia (TFCA), incorporando o Parque Nacional do Nyika em Malawi, a Reserva Vwaza Marsh Wildlife, o Parque Nacional de Kasungu e o Parque Nacional Nyika na Zâmbia, e as Reservas Florestais Lundazi- Mitengi e Mikuti, Área de Gestão de Caça Musalangu, Parque Nacional Lukusuzi e Parque Nacional de Luangwa Norte, num total de 32.788 km². A componente Nyika-North Luangwa da TFCA de Malawi-Zâmbia foi priorizada como uma área inicial de desenvolvimento, e o Plano de Gestão Conjunta identificou a melhoria da Aplicação da Lei da Fauna na área de Nyika como a maior acção prioritária. Como resposta, foi lançado em 2005 um projecto de Apoio à Aplicação da Lei, que com o financiamento da Peace Parks Foundation funcionou até 2009.

O projecto conjunto de Apoio à Aplicação da Lei centrou-se nos seguintes aspectos:

- O estabelecimento de uma estrutura de comando conjunto com liderança rotativa;
- Um sistema padrão de apoio ao racionamento para garantir as disparidades a este respeito fossem equilibradas e que guardas florestais fossem igualmente fornecidos;
- Um sistema comum de comunicação dentro da área de foco;
- A partilha de informações; e
- Formação conjunta e orientação por intermédio de um Consultor de Aplicação da Lei, que também seria responsável pelo apoio logístico e incentivos para o bom desempenho

Os resultados deste esforço conjunto estão refletidos na figura abaixo que ilustra até que ponto as patrulhas planeado e efectuadas trouxeram um aumento de prisões efectuadas.



Infelizmente os ganhos obtidos através deste projecto chegou ao fim em 2009, quando o financiamento terminou. Felizmente essa situação foi restabelecida em 2012 com a renovação do financiamento e à reintrodução do Assessor da Aplicação da Lei.

Este projecto tem realizado uma série de lições importantes como se segue:

- O apoio de alto nível é crucial para estabelecer o ambiente que habilita a aplicação conjunta da lei e um Memorando de Entendimento não é suficiente para proporcionar tal ambiente, aspira-se a celebração de um Tratado sobre a TFCA;
- A harmonia entre as estruturas responsáveis pela aplicação da lei é necessária no terreno, a fim de melhorar o ambiente propício para as operações conjuntas; e
- A presença contínua de "um agente e mentor" é a chave para uma operação policial conjunta bem sucedida.

4.7 Pesquisa coordenada

O valor potencial ecológico, social e económico de uma TFCA continua a ser um pressuposto infundado, até ser verificado por meio de uma pesquisa e/ou acompanhamento científico e avaliação. A Pesquisa coordenada é, portanto, um pré-requisito para o estabelecimento e desenvolvimento de iniciativas TFCA. A gestão das populações de elefantes no Kruger National Park, especificamente a preservação dos números da população num nível anteriormente considerado sustentável, é um exemplo disso. Supunha-se que a pressão do elefante sobre a biodiversidade do Kruger seria aliviada através da abertura da fronteira entre Kruger e do Parque Nacional do Limpopo, em Moçambique. No entanto, o primeiro esforço de mudança falhou, tendo como resultado o regresso dos animais territoriais às suas áreas originais dentro do Kruger. Desde então, relata-se que mais de 1.000 elefantes atravessaram a fronteira para o Parque Nacional do Limpopo por vontade própria (PPF, 2012). A capacidade de pesquisa dentro do Kruger é substancial com trabalho reconhecido internacionalmente sendo produzido, e em particular em relação ao desafio da gestão do elefante. Como a tendência de movimento do elefante de Kruger para o Parque Nacional do Limpopo continua, esta capacidade de pesquisa terá de ser compartilhada.

Do ponto de vista da SADC, é provável que a coordenação da pesquisa ocorra além dos limites das TFCA's específicas, pois existem questões ligadas ao ecossistema e à gestão de espécies que são comuns a muitos dos países da SADC e as suas iniciativas TFCA. A investigação sobre a dinâmica populacional de elefante é novamente um bom exemplo, pois ocorre na maioria dos TFCA's da SADC, e as mesmas pressões que foram exercidas para parar o abate de elefante no Kruger, e também

predominante em toda a região da SADC. Portanto, é possível que, através da Rede de TFCA da SADC, muito pode ser feito para coordenar a pesquisa de questões que são comuns, e recomenda-se que seja estabelecido um fórum de pesquisa de TFCA da SADC a fim de trabalhar para formar essa coordenação.

4.8 Partilha de Conhecimentos e Competências

A partilha de conhecimentos e a transferência de competências envolve a troca de informações técnicas, científicas e jurídicas para a gestão conjunta do ecossistema, incluindo a partilha da biodiversidade e competências de gestão de recursos cultural e experiências, e a gestão de informação e pesquisa cooperativa. Há também oportunidades em torno da partilha de informações, e na duplicação viável de governação e modelos de subsistência alternativos desenvolvidos num específico país ou região de uma TFCA. Outros temas relevantes/adequados para a partilha de conhecimento e de iniciativas/programas de transferência de competências incluem:

- investigação científica/investigação aplicada
- Governação e reforma institucional
- Práticas de conservação e gestão de recursos culturais
- Reforma jurídica e política
- Protecção e aplicação da lei
- Desenvolvimento de alternativas/meios de subsistência e modelos de partilha de benefícios apropriados
- Mecanismos de financiamento sustentáveis
- Formação conjunta e desenvolvimento de capacidades
- Sistemas de gestão de informações

5 O Status Quo das Áreas de Conservação Transfronteiriça na Região da SADC

O propósito de incluir esta Secção nas Directrizes é de fornecer uma base a partir da qual pode-se rastrear o progresso desde a sua implementação até a sua revisão. Reconhece-se no entanto, que um sistema de avaliação de desempenho mais robusto encontra-se preparado para acompanhar os progressos nas TFCAs individuais da SADC, mas este Status Quo oferece a oportunidade de ganhar uma sensação geral de como a implementação deste conceito está a progredir na SADC como um todo. A Secção fornece um resumo do Status Quo das TFCAs da SADC (Tabela 2) e uma avaliação crítica com base nas informações apresentadas no Anexo D. A Figura 3 apresenta uma ilustração da localização e extensão destes TFCAs enquanto mapas de escala mais fina são fornecidos em discussões detalhadas no Apêndice D. A informação foi apresentada para solucionar uma lista de tópicos para cada uma das iniciativas de TFC da SADC, e grande parte da informação aqui contida foi obtida por intermédio do 'Peace Parks Foundation', que reuniu esta informação para o seu Balanço Anual de 2013. Embora o Balanço Anual da PPF para 2013, não estivesse ainda concluída no momento da elaboração deste texto, a informação foi obtida no seu website (www.peaceparks.co.za) com a certeza de que era a informação mais actualizada disponível, e que tinha sido verificada por cada um dos respectivos praticantes de TFCA. No caso em que a informação não estava disponível através desta fonte, foi obtida por meio de outras fontes e, sempre que possível, directamente dos praticantes da TFCA envolvidos.

Os aspectos abordados nesta Secção fornecem informações sobre o seguinte:

- O tipo de TFCA e os países envolvidos;
- Se alguns estudos de viabilidade foram realizados como parte do processo que levou à criação da iniciativa;
- O status e o tipo de acordos em vigor;
- O tipo de estrutura de governação/s em vigor;
- Principais razões para a criação do TFCA;
- Uma indicação de benefícios que tiverem sido obtidos;
- Todas as questões fundamentais de que se deve tomar conhecimento, por exemplo, barreiras ao progresso, ou exemplos de boas práticas; e
- Se existe um plano de viabilidade preparado a longo prazo, especificamente aquele que aborda a viabilidade financeira?

A partir das informações reunidas, pode-se observar que existem actualmente dez TFCAs que foram estabelecidas com quatro destas tendo já Tratados assinados, e os outros seis com Memorandos de Entendimento. Fora destas, há mais oito TFCAs na fase de concepção, embora algumas já estejam em funcionamento há algum tempo, mas falta-lhes um reconhecimento formal. Estes números são um pouco ilusórios, pois uma das TFCAs criadas; a TFCA de Lubombo tem cinco TFCAs aninhados dentro da iniciativa principal e para a qual foram assinados "protocolos". Isto levanta a questão da interpretação, já que a definição de um "protocolo" sugere que pode referir-se a um acordo internacional que suplementa ou altera um tratado. Portanto, é necessário mais trabalho no sentido de melhor categorizar as TFCAs da SADC e a Secção 7.2, que fornece informações sobre a governação, pode dar auxílio nesse aspecto.

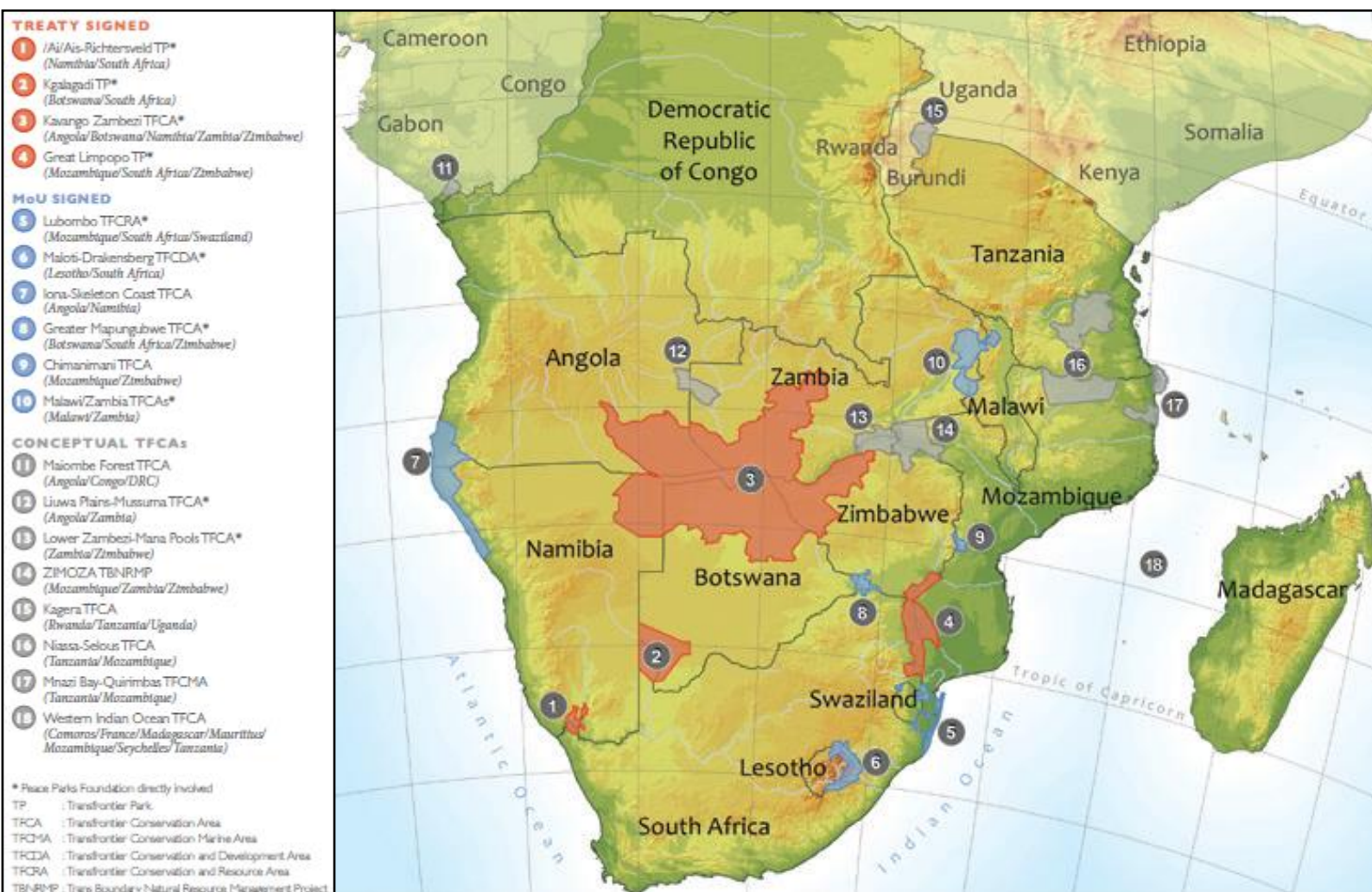


Figura 2: A localização e o estado actual das iniciativas de Conservação Transfronteira dentro e entre os estados membros da SADC (© www.peaceparks.co.za).

Table 2: Resumo do status quo de TFCAs da SADC (os espaços em branco reflectem a indisponibilidade de informações, no momento da elaboração do texto)

TFCA	PAÍSES ENVOLVIDOS	TIPO DE ACORDO	ESTRUTURAS DE GOVERNAÇÃO	PRÉ e/ou ESTUDOS DE VIABILIDADE	REGISTO DE M & E e/ou METT	PLANO DE VIABILIDADE À LONGO PRAZO
Parque Transfronteiriço /Ai /Ais-Richtersveld	África do Sul e Namíbia	MoU assinado em	Comissões técnicas e ministeriais Bi-lateral	Consulta Extensa à comunidade	À nível de SANParks, mas não de TFP	Financiamento de doadores
Parque Transfronteiriço de Kgalagadi	Botswana e África do Sul	Acordo Bi-lateral, assinado em 1999	Comissão de gestão conjunta	Acordos formais com base em evidências de colaboração de gestão no terreno	À nível de SANParks, mas não de TF	Financiamento de doadores
Área de Conservação Transfronteiriça Kavango Zambezi (KAZA)	Angola, Botswana, Namibia, Zambia e Zimbabwe	Tratado Multi-nacional assinado em 2011	Secretariado e agência de implementação	Existe um relatório de pré-viabilidade datado de 2006, que é uma estratégia subjectiva de avançar coma iniciativa em vez de uma avaliação de viabilidade objectiva. O facto de que este é concluido recomendando uma "conferência de doadores" realça a perpetuação da dependência por doadores	Em princípio de estabelecimento	Financiamento de doadores

Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo	Moçambique, África do Sul e Zimbabwe	Acordo Tri-lateral, assinado em 2000 e Plano Operacional Conjunta	Comissão ministerial, comissão do conselho de gestão conjunta	Estudos financiados pela GEF em 1991 e 1996	À de nível SANParks, mas não de TFP.	Financiamento de doadores
Área de Recursos e Conservação Transfronteiriça de Lubombo	Moçambique, Suazilândia e África do Sul	Protocolo Geral Tri-lateral, assinado em 2000	Comissão ministerial, Comissão e grupos-tarefas	A Iniciativa de Desenvolvimento Estratégico de Lubombo é visto como o precursor da TFCA.	Nenhum	Financiamento de doadores
Área de Desenvolvimento e Conservação Transfronteiriça de Maloti-Drakensberg	Lesoto e África do Sul	MoU Bi-lateral assinado em 2000	Unidades de implementação do projetos e comissão bilateral	Um projecto de três anos, foi comissionado para preparar o pedido de financiamento do GEF e estavam incluídos numerosos estudos sobre os vários aspectos relacionados com o projecto.	None	Nenhum Os respectivos governos continuam a apoiar as estruturas de governação com uma pequena unidade de implementação de projecto na África do Sul. O financiamento de doadores foi assegurado para apoiar a implementação no Lesoto.
TFCA Iona-Skeleton Coast	Angola e Namíbia Angola and	MoU assinado em 2003				

	Namibia					
Área de Conservação Transfronteiriça Greater Mapungubwe	Botswana, África do Sul e Zimbabwe	MoU assinado em 2006		Relatório da CESVI (2003) sobre o uso da terra e as opções de gestão de recursos	Apenas em termos de receitas geradas e distribuídas aos beneficiários.	Financiamento de doadores
TFCA de Chimanimani	Moçambique e Zimbabwe	Não há dados disponíveis, mas Moçambique está em processo de iniciar a criação e o desenvolvimento deste TFCA com o financiamento da GEF, porém, existem Tratados significantes relacionados com a mineração artesanal de ouro.				
Área de Conservação Transfronteiriça de Malawi-Zâmbia	Malawi e Zâmbia	MoU assinado e foram estabelecidas equipas de gestão de projectos, em seguida às reuniões bilaterais em 2003	Comissão Bi-lateral e uma unidade de implementação	Um estudo PPF precedeu o acordo do governo para explorar a possibilidade da TFCA.		Financiamento de doadores
Área de Conservação Transfronteiriça da Floresta do Maiombe	Angola, Congo e República Democrática do Congo	Em processo		Estudos foram recomendados	N/A	
Área de Conservação Transfronteiriça de Liuwa Plains -	Angola e Zâmbia	Em processo	Nenhum actualmente	Nenhum	N/A	Não é actualmente conhecido

Mussuma						
Área de Conservação Transfronteiriça do Baixo Zambeze - Mana Pools	Zâmbia e Zimbabwe	Em processo	Nenhum actualmente	Nenhum	N/A	Não é actualmente conhecidos
Projecto de Gestão de Recursos Naturais Transfronteiriço de Zimoza	Moçambique, Zâmbia e Zimbabwe	Na fase de concepção				
Área de Conservação Transfronteiriça de Kagera	Ruwanda, Tanzania e Uganda	Em fase de concepção				
Corredor de protecção de vida selvagem Selous e Niassa	Moçambique e Tanzânia	Memorando de Entendimento sobre cooperação transfronteiriça, assinado em 2007	Organizações de base comunitária administram as áreas de Gestão da Vida Selvagem	Projectos GTZ e GEF	Nenhum	Financiamento de doadores
Área de Conservação Transfronteiriça Marinha Mnazi Bay-Quirimbas	Moçambique e Tanzânia	Em fase de concepção				
Área de Conservação Transfronteiriça do Ocidente do Oceano Índico	Comores, França, Madagáscar, Maurícias, Moçambique, Seychelles e Tanzânia	Em fase de concepção				

5.1 Observações das Informações do Status Quo e Resumo Geral

Na introdução a esta Secção, foi afirmado que um dos seus principais objectivos era fornecer uma base a partir da qual se poderia medir o progresso a médio e longo prazo. Além disso, também auxilia na identificação das lacunas existentes nos processos que tenham sido seguidos na iniciação, criação e desenvolvimento da iniciativa de TFC na SADC, as quais pode ser posteriormente usados para informar estas Directrizes. Também ajuda a identificar as lições aprendidas para que estas possam ser apresentadas como casos de estudo e exemplos para outros proponentes e praticantes de TFCA.

As questões mais abrangentes que se destacam a partir da discussão do status quo apresentada anteriormente e que estas Directrizes podem ajudar a resolver são as seguintes:

- Uma série de nomes diferentes são dados a estas iniciativas de TFC e existem possibilidades para a padronização. Isto pode ser alcançado através da aceitação e aplicação das definições apresentadas na Secção 2.3.
- Um grau de padronização pode ser encontrado em termos de modelos de governação, mas reconhece-se que estes devem ser flexíveis e que se movem em um continuum em termos de ser relativamente informal no sentido de se tornarem formais e legalmente vinculantes (como é discutido na Secção 0).
- Há pouca evidência da implementação sistemática de estudos de viabilidade antes do início e estabelecimento de iniciativas TFC, embora haja alguns bons exemplos onde isso foi feito. No entanto, também é reconhecido que os processos TFC são pela sua própria natureza, prolongadas e orgânicas e, portanto, tendem a evoluir. Enquanto isto pode ser visto como uma alternativa aceitável para análises de viabilidade, estas Directrizes recomendam que a implementação pró-activa das ferramentas de diagnóstico discutidas na Secção 6.3 irão ajudar a assegurar que o processo de implementação pode ser projectado para garantir que seja tao eficiente quanto possível dentro das circunstâncias.
- A lógica previa para que a criação de iniciativas TFCA continue a centrar-se no valor intrínseco da biodiversidade e, por vezes, no património cultural, com pouca referência à sua importância sócio-económica mais ampla. Isso deixa os proponentes e praticantes relutantes e contando com os argumentos de turismo tradicional para fundamentar a possibilidade de quaisquer benefícios. Estas Directrizes fornecem uma perspectiva mais ampla de como as TFCAs podem ser melhor "empacotadas " para ter um sentido mais sócio-económico.
- A medida em que as iniciativas TFCA geram benefícios directos e indirectos para as comunidades afectadas e, benefícios além das necessidades, deve ser identificada, quantificada e monitorada com precisão. Estes aspectos estão ligados com os anteriores, mas mesmo nas circunstâncias actuais, com foco no turismo como gerador de benefícios, nota-se geralmente de que estes não são claramente quantificados. Além disso há a necessidade de garantir que o fluxo de benefícios para os beneficiários também deve ser claramente monitorado para garantir que estes são distribuídos de forma equitativa e resultam em impactos sócio-económicos positivos. Este aspecto se enquadra no contexto da discussão sobre Monitoramento e Avaliação na Secção 7.7.
- Quase todas as iniciativas TFCA existentes, independentemente do nível em que se encontram no processo de criação e/ou desenvolvidos incluem uma percentagem das suas necessidades orçamentais como provenientes de financiamento dos doadores. Isto parece

ser mais relevante para o modelo TFCA, em oposição à TFP, não obstante, o financiamento dos doadores ainda está presente. A Secção 7.6 discute o planeamento para a sustentabilidade financeira como um aspecto extremamente importante de criação e desenvolvimento da TFCA, mas também deve ser uma parte importante da avaliação de viabilidade.

5.2 Recomendações para os Proponentes e Praticantes de TFCA

Neste ponto destas Directrizes é necessário enfatizar a tensão entre a tarefa de compilar as Directrizes num contexto, em que muito esforço já foi despendido na criação e desenvolvimento de TFCAs na região da SADC. Estas Directrizes foram elaboradas dentro do contexto das boas práticas globais com referência de exemplos da SADC sempre que possível. Uma abordagem alternativa teria sido a de realizar uma análise crítica dos processos de TFCA da SADC e apresentar orientações sob a forma de "lições aprendidas". Como esse não foi o método escolhido para a elaboração destas Directrizes, estas deixam uma tensão em termos da sua relevância no contexto do trabalho já realizado. No entanto, a recomendação principal para os proponentes e praticantes de TFCA da SADC é o reconhecimento que, quando as suas iniciativas particulares estiverem sobrepostas a estas Directrizes, haverá áreas de compatibilidade e áreas de conflito. As áreas de compatibilidade irão destacar os aspectos que funcionam e precisam de ser reforçada, enquanto que as áreas de conflito irão destacar as áreas onde podem ser feitas melhorias na sua abordagem às TFCAs. Muitas vezes o último aspecto vai requerer a aplicação retrospectiva, enquanto a aplicação pró-activa será possível onde forem identificadas novas iniciativas TFCA.

PARTE 2:

PROCESSOS DE INICIAÇÃO

6 INICIAÇÃO DE ÁREAS DE CONSERVAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA

Em discussões anteriores foi feita uma distinção entre os proponentes e praticantes de TFCA. Esta Secção é destinada aos proponentes, ou seja, as partes que reconhecem a necessidade de colaboração transfronteiriça de alguma forma ou de outra, com vista a alcançar os objectivos de conservação, e que pretendem desenvolver e testar a idéia mais adiante. Esta Secção deve ser lida em conjunto com a Secção 4, que fornece substância teórica e justificativa para alcançar a possibilidade de uma iniciativa de TFCA. É estruturado especificamente para apresentar três etapas consecutivas que podem ser seguidas no processo de iniciar uma TFCA. No entanto, reconhece-se também que a estrita aplicação destas medidas podem não se adaptar a todas as situações e que circunstâncias específicas podem ditar ou exigir variações para o que é recomendado aqui. Enquanto estas etapas são baseadas em princípios que são a base essencial para uma Directriz, numa consideração mais abrangente, as circunstâncias únicas irão exigir adaptações à estas recomendações.

Aqui, o trabalho do Grupo de Especialistas de Conservação Transfronteiriça da IUCN WCPA de revisão do Guia de Boas Práticas de Sandwith et al (2001) foi novamente usado como ponto de referência para esta Secção. Mais especificamente este trabalho contou com o trabalho de Erg et al (2012) e a sua publicação IUCN "Initiating Effective Transboundary Conservation" (Iniciação Eficaz da Conservação Transfronteiriça). Os princípios e processos apresentados nesta publicação irão servir de base para este artigo, mas sempre que possível, exemplos da SADC relevantes para as TFCAs serão incluídos.

A necessidade de um processo de iniciação como indica nesta Secção é destacada pelo facto de que a maioria dos processos TFCA da SADC estão sendo amplamente apoiados por financiamentos de doadores e que onde esse apoio chega ao fim, as iniciativas esmorecem. Quando isso acontece muitos danos podem ser causados à credibilidade de uma iniciativa TFCA, pois as expectativas de muitos participantes podem ser frustradas e os ganhos que podem ter sido feitos para a consecução de ambos os objectivos de conservação e desenvolvimento podem ser perdidos. A avaliação cuidadosa e objectiva do ambiente que habilita a realização de estudos de viabilidade, pode evitar essas eventuais lacunas.

Em grande parte, muito do que é recomendado nesta Parte não foi aplicado dentro do contexto da SADC até ao momento. Como foi mencionado já na Secção 1.1, muitas das TFCAs da SADC foram iniciadas com base num amplo estudo regional feito por Hall-Martin e Modise (2002). Mesmo este estudo constatou que havia uma série de iniciativas TFCA, que estavam em vários estágios de desenvolvimento, com apenas algumas tendo sido submetidas a algum tipo de estudo de viabilidade, tal como o TFP do Grande Limpopo. Foi, por isso, difícil identificar casos de estudo de TFCA da SADC que reflectem a aplicação das recomendações feitas nesta Parte. Então, a relevância desta Parte, no contexto da SADC deve ser a aplicação retrospectiva destas Directrizes nas iniciativas existentes com vista a melhorar os seus processos de criação e desenvolvimento, ou a sua aplicação proactiva em novas iniciativas.

6.1 As partes Interessadas e os Protagonistas Relevantes no Contexto da SADC

A lógica desta Secção é baseada na necessidade de reconhecer as várias partes e os papéis que podem desempenhar, aceitando que a TFCA pode ser iniciado em qualquer nível por qualquer interveniente. Esta Secção também fornece um precursor para o resto da discussão nesta Parte, como este descreve brevemente o agrupamento primário das partes que são relevantes na avaliação do ambiente favorável de uma TFCA e a viabilidade. Embora esta discussão não seja abrangente, fornece uma lista de verificação a partir da qual os proponentes podem começar. É também um nível relativamente genérico e pode diferir de casos específicos numa escala mais fina. Por uma questão de espaço e brevidade, essa discussão foi ilustrada na Tabela 3 abaixo. Note também que esta discussão preliminar precede uma discussão mais detalhada na Parte 3, especificamente na Secção 7.1.

Table 3: Agrupamento mais amplo de participantes e protagonistas relevantes para a avaliação do ambiente favorável e viabilidade de TFCAs da SADC

PARTE	FUNÇÃO
SADC	Hall-Martin e Modise (2002) afirmam que a SADC é claramente a instituição adequada para supervisionar a criação e desenvolvimento das iniciativas TFCA na região, e mais especificamente a Direcção da Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais. Ron (2007) confirma que o Secretariado da SADC está bem posicionado para facilitar, coordenar, apoiar e orientar esses processos e incentivar condições que permitam, a criação e implementação de TFCAs na região.
Agências nacionais de conservação	Pressupõe-se que são as agências nacionais de conservação, nas suas diversas formas, que irão identificar a necessidade de uma iniciativa TFCA, mas se não for o caso, eles terão o mandato legal para fazê-lo. Portanto, onde o potencial para uma TFCA é identificado por outra parte, é recomendado que seja feita uma ligação com os serviços nacionais de conservação, a fim de posicionar a iniciativa com a agência governamental apropriada.
Outras agências nacional do governo relevantes	A Secção 7.1.2 e a Tabela 4 fornecem mais detalhes sobre esse agrupamento, mas basta dizer que uma iniciativa TFCA irá desencadear a necessidade de vários órgãos do governo se envolverem e desempenharem uma função. A vontade e a capacidade dessas agências de se tornarem construtivamente envolvidas irá influenciar a viabilidade de uma TFCA potencial.
Comunidades afectadas	Hall-Martin e Modise (2002) afirmam que, com base nas lições aprendidas a partir de uma série de programas de CBNRM em alguns estados membros da SADC, as comunidades afectadas devem ser igualmente parceiros e não apenas beneficiários passivos.
Proprietários de terras privadas	Hall-Martin e Modise (2002) também identificam o papel importante que os proprietários de terras privadas desempenham e podem desempenhar em tornar as TFCAs viáveis.
ONGs e agências doadoras	Está claro desde o Status Quo (ver Secção 5) que o sector das ONGs tem e continua a desempenhar um papel significativo nas TFCAs da SADC, particularmente a partir da perspectiva de alavancar e prover recursos financeiros, mas também em termos de aumentar a capacidade humana, em forma de formação, segurança e planeamento. Hall-Martin e Modise (2002)

	informam sobre o importante papel desempenhado por este grupo e recomendam que as agências governamentais relevantes garantam que estes tenham um papel principal e facilitem a cooperação entre os protagonistas.
--	--

6.1.1 Resumo das Directrizes

- Os proponentes de TFCA devem usar as grandes categorias acima indicadas para identificar os agentes e partes interessadas relevante como ponto de partida que pode servir de base para as etapas subsequentes.

6.2 Avaliação do ambiente favorável

O objetivo desta etapa no processo de iniciação é fornecer aos proponentes de TFCA as ferramentas e a compreensão necessária para avaliar até que ponto a dinâmica inerente e relacionada com a área de interesse é favorável à ideia de uma iniciativa TFCA. Uma forma alternativa de orientar esse processo poderia ser vê-lo como se fosse uma avaliação de pré-viabilidade ou um exercício de definição.

6.2.1 Aspectos Relevantes para a Avaliação de Pré-Viabilidade

De acordo com McKinney et al (2012), há dez elementos distintos que estão presentes em todas as iniciativas TFCA bem sucedidas. Lendo e considerando estes elementos, os proponentes teriam de avaliar até que ponto estes existem, portanto, avaliar até que ponto a área em questão está dentro de um ambiente favorável, ou seja, tanto geograficamente como institucionalmente. Os cinco primeiros desses elementos são absolutamente adequados para o estágio de pré-viabilidade de uma iniciativa, enquanto que os outros cinco são aspectos que são mais relevantes para a fase de estabelecimento e serão discutidos com maior detalhe na Parte 3.

Elemento #1: O catalisador

O que é tão significativo para tirar as pessoas das suas zonas de conforto, silos institucionais, e/ou a segurança da soberania? A colaboração dentro de fronteiras internacionais torna-se atraente quando as pessoas reconhecem que são mais propensos a alcançar os seus interesses, trabalhando em conjunto do que agindo de forma independente, em resposta à uma crise comum, ameaça ou oportunidade.

Elemento #2: Liderança

O tipo de liderança que é necessária para iniciar, conduzir e sustentar uma iniciativa TFCA poderia ser descrito como um diplomata apolítico. Aquele que é capaz de:

- convidar as pessoas a apropriarem-se de uma visão e valores compartilhados;
- trabalhar muito no sentido de superar as diferenças;
- manter contactos;
- compartilhar o poder, mobilizar pessoas, sintetizar idéias e juntar recursos;
- assegurar a integridade e credibilidade e defender a integridade de parcerias regionais;

- mostrar muita tolerância para a complexidade, incerteza e mudança, e é capaz de enfatizar o diálogo e o estabelecimento de relações, respeitando a diversidade de ideias e pontos de vista; e quem é capaz de
- construir a confiança, estimular a comunicação, o entendimento e o acordo.

Elemento #3: Representação

Dependendo do que deve ser alcançado através da iniciativa TFCA é essencial garantir que todas as partes associadas ao resultado desejado são capazes de ser representadas no processo. É importante avaliar o nível de interesse pelo assunto em questão e determinar se as pessoas estão prontas para começar a trabalhar em conjunto.

Elemento #4: Definição regional

Nas palavras de McKinney et al (2012) a maneira pela qual as pessoas definem uma região flui naturalmente dos seus interesses e preocupações. As regiões são mais frequentemente definidas numa das duas maneiras: enraizada no sentido de lugar, ou com base no "território" do problema. Fronteiras ecológicas naturais - tais como bacias hidrográficas, ecossistemas e habitats da vida selvagem - podem ajudar a formar a definição adequada de uma região, mas em última análise, a região deve envolver os corações e as mentes das pessoas e apelar para os seus interesses comuns. Reconhecer os limites físicos exactos de uma região, é muitas vezes menos importante do que esclarecer a principal área de interesse. Os limites podem ser brandos e flexíveis, adaptáveis à mudanças de necessidades e interesses. Em suma, a região deve ser suficientemente grande para abarcar o problema, e pequena o suficiente para obter a tracção entre as pessoas cujos interesses estão em jogo.

Elemento # 5: Governação

Este aspecto refere-se ao grau de autoridade de tomada de decisão, juntamente com os mecanismos de resolução de financiamento e disputas que existem dentro da área de interesse e associados aos mesmos, e o potencial para reunir esses recursos e organizá-los de uma forma que irá garantir o alcance do esforço colaborativo. Numa perspectiva a longo prazo também refere-se a medida em que este mecanismo de governação colaborativa e processos será capaz de medir, avaliar e manter-se responsáveis pelo progresso e desempenho.

Os outros cinco elementos são os seguintes:

- Conhecimento e partilha de experiências (ver Secção 4.8);
- Estratégia: a formulação de uma visão, objectivos e aspirações (ver Secção 7.4);
- Implementação: um plano para passar da visão para a acção (ver Secção 7.5);
- Resultados: acordos, políticas, programas e sobre as realizações no terreno; e
- Adaptação: o processo contínuo de monitoramento, avaliação e adaptação conforme necessário (ver Secção 7.7).

Para consolidar ainda mais esse pensamento e a relevância destes elementos dentro de uma iniciativa TFCA bem sucedida, McKinney et al (2012) fornecem um quadro de diagnóstico que também é apresentado no contexto da necessidade de uma avaliação de pré-viabilidade. É provável que a ideia de criar uma TFCA parece perfeitamente lógica para os proponentes, no entanto, um

processo objectivo, que avalia o grau em que o ambiente de recepção é e será favorável, é um passo estrategicamente importante. Esse processo não só irá ajudar a determinar a viabilidade de lançar um processo TFCA, mas também irá identificar oportunidades e ameaças ao processo que podem ser proactivamente abordadas para garantir que sejam reforçadas e administradas respectivamente. Como tal, este processo irá garantir a máxima eficácia de implementação.

Este quadro de diagnóstico também ajuda a ilustrar os passos sucessivas ou etapas a partir dos aspectos de iniciação discutidos nesta Parte, até aos aspectos relevantes para a criação e o desenvolvimento discutido na Parte 3. O primeiro passo do seu quadro de diagnóstico (veja a Figura 5) refere-se aos cinco elementos que foram listados e discutidos acima.

6.2.1.1 O Quadro Jurídico e político

Além dos elementos acima discutidos há a necessidade de avaliar o quadro jurídico e políticas para a implementação. Como foi dito na discussão sobre este aspecto na Secção 3, as TFCAs são entidades multi-facetadas que consistem numa infinidade de questões a serem consideradas num estrutura multi-nacional de gestão colaborativa. Na Secção 3 foram feitas críticas ao quadro jurídico e políticas em termos de carecerem de conteúdo substantivo e detalhes relevantes para as TFCAs. Mais uma vez, deve-se lembrar que a lei e as políticas na UA e a SADC existe, e continua a ser elaborada dentro de um específico clima político pós-colonial. Isso cria uma situação onde o consenso comum é extremamente difícil de alcançar e que o resultado é uma situação em que a elaboração da lei supra-nacional torna-se um desafio (Lubbe e Barnard, 2012).

Os Praticantes da TFCA são confrontados com o desafio de um quadro jurídico fragmentado e desarticulado. O quadro jurídico e políticas não indica claramente quais as questões que devem ser abrangidas nas estruturas de governação colaborativa, criando uma falta de segurança jurídica, que por sua vez leva a situações potenciais em que as abordagens às TFCAs não estão harmonizadas. Para todos os efeitos práticos, os praticantes devem contar com uma legislação nacional para elaborar estruturas de governação e isso desafia o seu propósito: travessia de fronteiras e governação global. Essencialmente, as fronteiras que foram eliminadas podem ser re-erguidas pois a legislação nacional limita-se a fronteiras soberanas e, por implicação, os planos de gestão são elaborados de acordo aos mesmos. Este desafio enfatiza a necessidade de uma abordagem supra-nacional holística, tal como o protocolo de biodiversidade da SADC solicitou através da RBS. A questão será então: o quê que um protocolo deste tipo deve conter, mas reconhecendo também a necessidade de revisão e desenvolvimento do protocolo de modo a trabalhar no sentido de uma maior sinergia e menos fragmentação. Ironicamente, a resposta não é um conjunto detalhado de regras e/ou regulamentos que estipulam todos os aspectos da conservação da biodiversidade, mas sim uma abordagem baseada em princípios deve ser seguida; com os princípios que põem em prática as principais metas das TFCAs - a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável.

Porquê princípios? É importante notar que a natureza da elaboração da lei supra-nacional, resulta muito frequentemente numa 'soft law', , pois é difícil alcançar um consenso comum. Isto é particularmente verdadeiro na SADC, onde o desenvolvimento está no topo da agenda e as abordagens à 'hard law' serão evitadas com uma defesa baseada na soberania permanente (Lubbe e Barnard, 2012 e Lubbe, 2012). Por esta razão, os princípios podem ser melhor recebidos no contexto

Africano (e, especificamente no contexto da SADC), pois estes são *'entendidos'* como sendo menos intrusivos na soberania, na medida que podem ser vistos como uma forma de *'soft law'*. No entanto, permanece a certeza de que a *'soft law'* pode com o tempo se transformar em *'hard law'* (Shelton, 2000; Abbott e Snidal, 2000, e Verschuuren, 2003). A *'soft law'* serve como um importante ponto de comparativo e um mecanismo de harmonização contra o qual os sistemas de *'hard law'* podem ser analisados e avaliados. Princípios, sob o simulacro de *'soft law'*, oferecem a vantagem de ser mais flexível, abertos e adaptáveis, e ao mesmo tempo dão ainda uma direcção substantiva aos praticantes de TFCAs. A questão, volta-se para o que os princípios devem conter a fim de fornecer um quadro normativo para os praticantes de TFCAs. A solução seria não reinventar a roda, mas sim usar princípios que já foram aplicados no contexto Africano e que são relevantes para as TFCAs. Estes podem ser encontrados na Declaração de Nova Delhi sobre os Princípios de Direito Internacional Relativos ao Desenvolvimento Sustentável, de 2002 (NDP), confirmada pela Declaração de Sofia de 2012 e os Princípios da UNEP sobre a Conduta no domínio do ambiente para a Orientação dos Estados na conservação e Utilização Harmoniosa dos Recursos Naturais Compartilhados por Dois ou mais Estados, 1978 (Princípios UNEP). Os princípios orientadores para um protocolo de biodiversidade usando estes documentos devem incluir:

- O dever de assegurar a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais;
- Os princípios da equidade e da erradicação da pobreza;
- O princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas;
- O princípio da abordagem de precaução para a saúde humana, dos recursos naturais e dos ecossistemas;
- O princípio da participação pública e acesso à informação e à justiça ("abertura");
- O princípio da boa governação; e
- Os princípios da integração e inter-relação, em particular em relação aos direitos humanos e objetivos sociais, económicos e ambientais.

Deve notar-se que este é um quadro jurídico amplo no qual as TFCAs podem operar. Estes princípios devem servir como guia normativo e desafios específicos devem ser abordados dentro de uma interpretação contextual do relevante princípio/s. Ao fazê-lo, estes princípios devem abordar o futuro desenvolvimento das TFCAs e alinhar a prática comum actual.

Em resumo, o quadro jurídico e políticas da UA e da SADC não aborda adequadamente a regulamentação das TFCAs. Felizmente, as TFCAs não têm excesso de regulamentação e o quadro jurídico e políticas ainda está numa fase de desenvolvimento. Isso cria a oportunidade para os legisladores agirem com o luxo de uma visão retrospectiva e à luz dos desafios actuais que devem, teoricamente, resultar numa lei e política abrangente. Neste sentido, deve-se reconhecer a necessidade para a elaboração de um protocolo de biodiversidade e da revisão do protocolo de Gestão da Vida Selvagem e Aplicação da Lei, e que esses processos devem convergir, a fim de trabalhar no sentido de uma maior sinergia, ao invés de aumento da fragmentação.

6.2.2 Método de Avaliação de Pré-viabilidade

Como preâmbulo para a sua discussão sobre o tema acima mencionado, McKinney et al (2012) fazem uma observação válida, afirmando que em alguns casos, os proponentes podem ter acesso a todas as informações necessárias para realizar uma avaliação de pré-viabilidade. No entanto, sendo

este o caso, muitas vezes é uma boa idéia verificar comparativamente a sua compreensão das questões e motivos em relação a um grupo maior de participantes, pois isso ajuda a garantir a legitimidade, credibilidade e transparência de algum trabalho subsequente. Independentemente do facto de os proponentes terem uma compreensão completa de todas as questões relevantes para uma eventual iniciativa de TFCA, ou que precisem para realizar um trabalho para gerar esse entendimento, McKinney et al (2012) apresentou um processo de avaliação minuciosa dos participantes que produzirá um resultado robusto que irá contribuir significativamente para a capacidade dos proponentes em avaliar os elementos discutidos acima, e/ou realizar o processo de avaliação de viabilidade que será discutido abaixo. Este processo também será extremamente útil no início do quadro de planeamento de gestão discutido na Secção 7.4.

Vale ressaltar neste ponto que há uma diferença estratégica entre o engajamento das partes interessadas que se realiza na avaliação que está a ser promovida aqui, e a que ocorre no processo de derivação do quadro de planeamento de gestão. No processo que está a ser promovido aqui, como parte da pré-viabilidade, as partes interessadas estão envolvidas individualmente ou dentro dos seus respectivos grupos. No entanto, quando se trata do quadro de planeamento de gestão, as partes interessadas são reunidas para o engajamento colectivo, por isso, o ponto que indicado no parágrafo acima sobre a utilidade desta avaliação dos participantes para o processo global.

De acordo com McKinney et al (2012), há uma série de benefícios que emanam desse processo, ou seja, que permite que ambos os proponentes e as partes interessadas comecem a desenvolver um entendimento comum das questões de fundo; de modo a começar a entender a diversidade de pontos de vista e interesses; e se existem alternativas para resolver as questões que apontam para a necessidade de uma iniciativa TFCA. Ajuda as pessoas a compreender a história e a dinâmica de um problema ou situação e esclarece os incentivos que levou as diferentes partes a se envolverem na colaboração TFCA. Também pode ajudar a entender os custos da oportunidade de manter o status quo de independência em vez de interdependência.

Embora seja possível os proponentes de TFCA realizar uma avaliação das partes interessadas, é recomendado por McKinney et al (2012) que é preferível que esta seja facilitada por terceiros não directamente interessadas nessa particular TFCA que está a ser avaliada (por exemplo, facilitador ou consultor), que pode informar e aconselhar os proponentes com base no resultado da avaliação. Uma descrição muito detalhada do processo de avaliação das partes interessadas recomendado está apresentada na Figura 6, e em resumo o processo poderia incluir o seguinte:

- Os proponentes identificam e nomeiam um assessor credível e imparcial que tem alguma compreensão das questões em jogo e do contexto institucional destes, bem como um histórico comprovado de ser um entrevistador imparcial e perspicaz.
- Os proponentes e o assessor identificam as partes interessadas a serem envolvidos e garantem a plena compreensão possível das questões em mão, e formulam um protocolo de entrevista e o questionário. Aqui a experiência do assessor é fundamental, pois a maneira como as perguntas são formuladas e dirigidas desempenha um papel significativo na capacidade do entrevistado responder de forma apropriada.
- O assessor analisa as respostas das entrevistas e prepara um relatório que fornece informações em relação à relevância do potencial da iniciativa TFCA, bem como indicações

sobre a forma como avançar com a iniciativa, se a intervenção for considerada adequada e aceitável.

6.2.3 Resumo das Directrizes

- A avaliação de pré-viabilidade é necessária para verificar até que ponto o ambiente de recepção pode ser receptivo para a iniciativa TFCA e ser capaz de levá-lo para frente.
- Os dez elementos relevantes para a pré-viabilidade TFCA devem ser usados como uma lista de verificação para os proponentes guiarem este processo e garantir que este seja o mais objectivo possível.
- É necessária uma avaliação do quadro jurídico e política no qual a potencial TFCA deve se ajustar, com particular referência de onde pode haver conflito de leis e políticas entre os países participantes, e onde a harmonização de leis é necessária, bem como a domesticação de TFCAs em estruturas jurídicas e políticas nacionais.
- É necessário uma análise completa das partes interessadas para desenvolver o trabalho recomendado na Secção 6.1 e para fornecer uma plataforma credível para lançar mais trabalho no sentido de avaliar a viabilidade da TFCA.

6.3 Avaliação da Viabilidade da TFCA

Através da implementação das abordagens recomendadas na Secção anterior, os proponentes teriam sido capaz de obter um maior conhecimento sobre as dinâmicas predominantes dentro e associada com a área em questão e à potencial adequação de uma abordagem TFCA. Nesta Secção, a aplicação de uma ferramenta de diagnóstico desenvolvida por Vasilijević (2012b) é proposta, e os conhecimentos adquiridos a partir da pré-viabilidade são cruciais para a aplicação desta ferramenta. Embora existam outras abordagens que podem ser usadas para avaliar a viabilidade de uma intervenção potencial TFCA, esta ferramenta de diagnóstico foi desenvolvida especificamente com as avaliações de viabilidade TFCA em mente. Esta Secção fornece uma breve descrição da ferramenta e os proponentes são encorajados a baixá-lo da internet através do seguinte link: <http://www.tbpa.net/page.php?ndx=22>. Uma cópia foi providenciada no anexo E.

A ferramenta de diagnóstico foi desenvolvido pelo Grupo de Especialistas de Conservação Transfronteiriça IUCN WCPA para a publicação da IUCN WCPA "Iniciação Eficaz de Conservação Transfronteiriça: Uma orientação para o praticante baseada na experiência de Dinaric Arc" (Erg et al, 2012) e ajuda a responder perguntas como:

- Há necessidade de uma abordagem TFCA na sua região?
- Os principais interessados estão dispostos a apoiar e a participar de uma iniciativa TFCA?
- Que capacidades são necessárias para implementar a iniciativa TFCA com sucesso?
- Existem riscos que possam reter o processo?

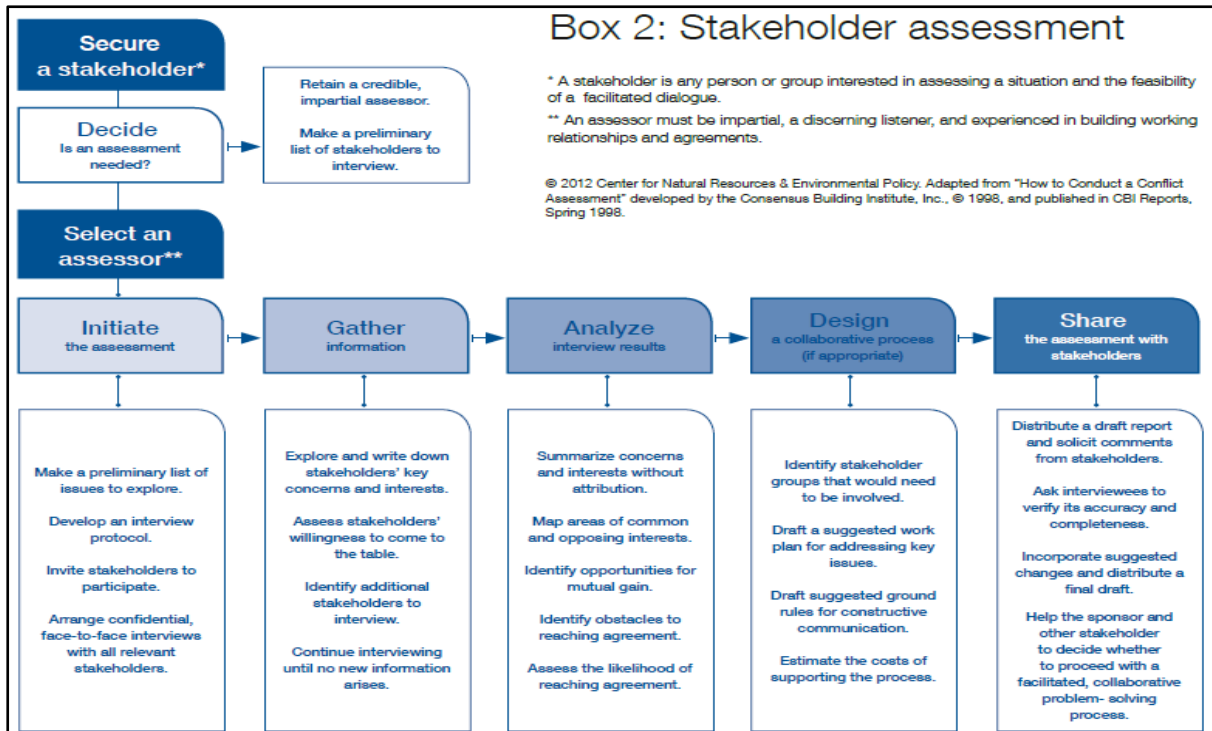


Figure 3: Passos e actividades detalhadas do processo de Avaliação das Partes interessadas recomendado por McKinney et al (2012)

- Quais são os elementos que poderiam ajudar a facilitar o processo?
- Que oportunidades podem ser criadas por uma potencial iniciativa TFCA?

Os elementos essenciais da ferramenta, que é apresentada no formato Excel; são; uma página do título, uma página que fornece uma introdução e instruções detalhadas, um questionário incluindo 91 perguntas, um modelo de relatório, e um anexo que fornece uma indicação dos potenciais benefícios que podem ser extraídos da iniciativa TFCA prevista. Embora seja possível preencher o questionário em formato impresso, recomenda-se que a versão eletrónica seja usada, pois foi concebida para gerar o relatório a medida que o questionário é respondido.

McKinney et al (2012) fornecem comentários relevantes sobre a ferramenta de diagnóstico da seguinte forma (a terminologia original deste extrato foi mantida, por isso, a referência TBC e não TFCA):

[Este é] um quadro qualitativo melhor utilizado por terceiros não directamente interessados no particular TBC que está a ser avaliada (por exemplo, facilitador ou consultor), que podem relatar e aconselhar os iniciadores do TBC com base nas questões pesquisadas. O questionário apresentado nesta publicação foi concebido para oferecer conclusões baseadas na metodologia quantitativa, o que consideramos ser uma das principais vantagens. Estamos cientes do risco, em oferecer tal abordagem e possíveis críticas por a TBC ser muito complexa e depende de muitos factores, que as declarações resultantes da avaliação quantitativa podem ser muito "simples". Dito isto, 91 questões foram projectadas de uma forma para tentar avaliar o melhor possível, as questões que reflectem a viabilidade para a TBC. O número de questões pode parecer demasiado, mas o questionário está provavelmente incompleta. Muitas outras questões poderiam ter sido acrescentadas que, sem dúvida, poderiam ter dado uma mais-valia para a avaliação, mas tendo o objectivo da ferramenta em mente, o questionário foi concebido de forma a oferecer respostas directas e a melhor orientação possível para quem o utiliza.

Tendo em vista que o objectivo desta ferramenta é oferecer orientação sobre a viabilidade para TBC, as perguntas avaliam principalmente a razão(s) convincente, ou seja, a necessidade de TBC, e a prontidão das partes para empreender esforços. O questionário também mostra as oportunidades que poderiam ser geradas através do envolvimento na TBC, incluindo as oportunidades que podem acelerar o processo, bem como os riscos que podem prejudicar o processo. Oportunidades e riscos são avaliados separadamente em cada parte do questionário: ou seja, para a razão convincente da conservação transfronteiriça, as partes interessadas, alcance geográfico, a estabilidade regional e complexidade, e a capacidade.

A maioria das perguntas são avaliadas por pontuação, e, portanto, o questionário pode ser facilmente utilizado pelas partes interessadas e iniciadores da TBC, proporcionando-lhes uma oportunidade de auto-avaliação. Por exemplo, se o gestor da área protegida ou ministério responsável ou qualquer outro interessado pretende estudar o potencial de TBC, podem fazê-lo por conta própria utilizando este questionário. O processo é relativamente rápido, e não tem necessariamente de ser um especialista em TB para chegar a conclusões sobre a viabilidade da TBC e interpretar os resultados. Porém, alguns iniciadores de TBC pretendem contratar um consultor ou alguém neutro para aconselhá-los sobre a viabilidade de TBC. Para que esta particular possibilidade, o questionário também contém várias perguntas

“informativas” que não são pontuadas. A sua finalidade é de preencher eventuais lacunas de conhecimento que o consultor possa ter, relacionadas com a região.

Um aspecto essencial que não foi abordado na ferramenta de diagnóstico, embora haja questões que dizem respeito a recursos financeiros, é a medida em que a área envolvida contribui e pode contribuir para a resiliência sócio-económica da área onde está localizado. As Secções 4.3 e 7.6 fazem uma referência específica a este conceito, e aí recomenda-se que, nesta fase do processo, é conveniente proceder a essa avaliação. Note-se especialmente que a discussão na Secção 4 refere-se ao conjunto de potenciais benefícios que podem resultar de iniciativas TFCA, e a medida em que esses benefícios podem ser realizados a partir da área em questão, tem de ser determinada por um estudo de viabilidade.

É possível que a ferramenta de diagnóstico seja actualizada de modo a incluir este aspecto, uma vez que é reconhecido como sendo um trabalho em andamento, mas até que isso aconteça, os proponentes são encorajados a aplicar as categorias e os exemplos da Avaliação Ecosistêmica do Milênio, como discutido na Secção 4.3 e Apêndice C ao considerar a relevância sócio-económica mais ampla da sua iniciativa TFCA. Além disso, há uma série de ferramentas que estão disponíveis, tais como o software de mapeamento INVEST (Tallis e Polasky, 2009) e outras ferramentas de apoio à decisão (TEEB, 2009; Goldman e Tallis, 2009; Tallis *et al*, 2010; Vogl e Tallis, 2014). Também foi feita referência a recente publicação de Kettunen e ten Brink (2013), "Benefícios Sociais e Económicos das Áreas Protegidas: Guia de Avaliação", que foi especificamente elaborado para ajudar nessa avaliação.

6.3.1 Resumo das Directrizes

- Com base nos resultados da avaliação de pré-viabilidade, ou a avaliação do ambiente favorável, um processo de avaliação de viabilidade deve ser concebido e realizada.
- Há exemplos de estudos de viabilidade realizados por algumas TFCA da SADC, por exemplo, o TFP Grande Limpopo, mas a ferramenta de diagnóstico discutido acima pode ser aplicado directamente para um estudo de viabilidade, ou para orientar na formulação de termos de referência, onde um prestador de serviços externo deve ser seleccionado para executar o processo.
- O valor total do potencial da TFCA deve ser avaliada com base em MEA (2005) categorias e exemplos de bens e serviços do ecossistema. Investimentos adicionais serão necessários para obter os serviços de um ecologista de recurso familiarizado com o conceito e ferramentas relevantes, para ajudar neste processo.
- A avaliação acima deve incluir um exercício de mapeamento, onde são identificadas as ligações entre a produção e o consumo de bens e serviços do ecossistema.

6.4 Concepção do Processo de Implementação

Supondo-se que os processos de pré-viabilidade e viabilidade discutidos acima indicam que a prossecução de uma abordagem TFCA é a opção certa a fazer, então é recomendável que os resultados destes processos e os conhecimentos adquiridos sejam aplicados à concepção cuidada e ao planeamento da implementação. A referência é novamente feito à McKinney et al (2012) e ao

processo ilustrado na Figura 5. Eles alertam que os proponentes entusiasmados frequentemente estão dispostos a simplesmente mergulhar na implementação sem uma análise cuidadosa dos aspectos discutidos nos processos de pré-viabilidade e viabilidade, e recomendam que vale a pena levar o tempo necessário [neste ponto] para projectar um processo bem pensado, eficiente para a [colaboração TFCA]. É muito mais provável que um processo bem projectado atraia as pessoas para o esforço, ajude-os a concentrar-se na região e nos problemas existentes e alcançar os resultados desejados.

A partir da ilustração fornecida na Figura 5 pode se observar que há quatro passos importantes que são recomendados no processo de concepção e para assegurar que o processo corresponda à situação. Essas etapas são listadas e brevemente discutidas em seguida:

Passo 1 da Concepção: Determinar quem deve convocar e liderar o esforço

Este aspecto já foi abordado no ponto 6.2.1 na discussão sobre os requisitos para a liderança numa iniciativa TFCA. Mais uma vez reitera-se que essas qualidades de liderança devem ser predominantes na pessoa que for escolhida para liderar o processo. No entanto, também é reconhecido-se que, devido ao longo prazo, a natureza complexa e dinâmica dos processos de TFCA, diferentes líderes podem avançar em períodos de tempo diferentes para cumprir diferentes funções. No início, pode se destacar a necessidade de ter alguém com habilidades empreendedoras, que tem a capacidade de visionar problemas ou oportunidades e/ou tem uma visão e a capacidade de tornar os processos envolventes para os outros. Além deste, uma ou mais pessoas, que podem ajudar a criar a credibilidade e legitimidade de uma iniciativa seria desejável.

Uma consideração importante a fazer é o líder permanecer envolvido com o processo a longo prazo. É frequentemente que a partida do campeão de um processo leve-o a abrandar, ou mesmo a retroceder. Como tal, pode ser que o líder deve ser um representante de uma agência oficial, que tem uma participação fundamental no sucesso do processo e, portanto, tem uma boa chance de permanecer com o processo. E mais uma vez tendo em consideração a natureza complexa e dinâmica destes processos, a competência em gestão de projectos é essencial.

Passo 2 da Concepção: Mobilizar e envolver as pessoas certas

É um facto que, assim que a pessoa começa a pensar em colaborar numa ou mais fronteiras internacionais a simplicidade passa imediatamente para a complexidade, não importa o quanto se pode querer evitar. As agências de conservação não são necessariamente mandatadas para trabalhar entre fronteiras internacionais e, portanto, devem envolver outros órgãos do Estado para auxiliarem no processo, enquanto que os outros podem ter mandatos não relacionados que podem beneficiar de uma colaboração transfronteiriça. A este respeito e, dependendo da proactividade e da abertura desses outros representantes de agências, estes tanto podem melhorar o ambiente favorável, ou tornar a situação ainda mais complicada. A resposta natural para isso pode ser trabalhar com aqueles que são positivos e úteis no processo, mas é essencial que todo o esforço seja feito para obter todas as pessoas relevantes a bordo. McKinney et al (2012) classificam isso como sendo inclusivo e sugerem que existem três categorias de pessoas que devem ser envolvidas para um processo ser legítimo, credível e eficaz, nomeadamente:

- as pessoas e grupos interessadas e que são directamente afectados pelo problema;

- as pessoas necessárias para implementar qualquer recomendação potencial (isto é, pessoas com autoridade); e
- aqueles que podem prejudicar o processo ou o resultado caso não sejam incluídos.

Isso funciona para o desenvolvimento de um "instrumento para provocar mudança", em que as partes interessadas se envolvam activamente no processo tão cedo quanto possível. Desta forma, é provável que a aprovação será um resultado garantido, pois as partes interessadas irão contribuir para a visão a longo prazo (ver Secção 7.4) e para as acções a curto prazo necessárias para atingir essa visão (ver Secção 7.5).

Passo 3 da Concepção: Definir a região

Este aspecto é discutido em detalhe na Secção 7.3 e estas Directrizes providenciam um exercício de mapeamento completo e robusto como parte crucial da criação e desenvolvimento de uma iniciativa TFCA. No entanto, reconhece-se que, para que o processo de estabelecimento seja bem projectado, é necessário que haja pelo menos uma indicação preliminar do âmbito geográfico com o qual os proponentes propõem colaboração. Neste sentido, é essencial que todo o esforço seja feito para proporcionar aos interessados a garantia de que a área delineada, neste ponto do processo, existe para servir o propósito de iniciar um diálogo e que, a medida que o processo evolui, o mesmo irá acontecer em relação à delimitação e a definição da área.

Também pode-se argumentar que este passo deve preceder ou fazer parte da identificação das partes interessadas. Enquanto grande parte do último é impulsionado por ligações jurisdicionais à iniciativa, os vínculos geográficos também são necessárias para ajudar a identificar as partes interessadas, em especial os do primeiro grupo listado no passo 2 da concepção, acima. Portanto, pode ser necessária que estes passos sejam implementados para várias iterações.

Embora possa ser tentador para os proponentes, produzir mapas impressos vistosos que retratam a TFCA proposta, da maneira como a vêem nesta altura do processo, pode ser melhor reduzir a sua produção quanto possível e apenas produzir o suficiente para ser usado na comunicação da visão e dos resultados potenciais da iniciativa. Os mapas produzidos pela Fundação Peace Parks desempenham um papel proeminente nestas Directrizes, especialmente na Secção 5. No entanto, nos primeiros dias desta organização, o uso de mapas impressos vistosos, serviu para afastá-los de alguns processos TFCA, mesmo quando os estudos de viabilidade tinham sido realizados. A lição aprendida a partir dessa experiência foi que os potenciais países parceiros da TFCA que estão a entrar no processo nesta fase podem ser facilmente intimidados e suspeitar uma possível extorsão de terras por um país vizinho. Isto é particularmente verdadeiro se o país de onde se origina a iniciativa é sócio-economicamente e institucionalmente forte.

Passo 4 da Concepção: Especificar os resultados pretendidos

Manter a harmonia com princípios de abertura e transparência desde o início, é essencial para que os resultados pretendidos sejam claramente articulados. Deve, porém, reconhecer-se que estes podem manter-se relativamente inalterados, a medida que o processo evolui e as partes interessadas são trazidas a bordo para participar, outros resultados potenciais podem surgir. Portanto os proponentes devem estar dispostos a abrir mão das suas percepções originais do que o resultado poderia ser e, permitir que a realidade de perspectivas mais amplas ajude a adaptar

resultados que são possivelmente mais relevantes e viáveis. A ideia de especificar os resultados pretendidos neste ponto do processo, é para ajudar a lançar a ideia e iniciar o diálogo.

Passo 5 da Concepção: Organize-se

Muito sobre a iniciação, a criação e o desenvolvimento de iniciativas TFCA gira em torno de ser organizado e manter os processos dentro do contexto de uma organização. Este passo da concepção pode ser visto como o primeiro passo nessa direção e assume que, até este ponto, muito do que aconteceu foi quase espontânea e agora a energia espontânea precisa ser canalizada de modo a garantir que possa avançar de uma maneira significativa. É neste ponto que os proponentes devem reunir-se, fazer um balanço do que os processos de pré-viabilidade e de viabilidade revelaram, e assumir que estes fornecem o sinal verde para levar a iniciativa avante, para a fase da criação, agora é necessário planejar cuidadosamente a melhor forma de fazer o lançamento da iniciativa.

Tal como acontece com a delimitação da área e a articulação dos resultados pretendidos, os proponentes devem reconhecer que, ao lançarem a iniciativa TFCA para a fase de criação, podem ter que "entregá-la" a uma estrutura mais ampla e mais representativa. Ainda pode levar muitos anos de trabalho preliminar até chegar a este ponto, mas é um objectivo para o qual os proponentes devem se esforçar em alcançar, pois será um indicativo do quanto sucederam em obter a aprovação para a sua visão e tê-la incorporada num contexto maior. Este passo de concepção destina-se ao trabalho de levar a iniciativa para a fase de criação.

Alguns dos aspectos associados a este passo e que precisam ser levados em conta são os seguintes:

- Os proponentes podem precisar de obter um mandato da agência para a qual trabalham, a fim de prosseguir a iniciativa, uma vez que pode se estender além das descrições dos cargos existentes.
- É provável que este trabalho se estenderá para além do âmbito das dotações orçamentais existentes, portanto, pode-se precisar de obter recursos financeiros a partir de outros meios.
- A avaliação das partes interessadas realizada como parte da pré-viabilidade terá revelado partes interessadas que são simpatizantes da iniciativa e que podem ter recursos e habilidades que possam contribuir para o processo. Será importante envolver-se com essas partes interessadas e integrá-las para o que pode ser considerado um grupo principal de organização.
- Se ainda não o tiver feito, implemente passo 1 de concepção e selecione um líder para o processo.
- Formalize este núcleo e desenvolva uma estratégia de protocolo e comunicação operacional, e alocar funções e responsabilidades relevantes para os mandatos, competências e recursos disponíveis para os vários membros do grupo principal.

Mais uma vez deve-se destacar aqui que, enquanto os processos e etapas estabelecidas nesta Parte e na Parte seguinte sugerem um fluxo sequencial lógico do processo, a realidade no terreno pode ditar o contrário. Portanto, recomenda-se que, na aplicação destas Directrizes, os proponentes e praticantes da TFCA devem permitir a flexibilidade, adaptabilidade, e um processo de crescimento evolutivo dentro das suas respectivas iniciativas. O fulcro para a evolução das iniciativas TFCA é a aplicação iterativa dessas etapas; e, às vezes, a reversão das sequências, tudo ditado pelas circunstâncias no terreno. Também pode ser que, quando as avaliações de pré-viabilidade e

viabilidade estiverem completas, podem refutar a necessidade de alguns dos passos listados e discutidos na parte seguinte.

6.4.1 Resumo das Directrizes

- Antes de se perder mais tempo e recursos neste processo, é essencial que o proponente reflecta objectivamente sobre os resultados das avaliações de pré-viabilidade e de viabilidade e permitir que estes o orientem. Onde essas avaliações mostram claramente que não é possível levar a TFCA potencial para a frente, a iniciativa deve ser 'estacionada' até que as circunstâncias se tornam mais favoráveis. No entanto, se estes mostram que é viável, em seguida, os resultados desses processos devem ser utilizados para informar a concepção de um processo de implementação.
- Use os quatro passos listados e discutidos acima para orientar a concepção de um processo de implementação.
- Lembre-se que, embora os passos descritos tanto nesta e na Parte seguinte sigam uma sequência lógica, com etapas subsequentes criando os resultados dos passos anteriores, as circunstâncias e realidades no terreno podem ditar o contrário. A flexibilidade é a chave para a abordagem, ao usar estas etapas como uma lista de verificação para garantir que aspectos importantes são abordados, ainda que possam estar numa fase posterior.

PARTE 3:

PROCESSOS DE CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

7 A criação e o desenvolvimento de TFCAs

Neste ponto o processo complexo, dinâmico e evolutivo e iterativo de identificar a necessidade de uma iniciativa TFCA, iniciar o processo e, em seguida, passar para a criação e desenvolvimento;

reconhece-se que muitos aspectos terão já sido coberto, percepções e entendimentos importantes terão sido gerados, bem como um nível de conscientização entre as partes interessadas. No entanto, como será visto a partir da discussão nesta parte, há ainda um conjunto significativo de trabalho a ser feito antes que os proponentes e praticantes possam dar um passo atrás do processo e considerar a iniciativa TFCA estabelecida. Na sequência do último parágrafo do artigo anterior, a quantidade de trabalho que será necessário nesta parte do processo vai depender directamente da quantidade de progresso que foi feito para chegar a este ponto.

Sob uma perspectiva de implementação pode-se supor que, com base nos progressos realizados durante a fase de iniciação, os proponentes e praticantes serão capazes de assegurar recursos suficientes, o apoio e os mandatos para iniciar o processo de criação e desenvolvimento. Se este não for o caso, então devem ser feitas sérias considerações quanto à viabilidade de avançar com a iniciativa e, poderá ser necessário rever alguns dos aspectos de pré-viabilidade, viabilidade e planeamento.

Nesta Parte, a criação e o desenvolvimento são considerados sinónimo, portanto, não é feita qualquer distinção entre eles. No entanto, a partir de uma perspectiva estritamente sequencial, pode-se argumentar que é necessário fazer uma distinção e que não se pode desenvolver uma iniciativa que não foi estabelecida. Como será visto a partir das discussões a seguir, estas fases podem se sobrepor substancialmente e, portanto, no interesse de não ser pedante, são tratadas como uma única e iguais.

O que não foi incluído nesta Parte é qualquer referência à gestão de iniciativas TFCA, pois estes aspectos devem ser reservados para a discussão dentro do contexto de cada iniciativa particular. Também é reconhecido que é uma tarefa ambiciosa abordar a gestão de iniciativas TFCA no nível genérico de um guia regional. Apesar de existirem questões de gestão que podem ser comuns a algumas TFCA que pertencem a um dos nove biomas listados por Hall-Martin e Modise (2002), o facto de que existe essa diversidade, com a exclusão do ambiente marinho, ilustra a futilidade de tentar resolver questões de gestão a nível regional destas Directrizes. Supõe-se que orientações detalhadas sobre questões de gestão estão disponíveis numa infinidade de publicações relevantes.

Os temas abordados nesta Parte foram estruturados para seguir um fluxo relativamente lógico do processo suposto necessário para obter a aprovação das partes interessadas antes de embarcar em qualquer investimento de tempo e esforço. A partir daí, seria necessário formar uma estrutura de governação adequada antes de embarcar na condução de processos subsequentes. Com a aprovação garantida e a governação no lugar, seria possível definir melhor a área em questão e, de uma forma aberta e transparente, que inclui todas as partes interessadas. A partir daí, seria possível começar o processo de desenvolvimento de um plano de gestão conjunta, a partir da ampla perspectiva de uma visão compartilhada e trabalhar em direcção de tomar acções de gestão mais refinadas que seriam realizadas de forma colaborativa. A seguir a este processo de planeamento seria a derivação de um quadro de monitoramento e avaliação com a qual se iria acompanhar a eficácia da implementação do plano de gestão conjunta, mas o aspecto importante e mais abrangente seria a questão de como tudo seria financiado e como o financiamento seria sustentado à longo prazo.

7.1 Garantia da Aprovação e o Desenvolvimento de Legitimidade

À medida que a sua carreira progride os conservacionistas tornar-se cada vez mais consciente do facto de que, para para atingirem os seus objectivos de conservação, não importa quem sejam, têm de envolver as partes interessadas para angariar apoio para os seus esforços. Este aspecto está principalmente associado com a necessidade de assegurar o financiamento e um mandato para o seu trabalho, mas também tem muito a ver com a certeza de que as partes interessadas e afectadas estão incluídas no processo de criação das suas estratégias de conservação, e até mesmo participar na sua implementação. A Secção 6.2 diz respeito à questão da avaliação do ambiente favorável, e a mesma refere-se aos processos para assegurar que uma componente importante de um ambiente favorável seja estabelecida. Também refere-se à realidade de que a conservação não pode acontecer isoladamente, e que para ter sucesso esta deve fazer sentido socialmente, economicamente e politicamente.

Embora esta Secção tenha sido estruturada no que parece ser uma hierarquia de níveis das partes interessadas que devem ser envolvidos, deve-se notar que isso não reflecte nenhum nível de importância ou prioridade. Cada um dos sectores aqui discutidos são igualmente importantes, pois têm uma variedade de funções que podem desempenhar, assim como uma variedade de formas pelas quais podem influenciar os processos necessários para a criação e desenvolvimento de uma iniciativa TFCA, e o grau de progresso atingido. Quanto a isto, a lógica irá ditar o sequêcia do envolvimento das partes interessadas, e até que ponto os recursos financeiros e a capacidade para realizar essas tarefas estão disponíveis. Portanto, é essencial que os praticantes TFCA sejam muito estratégicos na abordagem deste aspecto importante e desenvolvam a avaliação das partes interessadas discutida na Secção 6.2.2. Também é importante que o envolvimento sugerido nas discussões seguintes se realize na base de uma estratégia de envolvimento das partes interessadas cuidadosamente e estrategicamente compilada. Isso por si só é uma disciplina que goza de muita atenção em termos de publicações de boas práticas, técnicas e ferramentas. Estes não foram incluídos nas presentes Directrizes, mas os praticantes são incentivados a rever a literatura pertinente, antes de embarcar no processo de elaboração de uma estratégia de envolvimento abrangente das partes interessadas.

Uma tensão muito real que deve de ser gerida pelos praticantes é a natureza de engajamento político e de influência à curto prazo, e a natureza à longo prazo destes processos relacionados com as comunidades interessadas e afectadas. Essa tensão fez-se sentir de forma aguda nos primeiros estágios do TFP Grande Limpopo, onde uma pressão política significativa foi exercida sobre o processo que resultou na aplicação prematura de uma série de acções importantes, como a queda de cercas e a realocação de animais selvagens. Embora essas acções possam ter servido para garantir a aprovação à nível político, podem muito bem ter resultado na perda de legitimidade a nível local. Talvez, se tivesse sido levado mais tempo para garantir a aprovação da comunidade local, maior cooperação seria hoje evidente na luta contra a caça ilegal de rinocerontes. Esse aspecto é reflectido por Hall-Martin e Modise (2002) que afirmam que o envolvimento de todas as partes interessadas no desenvolvimento de TFCAs é provável que resulte na aprovação política, credibilidade, legitimidade e aceitação social das TFCAs.

7.1.1 À nível político

Os profissionais de conservação tornaram-se cada vez mais familiarizados com a necessidade de influenciar as partes interessadas a nível político, pois esta é a principal fonte dos seus recursos financeiros, e é onde obtêm o quadro jurídico e político necessário para legitimar o seu trabalho. No entanto, assim que este trabalho começa a passar de uma ou mais fronteiras internacionais, não são apenas necessários recursos financeiros adicionais, mas mandatos multi-nacionais baseados em acordos cuidadosamente elaborados. Reconhece-se que os processos necessários para trabalhar no sentido de obter esses acordos são prolongados e envolvem uma dinâmica diplomática e burocrática, aos quais a maioria dos praticantes não estão familiarizados. No entanto, sem estes acordos em vigor, ou pelo menos, os mandatos para trabalhar no sentido de alcançá-los, os esforços no terreno podem ser frustrados e mesmo abortados, resultando em perda de terreno valioso nos avanços preliminares. Portanto, é recomendado que os praticantes de TFC garantam que esforço sejam envidados para envolver os protagonistas políticos relevantes o mais cedo quanto possível no processo.

Os passos que são necessários para garantir a aprovação à nível político serão diferentes em cada caso e em cada país, mas se se pode presumir que a maioria das iniciativas TFCA são iniciadas dentro de uma agência de gestão de recursos naturais (conservação) num nível relativamente alto, onde este tipo de orientações estratégicas emergem e são adoptados, então, os seguintes passos devem ser apropriados:

- A liderança selecionada de acordo com **Passo 1 da Conceção** na Secção 6.4 agrupa todas as informações geradas através dos processos de pré-viabilidade e de viabilidade e compila uma proposta concisa mas abrangente de motivação para a criação e desenvolvimento da iniciativa TFCA de acordo com o modelo de relatório fornecido na Apêndice E. Note-se que a relevância sócio-económica mais ampla da iniciativa não está neste momento incluída neste modelo e deve ser integrada no relatório como discutido na Secção 6.3.
- Devem ser usados os canais de comunicação adequados para garantir que a proposta atinja o ministro competente com o pedido claramente definido, para que este possa garantir que os processos diplomáticos necessários sejam iniciados, a fim de passar a motivação para todos os ministérios relevantes dentro do país, e entre os limites internacionais.
- O responsável por este processo deve tentar, tanto quanto possível acompanhar e/ou rastrear a proposta ao longo dos canais de comunicação, a fim de providenciar apoio através de apresentações e discussões, mas também para poder responder aos pedidos de informação adicional e/ou alterações o mais rapidamente possível.
- Sempre que possível, as oportunidades de lobby directo ou indirecto devem ser identificadas e usadas para obter o máximo proveito. Essas oportunidades podem precisar de ser criadas como através de um convite aos altos funcionários e políticos para conhecer as áreas principais que podem demonstrar claramente a necessidade e os benefícios da iniciativa proposta.

O calendário das etapas acima mencionadas deve ser cuidadosamente considerado, na medida em que os políticos têm mandatos limitados e, portanto, seria melhor se essas etapas fossem programadas para começar logo que possível no início do mandato do ministro relevante. Caso isso não for possível, deve-se ter em conta o risco de um novo ministro ser nomeado, em algum estágio

durante o processo, e que poderá ser necessário iniciar o processo novamente, ou pelo menos trabalhar no sentido de actualizá-lo.

7.1.2 Com Colegas e Órgãos do Estado Relacionados

O conceito de ‘trabalho em silos’ é uma realidade dentro e entre órgãos do Estado. Outra realidade é que, no contexto de uma iniciativa TFCA, existem muitos destes silos que têm interesses e/ou responsabilidades que incidem directamente sobre os procedimentos necessários para a sua criação e desenvolvimento. Por isso, é essencial que sejam feitos todos os esforços para garantir que os colegas relevantes na agência iniciadora e órgãos de Estado afins sejam identificados e envolvidos o mais cedo possível no processo. Além disso, o objectivo do trabalho deve ser assegurar a sua participação contínua e a sua contribuição, onde for relevante. Isto é particularmente relevante para o estabelecimento da estrutura de governação adequada, conforme discutido na Secção 7.2.

Para ilustrar esta necessidade os portfólios geralmente reflectidos nos governos estão listados abaixo na Tabela 4, juntamente com a contribuição potencial que poderia ser feita para a criação e desenvolvimento de uma TFCA. O principal pressuposto é que essas várias agências irão todas contribuir para a ligação com os seus colegas ao longo das fronteiras internacionais e, assim, facilitar a colaboração relacionada com os aspectos listados abaixo. Também que dentro dos países, estes diversos portfólios irão tomar conhecimento da iniciativa TFCA e garantir que esta seja integrada nos seus planos e estratégias particulares e que conflitos potenciais sejam detectados o mais cedo possível e sejam resolvidos proactivamente. Note-se que os portfólios não foram listados em ordem de prioridade, pois as circunstâncias específicas de cada iniciativa TFCA irão ditar qual é que desempenha um papel mais importante. No entanto, é provável que as suas contribuições sejam todas significativas.

Table 4: Os portfólios relevantes do governo e as suas contribuições potenciais para iniciativas de TFC

PORTFÓLIO	POTENTIAL CONTRIBUIÇÃO
Comércio e Investimento	Auxiliar com a identificação de oportunidades de investimento e fazer a sua comercialização no âmbito dos objectivos da TFCA. Também, reconhecer a grande contribuição que a iniciativa TFCA pode fazer e garantir que o apoio relevante seja fornecido.
Turismo	Auxiliar com o planeamento do desenvolvimento do turismo dentro da TFCA e relacionado com a TFCA, e com o marketing para assegurar investidores de turismo, bem como a comercialização do TFCA como destino turístico.
Meio ambiente	As agências de conservação do meio ambiente estão muitas vezes aninhadas no portfólio do meio ambiente e, portanto, desempenham um papel fundamental no fornecimento de mandatos e recursos. No entanto, também têm agendas muito amplas de gestão ambiental dentro das quais os potenciais benefícios da TFCA podem dar um contributo
Agricultura	Como a iniciativa TFCA muitas vezes inclui áreas de uso múltiplo, o portfólio agrícola pode desempenhar um papel importante para assegurar que estas áreas sejam geridas de forma sustentável e compatível com os objectivos da TFCA. Como no Comércio e Investimento, também seria essencial garantir que

	o planeamento do desenvolvimento seja coordenado para melhorar as compatibilidades. O controle de doenças dos animais é muitas vezes uma função desse portfólio e a potencial abertura das fronteiras internacionais poderia representar uma ameaça para a propagação de doenças animais.
Água	O Protocolo da SADC sobre Cursos de Água Compartilhados é um testemunho da importância deste portfólio, e é provável que as TFCA's irão contribuir para a realização de uma melhor gestão dos cursos de água partilhados, e das suas bacias hidrográficas.
Negócios Estrangeiros	Dependendo do grau do mandato que é dado a outros órgãos do Estado para trabalhar ao longo das fronteiras internacionais, este portfólio será um contribuinte essencial para facilitar as ligações transfronteiriças. Além disso, a função das Alfândegas e Impostos geralmente reside dentro deste portfólio e como as TFCA's visam melhorar a circulação de pessoas entre os países da TFCA, são contribuintes essenciais para o processo.
Segurança	A função de segurança é geralmente dividida entre os portfólios de defesa e da polícia, e considerando a importância relativa deste aspecto, uma discussão mais detalhada foi fornecida abaixo.
Cultura	Como a ligação de culturas é uma vantagem distinta que podem surgir a partir de TFCA's, é essencial que este portfólio seja reconhecido e incentivado a desempenhar uma função no fortalecimento dos esforços da TFCA.
Serviços	Incluídos dentro desta categoria de portfólios são os serviços relacionados com o desenvolvimento de infra-estrutura e manutenção, tais como transporte, energia e comunicações. Destes, o transporte é, possivelmente, o mais importante, pois as necessidades de acesso devem ser asseguradas e mantidas de modo a facilitar a maioria das actividades que serão associadas com a TFCA.

Considerando-se a importância relativa do portfólio de segurança, foi providenciado uma discussão adicional baseada em Braack et al (2005) e a experiência do Coronel David Peddle, um co-autor desta publicação, anteriormente ligado a Força de Defesa Sul-Africana, e que possui uma experiência significativa no que diz respeito à integração de aspectos de segurança nas TFCA's na perspectiva Sul-Africana. Por ter sido compilado independentemente, o conteúdo da discussão a seguir inclui uma série de duplicações de outras discussões abordadas nestas Directrizes. Essas duplicações foram mantidas nesta discussão com o propósito de enfatizar a importância destes aspectos e a sua inter-relação.

Conseguir a aceitação dos políticos é um problema ao longo do trajecto para a TFCA, mas o sector de segurança representa um desafio diferente. O problema da segurança numa TFCA é que em primeiro lugar, poucos conservacionistas tentam compreender qual é a natureza do problema de segurança, ou mesmo o que o seu âmbito de aplicação abrange, e por outro lado a maioria dos funcionários dos parques tendem a deixar a segurança à mercê de qualquer empresa de segurança barata que podem encontrar para lidar com o "problema de segurança". Isso significa que eles consideram o problema como sendo realmente um dos menores crimes nos campos e, em maior ou menor extensão, existe o problema da caça furtiva, com o qual eles lidam usando guardas florestais. Se a empresa de segurança não for capaz de lidar com o problema, seja ele qual for, a empresa é despedida, isto se a administração do parque for capaz de fazê-lo. Como a escala de ataques criminosos lentamente torna-se aparente e à medida que as suas implicações são visíveis, na escala nacional e nos balanços

do parque, o papel da 'Segurança' vai lentamente sofrer uma metamorfose. Os governos e as autoridades dos parques lentamente começaram a perceber que quando um turista não está satisfeito vai para outro lugar, levando consigo os seus dólares, libras e euros. Isso irá gradualmente traduz-se em efeitos sócio-económicos, pois os países doadores começam a reagir às queixas dos seus cidadãos e isso, inevitavelmente, começa a ter impacto sobre os planos ou outros planos de consumo do país. A falta de segurança terá esse efeito, pois os turistas são muito impulsivos e passam para outros países num abrir e fechar de olhos.

Estrategicamente, a segurança numa TFCA ainda mais do que num parque nacional, envolve não só a questão do furto insignificante nas cabanas durante a noite ou o arrombamento de veículos estacionados, mas também a questão do controle de entrada no interior do parque. A TFCA permite a livre circulação de turistas na área e alguma medida de controle e um sistema de resposta é vital tanto para o parque como para o turista. Os Departamentos de controlo da imigração, alfândega, Polícia e Militar mais muitos outros Departamentos do Estado Provinciais/regionais envolvidos na circulação de mercadorias e animais, tais como 'Transport and Health', têm um enorme interesse na criação e desenvolvimento de TFCAs. Cada parque nacional dentro de uma TFCA tem um grande interesse na informação sobre a possibilidade de actividades de caça ilegal e outras formas de criminalidade que podem ser importados para o seu segmento do parque. Portanto, pode ser facilmente compreendido que a segurança eficaz e eficiente tem grandes implicações e muito potencial para a prevenção da criminalidade, da perda de receitas e animais dentro de uma TFCA e, finalmente, os planeadores de segurança devem ser capazes de identificar tendências criminosas quando começam a tomar forma.

A criação e o desenvolvimento de uma TFCA não deve ser dominada por um departamento de estado particular. Isto acontece muitas vezes, inadvertidamente, no sentido de que os outros departamentos do estado com espírito de não-conservação não se juntam à festa ou não são convidados na fase inicial para que possam participar de uma forma significativa. A implicação disso é que, depois estes não podem se envolver ou não se envolver. Estas ramificações são de especial importância, pois o pessoal de conservação, por vezes, não tem conhecimento de certas consequências, tais como as actividades de contrabando de drogas e cartéis de contrabando de armas na região e as oportunidades que tais cartéis podem encontrar em condições potencialmente relaxadas de uma TFCA que tenha sido planeada inadequadamente. Isto significa que o processo torna-se brando e pode mesmo desmoronar-se. Todas as organizações estatais têm de fazer o orçamento e isso significa que, de um modo geral, com pelo menos um ano de antecedência, mas normalmente com dois a três anos de antecedência. Aquilo que não está no orçamento não vai ser feito a não ser que o ministro envolvido possa ser persuadido a repriorizar o orçamento do seu departamento para o benefício de outro departamento.

Se nenhum estudo adequado ou exercício de definição tiver sido feito no início de um processo de TFCA, pode-se não conseguir compreender quem e que departamento ou organização se deve envolver no processo e isso também vai resultar num processo defeituoso ou retardado. É preciso lembrar que para a maioria dos governos, a segurança do Estado e uma fronteira segura são de importância primordial e requerem uma consideração crítica. Os Ministros responsáveis pelos assuntos que afectam a segurança, a fronteira, alfândega e imigração têm a capacidade de efectivamente criar ou quebrar qualquer processo TFCA se eles não são envolvidos e solicitados a contribuir.

De suma importância é a constatação de que as estruturas de governação da TFCA, tanto a nível nacional como internacional, devem ser constituídas de forma a incluir os interesses dos departamentos de segurança. O líder do Programa TFCA deve garantir que suas comissões de trabalho incluem uma comissão de segurança que se reflecte em todos os lados das fronteiras da TFCA. Também deve garantir que a comissão de segurança a nível internacional seja composta pelos presidentes das várias comissões de segurança nacional e que o presidente da comissão de segurança internacional deve ser ouvido na estrutura de governação da TFCA quando este é constituído. A nível nacional, a comissão de Segurança deve representar todos os departamentos e organizações relacionadas com a segurança, e incluir os interesses de segurança não-governamentais, se for relevante, e não ser separatista. Deve haver uma clara compreensão entre todos os elementos de segurança a respeito da responsabilidade de cada um, para que cada órgão, unidade ou componente saiba exatamente o seu papel e as suas funções e responsabilidades, e que cada uma das outras agências, unidades ou componentes tenham um entendimento completo de como os diferentes protagonistas se complementam ou se encaixam. A Comissão de Segurança deve ser formada com uma Constituição para resolver tais problemas potenciais. O presidente deve representar o Departamento tendo como responsabilidade primária a segurança das fronteiras. Para o presidente de Segurança ser eficaz deve ter um status que lhe permite interagir significativamente com os diversos órgãos de segurança do Estado e assim garantir a relevância de planeamento entre os seus departamentos de segurança nacional. Deve ser responsabilidade da Comissão de Segurança, ou Grupo de Trabalho, identificar todos os elementos que afectam a segurança na TFCA proposta, e resolver todas essas questões, por meio de um plano de segurança nacional e, em última instância internacional, e contribuir para um Plano de Gestão conjunta coeso, funcional e integrado.

Os protagonistas de Segurança podem ser divididos em duas componentes ou elementos principais, nomeadamente primárias, secundárias e terciárias. Os elementos de segurança primária, são compostos por polícia, militares (Exército principalmente), Inteligência, Guardas de Conservação Florestal, Patrulha de Reserva de Caça (ver Figura 17), etc. Elementos de segurança secundária, são compostos por Imigração, Serviços aduaneiros e Impostos Especiais de Consumo, Veterinária (controle de doenças), Agricultura (controle de plantas exóticas) etc. Elementos de segurança terciária são compostos por agentes de segurança privada ou locais utilizados para proteger entradas, edifícios, etc. Os funcionários de conservação são treinados em combate a incêndios, primeiros socorros, e são também cada vez mais treinados para se envolver em situações de combate, devido à militarização crescente das táticas dos caçadores furtivos.



Figura 7: Pessoal de segurança de conservação da África do Sul e Moçambique, na fronteira internacional entre os dois países no Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo (© Thomas Petermann)

Os praticantes da TFCA devem entender que o sucesso de uma TFCA, ou de qualquer área protegida, deve assentar largamente em três pernas; a gestão financeira, gestão da vida selvagem e gestão da ameaça de segurança para o parque. Sem um ambiente saudável de segurança capazes de lidar com criminosos e sem a gestão de emergências, poucos turistas estarão dispostos a visitar esse lugar.

Durante as negociações iniciais, tanto nacionais como internacionais, as implicações legais do movimento de pessoas, bens e animais através de fronteiras internacionais são de vital importância para os departamentos de segurança dos países envolvidos. É evidente que o desenvolvimento de uma TFCA não elimina as fronteiras existentes, mas procura trabalhar ao longo destas dentro dos limites do TFCA. O papel dos órgãos do Estado com relação a essas fronteiras deve ser esclarecido satisfatoriamente. Isto significa, naturalmente, que estes departamentos devem estar estreitamente envolvidos ao longo de todo o processo de desenvolvimento da TFCA para garantir que não haja surpresas para eles ou para a TFCA, numa fase posterior. É preferível passar dias a discutir um aspecto para garantir a sua aceitação e compreensão, do que mais tarde ter que visitar edifícios, porque esses aspectos estão fora da linha devido a mal-entendidos. Os seguintes aspectos devem ser alvo de um debate saudável entre os protagonistas:

- **Cerca da fronteira** internacional. A cerca actual - se é que de facto existe deve ser removida na sua totalidade, ou parcialmente, até onde os postes da cerca da fronteira permanecerem, ou os trechos da cerca devem ser deixados no local
- Surge a questão dos **passaportes** e onde devem ser apresentados à imigração, juntamente com todos os bens do turista ou oficial a serem inspecionados por um funcionário da alfândega, que deve extrair impostos alfandegários
- O princípio de **Hot Pursuit** deve ser esclarecido e certamente irá levar à questão do transporte de armas por funcionários na jurisdição do país vizinho. Uma questão crítica aqui é o direito à auto-defesa em outro país ao transportar uma arma
- O **direito de circulação** das autoridades em toda a fronteira de facto devem ser esclarecidas em termos de ocasiões e períodos. Estes devem usar passaportes ou uma identificação acordada?
- A **harmonização das leis** é fundamental, pois cada país irá interpretar crimes de forma diferente e, portanto, a punição será diferente, por exemplo, para os caçadores furtivos. A África do Sul, por exemplo, recusar-se a entregar um assassino suspeito, sem garantias
- A questão do **financiamento da TFCA** continuará a ser um aspecto crítico, pois isso implicará a definição clara das taxas e quantias devidas para cada parque em relação aos outros parceiros da TFCA que podem legitimamente reivindicar uma porção de, por exemplo, taxas de entrada para o Parque e, curiosamente, também multas de velocidade dentro da TFCA!
- A questão da **jurisdição legal** ou não, de autoridades policiais, bem como outros titulares de cargos do governo fora dos seus países "devem ser conclusivamente acordadas.

Os departamentos de segurança encarregados de minimizar actividade criminosas ou ameaças devem sempre tentar ter o máximo controle sobre a circulação de pessoas e bens e de ter o máximo de informação possível sobre o que essas pessoas estão a fazer e onde estão. O controlo de pessoas e bens dentro de um parque é fundamental para a manutenção da boa ordem e reduzir a

criminalidade dentro da TFCA. O controle efectivo na entrada quando, conectado a um sistema de comunicação que abrange todo o parque, irá permitir aos funcionários identificar turistas desaparecidos e ou "perda" deliberada devido a actividades ilegais (por exemplo, a caça furtiva, ou contrabando de veículos ao longo da fronteira rodoviária patrulha). A capacidade ou não de oficiais de segurança identificarem veículos dos turistas dentro de um parque, como resultado das medidas de controle na entrada do parque, também deve-se reflectir, no grau de acesso permitido a oficiais estrangeiros, a polícia e dados de passaporte no condado da polícia/base de dados de imigração.

Outros aspectos específicos que requerem consideração são os seguintes:

- **Formação:** um nível eficaz de formação para os guardas, que patrulham os parques, deve ser assegurada por todas as partes e um currículo de formação conjunta deve ser desenvolvido e posto em prática. Isso irá garantir uma abordagem comum para todos os incidentes e elevar o padrão de eficiência e esperamos reduzir a corrupção. Isso também irá garantir que as operações transfronteiriças em matéria de caça furtiva e perseguição ocorram dentro das leis dos países da TFCA e serão realizadas de forma eficiente e eficaz.
- **Infra-estrutura:** A infra-estrutura da TFCA, ou seja todas as estradas, pontes, cercas, sistemas de comunicação conjuntos e edifícios relevantes podem ser mantidos por um fundo gerido em conjunto com base num sub-plano infra-estrutural do Plano de Segurança da TFCA aprovado em conjunto.
- **Emergências e Desastres:** a possibilidade de algum tipo de calamidade que afecte a TFCA, seja ela natural ou provocada pelo homem, devem ser previstas e planeadas pela comissão de segurança da TFCA. Isso pode variar de queda de aeronave a incêndios e a possibilidade de incursões armadas, onde relevante.
- **Comunidades vizinhas:** O papel da população ao redor dos parques precisa de muita reflexão e planeamento cuidadoso por todos os lados, incluindo as comissões de segurança. Haverá algumas expectativas em relação à TFCA e esta pode ser vista como uma fonte de receitas vital e algumas das seguintes implicações para a gestão podem ser identificadas da seguinte forma:
 - o Haverá uma expectativa de emprego na TFCA.
 - o Pode haver uma expectativa de competir para o fornecimento de bens e serviços a uma taxa preferencial.
 - Pode haver uma expectativa de vender artesanato local para os turistas, tanto dentro como fora da TFCA.
 - Pode haver uma expectativa de consultas sobre todos os assuntos que afectam a rentabilidade da região e da TFCA, fóruns especiais terão de ser organizados para reunir com representantes da comunidade local.
 - Pode haver uma expectativa de estar envolvido num game ranching ou caça com as decisões que afectam a localização do grande jogo perto de suas áreas.
 - Pode haver uma expectativa de fazer parte de qualquer jogo de pecuária ou de actividades de caça em torno da periferia do parque.

Uma outra implicação relacionada com as comunidades vizinhas é o potencial aumento das actividades de caça furtiva internacionais. A inclusão de representantes das comunidades vizinhas na comissão de segurança é uma decisão que não deve ser tomada de ânimo leve,, uma vez que irá afectar todas as partes do acordo TFCA, alguns dos quais podem ser contra a ideia por razões de segurança.

As porções finais da discussão acima relacionada com as comunidades vizinhas, destaca a necessidade de uma secção dedicada a este assunto. A discussão na secção seguinte dedica-se a esse tema. A sobreposição é propositada, pois ajuda a enfatizar a importância da necessidade de construir relações duradouras e de confiança com os vizinhos.

7.1.3 Com as Comunidades Interessadas e Afectadas

Este sub-título faz uma distinção entre as comunidades que podem estar "interessadas" e aquelas que podem estar "afectadas" pelo estabelecimento de uma TFCA. Note-se que nestes dois grupos, o último também pode incluir o primeiro grupo e é potencialmente mais influente. Essencialmente as comunidades interessadas e afectadas são agrupamentos da sociedade civil que não têm um mandato legal para a criação e desenvolvimento de uma TFCA, mas que também estão interessados na iniciativa, como as ONGs ambientais e sociais; ou quem está directamente afectado por esta, em virtude de estarem geograficamente localizados dentro ou directamente na área adjacente da área em questão, ou estão ligados através do fluxo de um ou mais serviços dos ecossistemas. Em alguns casos, as comunidades afectadas podem não estar cientes de que estão e/ou estarão afectadas, enquanto que em outros casos, esse facto pode ser bem conhecido e compreendido. Assim, é fundamental que essas distinções sejam feitas na concepção de um processo para o envolvimento com as comunidades interessadas e afectadas.

O título desta Secção, designadamente, "Protegendo a aprovação e a construção de legitimidade" tem particular relevância para as comunidades interessadas e afectadas, especialmente o aspecto da construção de legitimidade. Teoricamente, é uma tarefa simples obter a aprovação, pois isso pode ser alcançado através da promessa de uma variedade de benefícios, mas é a entrega destes benefícios prometidos que irão garantir a legitimidade. Portanto, é essencial que qualquer e todos os processos que foram projectados e empreendidos pelos profissionais da TFCA para garantir a aprovação e construir a legitimidade com as comunidades interessadas e afectadas sejam fundamentados nos princípios da honestidade, abertura, transparência, democracia, equidade e total divulgação. Hall-Martin e Modise (2002) acrescentam, afirmando que as comunidades devem estar envolvidas nos processos TFCA como parceiros iguais e não apenas como beneficiários passivos.

Um dos maiores obstáculos para os processos de engajamento com as comunidades interessadas e afectadas é o perigo de gerar expectativas irreais. É provável que isso pode ocorrer, mesmo que os princípios listados acima sejam seguidos religiosamente. Portanto, os praticantes TFCA que estão envolvidas com esses processos de engajamento devem garantir um alto nível de objectividade, até mesmo minimizar os benefícios potenciais que podem surgir como resultado da colaboração transfronteiriça. Isto é particularmente arriscado no início do processo, onde os praticantes investiram muito tempo no desenvolvimento do conceito dentro das suas perspectivas sem que tenham ainda se envolvido totalmente com as comunidades interessadas e afectadas. Essa perspectiva compreensivelmente tendenciosa é o que pode causar expectativas irreais e, portanto, deve ser muito moderado nesta compreensão e objectividade.

Outro perigo associado a este aspecto da criação de uma iniciativa TFCA está relacionado ao facto de que a maioria desses participantes estão localizados em áreas rurais, com apoio logístico e infraestrutura limitada. São muitas vezes remotos e falam diferentes idiomas e dialectos, e estão

espalhadas por toda a área de influência. Como tal, um processo de engajamento minucioso será um exercício caro e moroso e quaisquer limitações em termos de recursos financeiros disponíveis irá comprometer o processo. Esse compromisso vai prejudicar a legitimidade do processo e da iniciativa como um todo e, portanto, devem ser envidados esforços para garantir que este seja apoiado devidamente e completamente implementado.

No desenvolvimento de uma estratégia de engajamento da comunidade muita atenção deve ser dada a obtenção do melhor método/s de comunicação, destacando que este deve ser um processo recíproco desde o início, ou seja, os praticantes não se envolvem com as comunidades, a fim de falar-lhes sobre a iniciativa TFCA, mas sim para compartilhar o conceito com eles e escutar as suas respostas com muita atenção. Às vezes, as respostas podem não ser o que os praticantes gostariam de ouvir, mas todos os pontos de vista devem ser reconhecidos, respeitados e cuidadosamente respondidos. A linguagem utilizada também deve estar livre de gíria e reconhecimento do nível de afastamento das comunidades. Na experiência do Projecto Transfronteiriço Maloti Drakensberg, a este respeito, os praticantes envolvidos com as comunidades, afirmaram que o projecto foi financiado pelo Banco Mundial, e este era um conceito completamente estranho para as comunidades, pois o seu "mundo" era o vale em que vivem, e o seu "banco" era o seu gado. Um termo simples para os praticantes, mas que significava algo completamente diferente para as comunidades.

Em resumo, em seguida, quando os praticantes passarem para a fase de garantir a aprovação e construir legitimidade com as comunidades interessadas e afectadas eles devem:

- Elaborar cuidadosamente uma estratégia de engajamento da comunidade;
- Garantir que existem recursos financeiros suficientes para implementar a estratégia completamente;
- Identificar técnicas de engajamento que são apropriadas para o contexto dos vários grupos da comunidade;
- Desenvolver materiais de comunicação que usam a linguagem apropriada, tanto em termos de comunicação directa, e também em termos de terminologia e conceitos que são utilizados (simplifique);
- Certifique-se de que todos os praticantes que vão implementar a estratégia de engajamento são devidamente qualificados em termos de serem objetivos, abertos, transparentes e honestos e que estão dispostos e capazes de escutar;
- Reconhecer que este não será um processo único, mas sim um processo contínuo, portanto, é crucial para o processo construção relações significativas e de confiança a longo prazo; e
- Para reiterar o que já foi mencionado na introdução a esta discussão sobre assegurar a aprovação e a legitimidade, deve-se garantir que a calendarização dos processos que visam os três níveis reflectidos nesta discussão, sejam bem geridos e que estejam em harmonia uns com os outros.

Note-se que a discussão na Secção 7.4 fornece orientações detalhadas sobre uma das etapas de engajamento das partes interessadas relacionadas com o desenvolvimento de um quadro de gestão conjunta. Nesta discussão, recomenda-se que os trabalhos preliminares com as comunidades interessadas e afectadas devem ser considerados. Os engajamentos referidos na discussão acima, bem como os referidos no ponto 6.2.2 e 7.4 reflectem um contínuo de engajamento que serve para

estabelecer os vínculos necessários para garantir que a aprovação e a legitimidade sejam sustentadas.

7.1.4 Resumo das Diretrizes

- Considerando os altos custos de transação associados com o engajamento das partes interessadas, este processo deve ser cuidadosamente projectado e com recursos suficientes para garantir que a aprovação e a legitimidade para a iniciativa TFCA esteja assegurado.
- estratégias de engajamento diferentes são necessários para os vários grupos de participantes, mas cada grupo é igualmente importante em termos do papel que podem desempenhar, a influência que podem trazer para o processo e a sua potencial contribuição e benefícios.
- Os grupos principais de partes interessadas encontram-se nos níveis políticos, institucional e comunitário e todos são essenciais para o sucesso da iniciativa.
- • Fora desses três grupos directamente afectados estão as ONGs e as agências doadoras que podem ter uma influência significativa sobre a iniciativa, mas cuja influência deve ser cuidadosamente gerida, de modo a evitar que sejam vistos como se fossem os líderes do processo.
- Em todos os processos de engajamento das partes interessadas, os praticantes e proponentes TFCA devem manter firmemente os princípios da honestidade, transparência e objectividade; e demonstrar a todo o momento a vontade de ouvir e reconhecer o valor dos insumos recebidos, a medida que estes são expressos em forma de medo, percepções, expectativas e até mesmo agressão.

7.2 Selecção de um modelo adequado de Governação

Existe uma série de publicações recentes que se relacionam com este tema e que são recomendados para referência, tais como "Directrizes de Boa Prática da Área Protegida da IUCN Série N° 20 "Governação de Áreas Protegidas: Da compreensão à acção" (Borrini-Feyerabend et al, 2013). As Directrizes revistas da IUCN sobre a Conservação Transfronteiriça de (Vasilijević et al, em processo e que deverão ser lançadas em 2014 na Conferência Mundial de Parques), inspiram-se fortemente nesta publicação, bem como o trabalho de McKinney e Johnson (2009) "Trabalhar entre Fronteiras: Pessoas, Natureza, e Regiões". Estas publicações são referenciadas nestas Directrizes e são acessíveis aos praticantes de TFCA, a fim de obterem uma maior base teórico sobre este tema, e para obterem uma perspectiva mais global. Para o efeito destas Directrizes a definição de governação da Conservação Transfronteiriça (Transfronteiriça) e as lições fundamentais foi extraída dessas obras, por outro lado, a discussão a seguir é baseada numa revisão crítica dos modelos de governação actualmente em vigor para as TFCAs da SADC.

A Governação da Conservação Transfronteiriça é definida como as interações entre estruturas, processos e tradições que determinam como o poder, a autoridade e a responsabilidade são exercidos e como as decisões são tomadas entre os protagonistas de dois ou mais países numa Área de Conservação Transfronteiriça (Vasilijević et al, em processo). Com base na análise das TFCAs da SADC é possível refinar esta definição, reconhecendo que, para governar as TFCAs, os instrumentos e mecanismos de governação devem ser postos em prática.

7.2.1 Instrumentos de Governação

A partir das informações apresentadas sobre as existentes TFCA da SADC, na Secção 5 e Apêndice D, é evidente que a maior parte começou com um Memorando de Entendimento como instrumento de governação e, em dois casos, isso evoluiu para um Tratado. Ambos os casos, ou seja, o /Ai/Ais-Richtersveld e Grande Limpopo são parques transfronteiriços envolvendo dois e três países, respectivamente. A partir daí, pode-se supor que essas configurações relativamente simples se prestam a instrumentos de maior compromisso. No entanto, uma das mais jovens e mais complexas TFCA da SADC, ou seja, a KAZA TFCA, é baseada num tratado assinado em 2011, mesmo antes da realização de um estudo de viabilidade em 2013. Por mais encorajador que este sinal de aprovação e vontade política seja, uma bandeira de advertência deve ser erguida à luz das recomendações incluídas nestas Directrizes. Porém, uma análise mais detalhada do conteúdo deste Tratado seria necessária a fim de qualificar essa cautela.

A fim de dar sentido a esta discussão sobre mecanismos de governação algumas definições relevantes são aqui incluídas com o objectivo de auxiliar os praticantes de TFCA a identificar a opção que melhor se adapta às circunstâncias específicas da iniciativa/s em que podem estar envolvidos.

Memorando de Acordo (extraído de http://en.wikipedia.org/wiki/Memorandum_of_agreement - acedido em 13 de Maio de 2014).

Um memorando de acordo (MoA), ou acordo de cooperação é um documento escrito entre as partes para cooperarem num projecto acordado ou alcançar um objectivo acordado. O propósito de um MoA é ter um entendimento por escrita do acordo entre as partes. Este pode ser usado entre as agências, o público e os governos federais ou estaduais, comunidades e indivíduos. Estabelece as regras básicas de um esforço cooperativo positivo.

Memorando de Entendimento (extraído de http://en.wikipedia.org/wiki/Memorandum_of_understanding - acessado em 13 de Maio de 2014)

Um memorando de entendimento (MoU) é a descrição de um acordo bilateral ou multilateral entre duas ou mais partes. Este expressa a convergência de vontade entre as partes, indicando a linha de acção comum pretendida. É frequentemente usado nos casos em que as partes não necessitam de um compromisso jurídico ou em situações em que as partes não podem criar um acordo juridicamente vinculativo, [mas que podem ter a intenção de fazê-lo e usam um MoU como um passo em direcção de alcançar um acordo juridicamente mais vinculativo].

Tratado (extraído de <http://en.wikipedia.org/wiki/Treaty> - acessado em 13 de Maio de 2014)

Um tratado é um acordo sob o direito internacional firmado por protagonistas em direito internacional, nomeadamente os Estados soberanos e organizações internacionais. É um acordo oficial, expresso por escrito que o Estado usa para vincular-se legalmente. É também o resultado objectivo de uma ocasião cerimonial que reconhece as partes e as suas relações definidas.

Protocolo (extraído de [http://en.wikipedia.org/wiki/Protocol_\(diplomacy\)](http://en.wikipedia.org/wiki/Protocol_(diplomacy)) - acessado em 20 de Maio de 2014)

Na política internacional, um protocolo é a etiqueta da diplomacia e assuntos de Estado. Também pode se referir a um acordo internacional que complementa ou emenda um tratado.

Estas definições foram listadas na ordem acima, para fins de ilustrar um princípio fundamental no estabelecimento de instrumentos de governação da TFCA, ou seja, a tendência e a recomendação é que eles sejam autorizados a evoluir de informal para se tornarem mais formal a medida que se desenvolver uma maior segurança em relação à viabilidade de uma iniciativa TFCA, bem como a medida em que a aprovação das partes interessadas é assegurada.

7.2.2 Mecanismos de Governação

O conjunto de TFCA da SADC demonstram uma variedade de mecanismos de governação com a tendência geral sendo que o nível de complexidade associado com os mecanismos está directamente relacionado com a idade da iniciativa. Usando os mesmos exemplos, da discussão anterior pode-se observar que o /Ai/Ais-Richtersveld e o Grande Limpopo são parques transfronteiriços que incluem uma série de esferas de governo, enquanto o KAZA TFCA tem actualmente um secretariado e uma agência de execução. No entanto, é provável que a estrutura de governação para a KAZA TFCA irá evoluir para se tornar mais parecida com aqueles nos dois exemplos mais antigos.

A julgar pelas TFCA estabelecidas da SADC pode-se observar que os mecanismos de governação seleccionados incluem o seguinte:

- uma estrutura política multi-nacional de alto nível;
- uma estrutura técnica multi-nacional de alto nível; e
- várias estruturas multi-nacionais de disciplina específica ou sectoriais.

As identidades dadas a estas são geralmente:

- uma Comissão Ministerial;
- um Conselho de Gestão conjunta ou Comissão; e
- Comissões de Gestão ou Grupos de Trabalho relevantes para a variedade de aspectos que exigem um foco de gestão específica.

Além desses mecanismos, ou estruturas, algumas das TFCA estabeleceram um mecanismo de apoio em forma de um Secretariado, um Coordenador Internacional, e/ou uma Unidade de Implementação.

Paralelamente à esses mecanismos há várias opções que irão ajudar com o seu funcionamento e com a implementação da TFCA. As Secções 7.4 e 7.5 tratam deste aspecto com maior detalhe, mas é necessário mencioná-lo agora, a fim de fornecer alguma compreensão sobre as várias opções. Aqui, mais uma vez, a revisão das iniciativas de TFCA existentes na SADC fornece essa compreensão. Além dos Memorandos de Entendimento, Tratados e Protocolos já discutidos como instrumentos de governação há instrumentos de escala mais fina, como o Plano de Gestão Conjunta e Desenvolvimento Integrado. Embora não haja uma prescrição sobre qual desses instrumentos de escala mais fina são apropriadas às circunstâncias particulares da TFCA, a experiência de TFCA da SADC sugere que um Plano de Gestão Conjunta é apropriado para o cenário mais simples de Parque Transfronteiriço, enquanto que um Plano de Desenvolvimento Integrado é necessário para a Área de Conservação Transfronteiriça mais complexa.

7.2.3 Resumo das Directrizes

Para seleccionar um modelo de governação adequado, recomenda-se que os praticantes de TFCA permitam que os processos de iniciação (como discutido na Parte 2) e criação (como discute nesta Parte) prescrevam o que será mais adequado para as circunstâncias específicas e a actual dinâmica sócio-político dentro e associada à sua iniciativa. Noutras palavras a boa prática dita que não existe um modelo único que irá ajustar-se a todas as situações e, o melhor modelo será o que for permitido a evoluir.

Independentemente da natureza exacta do instrumento/s de governação e mecanismos ou estruturas que são em última análise, colocados em prática, é essencial que sejam suficientemente robustas para:

- assegurar uma forte colaboração entre todas as partes interessadas em termos de todos os aspectos da implementação em todas as esferas de governo;
- providenciar mecanismos de feedback necessários para o fluxo de informações entre as diversas esferas de governo;
- permitir a adaptabilidade e flexibilidade para responder à novas informações, ameaças e/ou oportunidades;
- medir e acompanhar o desempenho e colocar as estratégias em prática para garantir melhorias;
- medir, monitorar e assegurar que os benefícios atinjam os beneficiários apropriados de forma transparente e equitativa;
- manter canais abertos de comunicação para além dos mecanismos de governação; e
- assegurar os recursos necessários para garantir que a TFCA seja capaz de continuar a funcionar de forma otimizada.

Um comentário final sobre a governação das iniciativas TFCA da SADC relaciona-se com os títulos que são atribuídos. Como se pode observar a partir da discussão na Secção 5, existe uma variedade de títulos que são utilizados e que é frequente que configurações semelhantes sejam atribuídos títulos diferentes. Este é um aspecto onde é possível um maior grau de padronização e recomenda-se que os títulos sejam atribuídos de acordo com as definições apresentadas na Secção 2.3.

7.3 Definição da Extensão Geográfica

No processo de identificação do alcance geográfico das iniciativas de conservação transfronteiriça a distinção entre delineamento e mapeamento é importante, pois o primeiro permite a identificação da entidade geográfica distinta que está sendo apresentada, ou seja, uma linha sobre o mapa; enquanto a última providencia o detalhe dentro e relacionado com a área delineada. Talvez a orientação mais importante relacionada com este aspecto da conservação transfronteiriça é a necessidade deste processo ser consultivo, flexível, adaptável e iterativo; e reconhecer que os processos de delimitação e mapeamento devem informar-se mutuamente, e serem acordados pelos países participantes e partes interessadas.

A lógica por trás da necessidade de investir tempo e recursos para estes processos baseia-se na necessidade de, entre outros:

- **Comunique-se**

Para que as iniciativas de conservação transfronteiriça tenham tração com as partes interessadas e os responsáveis pela tomada de decisões, é essencial que lhes seja dada uma indicação clara do que as iniciativas tratam, a partir de uma perspectiva espacial, ou seja, quais são as partes de cada país participante propostas como elementos constituintes da TFCA. A capacidade de visualizar e de compreender as implicações em termos de como a iniciativa vai se relacionar com outras funções dentro e adjacentes à área, é possível por meio de um bom mapa.

- **Identificar e envolver as partes interessadas**

Logo que a área alvo for claramente identificada, torna-se mais fácil identificar objectivamente e seleccionar as partes interessadas que estão directamente relacionados com a área e que serão influentes na sua criação e gestão. Mais uma vez o intercâmbio das etapas apresentadas nas Secções 7.1 e 7.3 é enfatizada e reconhece-se que a Secção 6.2.2 já forneceu uma lista das partes interessadas e um processo para se envolver com eles individualmente. Também nos processos descritos nas Secções 7.1 e 7.4, é possível que a extensão geográfica e definição da TFCA mude, da mesma forma que a lista das partes interessadas pode mudar.

- **Plano para a criação e gestão**

O processo de planeamento para a criação e gestão de uma TFCA é mais significativo e com propósitos com dados espaciais claros. Quando o Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo foi concebido primeiro foi apresentado como uma Área de Conservação Transfronteiriça, que incluía vastas extensões de terra comum e privada entre áreas protegidas disjuntas. Através de uma série de iterações com os responsáveis pela tomada de decisões da área foi significativamente reduzida a uma Área Protegida Transfronteiriça incluindo apenas as áreas protegidas que são imediatamente adjacentes umas às outras (embora uma das áreas protegidas teve de ser incluído através do estabelecimento de um corredor que ligação). Quando este processo de delimitação foi concluído foi possível prosseguir com os processos de planeamento com clareza e definição.

- **Formalizar acordos**

É possível que os acordos de conservação transfronteiriça sejam celebrados na ausência de descrições espaciais distintas, mas estes seriam precursores para os acordos posteriores que têm foco geográfico e identidade. Enquanto os primeiros são importantes pilares de, mesmo que precisarem de alguma indicação das áreas potenciais de colaboração. Por conseguinte, como essas áreas estão mais claramente delineadas, o mapa resultante/s terá de ser incluído como partes cruciais dos acordos em todos os níveis de implementação, ou seja, desde a gestão política até a gestão no terreno.

- **Analisar, monitorar e avaliar**

Uma compreensão clara da extensão geográfica de uma TFCA fornece uma base sólida a partir da qual pode ser lançado uma variedade de análises, bem como proporcionar um quadro de referência para o desenvolvimento e implementação de uma estrutura de monitoramento e avaliação.

Há uma variedade de métodos que podem ser utilizados para delimitar e mapear a TFCA e estes variam entre métodos altamente técnicos e métodos de baixa tecnologia. A selecção do método/s a ser usado dependerá dos recursos e capacidades disponíveis para alcançar os objectivos do exercício de mapeamento. Como pode se observar a partir do caso da Área de Conservação Transfronteiriça e Desenvolvimento Maloti Drakensberg (MDTFCA), um método de tecnologia mais baixa foi usado no início do processo, onde uma linha foi desenhada num mapa essencialmente para garantir a aprovação política. Depois disso, um processo longo e altamente técnico envolvendo o software mais actualizada de planeamento sistemático da conservação identificou uma área de foco significativamente extensa que é ilustrada na Figura 8. Este processo foi concluído durante os primeiros cinco anos da fase de implementação, que foi bem financiado através de uma doação do GEF, e é possível que, como resultado desse financiamento, não houve mais nenhum financiamento de doadores, a área ficou de novo 'encolhida' para a medida original, como representado na Figura 15, que é a representação espacial mais actual do MDTFCA.

O desenvolvimento e o aperfeiçoamento do planeamento sistemático da conservação como uma disciplina e uma ferramenta pode ser atribuído a dois cientistas australianos CR Margules e RL Pressey que produziram uma série de publicações relevantes, tais como Margules e Pressey (2000). O seu trabalho é referenciado substancialmente juntamente com outras obras, no trabalho muito útil de Watson et al. (2011) que analisa a disciplina de planeamento sistemático da conservação e fornece uma indicação da sua utilidade no futuro. Considerando-se que há muitas vezes tendência de haver um preconceito/inclinação para o ambiente terrestre, é bom observar que Ban et al. (2014) promove o uso de planeamento sistemático da conservação como uma ferramenta relevante para ajudar a alcançar a "necessária gestão baseada no ecossistema, integrada e baseada na ciência que os líderes mundiais na [Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável no Rio] [2012], reconheceu que deve sustentar a gestão dos oceanos."

A valiosa lição que emergiu do processo de planeamento sistemático de conservação de alta tecnologia do MDTFCA foi que o resultado foi reconhecido pela sua integridade científica e foi integrado na Estratégia Nacional de Expansão da Área Protegida Sul-Africana (DEA, 2010). O 'South African National Parks' (SANParks), respondeu a esta iniciativa encomendando um estudo para identificar as áreas mais viáveis dentro da extensão sul da bioregion Maloti Drakensberg que poderiam ser direccionadas para a expansão de áreas protegidas. Os prestadores de serviço que assumiram essa tarefa utilizaram a abordagem tradicional de planeamento sistemático da conservação como ponto de partida, mas incluíram as camadas sociais, económicos e políticas consideradas para identificar o que o estudo referiu como "áreas de maior oportunidade", ou seja, para alcançar metas de conservação da biodiversidade e ao mesmo tempo gerar grandes oportunidades de benefícios sócio-económico (Golder Associates, 2010). Recomenda-se que esta abordagem seja emulada para processos TFCA da SADC.

7.3.1 Resumo das Directrizes

- O processo de definição do âmbito geográfico de uma TFCA e o mapeamento da informação espacial detalhada e associada dentro e adjacente a esta deve ser visto como um processo evolutivo contínuo. Como tal, os mapas que são produzidos ao longo do caminho têm diferentes funções a desempenhar e devem ser elaborados de acordo com essas funções.
- Deve-se ter muito cuidado na apresentação de mapas para as partes interessadas, particularmente nos estágios iniciais de um processo TFCA, os e praticantes da TFCA devem reconhecer que pode ser necessário ajustar os limites e informação espacial, a medida que o processo evolui.
- As técnicas utilizadas para desenvolver os mapas TFCA devem coincidir com os recursos financeiros e a capacidade humana disponíveis. Sempre que possível deve ser aplicada GIS de alta tecnologia e processos de planeamento de conservação e, se necessário, o financiamento de doadores externos deve ser adquirido para ajudar neste aspecto e para desenvolver a capacidade de mapeamento.

7.4 Desenvolvimento do Quadro de Gestão Conjunta

Chegar a um entendimento comum e desenvolver uma visão comum e um quadro para a gestão conjunta de qualquer iniciativa de conservação transfronteiriça são essencialmente as etapas iniciais necessárias para o desenvolvimento de um plano de gestão conjunta. As boas práticas, no que diz respeito ao este último foi bem abrangido em muitas publicações com Sandwith et al. (2001), Phillips (2002), Thomas e Middleton (2003), IUCN (2008), McKinney e Johnson (2009), Stolton et al. (2012), ERG et al. (2012), e Borrini-Feyerabend et al. (2013), todos fornecendo orientação relevante e abrangente. Assim, este capítulo fornece um resumo extenso do que estas publicações apresentam e do que veio a ser reconhecido como as boas práticas global em forma de etapas sequenciais que devem ser usadas para o desenvolvimento de um quadro de gestão conjunta.

Essas etapas são apresentadas com a suposição de que os mandatos necessários foram garantidos por parte das autoridades de tomada de decisão relevantes no âmbito de cada um dos países participantes e que o trabalho preliminar de viabilidade mostrou que a criação de uma iniciativa de conservação transfronteiriça será um empreendimento viável e digno dos custos de transação que serão associados à sua criação e gestão. Também assume que outros elementos fundamentais da fase de planeamento foram concluídos, ou seja o proponente/líder mutuamente aceitável é eleito, e todas as partes interessadas são identificadas e envolvidos no processo.

Para o desenvolvimento de um quadro de gestão conjunta e negociação de uma visão comum, recomenda-se que um seminário de planeamento de gestão seja convocado e facilitado por um prestador de serviços externo não-partidária reconhecido como tal pelas partes interessadas. Esse seminário pode levar até três dias de intensa intervenção, e possivelmente mais se forem incluídas visitas de estudo. No entanto, também pode ser considerado mais apropriado organizar este processo como uma série de seminários de curta duração, cada um baseando-se no progresso do evento anterior, e sendo também realizado, rotativamente, pelos diferentes países participantes. Qualquer que seja o formato seleccionado o principal objectivo é desenvolver um entendimento comum e produzir uma visão comum como base para um quadro de gestão conjunta. Este seminário, ou série de seminários, e a sua facilitação são cruciais para o sucesso do processo, pois é

aqui onde as partes interessadas poderão desenvolver as suas relações e a confiança que são essenciais para a viabilidade da iniciativa a longo prazo.

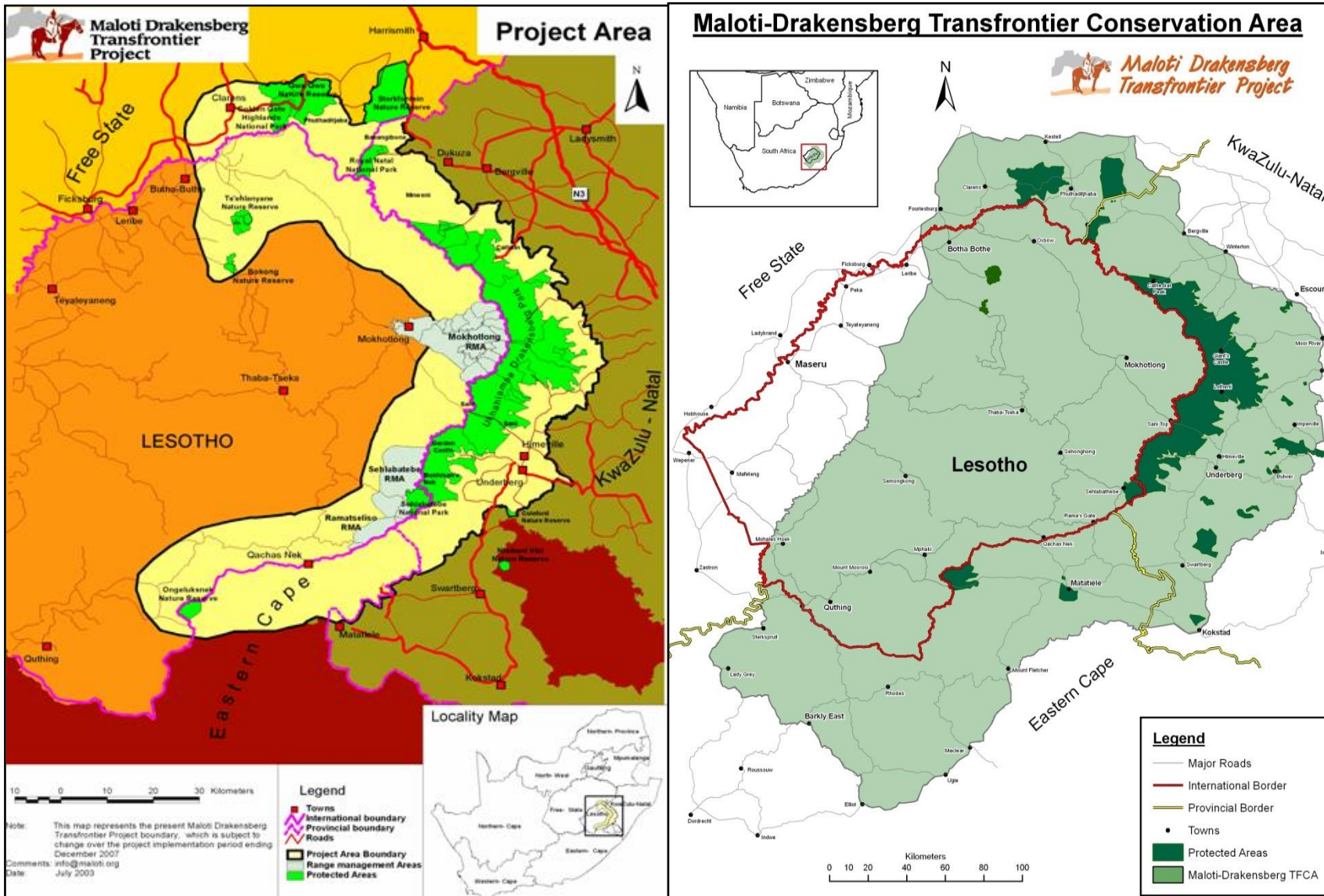


Figure 4: Área de Conservação Transfronteiriça e de Desenvolvimento Maloti Drakensberg, conforme ilustrado no início do projecto, em 2001, e toda a extensão da iniciativa, conforme acordado pela Comissão de Coordenação Bi-lateral em 2007

Antes de convocar este processo as partes interessadas terão de receber convites, que incluem o máximo de informações relevantes quanto possível, bem como a indicação clara do que se espera deles. Um convite aberto para contribuir para o seminário/s, e solicitações para contribuições relevantes específicas é a abordagem recomendada. Os interessados podem ser solicitados para indicar se pretendem falar no seminário e em caso afirmativo, qual será o seu tópico, para fins de planeamento. Recomenda-se também que algumas partes interessadas podem necessitar de assistência em relação à compreensão do objectivo do seminário e o processo a ser seguido, e qual seria a melhor forma de eles contribuírem. Recomenda-se que se façam reuniões preliminares com esses grupos de partes interessadas.

Assumindo que os processos preliminares são concluídos com êxito e há uma boa resposta por parte dos interessados para assistir e participar no seminário, recomenda-se o seguinte processo ou agenda que foi concebido para auxiliar na realização de todos os resultados pretendidos referidos acima.

- Considerando-se que este pode ser o primeiro encontro destes no processo de criar e desenvolver uma iniciativa TFCA, recomenda-se que altos funcionários sejam convidados para inaugurar o evento e até mesmo a participar e a contribuir.
- Após todos os processos diplomáticos terem sido observados e ter-se feito a apresentação dos participantes, deve ser feita uma série de apresentações formais sobre os objectivos do seminário contendo informações sobre a justificativa da criação da iniciativa TFCA, assim como os detalhes sobre o processo do seminário. Nestas apresentações deve ser incluída a referência às estruturas jurídicas e políticas nacionais e internacionais relevantes nas quais a iniciativa pode ser aninhada (ver Secções 3 e 6.2.1.1). Também se pode fazer referência de onde deve ser feito trabalho para trazer avanços jurídicos e compatibilidade de políticas entre os países participantes.
- Isto pode ser seguido por uma série de apresentações formais de várias partes interessadas, dando-lhes a oportunidade de fornecer informações a respeito de quem eles são, onde estão localizados em relação à área em questão, quais são as suas perspectivas sobre a possível criação do TFCA em termos dos receios, esperanças, aspirações, expectativas, etc., que possam ter.
- Em seguida, uma discussão aberta facilitada, permitindo aos participantes acrescentar ao que foi apresentado e fazer perguntas para maior clareza, note-se que esse processo pode levantar aspectos controversos e potencialmente incendiários, e que é essencial serem compreendidos e respeitados. É comum que neste tipo de processo cada grupo de partes interessadas venham com uma perspectiva tendenciosa dos seus interesses, e este processo permite que os participantes comecem a desafiar a sua visão limitada e desenvolver uma apreciação por uma ideia geral e por outras partes interessadas.
- Durante as etapas anteriores, o facilitador deve identificar a dinâmica e os aspectos que são relevantes e que irão influenciar o processo de criação e a gestão do TFCA e categorizá-los de acordo com os princípios de sustentabilidade, ou seja, natural e cultural, social, económico e governação; também deve distingui-los entre aqueles que são internas ou externas à área alvo. Este resumo das informações apresentadas, desenvolvidas e esclarecidas pode depois ser apresentada às partes interessadas pelo facilitador para a sua revisão, correcção e acréscimo. O resultado deve ser relativamente preciso e com uma visão actualizada do contexto mais amplo,

no qual a área alvo está indicada, assim como as oportunidades e os entraves à criação e desenvolvimento da iniciativa.

- Em aditamento ao que foi acima mencionado pode aplicar-se o processo de planeamento de cenários onde factos conhecidos sobre o futuro são combinados com certas forças impulsionadoras considerando as tendências sociais, técnicas, económicas, ambientais e políticas (STEEP). A aplicação desta abordagem pode servir para complicar um processo que já é complexo e deve ser usado com cautela, embora que se esta for aplicada irá melhorar a qualidade dos resultados.
- Depois de atingir o que foi mencionado acima, será então possível começar a caminhar em direcção ao desenvolvimento de uma visão compartilhada em relação a área pretendida e isto pode ser conseguido através de uma sessão de brainstorming ou actividades em grupos, onde representantes dos vários grupos de partes interessadas são solicitados a trabalhar em conjunto de modo que as várias perspectivas sejam representadas. Uma série de projectos de declarações da visão podem ser produzidos, a partir dos quais o facilitador poderá ajudar o plenário a obter uma visão que reflecte os pontos em comum, bem como fazer a inclusão de outros aspectos para os quais há consenso e entendimento.
- Usando os resultados deste processo de visão, bem como as discussões precedentes o facilitador pode obter das partes interessadas um acréscimo de vários aspectos que podem ser usados para desenvolver uma série de objectivos comuns/conjuntos de gestão. É recomendado voltar a categorizá-los de acordo com os princípios da sustentabilidade como uma forma de garantir que todos os aspectos relevantes sejam considerados e que o processo traga resultados que sejam realistas e relevantes no contexto sócio-económico da área-alvo, além de ser defensável do ponto de vista da sustentabilidade. Dependendo do número de participantes interessados neste processo isto pode ser feito tanto em forma de plenário ou participando de actividade em grupos menores. A lista de objectivos de gestão derivados deste processo devem ser cuidadosamente revistos e racionalizados, de modo que a lista final seja o mais curto e conciso possível, com o objectivo de não ultrapassarem a dez. Note-se que estas são declarações amplas de gestão que ainda devem ser descompactadas em mais detalhes a medida que o processo de planeamento de gestão continua, como é discutido na Secção 7.5.
- Um aspecto importante desse processo deve ser a identificação clara dos objectivos que se relacionam com questões de natureza transfronteiriça, ou seja, problemas comuns ou conjuntos como definidos acima. Em muitos casos, as conversas iniciais podem considerar a conservação transfronteiriça como uma proposta sem alternativas, mas rapidamente os interessados, percebem que podem ter visões muito diferentes do que "conta" para a inclusão na parceria. Isso vai ajudar a confirmar quais as partes interessadas devem continuar a participar no processo de planeamento mais detalhado discutido na Secção 7.5.
- A etapa final deste processo pode ser incluído se o tempo e os recursos o permitirem, e isso seria priorizar os objectivos de gestão. Isto pode ser alcançado através de uma comparação de pares muito complexa, que exige uma facilitação especializada e mais tempo, e também exige que os participantes tenham uma boa compreensão de todas as etapas anteriores e resultados. Enquanto este último é um método robusto e defensável, um processo que não usa tecnologia que consiste em os participantes colocarem individualmente uma marca em metade dos objectivos que acharem que são os mais importante, fornece uma indicação colectiva das prioridades. Noutras palavras, se há dez objetivos na lista final racionalizada, cada participante recebe cinco marcadores e pede-se para seleccionar os cinco objectivos mais importantes,

segundo a sua compreensão, da ideia geral. O total dos pontos atribuídos a cada objectivo fornece uma ilustração imediata e gráfica do ponto de vista do grupo de partes interessadas sobre a priorização dos objectivos. Tais ilustrações gráficas podem, então, ser fotografadas para facilitar a sua inclusão no processo do seminário e para referência futura.

Os resultados iniciais desse seminário ou dos vários seminários, serão uma declaração de visão e uma lista de prioridades de objectivos comuns ou de gestão conjunta, e os resultados secundários, mas igualmente importantes são a interpretação comum da ideia geral e as relações e a confiança iniciadas e necessárias para fazer avançar o processo. Este deve ser um processo conjunto entre os parceiros e as partes interessadas numa área transfronteiriça. Embora todo o trabalho duro e discussões difíceis podem agora ser registados em algumas páginas, haverá muita certeza de que aqueles que participaram no registo desses resultados vão começar a tomar posse da iniciativa.

Os termos aqui usados para descrever as componentes do quadro de gestão cooperativa, ou seja, "visão" e "objectivos de gestão" reflectem uma hierarquia de pensamento que é necessário em qualquer processo de planeamento de gestão. Alternativas como "missão", "objectivos" e "metas" podem ser usadas, desde que a hierarquia de pensamento seja retida, isto é, começa com uma ampla declaração de intenção a longo prazo que deve ser desenvolvida e usada para manter as partes interessadas focados, passando em seguida para as declarações que se tornam cada vez mais refinadas e específicas, como discutido na Secção 7.5. Além disso, este processo pode ser usado para desenvolver Planos de Gestão Conjunta para parques transfronteiriços relativamente simples, ou planos de desenvolvimento integrado para TFCAs mais complexos. Os princípios e os processos são os mesmos, mas a situação em que são aplicados trará um produto que seja adequado à escala da iniciativa.

7.4.1 Resumo das Directrizes

- O processo seguido para obter um quadro de um plano de gestão conjunta deve ser o mais abrangente possível.
- As partes interessadas convidadas para participar do processo devem ser dadas todas as oportunidades para estarem totalmente preparados, e em certos casos, podem ser necessário vários seminários preparatórios a fim de desenvolver a compreensão e a capacidade das partes interessadas para o processo.
- Os serviços de um facilitador externo e objectivo são necessários para conduzir o processo e dar garantias às partes interessadas de que as suas contribuições serão levadas a sério e integrada nos resultados finais.
- O maior número possível de informações deve ser trazido para o processo e todas as partes interessadas devem ter a oportunidade de fazer apresentações formais, bem como de contribuir para o processo sempre que necessário.
- As componentes da sustentabilidade, ou seja, natural, social, económico e governação, devem ser utilizadas para categorizar a informação recolhida e para ajudar na sua análise e organização.
- Os resultados finais, ou seja, uma visão compartilhada e uma lista de objectivos prioritários de gestão conjunta, serão o testemunho de um processo que irá servir para iniciar o processo de

desenvolver relações de confiança entre as partes interessadas, o que é um requisito importante para a sucesso da TFCA.

7.5 Refinando o Quadro de Gestão Conjunta

Enquanto o quadro de gestão conjunta fornece a base para o estabelecimento de acordos mais abrangentes, é necessária a aprovação e propriedade das iniciativas TFCA, assim como gerar uma visão compartilhada e compreensão do que se espera alcançar a longo prazo, de modo a descompactar ainda mais o quadro em detalhes que vão informar o planeamento numa escala mais fina e para a implementação à curto prazo, tal como um plano anual de operações. Este refinamento também fornece o detalhe que irá mostrar quem é responsável pela execução de tarefas específicas, os recursos necessários, prazos de implementação, e a base a partir da qual será derivada a estrutura de monitoramento e avaliação.

Outro diferencial deste processo de refinamento é introduzir a dinâmica difícil mas extremamente importante da necessidade de ser realista em termos do que pode ser feito e o que precisa de ser feito, e alcançar um equilíbrio aceitável entre os dois. Esta dinâmica muitas vezes faz-se sentir onde as intervenções de gestão conjunta são necessários para lidar com os impactos negativos, tais como ameaças de caça furtiva comercial e onde os recursos necessários são limitados e distribuídos de forma desigual. Assim, enquanto é necessário limitar o compromisso com acções de gestão conjunta baseado na disponibilidade de recursos, também é necessário estar extremamente consciente da extensão de eficiência dessas acções. Tal entendimento pode então ser usado tanto para buscar alternativas mais inovadoras e eficazes em termos de custos e/ou motivar recursos adicionais.

Para expandir as limitações do compromisso de gestão conjunta, é imperativo que a gestão conjunta de uma TFCA pense claramente onde e quando pretende colaborar. Os gestores e responsáveis pela tomada de decisões a nível nacional e sub-nacionais - sendo autoridades governamentais, representantes de ONGs ou pessoal local - devem delinear onde cada parte vai trabalhar em conjunto e em que medida (tomada de decisão colectiva, partilha de recursos, partilha de informações, etc). É igualmente importante, todas as partes clarifiquem em que pretendem actuar de forma independente e de forma unilateral. Isto é importante porque os benefícios e os custos de colaboração mudam dependendo do assunto. Muitas discussões sobre conservação transfronteiriça enfatizam os benefícios claros da colaboração - maior aprovação, maior legitimidade na governação, custos e economias de escala compartilhados, o monitoramento e aplicação colaborativo, e vários benefícios ecológicos, económicos e sociais que provêm da gestão de uma escala de uma paisagem terrestre ou marinha (ver Apêndice B); e este aspecto deve estar em mente quando são encontradas limitações à curto prazo.

No entanto, ao invés de ver a conservação transfronteiriça como um único empreendimento, podemos descompactar qualquer projecto em vários aspectos comuns a todos os projectos de conservação, por exemplo a conservação da vida selvagem, controle de espécies invasoras, gestão e promoção do turismo, programas educacionais e coordenação com as comunidades locais. Naturalmente, isso implica apenas um pequeno sub-conjunto de aspectos em qualquer projecto e podem não estar ao nível apropriado de detalhe. Diferentes graus de colaboração entre as partes interessadas em relação à todas essas questões pode permitir responder à determinados aspectos de forma adequada, numa escala sintonizada e mais precisa de governação e gestão. Além de

mapear cautelosamente a escala da resposta com a escala do problema, permite a avaliação mais aprofundada dos custos de colaboração, que muitas vezes não são claramente delineados. Estes incluem uma rápida expansão em custos de transação a medida que o número de pessoas envolvidas na tomada de decisão aumenta. Passar de decisões unilaterais para um consenso requer muito tempo, negociação, viagens, e custos de informação. Além disso, os resultados podem ou não ser satisfatórios para todas as partes. Noutros casos, as divergências podem levar à nenhuma ou más decisões e atrasos suficientemente longo para levar à agravação dos problemas actuais e a ocorrência de novos problemas. Em qualquer caso, levar um certo tempo para avaliar os custos e benefícios, mesmo informalmente e sem percepção de cálculo pode ajudar a avaliar a medida em que os parceiros de conservação transfronteiriça colaboram, respondendo às perguntas sobre onde, quando e quanto a colaboração é necessária.

No contexto desses princípios introdutórios recomenda-se que os seguintes passos sejam seguidos no processo de refinamento do quadro de gestão conjunta.

a) Identificação/criação da equipe de planeamento

A equipe de planeamento deve incluir altos funcionários dos órgãos competentes dos países participantes que têm a autoridade para tomar decisões e serem responsável pela implementação. A identificação dessa equipe deve ser, idealmente, resultado do processo de avaliação das partes interessadas descrita no ponto 6.2.2 e para garantir que todas as partes interessadas estão cientes da composição da equipe. É provável que a equipe será composta principalmente daqueles que têm mandatos legais pertinentes, mas uma adesão mais ampla deve ser permitida com base na circunstância **única de cada iniciativa TFCA**.

b) O desenvolvimento de metas operacionais

Até este ponto, o quadro tem declarações de gestão amplas a longo prazo, que incluem uma visão subdividida em objectivos prioritários. O desafio deste processo agora é dividi-la em objectivos mais específicos de curto prazo que são praticamente implementáveis numa base diária. O primeiro passo neste processo é organizar sistematicamente cada um dos objectivos numa série de metas operacionais as quais devem ser específicas, mensuráveis, alcançáveis, realistas e com limite de tempo, ou seja 'SMART'. A complexidade dos objectivos vai ditar o número de metas operacionais que são necessárias para agir no sentido da realização dos objectivos.

c) O desenvolvimento de planos de acção

Depois disso, cada uma das metas operacionais deve ser subdividida em acções e mais uma vez o número de acções será determinado pela complexidade dos objectivos operacionais. Na derivação das acções é necessário responder às seguintes perguntas para cada um dos objectivos operacionais:

- O que precisa de ser feito?
- Quem será responsabilizado para ver se a acção foi tomada?
- Quem deve fazer parte da implementação dessa acção?
- Que recursos são necessários?
- Quais são os prazos para a conclusão (note que esta poderia ser uma acção que deve ser feita várias vezes, por exemplo, uma vez por mês; deve ser concluída até uma determinada data)?

- Qual será o resultado mensurável?

Este processo pode ser registado em vários modelos como o que se mostra a seguir (Tabela 5), que juntamente podem formar um plano de acção anual, ou um plano de acção de cinco anos, dependendo do prazo de implementação que é apropriado. Também o número de acções necessárias para atingir um objectivo operacional será diferente, dependendo da complexidade de cada meta.

Table 5: Modelo de registo do conteúdo de um plano de acção

OBJECTIVO:					
Meta Operacional:					
Acção					
O quê	Quem	Com quem	Com quê	Quando/Frequência	Medida das realizações

É importante reconhecer que os planos de gestão, tanto ao nível de longo prazo como ao nível da implementação de curto prazo, devem ser submetidos à revisão e actualização regular. A frequência da revisão está directamente relacionada com o período de tempo relevante para cada componente. As componentes mais amplas, isto é, a visão e objectivos, podem ser submetidos a uma iteração de revisão de quinze a vinte anos; enquanto as metas e acções operacionais devem ser revistas e actualizadas pelo menos em cada cinco anos, mas, de preferência, com uma frequência anual. É também essencial que o quadro de gestão conjunta seja usado para guiar tudo o que é feito em nome da gestão conjunta. Portanto, este deve ser a base sob a qual o desempenho e o progresso são monitorados e medidos, como será discutido com mais detalhes na Secção 7.7.

7.5.1 Resumo das Directrizes

- Uma equipe de planeamento que seja mutuamente aceitável para todas as partes interessadas deve ser seleccionada para fazer avançar este processo.
- Os objectivos de gestão conjunta devem servir de base a partir da qual é obtido o planeamento de gestão conjunta mais refinado.
- O refinamento dos objectivos desenvolve ainda mais a hierarquia das declarações de gestão degradando-os em declarações mais específicas de curto prazo, que incluem metas operacionais SMART e acções.
- Enquanto estes têm de ser realistas em termos de serem formulados dentro dos limites dos recursos e das capacidades disponíveis, também devem demonstrar a capacidade de realmente alcançar os objectivos definidos. Onde há uma lacuna entre a realidade e o que é necessário, este processo pode ajudar a quantificar a lacuna e fornecer a base a partir da qual o financiamento adicional pode ser obtida.
- O plano de gestão conjunta refinado fornece a base a partir da qual a implementação e desempenho podem ser rastreados, monitorados e avaliados.
- O plano de gestão conjunta refinado deve ser submetido à revisão e actualização frequente com uma frequência mínima de cinco anos, sendo a frequência ideal anual.

7.6 Planeamento para a Sustentabilidade Financeira

Esta e a seguinte Secção de Monitoramento e Avaliação são novamente uma indicação do intercâmbio destes passos de estabelecimento e desenvolvimento. O monitoramento e a avaliação estão directamente relacionados com o processo de planeamento de gestão e são um resultado natural. No entanto, também há necessidade de responder à questão de como financiar a implementação do plano de gestão conjunta? Como tal, pode ser lógico trocar a posição destas duas etapas, mas isso vai depender inteiramente do critério das pessoas que lideram/orientam a criação e o desenvolvimento das várias iniciativas TFCA. Alternativamente estes passos podem ser aplicados simultaneamente.

O que é muito claro a partir das informações apresentadas na Secção 5, na discussão sobre o Status Quo das TFCA da SADC é que o papel do financiamento dos doadores é importante na sustentabilidade da maioria das iniciativas. Pode assim dizer-se que a maioria das TFCA da SADC, estando estabelecidas, em desenvolvimento ou em concepção; não são financeiramente viáveis nesse momento e que ainda há muito a ser feito para atingir a sustentabilidade financeira. Esta situação já era predominante na época do estudo de Hall-Martin e Modise (2002) onde estes relataram que os países da SADC enfrentam limitações significativas em termos de financiamento de projectos de conservação e de turismo, com base noutras necessidades de desenvolvimento sócio-económico mais prementes. Também muito relevante neste estudo são as projecções financeiras que foram feitas em função das várias fases da criação e desenvolvimento das TFCA da SADC.

Embora os números apresentados no estudo de Hall-Martin e Modise (2002) foram determinados no amplo nível da SADC e agora estão desactualizados, incluem uma lista relativamente abrangente de acções relevantes que serve para ilustrar o facto de que há custos substanciais associados com a criação e desenvolvimento de uma TFCA, ou seja, "O custo provisório para o desenvolvimento das 22 TFCA e impulsionar o projecto ZIMOZA, sujeito a todas as ressalvas mencionadas acima é estimado em US\$ 227,038,000". Isto traduz-se aproximadamente num valor próximo aos US\$ 2 milhões por TFCA ao ano por um período de cinco anos. Porém foi reconhecido neste estudo, que o retorno sob este tipo de investimento não foi calculado, então, enquanto estes custos são substanciais, a realização do valor total da base de recursos naturais da TFCA (veja a discussão a este respeito na Secção 4.3) pode muito bem mostrar que estes investimentos são uma opção viável.

É importante neste momento esclarecer que "sustentabilidade financeira" não implica "independência financeira". Enquanto é essencial que as iniciativas TFCA sejam geridas da forma mais eficiente possível e com base em princípios comerciais sólidos, também é essencial que estas sejam vistas como estando a contribuir para um ambiente sócio-económico mais amplo dentro do qual estão localizados, e como tal merecem um apoio financeiro sustentado do tesouro nacional dos países participantes. A extensão do apoio necessário deve ser determinado através do processo de compreensão do défice entre o que é necessário para apoiar a gestão eficiente e o que pode ser gerado através de uma variedade de oportunidades de geração de renda.

Recomenda-se que as iniciativas TFCA trabalhem no sentido de preencher a lacuna entre o que necessitam para o orçamento operacional e a receita que podem gerar, e que também trabalhem no sentido de se tornarem cada vez mais independentes do financiamento dos doadores. Pode muito bem ser necessária assegurar o apoio financeiro de doadores na fase/s inicial de estabelecimento, mas deve haver um plano que varia de médio a longo prazo para reduzir essa dependência tanto

quanto possível. Se isso não for alcançado, então as TFCAs da SADC continuarão a depender do financiamento dos doadores, que tem um prazo limitado que muitas vezes não é superior a cinco anos, e assim continuarão vulneráveis a alocação de recursos limitados. O resultado final será um fracasso e perda de credibilidade como uma opção viável de uso da terra, deixando um rasto de participantes desapontados.

No processo de elaboração da revisão do Guia de Boa Prática da IUCN para a conservação transfronteiriça (Vasilijević et al, em processo), o Prof Matt McKinney, da Universidade Montana realizou uma pesquisa sobre os praticantes de conservação transfronteiriça até ao Grupo de Especialistas da Conservação Transfronteiriça IUCN WCPA em relação a esta questão do financiamento sustentável. O resultado desta pesquisa é apresentado a seguir de acordo com o elogio do Prof McKinney em Vasilijević et al (em processo).

De acordo com uma pesquisa recente sobre o *Financiamento de Conservação Transfronteiriça* feita pelo Grupo de Especialistas de Conservação Transfronteiriça IUCN WCPA, 53 iniciativas representadas (incluindo os casos da Ásia, África, Europa, América do Norte e América do Sul) asseguraram financiamento para implementar as suas iniciativas de conservação transfronteiriças (IUCN WCPA Transfronteiriços conservação Specialist Group, 2014).

De acordo com a pesquisa, as **três fontes mais comuns de financiamento** são:

- (1) GOVERNOS: locais, provinciais ou nacionais;
- (2) ONGs: locais, nacionais e internacionais; e
- (3) PARCERIAS REGIONAIS E INSTITUIÇÕES (por exemplo, UE).

As outras fontes mais comuns de financiamento incluem fundações filantrópicas, famílias e indivíduos; e as agências de cooperação para o desenvolvimento. As fontes menos comuns de financiamento são organizações multinacionais (por exemplo, da ONU e do GEF) e "outras abordagens criativas de financiamento " (por exemplo, o turismo do sector privado, as taxas de serviços, as receitas de serviços ambientais, receitas, sequestro do carbono e receitas do REDD e fundo fiduciário) (veja Figura 9).

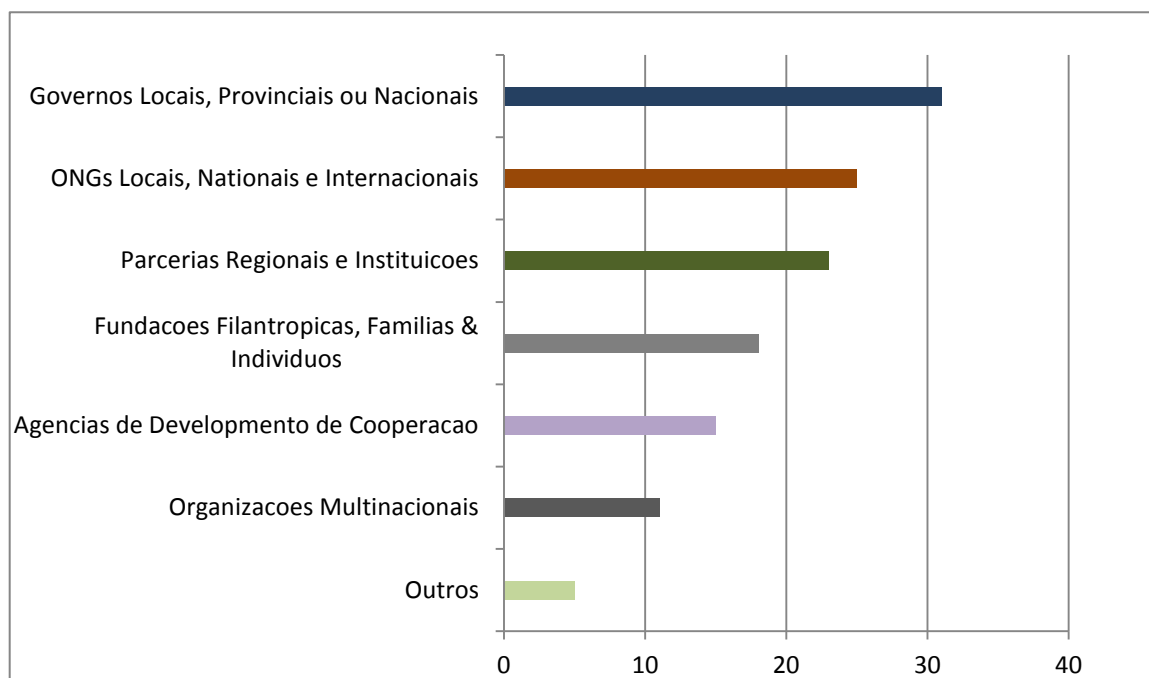


Figure 5: Opções de financiamento para iniciativas de conservação transfronteiriça conforme a pesquisa da IUCN WCPA TB SG expresso em porcentagem de respostas recebidas

A mesma pesquisa identificou **dez obstáculos ou barreiras mais comuns ao financiamento**, incluindo (não estão listados em nenhuma ordem de prioridade):

- Falta de apoio do governo, muitas vezes por causa da tensão entre os interesses económicos e ambientais, bem como as preocupações sobre conflitos e a segurança nas fronteiras;
- Falta de confiança entre os governos e outras partes interessadas, limitando assim as oportunidades de partilha de recursos limitados;
- Falta de capacidade local e experiência da sociedade civil e, portanto, a ausência de qualquer infra-estrutura social e política para angariar fundos externos;
- Falta de consciência pública sobre o valor e a necessidade de conservação transfronteiriça e, portanto, a falta de vontade política e cívica;
- A falta de uma compreensão básica sobre os valores culturais, ecológicos e outros associados com áreas transfronteiriças, tornando assim difícil de enquadrar uma mensagem convincente;
- Estratégias de financiamento incoerentes e descoordenadas (muitas vezes conflituosas); pessoas e organizações dentro da mesma região concorrem pelos mesmos recursos limitados;
- O financiamento tende a ser dedicado a questões, problemas ou disciplinas particulares, o que limita a necessidade de investir em soluções multi-objectivos, multi-disciplinares;
- disposições jurídicas e políticas incompatíveis nas jurisdições adjacentes, tornando-se difícil de alcançar objectivos e aspirações comuns;
- Falta de capacidade para compreender e organizar iniciativas de conservação transfronteiriça de acordo com seu valor sócio-económico completo baseado no papel que estas desempenham no fornecimento de bens e serviços do ecossistema que são de importância estratégica para a sociedade; e

- O desenvolvimento de "dependência pelo doador" entre os profissionais de conservação transfronteiriça que tem impacto sobre a capacidade de realizar trabalho numa base sustentável.

Quando inquiridos sobre as mais promissoras "novas" estratégias ou fontes de receitas para apoiar as iniciativas de conservação transfronteiriça, os entrevistados da pesquisa esmagadoramente identificaram o "capital público" (incluindo programas governamentais de conservação, iniciativas eleitorais locais, impostos locais, taxas e incentivos, e contribuições de melhoria local) e "capital filantrópico" (incluindo os doadores individuais; fundações; empresas e corporações; colaborações institucionais e não-governamentais; compradores de áreas de conservação; sobretaxas voluntárias; taxas de transferência voluntárias privadas, e comércio de terras). Quarenta por cento dos entrevistados identificaram o "capital privado" como uma nova estratégia promissora, incluindo pagamentos por serviços ambientais; direitos de uso da terra negociáveis; desenvolvimento de conservação; agricultura, madeira e outros rendimentos provenientes da conservação da terra; taxas de serviços; e os investidores de conservação para o impacto social.

Os resultados desta pesquisa, incluindo as respostas a uma pergunta sobre "que recursos são necessários" para aumentar o financiamento para a conservação transfronteiriça, sugerem uma série de recomendações apresentadas na Tabela 6.

Table 6: Recomendações para melhorar o financiamento para iniciativas de conservação transfronteiriça

RECOMENDAÇÕES	EXPLICAÇÃO
Criar oportunidades de formação	Exemplo: uma "formação em Finanças de Conservação Transfronteiriça" -incluindo oportunidades para troca de pares e troca de experiência; por meio de casos de estudo para destacar ferramentas inovadoras, programas e parcerias; e focando-se em resolução de problemas e acções de planeamento do mundo real, incluindo a forma de desenvolver a capacidade de colaboração baseada na comunidade
Agregar e disseminar recursos	Exemplo: casos de estudo, central de informações, "Ask the Expert" webinars
Construir e apoiar uma "Rede de Finanças para a Conservação Transfronteiriça"	Trocar informações, capacitar e inspirar uns aos outros
Criar idéias novas e inovadoras	Trabalhar com financiadores, quem quer que sejam, para assumir alguns riscos calculados, e investir em alguns projectos-piloto

Esta pesquisa demonstra que há uma infinidade de profissionais de conservação transfronteiriças em todo o mundo que lutam com o mesmo problema de financiamento sustentável e que estão a encontrar soluções. Tal como proposto acima, é essencial que uma ou mais redes de comunicação sejam estabelecidas para transferir e partilhar lições, capacitar e incentivar todos os praticantes. Essa rede/s também pode ser utilizada para os

praticantes postarem os seus desafios específicos de financiamento e para receberem informações e conselhos focados de colegas ao redor do mundo.

Em resposta ao anterior e na perspectiva das "boas práticas", recomenda-se o seguinte, como sendo adequado ao contexto de TFCA da SADC. Reconhecendo que a conservação continua a ser uma disciplina que possui poucos recursos em ambas as economias desenvolvidas e em desenvolvimento, o trabalho realizado por Emerton et al. (2006) continua a ser um recurso importante a partir do qual os praticantes de conservação transfronteiriça podem tirar informações valiosas sobre esta questão do financiamento sustentável, enquanto as etapas fornecidas aqui podem ser consideradas uma abordagem genérica ou lista de verificação que pode ser aplicada como ponto de partida.

- Realizar uma **revisão de todos os custos** associados com a implementação do plano de gestão conjunta, com vista a garantir que este seja o mais eficiente possível. Note que Hall-Martin e Modise (2002) fornecem indicações detalhadas dos custos potenciais associados com a criação e o desenvolvimento de TFCA da SADC, incluindo os custos de transação associados com a avaliação de viabilidade e de engajamento das partes interessadas. Enquanto os itens reflectidos nos seus orçamentos detalhados são relevantes e proporcionar uma boa lista de verificação, estas Directrizes reconhecem que cada iniciativa e processo de TFCA é único e, portanto, deve ser guiado pelo conjunto específico de circunstâncias e por aspectos que requerem uma gestão conjunta.
- Usando cuidadosamente as categorias e exemplos de bens e serviços do ecossistema, tal como previsto pela Avaliação Ecológica do Milênio (Millennium Ecosystem Assessment, 2005) **avaliar o potencial** da Área de Conservação Transfronteiriça para produzir e fornecer produtos e serviços dos ecossistemas; e em seguida, usando um software de mapeamento, como InVEST (Tallis e Polasky, 2009) e outras ferramentas de apoio à decisão (TEEB, 2000; Goldman e Tallis, 2009; Tallis et al, 2010; Vogl e Tallis, 2014) **identifique os beneficiários e a sua ligação** com a área.
- Usando a visão abrangente do valor sócio-económico da área desenvolvida acima, **identifique as estratégias** pertinentes a cada um dos beneficiários que podem ser utilizadas **para garantir "investimentos" a longo prazo** necessários para gerir a TFCA de uma forma que garanta a produção e fornecimento de produtos e serviços dos ecossistemas associados. Note-se que esses "investimentos" podem apresentar-se em várias formas desde o pagamento directo e pagamentos de serviços ambientais comercialmente relacionados, até por forma de subsídios do governo para a restauração dos ecossistemas e a criação de oportunidades de negócios de economia verde.
- Além deste e incluindo o último, elabore um **plano de negócios a longo prazo** a partir do qual é possível ver os **custos de gestão conjunta e eficiente** do TFCA, em conjunto com as **potenciais oportunidades de geração de renda**, a partir do qual é possível determinar a magnitude do lucro ou perda que será obtido ou incorrido.
- Em caso de perda, ou de um défice do orçamento operacional, será então possível considerar **fontes alternativas de financiamento**, como as apresentadas pelos entrevistados na pesquisa discutido acima, e/ou as discutidas por Emerton et al. (2006).

Outro recurso valioso emergente é a Rede de Finanças de Conservação, que fornece ferramentas de financiamento da conservação e treinamento para as pessoas que trabalham para proteger, restaurar e administrar as áreas naturais (www.conservationfinancenetwork.org). O objectivo é

ajudar as pessoas a acelerar o ritmo da conservação da terra e de recursos através da utilização de financiamento inovador e de estratégias de financiamento.

É importante notar que ao implementar as recomendações acima a privatização da natureza não está sendo promovido. A partir de uma revisão abrangente das oportunidades de geração de renda pode haver alguns que têm o potencial para acordos financeiros directos em forma de "pagamentos de serviços ambientais". No entanto, o que está sendo aqui apresentado é a noção de que as TFCA's inevitavelmente possuem um grande valor e contribuem para o cenário sócio-económico do ambiente dentro do qual estão localizados. É este valor que deve ser identificado e optimamente capitalizado, utilizando muitos dos modelos comerciais do ecossistema potenciais que são relevantes à circunstâncias específicas apresentadas pelas relações produtor-consumidor identificados. Além das referências relevantes apresentadas anteriormente, a recente publicação de Kettunen e ten Brink (2013), "Benefícios Sociais e Económicos das Áreas Protegidas: Guia de Avaliação", é um complemento necessário para a caixa de ferramentas dos praticantes de conservação transfronteiriça.

É também essencial que, na realização de um inventário completo das oportunidades presentes numa TFCA, os profissionais considerem o presente estado e o futuro estado da área. Circunstâncias existentes podem excluir opções que são, teoricamente, óbvio, tais como a prestação de serviços de captação de água nas bacias hidrográficas. No entanto, se a integridade da captação de água foi comprometida de alguma forma, não será possível realizar os benefícios teóricos até o momento em que a captação for restabelecida. Noutras palavras, é necessário considerar o presente e o estado desejado da TFCA e preparar estratégias que irão funcionar no sentido de garantir o alcance do seu potencial máximo para produzir e fornecer os serviços ecossistêmicos prometidos. Pode ser necessário garantir o financiamento do governo para apoiar o trabalho de restauração antes de mais acordos a longo prazo serem feitos na base de recursos naturais bem geridos a funcionar optimamente (SANBI, 2012), mas foi demonstrado que tais investimentos de restauração geralmente realizam benefícios teóricos (de Groot et al., 2013).

Por fim, reconhece-se que, a fim de aplicar os passos recomendados acima, assume-se que o apoio financeiro interino tenha sido assegurado através dos vários mecanismos disponíveis e dos mandatos atribuídos aos praticantes de TFCA pelos seus respectivos superiores. No entanto, as estatísticas fornecidas por Emerton et al. (2006) mostram claramente que a não ser que todo o esforço seja feito para trabalhar em prol da sustentabilidade financeira, é provável que os défices orçamentais comecem a surgir em medida crescente, resultando na perda da credibilidade, funcionalidade dos ecossistemas, recursos fundamentais de biodiversidade, etc.

7.6.1 Resumo das Directrizes

- As TFCA's são uma opção atraente para o financiamento dos doadores, mas isto não é sustentável e todo esforço é necessário para trabalhar no sentido de criar fontes de financiamento que sejam sustentáveis.
- O planeamento financeiro e a gestão devem apontar para a eficiência operacional ideal para proporcionar confiança aos "investidores", bem como para ajudar a reduzir a lacuna entre as necessidades orçamentais e as oportunidades de geração de receitas.

- A avaliação cuidadosa do valor total da TFCA num ambiente socio-económico terrestre/marítima mais amplo deve ser realizada a fim de identificar todas as oportunidades de geração de renda e apoio financeiro.
- Os praticantes de TFCA devem ter ligação com as redes mundiais e as TFCA da SADC onde instrumentos de financiamento podem ser acedidos, os pedidos para obter soluções específicas são postados e as lições são compartilhadas.

7.7 Monitoramento e Avaliação

Uma abordagem comum para monitorar o progresso e avaliar a eficácia das áreas protegidas surgiu em 2000 (Hockings et al., 2000) e foi aperfeiçoada em 2006, fornecendo uma base para a concepção de sistemas de avaliação, orientação e critérios de avaliação, e as directrizes importantes para boas práticas na eficácia da gestão de rastreamento (Hockings et al., 2006). Desde então, muito trabalho foi feito no sentido de fazer uma sinergia de métodos de monitoramento e avaliação para as áreas protegidas numa escala global (Leverington et al., 2010), mas pouco foi feito para resolver este aspecto importante na escala transfronteiriça. A discussão a seguir refere-se a eficácia do acompanhamento da gestão da área protegida como sendo um background e contexto essenciais para aplicação na escala transfronteiriça; a informação específica relacionada com este aspecto é fornecida posteriormente.

Avaliação da eficácia da gestão, reconhecida como um passo crítico para medir o sucesso da gestão de áreas protegidas, é agora também uma alta prioridade para convenções mundiais, como o CBD, bem como para as agências doadoras, incluindo o Banco Mundial e o GEF. As TFCA, com governação colaborativa, participativa e equitativa, diz-se trazer benefícios significativos para além de suas fronteiras, e contribui para a redução da pobreza e para o desenvolvimento sustentável, incluindo a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (Phuntsho et al., 2012). Para garantir a realização desses benefícios, e que todos os outros aspectos da gestão de conservação transfronteiriça sejam implementados de forma eficaz, o acompanhamento e a avaliação é essencial.

No seu estudo sobre a avaliação de efectividade de gestão das áreas protegidas numa escala global, Leverington et al. (2010) relataram que as metodologias mais utilizadas em todo o mundo, entre as mais de 70 diferentes ferramentas encontradas, são a Avaliação Rápida e Priorização da Gestão das Áreas Protegidas (RAPPAM) (Ervin, 2003) e a Ferramenta de Controle da Efectividade de Gestão (Hockings et al., 2006). Independentemente da ferramenta escolhida, ou, se estas forem modificadas para acomodar as circunstâncias específicas, encorajam os avaliadores para manter a consistência de aplicação, a fim de garantir que os resultados sejam comparáveis ao longo do tempo. Na selecção de uma metodologia para monitorar a eficácia da gestão, Leverington et al. (2010) sugerem uma série de princípios que podem ser usados para examinar a sua aplicabilidade, que são os seguintes:

- A metodologia é útil e relevante na melhoria da gestão da área protegida; produzindo explicações e mostrando padrões, melhorando a comunicação, relações e a consciencialização.
- A metodologia é lógica e sistemática, funcionando numa estrutura lógica e aceitável com uma abordagem equilibrada.

- A metodologia é baseada em bons indicadores, holísticos, equilibrados e úteis. Os indicadores e os sistemas de pontuação foram projectados para permitir uma análise robusta.
- A metodologia é precisa, e proporciona informação verdadeira, objectiva, consistente e actualizada.
- A metodologia é fácil de aplicar, dando um bom equilíbrio entre a avaliação, informação e gestão.
- A metodologia é parte de um ciclo de gestão eficiente, ligado à valores definidos, objectivos e políticas.

Embora estes princípios estão listados aqui para facilidade de referência, recomenda-se que tanto esta publicação como a de Hockings et al. (2006) sejam usadas como um ponto de partida essencial para a escolha de uma metodologia adequada e garantir uma compreensão aprofundada da necessidade e dos benefícios provenientes da avaliação da eficácia da gestão. Uma publicação adicional que fornece um comentário profundo sobre o valor de monitoramento e avaliação para a conservação transfronteiriça, bem como orientações sobre técnicas, é a publicação de McKinney e Johnson (2009). Onde confirmam que a avaliação do progresso é um elemento chave para o sucesso das iniciativas transfronteiriças e que é a base para a aprendizagem através da implementação e adaptação de modo a assegurar a realização da visão a longo prazo.

Assim como uma agência de gestão das áreas protegidas conduz o processo de selecção de uma metodologia adequada para o rastreamento da eficácia de gestão das áreas protegidas sob a sua jurisdição, é também possível que uma estrutura de gestão colaborativa de conservação transfronteiriça continue a funcionar a partir dos processos de planeamento de gestão conjunta descritos nas Secções 7.4 e 7.5 para obter um quadro de monitoramento e avaliação que é adequado à sua situação específica. Trabalhando especificamente fora dos planos de acção registados de acordo com o modelo fornecido na Tabela 5, é possível obter o tal quadro.

Em conjunto com esta abordagem, o monitoramento e a avaliação da efectividade de gestão de áreas protegidas, individuais ou transfronteiras, encontra-se a avaliação de uma série de critérios (representados por indicadores/perguntas) em relação aos objectivos acordados, os quais podem ser genéricos e/ou adaptados para a circunstância específica e gestão conjunta dos quadros de áreas particulares protegidas ou TFCAs. O monitoramento e a avaliação deve ser parte integrante da estrutura de gestão conjunta e não deve ser visto isoladamente ou como um "adicional". Não só ajuda a melhorar o desempenho e os resultados em geral, medidos com bases sólidas, mas também garante a responsabilidade e o cumprimento de acordos com parceiros e partes interessadas.

7.7.1 Sistemas de M & A Existentes para TFCAs

Globalmente, há três esforços regionais para desenvolver o monitoramento e avaliação, ou a eficácia da gestão de processos de conservação transfronteiriça de monitoramento e estes são listados e brevemente discutidos a seguir.

7.7.1.1 Parques Transfronteiriços – Seguindo o Desenho da natureza

O parque mais antigo e mais estabelecido é o parque da Federação EUROPARC e é um programa de certificação conhecido como "Parques Transfronteiriços – Seguindo o desenho da natureza" (EUROPARC Federation, 2014). Este processo de certificação foi lançado no 5º Congresso Mundial de Parques, em Durban, em 2003. Neste processo as Áreas protegidas transfronteiriças realizaram uma auto-avaliação, que é analisada pela Direcção Transfronteiriço da EUROPARC e pela Comissão de Avaliação (STEC). Peritos externos de sucesso são designados para proceder à verificação da auto-avaliação e para fornecer feedback para o STEC que toma uma decisão sobre a certificação e fornece recomendações para a melhoria da parceria da TBPA. Certificados de excelência para a cooperação transfronteiriça são entregues na conferência anual da EUROPARC, e são reavaliados em cada cinco anos.

Os Critérios Básicos Padrão sob o qual o programa se baseia incluem nove critérios de qualidade e cinco campos de trabalho divididos em quatro grupos:

- Critérios Principais: visão comum, acordo oficial, cooperação da equipe, e áreas de trabalho para o TBPA;
- Critérios Secundários: orientações para a cooperação, partilha de dados, comunicação em língua estrangeira, monitorização ecológica conjunta e financiamento;
- Campos Principais de Trabalho: indicadores relacionados com a conservação da natureza e principais objectivos da TBPA; e
- Campos Secundários de Trabalho: indicadores relacionados com a educação e comunicação, recreação e turismo sustentável, pesquisa e monitoramento, compreensão mútua e promoção da paz.

Até o momento, 23 áreas protegidas foram certificadas como Áreas Transfronteiriças 10 EUROPARC.

7.7.1.2 Estrutura ICIMOD M & E

Em segundo lugar é o trabalho do Centro Internacional para o Desenvolvimento Integrado das Montanhas (ICIMOD), que está a desenvolver e a testar um quadro de monitoramento e avaliação na Iniciativa de Conservação da Paisagem Terrestre e Desenvolvimento Kailash Sacred (KSLCDI), um programa transfronteiriço de colaboração entre a China, a Índia e o Nepal. O quadro de monitoramento e avaliação KSLCDI é um mecanismo de monitoramento e avaliação com base em resultados, que se foca no Trajecto do Impacto e na Teoria da Mudança (ICIMOD, 2013). Estes aspectos, que são considerados partes essenciais de monitoramento e avaliação, ajudam a delinear as mudanças positivas esperadas resultantes da iniciativa e proporciona oportunidades de aprendizagem e inovações em estágios intermediários para alcançar os resultados desejados. Essas ferramentas ajudam a medir a eficácia do benefício passa para as comunidades afectadas pela iniciativa transfronteiriça, bem como para medir até que ponto os seus resultados desejados foram atingidos.

De acordo com o quadro de monitoramento e avaliação, são definidos níveis de hierarquia de objectivos, ou seja, 'Inputs, Outputs, Outcomes, and Impacts' (Investimento, Produção, Resultados e Impactos). Em cada um dos níveis hierárquicos de objectivos, questões principais de desempenho baseados em indicadores são configurados para monitorar e avaliar as actividades do programa para

cada país. Métodos de recolha de dados e uma matriz também estão preparados para recolher informações baseadas em questões fundamentais de desempenho. A Unidade de Monitoria e Avaliação no ICIMOD é responsável pela avaliação de desempenho anual em cada país, a nível regional e nacional. Como descrito acima, a teoria da mudança e Impacto orienta as conexões entre os diferentes objectivos e níveis de hierarquia do quadro de monitoramento e avaliação, identificando deficiências ou alterações, e oferecendo oportunidades de intervenção a serem postas em prática, se necessário para alcançar os resultados desejados (ICIMOD, 2013).

7.7.1.3 Ferramenta de Avaliação de Desempenho da Peace Parks Foundation

Em terceiro lugar, e de maior relevância para os praticantes TFCA da SADC e para estas Directrizes é o trabalho da Fundação Peace Parks, em colaboração com a Rede TFCA da SADC, no desenvolvimento da ferramenta de avaliação de desempenho para as TFCAs da SADC. A ferramenta é construída sobre o fundamento das componentes da sustentabilidade, ou seja, ecológica, social, financeira e de governação; a partir do qual oito áreas fundamentais de desempenho (KPA) são derivadas entre as qual há uma série de quatro indicadores chave de desempenho (KPI). Uma escala muito mais restrita e um nível de detalhe é aplicada entre os KPIs que é usada para obter pontos para cada KPA, e uma pontuação global para a TFCA sendo avaliada como descrito e discutido no seu elogio à ferramenta (PPF, 2013). Os objectivos da ferramenta são:

- Avaliar o progresso da criação e desenvolvimento de TFCAs;
- Estabelecer as boas práticas de TFCAs que progrediram;
- Compartilhar experiências com outras TFCAs; e
- Identificar os factores que retardaram o progresso na criação e desenvolvimento de TFCAs.

PPF (2013) afirma que a Ferramenta de Avaliação de Desempenho fornece uma estrutura para as comunidades afectadas, autoridades públicas, gestores de recursos e parceiros de desenvolvimento, para avaliar a entrega efectiva das intervenções destinadas a alcançar os objectivos definidos para a TFCA. Desta forma um instrumento de responsabilização é fornecido para todas as partes interessadas avaliarem os resultados das políticas de forma robusta e garantirem a óptima distribuição/alocação de recursos. Além disso, a ferramenta foi desenvolvida como uma base sobre a qual os praticantes de TFCA da SADC podem utilizar indicadores comuns para comparar iniciativas dentro e entre as várias TFCAs. A Ferramenta de Avaliação de Desempenho está incluída nestas Directrizes como Anexo F ou estão disponíveis para download no www.peaceparks.co.za.

7.7.2 Resumo das Directrizes

- Monitoramento e avaliação e/ou rastreamento da efectividade de gestão são aspectos essenciais da gestão e da implementação da TFCA e devem ser derivados e integrados no plano e nos processos de gestão conjunta.
- O planeamento da acção derivada do quadro de planeamento de gestão conjunta deve ser utilizado como o ponto de partida para o desenvolvimento e implementação de um processo de monitoramento e avaliação.

- A Ferramenta de Avaliação de Desempenho do PPF deve ser adoptada pela Rede de TFCA da SADC e aplicada por todos os praticantes SADC TFCA, a menos que as suas condições específicas exijam o desenvolvimento e implementação de uma ferramenta original.
- No caso do referido acima, os princípios previstos por Leverington et al (2010) devem ser seguidos.

8 Referências

Abi-Saab, Georges M. 1962 Novos Estados Independentes e as Regras do Direito Internacional: Linhas Gerais. Howard LJ 8: 95.

Abbott, KW, e Snidal, D. 2000 'Hard and soft law' na governação internacional. Organização internacional 54.3: 421-456.

Convenção Africana para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais, 1968

Ali, SH 2010 Conservação Transfronteiriça e Construção da Paz: Lições Aprendidas de Projectos Florestais. Yokohama, Japão: Organização Internacional de Madeiras Tropicais (ITTO) e do Instituto de Estudos Avançados da Universidade das Nações Unidas.

Anand, RP 1966 Atitude dos Estados Asiático-Africano em Prol de Certos Problemas de Direito Internacional. Centro de Pesquisas de Estado de Direito, Universidade Duke, Faculdade de Direito.

Ban, N.C., Bax, N.J., Gjerde, K.M., Devillers, R., Dunn, D.C., Dunstan, P.K., Hobday, A.J., Maxwell, S.M., Kaplan, D.M., Pressey, R.L., Ardon, J.A., Game, ET e Halpin, P.N. 2014 Planeamento Sistemático para a Conservação: A Melhor Receita para Gerir o Alto-Mar para Conservação da Biodiversidade e Uso Sustentável. Cartas da Conservação 7 (1): 41-54.

Beltrán, J. (Ed.). 2000 Povos Indígenas e Tradicionais e as Áreas Protegidas: Princípios, Directrizes e Casos de estudo. IUCN, Gland, Suíça e Cambridge, Reino Unido e WWF International, Gland, Suíça. xi + 133pp.

Borrini-Feyerabend, G., Kothari, A. e Oviedo, G. (2004). Comunidades Locais e Indígenas e as Áreas Protegidas: Rumo ao Património e Conservação Reforçada. IUCN, Gland, Suíça e Cambridge, Reino Unido. xviii + 111pp.

Borrini-Feyerabend, G., Dudley, N., Jaeger, T, Lassen, B., Pathak Broome, N., Phillips, A. e Sandwith, T. 2013 Governação de Áreas Protegidas: Da Compreensão à Acção. Guia de Boas Práticas para as Àreas Protegidas Série No. 20 Gland, Switzerland: IUCN.

Bowman, M. e Redgwell, C. eds. 1996 O Direito Internacional e a conservação da diversidade biológica. Vol. 32 Direito Internacional Kluwer.

Braack, L., Sandwith, T., Peddle, D., Petermann, D. e Sandwith, M. 2005 Considerações de Segurança no Planeamento e Gestão de Áreas de Conservação Transfronteiriça. Baseado em workshops realizados na África Oriental e na África Austral, em 2002 e 2003. Força Tarefa WCPA/IUCN sobre Áreas Transfronteiriças Protegidas com o apoio da Internationale Weiterbildung und Entwicklung (Alemanha).

CITES. 2014 A Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Fauna e Flora Selvagens. <http://www.cites.org/eng/disc/what.php>, acessado em 01 de Agosto de 2014.

Parceria de Acção Climática (PAC). 2011. Corredores de Adaptação Climática em Kwazulu-Natal e no Cabo Oriental, África do Sul. Relatório não publicado.

Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). 2014 A História da Convenção. .
<http://www.cbd.int/history/>, acessado em 01 Agosto de 2014.

Convenção sobre Espécies Migratórias (CMS). 2014 Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Selvagens. <http://www.cms.int/en/legalinstrument/cms>, acessado em 01 de Agosto de 2014.

Departamento de Assuntos Ambientais (DEA). 2010 Estratégia Nacional de Expansão da Área Protegida para a África do Sul 2008: Prioridades para a expansão da rede de áreas protegidas para a sustentabilidade ecológica e adaptação às mudanças climáticas. Publicado pelo Governo da África do Sul, Pretória.

Departamento de Assuntos Ambientais (DEA). 2011 Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável e o Plano de Acção: 2011 - 2014 Departamento de Assuntos Ambientais, Pretoria, África do Sul.

Departamento de Recursos Hídricos (DWA). 2009 “Water Reconciliation Study for the KwaZulu Natal Coastal Metropolitan Areas” Kwazulu Natal. DWAF Relatório No. PWMA 11/000/00/1107 Direcção: Nacional de Planeamento de Recursos de Água, DWAF, Pretoria, África do Sul.

Dudley, N. (ed.). 2008 Guia para a Aplicação de Categorias de Gestão nas Áreas Protegidas. Gland, Switzerland: IUCN.

Emerton, L., Bishop, J. e Thomas, L. 2006 Financiamento Sustentável de Áreas Protegidas: Uma Revisão Global de Desafios e Opções. Gland, Suíça e Cambridge, UK: IUCN.

Erg, B., Vasilijević, M., McKinney, M. (eds.). 2012. Iniciação eficaz da conservação transfronteiriça: Guia do praticante baseado na experiência de Dinaric Arc. Gland, Suíça e Belgrado, Sérvia: Gabinete do Programa da IUCN para o Sudeste da Europa. ix + 98pp.

Ervin, J. 2003, WWF: Avaliação Rápida e Priorização da Metodologia de Gestão de Área Protegida (RAPPAM). WWF, Gland, Suíça.

Ervin, J., Sekhran, N., Dinu, A., Gidda, S., Vergeichik, M. e Mee, J. 2010 Áreas Protegidas para o Século XXI: Lições do Portfolio da PNUD/GEF. Nova Iorque: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Montreal: Convenção sobre a Diversidade Biológica.

Federação EUROPARC. 2014 Normas de Base. <http://europarc.org/what-we-do/transboundary-parks/evaluation-verifica/the-basic-standards/>. Acessado em 10 de Março de 2014.

Feris, L.A. 2010. A Função da boa Governação Ambiental no Desenvolvimento Sustentável da África do Sul. *Jornal do Direito Eletrónico Potchefstroom* 13: 78.

Field, T. 2006 Desenvolvimento Sustentável versus Ambientalismo: Paradigmas Concorrentes para o Regime EIA Sul-Africano. *Journal de Lei Sul-Africana*: 413.

Futrell, W.F. 2004 Definição de Lei de Desenvolvimento Sustentável. *Recursos Naturais e Meio Ambiente*: 19.

Golder Associates. 2010 Estudo de Viabilidade: Área de Conservação e Desenvolvimento de Pastagens no Nordeste do Cabo: casos de estudo sobre o Mecanismo de Conservação. Relatório #12649-9894-3 compilado para os Parques Nacionais da África do Sul pela Golder Associates, Kloof, KwaZulu Natal, África do Sul.

Fundação Norte America para a Diversidade Global (GDF), Comissão da IUCN para a Política Ambiental, Económica e Social (CEESP) e Comissão Mundial da IUCN para as Áreas Protegidas (CMAP). 2010 Conservação Comunitário em prática. Acta do workshop realizado na Tin Wis Resort, Tofino, British Columbia, 6-8 Maio de 2010, organizado pela Comunidade Tla-o-qui-aht e possibilitado pelo financiamento do Fundo Christensen.

Goodman, RL e Tallis, H. 2009 A Análise Crítica dos Serviços dos Ecossistemas como Ferramenta em Projectos de Conservação: Os Riscos Possíveis, as Promessas e as Parcerias. O Ano em Ecologia e Biologia de Conservação: Anais da Academia de Ciências de Nova Iorque 1162: 63-78.

Grumbine, R.E. 1994. O que é Gestão de Ecossistemas? *Biologia da Conservação* 8 (1): 27-38.

Hall-Martin, A. e S. Modise 2002. Áreas de Conservação Transfronteiriça Potenciais Existentes na Região da SADC: Relatório de Estado. Relatório preparado para a Organização Regional do Turismo da África Austral e financiado pela Peace Parks Fundatione pelo Development Bank of Souther Africa

Hockings, M., Stolton, S., Leverington, F., Dudley, N. e Courrau, J. 2006 Avaliação da Eficácia: Uma estrutura para avaliar a eficácia da Gestão de Áreas Protegidas. 2ª edição. IUCN, Gland, Suíça e Cambridge, Reino Unido.

ICIMOD. 2013 Monitoramento e Quadro de Avaliação de Conservação da Paisagem Kailash Sacred e Iniciativa de Desenvolvimento (KSLCDI). Nepal: ICIMOD, Kathmandu.

Comissão do Atum do Oceano Índico <http://www.iotc.org/about-iotc>

Programa do IUCN para as Áreas Protegidas. 2008 Planeamento de Gestão do Património Mundial Natural. Gland, Switzerland: IUCN.

Kalima, J. 2011 Ambiente e desenvolvimento no Malawi - alguma ponderação de interesses? em Faure, M. e du Plessis, W., eds. A ponderação de interesses em direito ambiental em África PULP.

Kandji, ST, Verchot, L. e Mackensen, J. 2006, Mudanças Climáticas e Variabilidade na África Austral: Impactos e Adaptação no Sector Agrícola; UNEP e ICRAF.

Kettunen, M. e ten Brink, P. (eds.). 2013 Benefícios Sociais e Económicos das Áreas Protegidas: Guia de Avaliação. Adbingdon: Routledge.

Leverington, F., Costa, KL, Courrau, J., Pavese, H., Nolte, C., Marr, M., Coad, L., Burgess, N., Bomhard, B. e Hockings, M. 2010 Avaliação da Eficácia da Gestão em Áreas Protegidas: Estudo global. Segunda edição de 2010. Universidade de Queensland, Brisbane, Austrália.

Lubbe, WD e Barnard, M. 2012. Mudanças Climáticas como uma preocupação comum: Desafios e oportunidades para a elaboração da lei na SADC. SADC Law Journal: 36.

Acordo de Lusaka sobre a Aplicação Cooperativa de Operações Direccionadas ao Comércio Ilegal da Fauna e da Flora, 1996.

Maluwa, T. 1999 Direito Internacional na África Pós-Colonial, Kluwer Lei Internacional.

Maluwa, T. 2000 Elaboração da Lei Internacional nas Organização da Unidade de Africano: Uma visão geral. *Jornal Africano de Direito Internacional e Direito Comparado*: 201.

Maluwa, T. 2002 Elaboração da Lei Internacional na África pós-colonial: O Papel da Organização da Unidade Africana. *Revisão da Lei Internacional da Holanda* 49: 81.

Margules, CR e Pressey, RL 2000 Planeamento Sistemático da Conservação. *Nature* 405: 243-253.

Marong, A.B.M. 2003 Do Rio à Joanesburgo: Reflexões sobre o papel das Normas Jurídicas Internacionais em Desenvolvimento Sustentável. *Revisão da Lei Ambiental Internacional de Georgetown*: 28.

McKinney, M. e Johnson, S. 2009 Trabalhando entre fronteiras: Pessoas, Natureza, e Regiões. Instituto de Políticas de Terra Lincoln e Centro de Recursos Naturais e Política Ambiental, da Universidade de Montana.

McKinney, M. e Vasilijević, M. 2012. Orientações para iniciação da Conservação Transfronteiriça. In: Erg, B., Vasilijević, M. e McKinney, M. (eds.). *Iniciação Eficaz da Conservação Transfronteiriça: Orientação do praticante com base na experiência de Dinaric Arc. Gland, Suíça e Belgrado, Sérvia: Gabinete do Programa da UICN para o Sudeste da Europa.*

McNeely, JA 2003 Biodiversidade, Guerra, e Florestas Tropicais. *Jornal de Florestas Sustentáveis* 16 (3): 1-20.

Avaliação Ecológica do Milênio (MEA). 2005 Ecossistemas e Bem-Estar Humano: Estado Actual e Tendências. Disponível em www.millenniumassessment.org/en/Condition.aspx.

Murombo. T. 2011 Ponderação dos interesses através do quadro da legislação ambiental Faure, M., e du Plessis, W., eds. *A ponderação de interesses no direito ambiental em África*. PULP.

Declaração de Nova Deli sobre os Princípios do Direito Internacional Relacionados com o Desenvolvimento Sustentável, 2002.

Documento do Quadro da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África, 2001.

Osman, A.S. 1979 A atitude dos Novos Estados Independentes em Relação ao Direito Internacional: A Necessidade do Desenvolvimento Progressivo. *Jornal Nórdico do Direito Internacional*: 15.

Papayannis, T. e Mallarach, J.-M (eds). 2009 *A Dimensão Sagrada das Áreas Protegidas: Acta do II Workshop da Iniciativa Delos - Ouranopolis 2007* Gland, Suíça: IUCN e Atenas, Grécia: Med-INA. pp. 262

Parmesan, C. e Yohe, G. 2003 A marca globalmente coerente do impacto das mudanças climáticas nos sistemas naturais. *Nature*, vol 421, 2 de Janeiro de 2003, www.nature.com/nature.

Peace Park Foundation (PPF). 2012. Peace Parks Foundation: BALANÇO ANUAL 2012. Peace Parks Foundation, Stellenbosch, África do Sul.

Peace Parks Foundation (PPF). 2014 Origens da Fundação Peace Parks.

<http://www.peaceparks.co.za/story.php?pid=1&mid=2>, acessado em 31 de Julho de 2014.

Phillips, A. 2002. Guia de gestão para a Categoria V da IUCN Áreas Protegidas: Paisagens terrestres/Paisagens marítimas Protegidas. Gland, Suíça e Cambridge, UK: IUCN.

Phuntsho, K., Chettri, N. e Oli, K.P. 2012. Integração da Conservação com Base Comunitária numa Área Transfronteiriça Montanha: Lições Aprendidas do Kangchenjunga. Nepal: ICIMOD, Kathmandu.

Ramsar. 2014 A Convenção de Ramsar sobre Zonas Húmidas.

http://www.ramsar.org/cda/en/ramsar-home/main/ramsar/1_4000_0, acessado em 1 de Agosto de 2014.

Plano Indicativo Estratégico de Desenvolvimento Regional 2003

Revisão da Convenção Africana para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais, 2003

Revisão do Protocolo da SADC sobre Cursos de Água Compartilhados 2002

Rijnhout, L., de Zoysa, U., Kothari, A. e Healy, H. 2014 Rumo a uma Agenda Global de Sustentabilidade e Equidade: Engajamento da Sociedade Civil para o futuro que queremos. Perspectivas, Edição No12. Programa Ambiental das Nações Unidas, Nairobi, no Quênia.

Ron, T. 2007 SADC Estrutura Proposta de TFCAs – Relatório de Questões e Opções. Um relatório preparado para o Secretariado da SADC por Dr. Tamar Ron, com o apoio da Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação (SDC).

Ron, T. 2013 Rumo à uma Área Protegida Transfronteiriça nos Ecossistemas Florestais Mayombe: Plano Estratégico. A versão inicial deste plano estratégico foi desenvolvida por Tamar Ron. Esta versão reflecte os comentários recebidos por vários especialistas da RDC, Congo, Angola, UNEP, e IUCN.

Protocolo da SADC sobre as Pescas 2001

Protocolo da SADC sobre as Florestas 2002

Protocolo da SADC sobre Conservação da Fauna e Aplicação da Lei de 1999

Plano de Acção Regional da SADC para a Biodiversidade 2013

Estratégia Regional da SADC para a Biodiversidade 2006

Sandwith, T., Shine, C., Hamilton, L. e Sheppard, D. 2001 Áreas Transfronteiriças Protegidas para a Paz e Cooperação. IUCN, Gland, Suíça e Cambridge, Reino Unido. xi + 111pp.

Sandwith, T., e Besançon, T. Não publicado. Trocas entre os múltiplos objectivos de conservação transfronteiriça (Documento apresentado na Parques para a Paz ou Paz para os Parques? Problemas

na Prática e Políticas, Washington, Setembro de 2005) o projecto encontra-se disponível no www.wilsoncenter.org/sites/default/files/Besancon_Sandwith.pdf.

Shelton, D. 2000, 'Law, Non-Law' e o Problema de 'Soft Law' em Shelton, D., ed. Compromisso e Conformidade: o Papel das Normas Não Vinculativas no Sistema Jurídico Internacional. Oxford University Press.

Shrijver, N. 2008. Desenvolvimento - A Dimensão Negligenciada da Lei Internacional de Desenvolvimento Sustentável Pós-Rio, Bugge, H., e Voight, C., eds. Desenvolvimento Sustentável no Direito Internacional e Nacional

Europa Law Publishing.

Smart Fish Project www.commissionoceanindien.org.

Centro de Acção para os Direitos Sociais e Económicos e o Centro de Direitos Económicos e Sociais v Nigéria 2001 (Comunicação da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos).

Declaração Sofia de 2012.

Instituto Sul-Africano da Biodiversidade Nacional (SANBI). 2013. Segurança da Água e fornecimento de serviços através de investimentos em infra-estrutura natural na maior bacia hidrográfica de uMngeni. Relatório compilado por Kevan Zunckel para o Programa de Áreas de Pastagem do SANBI, Pretoria, África do Sul.

Instituto Nacional Sul-Africano de Biodiversidade (SANBI). 2013. Making the case for Biodiversity: Quadro de acção de três anos. Publicação interna de SANBI, Pretoria, África do Sul.

Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). 1999 Protocolo sobre a Conservação da Vida Selvagem e da Aplicação da Lei. Protocolo assinado pelos Chefes de Estado ou de Governo, ou representantes devidamente autorizados dos Estados Membros em Maputo, Moçambique, em 18 de Agosto de 1999.

Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). 2011 Avaliação do Plano Indicativo Estratégico de Desenvolvimento Regional 2005 - 2010 Relatório final aprovado pelo Conselho da SADC, Novembro 2011.

Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). 2013 Plano de Acção para a Biodiversidade Regional: Criação de Riqueza e meios de subsistência através da Conservação e Gestão da Biodiversidade. Relatório interno da SADC elaborado com o apoio da IUCN, CBD, PNUD e GIZ.

Projecto de Pesca para o Sul do Oceano Índico www.swiofp.net/about/vision.

Stolton, S., Dudley, N. e Shadie, P. de 2012 Gestão do Património Natural Mundial: Manual de Recursos do Património Mundial. Paris, França: UNESCO/ICCROM/COMOS/IUCN.

Tallis, H. e Polasky, S. 2009 Mapeamento e Valorização de Serviços do Ecossistemas como uma abordagem para a Conservação e Gestão de Recursos Naturais. O Ano em Ecologia e Biologia da Conservação 1162: 265-283. Academia de Ciências de Nova Iorque.

Tallis, H., Levin, P.S., Ruckelshaus, M., Lester, M.S., McLeod, K.L., Fluharty, D.L. e Halpern, B.S. 2010. As Várias Faces da Gestão baseada em Ecossistemas-base: Fazendo o Processo Funcionar hoje em Lugares Reais. *Política Marinha* 34: 340-348. Elsevier Ltd.

Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos, de 1981.

A Economia dos Ecossistemas e Biodiversidade (TEEB). 2009 A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade para os responsáveis pela tomada de decisões da Política Nacional e Internacional-Resumo: Resposta ao Valor da Natureza 2009 <www.teebweb.org>. Acessado em 17 de Março de 2014.

Thomas, L. e Middleton, J. 2003 Directrizes para o Planeamento de Gestão de Áreas Protegidas. Gland, Suíça e Cambridge, UK: IUCN.

Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD). 2014 Sobre a convenção. <http://www.unccd.int/en/about-the-convention/Pages/About-the-Convention.aspx>, acessado em 01 de Agosto de 2014.

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). 2010. Mapungubwe Paisagem Cultural: Lista Transfronteiriça. Apresentado pelo Departamento de Museu e Monumentos Nacionais, Botswana, 27 de Maio de 2010, Ref.: 5557.

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP). 1978. Princípios de Conduta no Domínio do Meio Ambiente para a Orientação dos Estados na Conservação e Utilização Harmoniosa dos Recursos Naturais Partilhados por Dois ou mais Estados.

Van der Linde, M. 2002. Respostas africanas à protecção ambiental. *Direito Comparado e Internacional Jornal da África do Sul*. 35: 99.

Vasilijević, M. 2012a. Desafios e oportunidades de conservação transfronteiriça no Dinaric Arc. In: Erg, B., Vasilijević, M. e McKinney, M. (eds.). (2012). *Iniciação da Conservação Transfronteiriça Eficaz: Guia do Praticante baseado na experiência de Dinaric Arc*. Gland, Suíça e Belgrado, Sérvia: Gabinete do Programa da UICN para o Sudeste da Europa.

Vasilijević, M. 2012b. Ferramenta de diagnóstico para os Planeadores da Conservação Transfronteiriça: sugestões de perguntas para determinar a viabilidade de Conservação Transfronteiriça. In: Erg, B., Vasilijević, M. e McKinney, M. (eds.). *Iniciação da Conservação Transfronteiriça Eficaz: Guia do Praticante baseado na experiência de Dinaric Arc*. Gland, Suíça e Belgrado, Sérvia: Gabinete do Programa da UICN para o Sudeste da Europa.

Vasilijević, M., Zunckel, K., Schoon, M., McKinney, M., Erg, B., e Rosen Michel, T. Em processo. *Conservação Transfronteiriça: Um guia global*. Grupo de Especialistas em Conservação Transfronteiriço IUCN WCPA.

Verschuuren, J. 2003 *Princípios de Direito Ambiental: O ideal do desenvolvimento sustentável e o papel dos Princípios do Direito Internacional, Europeu, e da Lei Nacional do Meio Ambiente*, Nomos Verlagsgesellschaft.

Vogl, A. e Tallis, H. 2014. RIOS: Sistema de Optimização do Investimento de Recursos. Projecto Capital Natural. Universidade de Stanford.

Voigt, C. 2009. Desenvolvimento Sustentável como Princípio do Direito Internacional. Martinus Nijhoff.

Westing, AH 1998. Estabelecimento e gestão das reservas transfronteiriças para a prevenção de conflitos e criação de confiança. *Conservação Ambiental* 25 (2): 91-94.

Watson, J.E.M., Hedley, G.S., Kerrie, W.A. e Possingham, H.P. 2011 Planeamento Sistemático para a Conservação: Passado, Presente e Futuro. In: Concha, R.J. e Whittaker, R.J. (eds.), *Biogeografia de Conservação: 1956-1976*. Londres, U.K. : John Wiley & Sons.

WWF e ICIMOD. 2001. Conservação baseada na Ecorregião na Himalaia Oriental: Identificação de Áreas Importantes para a Conservação da Biodiversidade. Kathmandu: WWF Nepal.

Zbicz, www.tbpa.net.

Ecológico Zunckel + Serviços Ambientais (ZEEs). 2012. Contribuição do Capital Natural para a Economia de KwaZulu Natal. Relatório apresentado aos Serviços Ambientais Isikhungusethu, como parte de um estudo sobre o Perfil de factores económicos no Distrito: Visão Geral da Província, para o Departamento de Desenvolvimento Económico e Turismo de KwaZulu Natal, Pietermaritzburg, África do Sul.

Apêndice A: Guia do Processo de Compilação

O processo que foi seguido para compilar estas Directrizes após a nomeação de um prestador de serviços profissional foi o seguinte:

- Um documento de síntese foi elaborado e circulado para os Estados Membros convidando-os a envolver-se e a participar no processo.
- Uma tabela de conteúdo foi elaborada e apresentada numa reunião de membros da Rede da Área de Conservação Transfronteiriça (TFCA) da SADC, realizada em Joanesburgo, em 30 de Março de 2014. Nesse momento os membros da rede TFCA tiveram a oportunidade de fazer uma revisão crítica do projecto da Tabela de Conteúdos e de fazer comentário em relação às alterações.
- O projecto foi enviado para a Rede do Portal experimental de TFCA da SADC (www.tfcaportal.org), juntamente com a documentação de apoio, para os quais os membros foram convidados a participar.
- Foi realizada uma conferência de dois dias, nos dias 24 e 25 de Abril, em Luanda (Angola) com a presença dos praticantes de TFCA dos Estados Membros da SADC, onde os praticantes tiveram a oportunidade de se envolver activamente com o conteúdo das Directrizes. Pequenos grupos de debate abordaram a questão do conteúdo das Directrizes, e quais das TFCAs existentes poderiam ser incluídas como casos de estudo relevantes.
- Com base nas informações obtidas nesta conferência e em pesquisas técnicas adicionais, foi compilado um projecto das Directrizes que foi submetido à revisão crítica pelos profissionais numa conferência auxiliar de dois dias que decorreu em Lesotho de 25 a 26 de Junho de 2014. O processo de elaboração do projecto incluiu a revisão de informações providenciadas por um grupo de referência de praticantes seleccionados na conferência de Luanda.
- A versão final foi então compilada com base na análise crítica e este foi traduzido para Francês e Português e submetida à uma revisão final pelos praticantes de TFCA da SADC.
- Depois disso, as Directrizes foram concluídas com base nas informações recebidas dos praticantes e submetidos ao Secretariado da TFCA da SADC.

Na mesma altura em que estas Directrizes estavam a ser compiladas, a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) - Comissão Mundial de Áreas Protegidas (WCPA) iniciou o processo de revisão das suas Directrizes Globais, por meio do seu Grupo de Especialistas de Conservação Transfronteiriça, ou seja, o Guia de Boas Práticas para as Áreas Protegidas Série No.7: Áreas Transfronteiriças Protegidas para a Paz e Cooperação (Sandwith et al, 2001). Consequentemente, foi possível que esses processos se informassem mutuamente e que as Directrizes de TFCA da SADC fossem enriquecidas com o pensamento internacional actual.

Além dos agradecimentos listados no início deste relato, foi providenciado um registo dos praticantes TFCA da SADC que participaram nas diversas conferências acima referidas, o qual se apresenta a seguir. Um valor substancial foi adicionado a este processo e no produto final através destas conferências assim como da participação e contribuições dos praticantes listados.

Conferência 1: Rede de TFCA da SADC, Joanesburgo, 31 de Março - 01 de Abril de 2014

País/ TFCA	Nome	Designação	Email
Angola	Albertina Nzuzi	Chefe do Departamento TFCA	wetekalandi@yahoo.com.br
	Amélia Carlos Cazalma	KAZA -Angola Coordinadora Nacional de TFCA	ameliaccazalma@gmail.com
	Sonia Morais	Técnico	
	João Mayembe Baptista	Oficial Técnico KAZA TFCA Ministério da Hotelaria e Turismo	Bapjoão@gmx.net
Botswana	Malatsi Gibeon Mamani	Administrador da Reserva Departamento de Parques Nacionais e Vida Selvagem	mmamani@gov.bw
	Botshabelo Othusitse	Chefe Oficial da Fauna Departamento de Parques Nacionais e Vida Selvagem	bothusitse@gov.bw
DRC	Thyane Nanitamo	Especialista Ministério do Ambiente e Conservação	nanithyane@yahoo.fr
	Andre Mbuya Mogoy	Consultor do Ministro do Ambiente Conservação da Natureza	andy_mugoy@yahoo.fr
Lesotho	Ms. Bokang Susan Theko	Director de Parques Ministério do Turismo, Ambiente e cultura	bokangtheko@ymail.com

Malawi	Peter Jonnathan Wadi	Gestor de Parque – Parque Nacional Nyika Parques Nacionais e Vida Selvagem	peter.wadi@gmail.com
	Samuel Nyanyale	Oficial Administrativo de TFCA Departamento de Parques Nacionais e Vida Selvagem	snyanyale@wildlifemw.net
Moçambique	Armando Nguenha	Administrador da Reserva Ministério de Turismo – Reserva Especial de Maputo	arguenha@hotmail.com
	Antonio Jose Abacar	Administrador da Reserva Parque Nacional de Limpopo. Ministério do Turismo	antonio.abacar@yahoo.com.br Contacts - Mobile: +258 84 30 11 726
Namibia	Johnson Ndokosho	Subdirector – Ambiente e Turismo	jndokosho@met.na Cell number: +264811489603
	Harry ET Tjihukununa	Subdirector Ministério do Ambiente e Turismo	harry@met.na Cell No: =264 81 128 7106/81 147 0309
Suazilândia	Mr Seth Maphalala	Gestor de Programa TFCA Swaziland National Trust	tfca@sntc.org.sz
	Mr Sandile Gumedze	Sénior Ecologista	ecology@sntc.org.sz
Seychelles	Mr Dolor Ernesta	Vice Presidente Câmara do Comércio e Indústria	dolor@iac.sc
	Mr James Mougale	Pesquisador Autoridade de Parques Nacionais	j.mougale@snpa.sc
África do Sul	Ms Deborah Kahatano -	Gestor de Programa Boudless southern Africa	dkahatano@environment.gov.za
	Mr Roland Vorwerk	Gestor de Marketing Boudless southern Africa	rvorwerk@environment.gov.za
	Mr Ernest Mokganedi	Director de TFCA	emokganedi@environment.gov.za

Tanzania	Alex Choya	Pesquisador de Fauna Coordinador de TFCA	alex_choya@yahoo.co.uk
	Adili Yohana Zella	Chefe de Sector Selous Game Reserve	Zellahadil@gmail.com
Zâmbia	Lackson Mwenya	Director TFCA-ZAWA	lacksonmwenya@yahoo.com
	Prof. Andrew Nambota	Director TFCA Ministério de Turismo e Arte	andrewnambota56@gmail.com
	Ambassador Albert M. Muchanga	Director de Turismo Ministério de Turismo e Arte	inachipuka@yahoo.com
GLTP	Piet Theron	Coordinador Internacional	piettheron01@gmail.com
Lubombo TFCA	Leseho Sello	Coordinador Internacional	Leseho.Sello@up.ac.za
GM TFCA	Patience Gandiwa	Coordinador Internacional	patiencezisadza@gmail.com
MaZa TFCA- Malawi	Humphrey Nzima	Coordinador Internacional	nzimatfca@wildlifemw.net
Secretariado TFCA KAZA	Mbinganyi Fredrick Dipotso	Director Ejecutivo	fmdipotso@hotmail.com
Secretariado da SADC	Bartolomeu Soto	Consultor Técnico TFCA	bsoto@sadc.int
Consultores/ GIZ	Martin Leineweber	GIZ	Martin.leineweber@giz.de
	Nidhi Gureja	Consultoria de Conservação Seanama (SADC-GIZ Equipe de Consultores do Projecto)	nidhigureja@yahoo.com
	Winfried Schneider	IP-Consult (SADC-GIZ Equipe de Consultores do Projecto)	
	Zoran Nikolic	MindQ (SADC-GIZ Equipe de Consultores do Projecto)	zoran@mind-q.com

	Ibrahim Sikander	MindQ (SADC-GIZ Equipe de Consultores do Projecto)	
	Wibke Thies	GIZ	wibke.thies@giz.de
	Joachim Goske	GIZ Consultor Interno	joachim.goeske@giz.de
	Barabara Lang	GIZ Consultor Interno	barbara.lang@giz.de
	David Cumming	GIZ PPR-Professor	cumming@icon.co.zw
	Kevan Zunckel	Consultor da SADC	kzunckel@telkomsa.net
	Klaus Droppelmann	PICOTEAM (SADC-GIZ Equipe de Consultores do Projecto)	klaus.droppelmann@gmx.de
	Jamil Moorad	Consultoria de Conservação Seanama (SADC-GIZ Equipe de Consultores do Projecto)	
Intérpretes	Ms. Kaninda	Francês	nsamba@telkomsa.net/ online2207681@telkomsa.net
	Carlos Rebelo	Português	languages@impart.co.za languages.crebello@gmail.com
	Kuswikidila Eloi	Francês	eloikael@hotmail.com
	Lopes Chebembe	Português	alope 88@hotmail.com

ANGOLA

Gaspar Barreto Fonseca Bernardo, Ministério do Turismo de Angola, 4 de Fevereiro, Placacio de Vidro, Luanda, Tel: +244 222, Fax: +244 222, Celular: +244 923 634 298, Email: gasparbarreto@yahoo.com.br

Maria Helena Lôa, Chefe da Área Protegida, Cidade do Kilamba, Edifício Q11, Luanda, Tel: +244 222, Fax: +244 222, Celular: +244 924 350 431, Email: marialoa2004@yahoo.com.br

Agostinho Chicaia, Secretário Executivo da Iniciativa Transfronteiraça Mayombe, Zimba em Frente, Av-Portugal, Luanda, Tel: +244 222, Fax: +244 222, Celular: +244 923 667 169, Email: fagostinho.chicaia@iucn.org

Tamar Ron, Assessor Técnico da Biodiversidade do PNUD para o Ministério do Meio Ambiente de Angola, Torre Zimba, Luanda, Tel: +244 222, Fax: +244 222, Celular: +244 924 047 090, Email: tamar.ron@undp.org

Beatriz da Conceição José Muachambi, Minhotui, B Mártires do Kifangondo, Rua Casa n ° 19, Luanda, Tel: +244 222, Fax: +244 222, Celular: +244 924 200 956, Email: bemuachambi@hotmail.com

Evangelina Cecilio Teles Rafael, Luanda DNFHT Minhotur, Luanda, Tel: +244 222, Fax: +244 222, Celular: +244 925 235 690, Email: evangelinateles@hotmail.com

BOTSWANA

Botshabelo Othusitse, Chefe Wildlife Officer – Estate Manager, Departamento de Parques Nacionais e Vida Selvagem, PO Box 131, Gaborone, Tel: +267, Fax: +267 318 0775, Celular: +267 71 38 61 95, E-mail: bothusitse @ gov. bw

Mbiganyi Frederick Dipotso, Director Executivo - KAZA, KAZA TFCA, PO Box 821, Kasane, Tel: +267, Fax: +267, Celular: +267 71 69 09 84, E-mail: fmdipotso@hotmail.com

Simon Munthali, Assessor Técnico, Secretariado KAZA, PO Box 821, Kasane, Tel: +267, Fax: +267, Mobile: 267, Email: muchina.munthali@gmail.com

LESOTHO

Mabari Clement Lebamang, Ecologista Sénior, Ministério do Turismo, Meio Ambiente e Cultura, PO Box 52, Maseru 100, Tel: +266 22 313 034, Fax: +266 22, Celular: +266 589 973 07, E-mail: @ lebamang.mabari gmail.com

MALAWI

Chizamsoka Manda, Subdiretor (Serviços de Conservação), do Departamento de Parques e Vida Selvagem, PO Box 30131, Lilongwe 3, Tel: +265 1 759 833, Fax: +265 1 759 832, Telemóvel: +265 888 351 320, Email: chizamanda @ wildlifemw.net

MAURÍCIAS

Deepak Ramjeeawon, Oficial Técnico/Director Técnico Sénior - Conservação, Ministério da Agro Indústria e Segurança Alimentar, Parques Nacionais e Serviços de Conservação, Chaillet Road, Montagne Blanche, Port Louis, Tel: +230 437 5768, Fax: +230, Celular: + 230 76 50 333, Email: ramjeeawundip@gmail.com

MOÇAMBIQUE

Afonso Alberto Madope, Coordenador de TFCA, Moçambique Ministério do Turismo, AV 10 De Nobembro 1.196, Maputo, Tel: +258 21 Fax: +258 21, Celular: +258 82 270 32 22, E-mail: afonso.madope@gmail.com

ÁFRICA DO SUL

Ernest Mokgane, Director: TFCA, 9201 Thatchfield Gardens, Centurion - Pretoria, Pretoria 0001, Tel: +27 12 310 3689, Fax: +27 12 320 2849, Celular: +27 83 652 2675, e-mail: emokgane@environment.gov.za

Paul Kirby Bewsher, Gestor do Programa PPF, Peace Parks Foundation, 11 Termo Road, Technopark, Stellenbosch, Tel: +27 21 880 5100, Fax: +27 21, Mobile: +27 832 517 890, Email: paul@ppf.org.za

Theron Piet, Coordenador Internacional: GLTFCA, GLTFCA, PO Box 2557, Brooklyn Square, 0075, Pretoria, Tel: +27 12, Fax: +27 12, Mobile: +27 824 686 488, Email: piettheron01@gmail.com

Kevan Zunckel, Consultor, 7 Annthia Road, Hilton, 3245, Tel: +27 33 343 1739, Fax: +27 33, Mobile: +27 829 294 270, Email: kzunckel@telkomsa.net

SUAZILÂNDIA

Seth A. Maphalala, Gestor do Programa TFCA, Swaziland National Trust Commission, PO Box 100, Lobamba, Tel: +268 241 633 51, Fax: +268 241 618 75, Celular: +268 76 03 7711, Email: TFCA @SNTC.org.sz ou masethan@yahoo.com

U/R TANZANIA

Alex Choya Choya, Coordenador de TFCA, Ministério dos Recursos Naturais e Turismo, Divisão de Vida Selvagem, PO Box 9372, Dar es Salaam, Tel: +255 222 864 230, Fax: +255 222 864 234, Celular: +255 759 234 920, Email : alex_choya@yahoo.co.uk

ZÂMBIA

Embaixador Albert Muchanga, Director - TFCA, Ministério do Turismo e Artes, Lusaka, Tel: +260 211 220 047, Fax: +260 211 220 047, Celular: +260 968 819 479, Email: amsibbuku@gmail.com

Andrew Nambota, Director - TFCA, Ministério do Turismo e Artes, Lusaka, Tel: +260 211, Fax: +260 211, Celular: +260 977 763 200, Email: andrewnambota56@gmail.com

ZIMBABWE

Patience Gandiwa, Coordenador Internacional, Zimbabwe/Greater Mapungubwe TFCA, Corner Borrowdale Road e Sandringham Drive, Alexandra Park, Harare, Tel: +263 4 707 626, Fax: +263 4, Celular: +263 772 916 988, Email: patience.gandiwa@gmail.com

SECRETARIADO DA SADC

Bartolomeu Soto, TA TFCA, SADC FANR Direcção, Private Bag 0095, Gaborone, Tel: +267 395 1863, Fax: +267 397 2848, Celular: +267 72 85 73 00, E-mail: bsoto@sadc.int

Martin Leineweber, Especialist Associado Expert, GIZ, Private Bag X12 (Village), Kgale Mews, Gaborone, Tel: +267, Fax: +267 397 2848, Celular: +267 72 30 04 13, E-mail: martin.leineweber@giz.de

Secretário do Projecto, Projecto RVAA, Direcção da FANR SADC, Private Bag 0095, Gaborone, Tel: +267 395 3435, Fax: +267 397 2848, Celular: +267 721 438 69, e-mail: mmaphage@sadc.int

Luis Pedro Simão, Intérprete, Tel: +244, Fax: +244, Mobile: +244 924 236 814, Email:

Rodolfo Kikolo, Intérprete, Tel: +244, Fax: +244, Mobile: +244 921 356 225, Email:

Sebastião Miguel Soares, Intérprete, Tel: +244, Fax: +244, Mobile: +244 939 091 856, Email:

País/TFCA	Nome	Função	Contacto
Angola	Albertina Nzuzi	Chefe de TFCA	wetekalandi@yahoo.com.br
Angola	Amélia Carlos Cazalma	Coordinador Nacional de TFCA KAZA /Angola	ameliaccazalma@gmail.com
Botswana	Dr Simon Munthali	Secretarido KAZA	
Botswana	Botshabelo Othusitse	Oficial Chefe de Vida Selvagem Parques Nacionais e Vida Selvagem	bothusitse@gov.bw
Botswana	Martin Leineweber	GIZ/SADC	Martin.leineweber@giz.de
Botswana	Nidhi Gureja	Consultor de Conservação Seanama	nidhigureja@yahoo.com
Lesotho	Ms. Bokang Susan Theko	Director de Parques Ministério do Turismo	bokangtheko@ymail.com
Malawi	Samuel Nyanyale	Oficial Admin de TFCA Parques e Vida Selvagem	snyanyale@wildlifemw.net
Malawi	Humphrey Nzima	Coodinador Internacional, Ministério do Turismo e Cultura	nzimatfca@wildlifemw.net
Madagascar	Tianamarc Maminaiarandra		
Namibia	Harry ET Tjihukununa	SubDirector Ministério do ambiente e Turismo	harry@met.na +264 81 128 7106/81 147 0309
Suazilândia	Mr Seth Maphalala	Gestor de Programa TFCA Swaziland National Trust	tfca@sntc.org.sz
África do Sul	Mr Ernest Mokganedi	Director de TFCA's	emokganedi@environm ent.gov.za
Tanzania	Meinrudus Rweyumamu		rweyumamu@mnr.go.tz tindatumire@yahoo.co.uk
Zambia	Prof. Andrew Nambota	Director de TFCA Ministério do Turismo e Artes	andrewnambota56@gmail.com
GLTP TFCA	Piet Theron	Coordinador Internacional	piettheron01@gmail.com

País/TFCA	Nome	Função	Contacto
TFCA de Lubombo	Leseho Sello	Coordinador Internacional	Leseho.Sello@up.ac.za
GM TFCA	Patience Gandiwa	Coordinador Internacional	patiencezisadza@gmail.com
Consultor RSA	Kevan Zunckel	Consultor de Directrizes	kzunckel@telkomsa.net
Intérprete	Francis Iteku	Francês	nsamba@telkomsa.net / online2207681@telkomsa.net
Intérprete	Carlos Garcia	Português	cmcinternational@telkomsa.net 00267 11 391 6694/0724187902
Intérprete	Kadima Wakalonji	Francês	kadima@webmail.com.com
Intérprete	Lopes Chebembe	Português	alope88@hotmail.com 0027110257661 0027738554956
África do Sul	Tech .Sipho	Técnico	0027 016751945
Zimbabwe	Alec Dangare Zim Parks	Coordinador de TFCA	adangare@zimparcs.co.zw adangare@yahoo.co.uk
Zimbabwe	Mutuso Dhliwayo	Presidente SACF África Austral Fórum CBWRM	Mutusodezela@org 00263772424164
Lesotho	Clement Mabarari Lebamang	MDTFCA	0026658997307
África do Sul	Paul Bewsher	PPF	00267 832517890
RSA	Anna Spencely	Consultor	00267 723115700
Botswana	Precious Kabelo	Giz/SADC	00267 71532284
Botswana	Dr Soto Bartelomeu	Secretariado da SADC	00267 72857300
África do Sul	Joyce Loza	MDTFCA	Joyce.loza@kznwildlife.com
África do Sul	Sipho	Técnico Ma Africa	0027 78 3755288

Apêndice B: Os benefícios potenciais de iniciativas TFCA

Áreas de cooperação	Benefícios potenciais	Acções necessárias para a obtenção de benefícios	Desafios a serem consciencializados
Marcos legais e políticos	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento das metas de conservação, tal como estabelecido pelas convenções internacionais e acordos. Cumprimento de metas e objectivos comuns aos países participantes de conservação. Compreensão profunda do ambiente legal e políticas para apoiar a implementação. 	<ul style="list-style-type: none"> Revisão colectiva de instrumentos jurídicos e políticos existentes. Identificação dos aspectos comuns e o desenvolvimento de instrumentos de cooperação para a sua capitalização. Identificação de leis e políticas conflituosas e o estabelecimento de processos para trazer alterações relevantes. 	<ul style="list-style-type: none"> Recursos limitados com capacidade jurídica e política. Longos processos associados com as alterações de instrumentos jurídicos e políticas. Diferentes interpretações e as respostas institucionais às exigências implementação jurídica e de políticas.
Gestão de ecossistemas e respostas à mudança climática	<ul style="list-style-type: none"> Maior potencial para acomodação da abordagem de gestão baseada nos ecossistemas. Ampliação das funções do ecossistema, através da melhoria da capacidade de acomodar os processos dos ecossistemas e reduzir os requisitos para a simulação destes por meio de acções de gestão. Aumento da capacidade de resistência a ameaças externas, tais como as espécies exóticas invasoras, a poluição, doenças, etc Reforço da capacidade para a 	<ul style="list-style-type: none"> Certifique-se de que a delimitação da área é ecologicamente inclusiva no máximo. Aplicar cooperativamente os processos de Planeamento Sistemático da Conservação para orientar a definição de metas de conservação da biodiversidade e estratégias de gestão. Rever e alinhar os planos de gestão de ecossistemas e espécies. Avaliar as projecções de mudanças climáticas e as implicações relacionadas com os habitats e espécies e garantir que estes são 	<ul style="list-style-type: none"> Limitações e disparidades nas capacidades de gestão de ecossistemas e espécies, bem como nas capacidades necessárias para implementar o planeamento sistemático da conservação. Dinâmica externa social, económico e/ou político, ambas imediatamente adjacentes e distantes da área, adiciona a complexidade que pode frustrar abordagens das ciências naturais puras, a menos que sejam totalmente compreendidas e integradas em planos de gestão.

	<p>persistência de espécies ameaçadas e migratórias.</p> <ul style="list-style-type: none"> • A capacidade de reintrodução de espécies que podem exigir o acesso a áreas maiores, tais como os maiores predadores. • Diminuição da pressão associada com a gestão da população animal. • Aumento da capacidade para acomodar as consequências do impacto das mudanças climáticas e para permitir a adaptação ecológica e de habitats e movimentos/migrações de espécies. • Melhor compreensão dos processos de mudança climática. • Abordar problemas associados à gestão da população animal. 	<p>acomodados em planos e estratégias de gestão de ecossistemas e espécies.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Derivar e implementar protocolos de monitoramento e avaliação adequados para rastrear a eficácia da gestão em prol da realização dos objectivos e metas de gestão de ecossistemas e espécies. 	<ul style="list-style-type: none"> • Dinâmicas externas biológicas, tais como persistentes infestações de espécies invasoras que comprometem os processos da integridade ecológica, e funcionalidade.
Socio-económico	<ul style="list-style-type: none"> • A funcionalidade avançada dos ecossistemas aumenta a capacidade de produzir e entregar um conjunto completo de produtos e serviços do ecossistema que contribuem para o bem-estar social e resiliência económica dentro, nas áreas adjacentes e além dos limites da área de conservação transfronteiriça. • Os limites de utilização sustentável podem aumentar ou 	<ul style="list-style-type: none"> • A avaliação completa do capital natural irá revelar a capacidade da área de produzir e fornecer produtos e serviços do ecossistema, bem como as ligações para os beneficiários. • Uma avaliação do grau em que os processos do ecossistema foram e serão aprimorados podem permitir o aumento dos níveis de utilização sustentável, ou seja, ambos consumptivo e não consumptivo. • Envolvimento das partes 	<ul style="list-style-type: none"> • A capacidade de realizar avaliações de capital natural é limitada e deve ser construída. • Expectativas irrealistas são facilmente criadas e todos os processos de engajamento das partes interessadas devem ser tratados com muito cuidado para evitar essas situações. • A capacidade de garantir que os benefícios sejam distribuídos de forma equitativa aos beneficiários

	<p>tornarem-se mais robustos a medida que a funcionalidade dos ecossistemas e a dinâmica populacional de espécies melhorar.</p> <ul style="list-style-type: none"> • O aumento do movimento de pessoas ao longo das fronteiras internacionais cria uma abertura e/ou aumenta as oportunidades de negócio. • A abertura das fronteiras ou o relaxamento dos processos de controle de fronteiras cria maiores oportunidades de turismo. • A redução da pobreza por meio de actividades económicas criadas por várias intervenções TFCA. • A participação activa das comunidades locais na gestão diária dos recursos naturais. • A segurança alimentar através de vários programas de subsistência. • Promoção da conservação como opção para a subsistência. • 	<p>interessadas para garantir ligações significativas com os beneficiários.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Engajamento com o sector privado e os órgãos competentes do Estado para garantir que o planeamento do turismo e desenvolvimentos estão dentro das necessidades do mercado e estratégias de desenvolvimento mais amplas. 	<p>pode ser um desafio, especialmente quando as estruturas e processos necessários não estão no lugar ou são questionáveis.</p> <ul style="list-style-type: none"> • As exigências sócio-económicas conflituosas, como a exploração dos recursos não renováveis podem ser difíceis de eliminar, pois as perspectivas tradicionais de crescimento económico podem perpetuar.
Vínculos culturais	<ul style="list-style-type: none"> • A reintegração de ambos vínculos culturais do passado e actuais: <ul style="list-style-type: none"> ○ pode aumentar a aceitação social de uma iniciativa de conservação transfronteiriça, ao mesmo tempo que ○ reforçar as ligações sociais com a natureza através do significado 	<ul style="list-style-type: none"> • Proceder a uma avaliação de todas os recursos culturais, dentro e na área adjacente. • Envolver-se com as partes interessadas para aumentar a profundidade de uma avaliação, bem como assegurar as suas contribuições e aprovação para as 	<ul style="list-style-type: none"> • A Capacidade de gestão do património cultural geralmente está em falta dentro das agências de conservação e, portanto, deve ser desenvolvida ou criada. • diferentes graus de sacralidade estão ligados a elementos do

	<p>cultural de características naturais.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Trabalhar no sentido de reduzir a tensão sócio-político através da melhoria da coesão social. • Permitir que as características culturais importantes contribuam para melhorar a viabilidade da área como destino turístico. • Maior capacidade de desenvolver e promover a identidade regional. 	<p>suas conclusões.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver um plano de gestão do património cultural, que garante que os recursos sejam preservados e os vínculos sociais são bem geridos. • Sempre que necessário integrar a gestão do património cultural na gestão dos recursos ecológicos e de biodiversidade relacionados. 	<p>património cultural, os quais devem ser cuidadosamente considerados em todas as decisões de gestão.</p> <ul style="list-style-type: none"> • A integração do património cultural num plano de gestão aumenta a sua complexidade. • Aspectos do património vivo podem entrar em conflito com as práticas e percepções de gestão contemporânea, como o uso consumptivo de recursos naturais por uma cultura de caçadores-colectores numa área onde isso não é permitido.
Integração regional	<ul style="list-style-type: none"> • A promoção e manutenção da paz e harmonia. • O estabelecimento de sinergias entre as estratégias de crescimento e de desenvolvimento, particularmente no que diz respeito ao papel que a conservação transfronteiriça pode desempenhar. • A criação de uma marca/identidade/logotipo comum para melhorar a promoção e o comércio de bens e serviços relacionados, tais como oportunidades de turismo. • Melhoria da viabilidade de atrair financiamento, quer através de investimentos directos ou através 	<ul style="list-style-type: none"> • Certifique-se de todas as partes interessadas estão incluídas em todos os processos de consulta e de negação, particularmente outros órgãos do Estado que têm um papel a desempenhar na cooperação transfronteiriça, por exemplo, Serviços aduaneiros e Impostos, saúde animal, comércio e investimento, turismo, etc • Estabelecer e manter uma estratégia de comunicação que garante que todas as partes interessadas serão mantidas actualizadas do progresso e desenvolvimentos relacionados com a iniciativa de conservação transfronteiriça. 	<ul style="list-style-type: none"> • Diferença/barreiras de língua. • Diferenças culturais, históricas e políticas. • disparidades de desenvolvimento, particularmente no que este diz respeito ao acesso aos recursos e capacidade de implementação. • As tensões políticas. • A falta de liderança em níveis adequados de governação. • A complexidade da partilha de responsabilidades de governação e/ou nomeação de um representante não-partidário objectivo para coordenar a implementação. • As diferenças significativas em termos de uso do solo e planos

	<p>de doadores.</p> <ul style="list-style-type: none"> • O desenvolvimento de planos de gestão conjunta de conservação, para o património natural e cultural. • interpretação comum de responsabilidades e aplicação das convenções internacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Certifique-se de que todos os órgãos do Estado relacionados têm mandatos e recursos para apoiar a sua participação na iniciativa. • Estabelecer e manter estrutura/s de gestão conjunta. 	<p>para as áreas adjacentes.</p>
Gestão do dia a dia e Aplicação da lei	<ul style="list-style-type: none"> • A gestão da eficácia pode ser melhorada através da partilha de recursos, ou seja, recursos financeiros, humanos e equipamento. • melhores relações de comunicação pode permitir respostas mais rápidas para a gestão de crise, tais como queimadas, ameaças de poluição, caça, etc • Melhoria da comunicação e vigilância também pode permitir respostas mais pró-activas para potenciais ameaças. • Capacidade compartilhada para a gerir o acesso de visitantes e actividades. • Patrulhas conjuntas podem contribuir para a aplicação reforçada da lei e esforços de busca e resgate. • Acções de gestão conjunta podem levar a melhoria da moral do pessoal e maior valorização das 	<ul style="list-style-type: none"> • O processo de planeamento de gestão conjunta deve ser utilizado para identificar especificamente os aspectos de gestão que serão reforçados através da cooperação transfronteiriça. • Protocolos e processos devem ser implementados para permitir a exploração em comum/partilha de recursos. • As estratégias de comunicação devem ser derivadas para capitalizar as oportunidades de cooperação transfronteiriça. • As responsabilidades da cooperação transfronteiriça devem ser delegadas, no nível mais baixo possível para encarregar e capacitar o pessoal de campo a trabalhar em conjunto entre fronteiras internacionais com o mínimo de exigências burocráticas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Limitações topográficas, tais como terrenos inacessível e/ou afastamento. • Redes de comunicação separadas / independentes. • Diferença de língua. • Políticas de gestão de recursos conflituosas, tais como áreas adjacentes que podem ou não permitir a caça desportiva. <p>Disponibilidade de recursos diferentes</p>

	<p>diferenças que existem entre o pessoal de campo dos países participantes.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumento da capacidade de adquirir e implantar equipamentos valiosos como aviões. 		
Pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria do acesso ao conhecimento e maior capacidade de implementar a pesquisa aplicada e encontrar soluções para desafios comuns. • Certifique-se de que os métodos de investigação são padronizados para garantir resultados comparáveis. • Acesso compartilhado de equipamentos dispendiosos de pesquisa, centros de recursos, herbários, etc • Concepção e implementação conjunta de projectos de pesquisa a longo prazo. • Melhoria da capacidade de "organizar" a pesquisa para garantir apoio o financeiro. • Aumentar a eficiência da pesquisa evitando a duplicação de funções. 	<ul style="list-style-type: none"> • Pessoal científico com vista a a participar activamente nos processos de planeamento de gestão conjunta para dar apoio e para garantir a credibilidade científica é disponibilizado para o processo. • O plano de gestão conjunta deve ser cuidadosamente interrogado para extrair toda a pesquisa/responsabilidades científica conjunta para a implementação. • Alocação de recursos compartilhado deve fazer parte integrante das opções acima. • equipe de Pesquisa deve assumir a responsabilidade para a derivação e implementação do quadro de M & E a partir do plano de gestão conjunta, assim como a determinar e facilitar a ferramenta de controle de efectividade de gestão mais adequada a ser aplicada na área de conservação transfronteiriça. 	<ul style="list-style-type: none"> • Diferença de língua. • Acesso diferente à recursos e experiência. • O afastamento das áreas de conservação transfronteiriças pode dificultar o acesso de instituições de ensino superior e centros de recursos relacionados. • É um desafio para muitos ecologistas e biólogos trabalhar de forma integrada e é essencial que a necessidade da integração dos aspectos sociais, económicos e políticos seja reconhecida e compreendido pelos pesquisadores. • Os processos ecológicos e a dinâmica populacional de espécies requerem programas de investigação a longo prazo, enquanto que a administração exige respostas e apoio a curto prazo. • A dinâmica e/ou necessidades sócio-económica podem ter precedência e comprometer

			projectos de pesquisa de recursos naturais.
Partilha de conhecimentos e transferência de competências	<ul style="list-style-type: none"> Habilidades/desenvolvimento de capacidades através da utilização de competências existentes ou a obtenção conjunta de oportunidades de formação. Ampliação de perspectivas que possam ter sido estreitadas através do isolamento ou a exposição a uma forma de pensar e de agir à nível de nacional. Melhoria do conhecimento de todos os aspectos relacionados com a gestão da área de transfronteiriça. Melhor entendimento entre os parceiros. Acordos transfronteiriços podem criar oportunidades para programas de intercâmbio de pessoal 	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer estratégias para formação conjunta de pessoal, programas de intercâmbio e destacamento de pessoal. Estabelecer protocolos para a recolha, armazenamento e partilha de dados e informações. O estabelecimento de uma base de dados comum -GIS para toda a área transfronteiriça. Certifique-se de que as reuniões de gestão conjunta são estendidos em eventos destinados especificamente a unir tanto quanto possível os funcionários através de grupos de debate e mini-seminários que visam resolver questões urgentes. 	<ul style="list-style-type: none"> Este aspecto poderia ser entendido como um item de luxo e ser trocado por outras questões mais prementes. Há necessidade de uma liderança visionária forte para garantir que o compartilhamento de conhecimento e transferência de competências aconteça. As diferenças linguísticas podem impedir o fluxo de conhecimento e o grau de transferência de competências. A disparidade de recursos pode causar o desenvolvimento de uma percepção que os parceiros mais avançados impõem, os seus conhecimentos e habilidades sobre aqueles que têm menos recursos e menos desenvolvidos.

Apêndice C: Exemplos de Bens e Serviços, de acordo com as Categorias da Avaliação Ecosistêmica do Milênio (2005)

Serviços de Aproveitamento são os produtos obtidos dos ecossistemas, incluindo:

- **Alimentos e fibras:** Isto inclui a vasta gama de produtos alimentares derivados de plantas, animais e micróbios, assim como materiais como madeira, juta, cânhamo, seda e muitos outros produtos derivados do ecossistema.
- **Combustível:** Madeira, esterco e outros materiais biológicos que servem como fontes de energia.
- **Recursos genéticos:** Isso inclui os genes e informação genética utilizados para a reprodução de animais e plantas e na biotecnologia.
- **Bio-químicos:** Medicamentos naturais e produtos farmacêuticos. Muitos medicamentos, biocidas, aditivos alimentares, tais como os alginatos, e materiais biológicos são provenientes dos ecossistemas.
- **Recursos Ornamentais:** Produtos de origem animal, tais como peles e conchas, e flores são usados como ornamentos, embora o valor desses recursos seja muitas vezes determinado culturalmente. Este é um exemplo de ligações entre as categorias de serviços ecosistêmicos.
- **Água potável:** A água potável é outro exemplo de ligações entre as categorias - neste caso, entre serviços de aproveitamento e de regulação.
- **Serviços de regulação** são os benefícios obtidos da regulação dos processos dos ecossistemas, incluindo:
 - **Manutenção da qualidade do ar:** Os ecossistemas contribuem para a produção de substâncias químicas na atmosfera e extraem substâncias químicas da atmosfera, influenciando muitos aspectos da qualidade do ar.
 - **Regulação do clima:** Ecossistemas influenciam o clima tanto localmente como globalmente. Por exemplo, numa escala local, as mudanças na cobertura do solo pode afectar tanto a temperatura e precipitação. Numa escala global, os ecossistemas desempenham um papel importante no clima através do sequestro ou emissão de gases do efeito estufa.
 - **Regulação da água:** O momento e a magnitude do escoamento, inundações, e recarga do aquífero pode ser fortemente influenciado por mudanças na cobertura da terra, incluindo, em particular, alterações que mudam o potencial de armazenamento de água do sistema, tais como a conversão de zonas húmidas ou o substituição de florestas por plantações ou áreas de cultivo por áreas urbanas.
 - **Controle da erosão:** A cobertura vegetal desempenha um papel importante na retenção do solo e na prevenção de deslizamentos de terra.
 - **Purificação de água e tratamento de resíduos:** Os ecossistemas podem ser uma fonte de impurezas na água doce, mas também podem ajudar a filtrar e decompor os resíduos orgânicos introduzidos nas águas interiores e dos ecossistemas costeiros e marinhos.
 - **Regulamento de doenças humanas:** Alterações nos ecossistemas podem alterar directamente a abundância de patógenos humanos, como a cólera, e pode alterar a abundância de vectores de doenças, como mosquitos.

- **Controle biológico:** Mudanças nos ecossistemas afectam a prevalência de pragas e doenças de culturas e do gado.
- **Polinização:** Mudanças nos ecossistemas afectam a distribuição, abundância e eficácia dos polinizadores.
- **Protecção contra Tempestades:** A presença dos ecossistemas costeiros, como manguezais e recifes de coral pode reduzir drasticamente os danos causados por furações ou ondas grandes.
- **Serviços Culturais** são os benefícios não materiais, que as pessoas obtêm dos ecossistemas através de enriquecimento espiritual, o desenvolvimento cognitivo, reflexão, recreação e experiências estéticas, incluindo:
 - **A diversidade cultural:** A diversidade de ecossistemas é um factor que influencia a diversidade de culturas.
 - **Os valores espirituais e religiosos:** Muitas religiões atribuem valores espirituais e religiosos aos ecossistemas ou aos seus componentes.
 - **Os sistemas de conhecimento (tradicionais e formais):** Ecossistemas influenciam os tipos de sistemas de conhecimento desenvolvidos por diferentes culturas.
 - **Valores educacionais:** Ecossistemas e seus componentes e processos fornecem a base para a educação formal e informal em muitas sociedades.
 - **Inspiração:** Os ecossistemas fornecem uma rica fonte de inspiração para a arte, folclore, símbolos nacionais, arquitetura e publicidade.
 - **Valores estéticos:** Muitas pessoas acham beleza ou valor estético em vários aspectos dos ecossistemas, que se reflecte no apoio aos parques, "passeios cénicos", e a selecção de locais de habitação.
 - **Relações sociais:** Ecossistemas influenciam os tipos de relações sociais que se estabelecem em determinadas culturas. Sociedades de pesca, por exemplo, diferem em muitos aspectos nas suas relações sociais de populações nómadas ou sociedades agrícolas.
 - **Senso de lugar:** Muitas pessoas valorizam o "senso de lugar" que está associado com características reconhecidas do seu ambiente, incluindo aspectos do ecossistema.
 - **Valores do património Cultural:** Muitas sociedades valorizam muito a manutenção de paisagens historicamente importantes ("paisagens culturais") ou espécies culturalmente importantes.
 - **Recreação e ecoturismo:** As pessoas costumam escolher onde passar o seu tempo de lazer baseados, em parte, nas características das paisagens naturais ou cultivadas de uma área particular.

Os serviços culturais estão fortemente ligadas à valores humanos e comportamento, bem como à instituições humanas e padrões de organização social, económica e política. Assim, as percepções de serviços culturais são mais propensas a diferir entre indivíduos e comunidades do que, por exemplo, a percepção da importância da produção de alimentos.

Serviços de Apoio são aqueles que são necessários para a produção de todos os outros serviços do ecossistema. Estes diferem do aprovisionamento, regulação, e dos serviços culturais, no que diz respeito ao seu impacto sobre as pessoas que é indirecto ou ocorre ao longo de muito tempo, ao passo que as mudanças nas outras categorias têm impactos directos sobre as pessoas e relativamente de curto prazo. (Alguns serviços, como o controle da erosão, podem ser classificados como serviço de apoio ou de regulação, dependendo da escala de tempo e rapidez do seu impacto

sobre as pessoas). Por exemplo, os seres humanos não utilizam directamente os serviços de formação do solo, apesar de que as mudanças nesse aspecto afectam indirectamente as pessoas através do impacto sobre o serviço de aprovisionamento da produção de alimentos. Da mesma forma, a regulação do clima é classificada como um serviço de regulação, já que as mudanças nos ecossistemas podem ter um impacto sobre o clima local ou global ao longo de períodos de tempo relevantes, até a tomada de decisão humana (décadas ou séculos), enquanto a produção de gás oxigênio (através da fotossíntese) é classificado como um serviço de apoio já que os impactos sobre a concentração de oxigênio na atmosfera só ocorreriam ao longo de um período extremamente longo. Outros exemplos de apoio a serviços são a **produção primária, a produção de oxigênio atmosférico, a formação e retenção do solo, ciclagem de nutrientes, ciclagem de água e provisão de habitat.**

Apêndice D: Informações gerais sobre as TFCAs SADC existentes

/ Ai / Ais- Parque Transfronteiriço Richtersveld

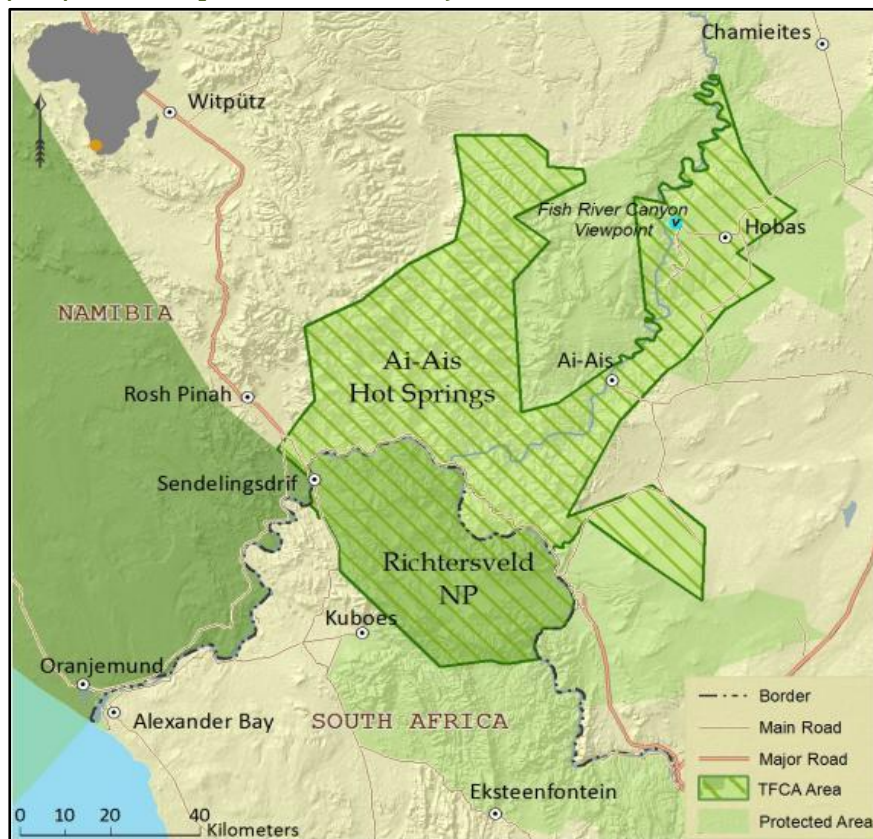


Figure 6: A localização, composição e extensão da AI / Ais- Parque Transfronteiriço Richtersveld / (© www.peaceparks.co.za)

Países envolvidos: Namíbia e África do Sul.

Alguns estudos de viabilidade foram realizados antes da criação?

Foram realizadas Consultas extensas à comunidade antecipadamente, pois o Parque Nacional Richtersveld na África do Sul é propriedade das comunidades Richtersveld e administrado em associação com o Parques Nacionais Africano Sul (SANParks), como o primeiro Parque Contratual no país. Esta estrutura de gestão permite a plena participação não só das comunidades locais, através de membros eleitos que representam as quatro cidades da região (Kuboes, Sanddrift, Lekkering e Eksteenfontein), mas também de pastores locais. Essas comunidades estavam ansiosas para ver o Parque Transfronteiriço estabelecido, pois iriam beneficiar-se com o aumento do turismo na região, e ao mesmo tempo conservando a sua biodiversidade única. O Parque Transfronteiriço também ajudaria a manter o património cultural e o estilo de vida tradicional dos povos Nama.

Tipo e estado dos acordos

Um **Memorando de Entendimento** foi assinado pelos ministros Philemon Malima da Namíbia e Valli Moosa da África do Sul em 17 de Agosto de 2001. Na parte Sul-Africana, foi assinado um plano de gestão em Sendelingsdrif em 26 de Outubro de 2002. A 1 de Agosto de 2003 o Presidente Sam Nujoma da Namíbia e o Presidente Thabo Mbeki da África do Sul assinaram um tratado internacional que institui a /Ai /Ais-Parque Transfronteiriço Richtersveld.

Estrutura de governação

Várias comissões bilaterais, tanto ministeriais e técnicas, bem como **grupos nacionais de trabalho** sobre o desenvolvimento da comunidade, planeamento e gestão, segurança e serviços aduaneiros, e finanças foram

constituídas para formalizar a criação do Parque Transfronteiriço. A assinatura do tratado internacional efectivamente transformou a comissão técnica em **conselho de gestão conjunta** e os grupos de trabalho em **comissões de gestão**. Em Abril de 2011, a **comissão de gestão do parque**, composta por gestores do parque apoiados por um **grupo de gestão e desenvolvimento de tarefas inter-sectorial**, foi também estabelecida. Esta comissão desde então, tem estado conjuntamente a administrar com êxito operações diárias e usa as reuniões conjuntas do Conselho de Administração como sessões de trabalho estratégico para a tomada de decisão a nível político.

Razões fundamentais para o estabelecimento

O bioma Succulent Karoo tem a flora mais rica e densa do mundo, abrigando cerca de um terço das cerca de 10 000 espécies espessas do mundo. Este é um dos dois únicos ecossistemas completamente áridos que ganharam o estatuto de ‘foco importante’, sendo o outro o Corno de África. O TFP abarca o Fish River Canyon, que é a segunda maior ravina do mundo e a maior em África. A foz do rio Orange é um sítio Ramsar, com 350 milhões de anos e muita erosão, o vale do rio Orange é rico em história, folclore e grandeza. O Richtersveld é uma das últimas regiões onde estilo de vida tradicional do povo Nama, com base no pastoreio nómada, foi preservada.

Benefícios obtidos

Foram obtidos benefício com o aumento do turismo na região, e ao mesmo tempo conservou-se a sua biodiversidade única, e o património cultural e estilo de vida tradicional dos povos Nama.

A cerimónia inaugural do circuito de 300 km de ciclismo noturno no Deserto em 5 dias, foi lançado em 2012, cujo objectivo é contribuir para o desenvolvimento do turismo do Parque Transfronteiriço, apresentando as características da paisagem única e património cultural da região. Desert Knights 2012 foi uma boa preparação para o evento maior previsto para 2013, em que o quando a torneio serviu como um precursor para a Cúpula Mundial de Aventura organizada pela Namíbia no mês de Outubro de 2013.

Graças ao financiamento do GIZ e da Fundação Peace Parks, em Fevereiro de 2014, as comunidades locais foram treinadas para fazer a restauração e ajudar com as tarefas de auxiliar de campismo e de guia de trilha do rio Kayak Desert no trecho do rio entre Gamkab e Sendelingsdrift, que será o segundo produto de turismo conjunto. A Associação Africana Paddling foi abordado para ajudar na selecção e formação de guias de canoagem.

Os funcionários do parque foram submetidos a formação da GIS, realizada pela Fundação Peace Parks e pelo Colégio Southern African Wildlife, para capacitá-los na criação de mapas de gestão da área, bem como as ferramentas de monitoramento necessárias no processos de conservação. Realizou-se também formação conjunta dos funcionários do parque em resgate de montanha em Setembro de 2013.

Questões Fundamentais para consideração

O / Ai / Ais- Parque Transfronteiriço Richtersveld tornou-se um modelo para o planeamento conjunto, operações, formação e eventos transfronteiriços.

Em 2013, foi criada uma rede comum de rádio, que vai facilitar a comunicação entre as componentes da Namíbia e Sul-Africanas do parque.

Uma pesquisa do património concluiu que os bens patrimoniais do Parque Transfronteiriço aumentaram o valor do turismo da região e são dignos para nomear o Parque Transfronteiriço com o Estatuto de Património Mundial.

Plano de viabilidade a longo prazo

Os doadores que apoiam este TFP são Dutch Postcode Lottery e o Swedish Postcode Lottery, enquanto o programa da GIZ " Oportunidades de Geração de Renda para as Comunidades" concedeu financiamento para a guarda da trilha kayak em Fevereiro de 2014.

A Peace Parks Fundation concedeu financiamento para a formação de velejadores para a operação do pontão Sendelingsdrift.

Desert Knights 2012 foi um esforço de colaboração entre o Ministério do Meio Ambiente da Namíbia, Namibia Wildlife Resorts e SANParks, apoiado pelo Departamento Sul-Africano de Assuntos Ambientais, Boundless Southern Africa e o Peace Parks Foundation.

Parque Transfronteiriço de Kgalagadi

Países envolvidos: Botswana e África do Sul

Foram realizados estudos de viabilidade antes da criação?

Um acordo verbal alcançado em 1948 é a base da existência de facto do Parque Transfronteiriço Kgalagadi. Em reconhecimento do acordo não existe nenhuma barreira ao longo da fronteira internacional que separa o Parque Nacional de Kalahari Gemsbok na África do Sul e o Parque Nacional Gemsbok no Botswana. Em Junho de 1992, representantes do South African National Parks (o então South African National Parks Board) e do Departamento de Vida Selvagem e Parques Nacionais do Botswana criaram uma comissão de gestão conjunta (Comissão de Gestão Transfronteiriça). Esta debruçou-se na formalização do acordo verbal, e produziu um plano de gestão que define a estrutura para a gestão conjunta da área como uma única unidade ecológica. O plano de gestão do Parque Transfronteiriço de Kgalagadi foi analisado e aprovado pelas duas agências de conservação no início de 1997.



Figure 7: Localização, composição e extensão do Parque Transfronteiriço Kgalagadi (© www.peaceparks.co.za).

Tipo e estado dos acordos

Um acordo bilateral que reconhece o novo Parque Transfronteiriço Kgalagadi foi assinado em 7 de Abril de 1999, entre o Departamento de Vida Selvagem e Parques Nacionais de Botswana e Parques Nacionais da África do Sul. Este acordo estabeleceu o primeiro Parque Transfronteiriço formalmente reconhecido na África Austral. O Parque Transfronteiriço Kgalagadi foi oficialmente inaugurado pelo Presidente Festus Mogae do Botswana e o Presidente Thabo Mbeki da África do Sul em 12 de Maio de 2000.

Estruturas de governação

As instalações de acesso transfronteiriço em Two Rivers/Twee Rivieren são administradas em conjunto pelos funcionários aduaneiros de Botswana e da África do Sul. O acesso ao Kgalagadi pode assim ser feito por quatro facilidades de acesso em três países diferentes: a partir de Botswana através de Two Rivers/Twee Rivieren, Mabuasehube e Kaa; da Namíbia através de Mata-Mata, e da África do Sul através de Two Rivers/Twee Rivieren. Não são necessários passaportes para a entrada, a menos que a partida seja feita através de uma saída diferente que dá para outro país, nesse caso, uma estadia dois dias no parque é obrigatória.

O Ae! Hai! Kalahari Heritage Park é gerido por um **Conselho de Gestão Conjunta**, composto por representantes das comunidades † Khomani san e Mier e SA National Parks (SANParks).

Em 2013, foi finalizado um projecto de **plano de desenvolvimento integrado**, uma **estratégia de actuação conjunta** e um **procedimento operacional padrão** para a circulação de pessoas, bens e serviços no

parque. Também foi estabelecida uma **comissão de gestão conjunta** para supervisionar e realizar iniciativas e actividades conjuntas.

Razões Fundamentais para o estabelecimento

As regiões áridas são muito sensíveis e o aumentando da desertificação levou ao reconhecimento global da importância das plantas e animais adaptados para resistir à condições desérticas. Esta área é um tesouro muito valioso de plantas e animais adaptados para resistir à extremos adversos ambientais. A vastidão do Parque Transfronteiriço Kgalagadi permite que as populações de ungulados nómadas e os seus predadores permaneçam em equilíbrio com o seu meio ambiente, consequentemente, há pouca necessidade da intervenção de uma gestão extensa.

Kgalagadi tornou-se um destino popular para turistas e amantes das trilhas selvagens em 4x4, na esperança de experimentar a tranquilidade do Kalahari.

O Ae! Hai! Kalahari Heritage Park tem como objectivo preservar o conhecimento cultural e tradicional das comunidades indígenas, e ao mesmo tempo melhorar as suas oportunidades de subsistência. Um dos principais objectivos é expor as crianças Bushman o estilo de vida tradicional dos seus antepassados. Isto é feito através da implementação do programa Imbewu e escola estepe tradicional, realizado no Imbewu Camp.

Benefícios obtidos

Em Maio de 2002, as comunidades † Khomani San e Mier chegaram a um acordo histórico de assentamento rural com o governo da África do Sul e

Parques Nacionais da África do Sul (SANParks) que devolveu uma grande extensão de terra para as comunidades que já tinha habitado ou tinha culturas nesta área. O desfecho do Acordo denominado Ae! Hai Kalahari Heritage Park!, resultou na transferência de propriedade de 50 000 hectares de terra dentro dos limites do Parque Transfronteiriço de Kgalagadi pelo SANParks para as duas comunidades, que depois alugou a terra de volta para o SANParks. Um alojamento completo de luxo, da propriedade das comunidades † Khomani san e Mier, abriu as suas portas em 2007, pouco antes da abertura das Instalações para o acesso turístico de Mata-Mata entre a Namíbia e a África do Sul, pelos chefes de Estado do Botswana, Namíbia e África do Sul. Este ponto de acesso histórica na fronteira do Parque Transfronteiriço Kgalagadi e Namíbia impulsionou o turismo transfronteiriço, reuniu as comunidades locais e aumentou a criação de emprego. Também vem contribuindo para o desenvolvimento sócio-económico, especialmente nos sectores de turismo dos três países.

O circuito do deserto Ta Shebube é um destino turístico novo e excitante situado no Kgalagadi do lado do Botswana. Possui dois alojamentos, em Polentswa e Rooiputs, ambas a promover turismo de alta qualidade e baixa densidade.

Questões Fundamentais para consideração

Kgalagadi é o primeiro parque de paz em África e ainda é o único parque de paz aberto, onde os turistas podem circular livremente através da fronteira internacional, dentro dos limites do parque. A vastidão do Parque Transfronteiriço Kgalagadi permite que as populações de ungulados nómadas e os seus predadores permaneçam em equilíbrio com o meio ambiente, consequentemente, há pouca necessidade de uma intervenção extensa de gestão.

As **instalações de acesso comum** Twee Rivieren/Two Rivers removeu os últimos vestígios de dois parques nacionais separados, e os turistas agora entram num único lugar para visitar todo o parque que abrange a fronteira entre Botswana e a África do Sul. As instalações de acesso de turistas Mata-Mata permite o acesso via Namíbia. Os proprietários de terras no lado da fronteira da Namíbia manifestaram interesse em juntar a sua terra ao Kgalagadi e fazer parte desta atração ecoturística.

Plano de viabilidade a longo prazo

Os doadores que apoiam este TFP são o Dutch Postcode Lottery e Swedish Postcode Lottery. Em Novembro de 2009 o Fundo de Distribuição da South Africa National Lottery doou R4.8 milhões para apoiar o desenvolvimento do !Ae!Hai Kalahari Heritage Park. Graças a uma das principais doações do Fundo de Distribuição da South Africa National Lottery, Rotary Clubs e do Ministério Federal de Cooperação Económica e Desenvolvimento da Alemanha, o !Ae!Hai Kalahari Heritage Park está a ser desenvolvido.

Área de Conservação Transfronteiriça de Kavango Zambeze (KAZA)

Países envolvidos: A Área de Conservação Transfronteiriça Kavango Zambezi (KAZA) está situada nas bacias dos rios Kavango e Zambeze, onde as fronteiras de Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe convergem.

Foram realizados estudos de viabilidade antes da criação?

Os cinco governos encomendaram um estudo de pré-viabilidade para orientar o desenvolvimento da TFCA, facilitado pela Fundação Peace Parks, que foi concluída em 2006. Durante o ano 2013, foram

identificados vários corredores de vida selvagem em KAZA e foram finalizadas estratégias de conservação para espécies específicas, como o cão selvagem. Com a conclusão dos planos de desenvolvimento integrado (IDP) para o Botswana e Namíbia, os IDPs para os cinco países parceiros já estão a ser implementadas. Foram feitos grandes progressos no desenvolvimento do plano piloto IDP da TFCA KAZA, com a nomeação de uma equipe de projecto pelo secretariado da TFCA de KAZA para realizar esta tarefa. Vários projectos conjuntos, visando a melhoria da gestão dos recursos naturais, planeamento do uso da terra, turismo, infra-estrutura e meios de subsistência alternativos

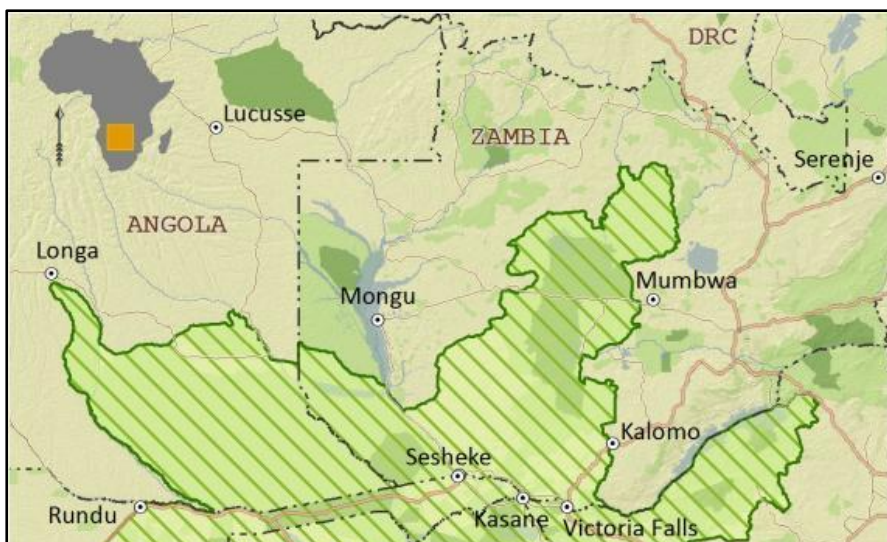


Figure 8: Localização, composição e extensão da Área Transfronteiriça de Conservação de KAZA (© www.peaceparks.co.za)



desenvolvimento, estão a ser investigados e irão abordar acções-chave do plano. A Fundação Peace Parks está a ajudar na preparação do IDP piloto e sua secção GIS fornece o mapeamento e planeamento de apoio para os técnicos que desenvolvem o IDP. O processo de IDP é um processo de

planeamento abrangente e participativo que alinha o planeamento e desenvolvimento dos diferentes níveis de governo com os do sector privado e das comunidades. Também informa a estratégia nacional de desenvolvimento dessa área particular. Os cinco IDP separados, em conjunto com o IDP piloto para a TFCA de KAZA como um todo, irá promover o desenvolvimento sustentável e equitativo, utilização e gestão da TFCA de KAZA.

Os consultores indicados pelo Banco Mundial para desenvolver o projecto piloto do visto único KAZA têm visitado à região para realizar reuniões de consulta com vista a reunir informações sobre o que é requerido das várias partes interessadas, ou seja, serviços aduaneiros, imigração, segurança e finanças. Um relatório sobre a estratégia de sustentabilidade financeira para KAZA foi posteriormente finalizado. Propõe um conjunto de estratégias de financiamento sustentável a curto, médio e longo prazo, tais como minimizar os custos operacionais do secretariado, desenvolvendo um programa de angariação de fundos, estabelecendo um fundo de dotações, fazendo a aquisição e locação de bens e concessões, instigando contribuições anuais do governo, e criando outros meios inovadores de geração de renda. Esta estratégia ainda precisa de ser aprovada pelos países parceiros.

Para harmonizar as políticas existentes e os marcos legais, os gestores de projecto nomeados identificaram uma série de disparidades entre as áreas de conservação, que constituem a TFCA de KAZA, incluindo o seu estado de conservação, nível de desenvolvimento, regime de gestão e na legislação e políticas que os regem. As principais recomendações são que um esforço deve ser feito para harmonizar as políticas e práticas em:

- **gestão dos recursos naturais**, com foco nos corredores de fauna, cursos de água compartilhados e estratégias para a conservação e gestão de espécies de importância económica e ecológica;
- **turismo**, especificamente através do desenvolvimento de vínculos económicos entre os países parceiros, comprometer-se ao turismo responsável e instituir um regime de cobrança de taxas de entrada no parque num único ponto de pagamento; e
- **legislação**, especificamente através do reconhecimento da TFCA na legislação nacional e os documentos sobre políticas relevantes.

Estas recomendações ainda devem ser aceites pelos países parceiros.

Tipo e estado dos acordos

Em 18 de Agosto de 2011 os presidentes das repúblicas de Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe assinaram um **tratado** que formalmente e legalmente estabeleceu a TFCA Kavango Zambezi.

A TFCA de KAZA foi inaugurada oficialmente em 15 de Março de 2012, quando os ministros responsáveis pelo meio ambiente, fauna, recursos naturais, hotelaria e turismo dos cinco países parceiros receberam várias partes interessadas, na cidade de Katima Mulilo, na Namíbia, e inauguraram o tratado TFCA KAZA.

Estruturas de governação

O **Secretariado** foi nomeado para dirigir o desenvolvimento da TFCA de KAZA. A Fundação Peace Parks foi nomeada como **agente de implementação** pelos países parceiros para fornecer a gestão financeira e apoio técnico e co-financiamento para o secretariado de KAZA.

Razões Fundamentais para o estabelecimento

A TFCA de KAZA é a maior área de conservação transfronteiriça do mundo, que abrange cerca de 520 000 km² (tamanho semelhante a França).

A área inclui 36 parques nacionais, reservas de caça, unidades de conservação da comunidade e áreas de gestão de caça. Mais notavelmente, a área contará com a Faixa de Caprivi, Parque Nacional de Chobe, Delta do Okavango (o maior Sítio Ramsar no mundo) e o Victoria Falls (Património da Humanidade e uma das Sete Maravilhas Naturais do Mundo). A TFCA de KAZA promete ser o principal destino turístico da África Austral com a maior população contígua do elefante Africano (cerca de 250 000) no continente. A conservação e o turismo serão o veículo para o desenvolvimento sócio-económico nesta área.

Benefícios obtidos

A TFCA de KAZA está repleta de locais turísticos magníficos e atrações, que vão desde o Delta Okavango no Botswana e Victoria Falls na Zâmbia e no Zimbabwe, os esplendores das florestas inexploradas de Angola e a Faixa de Caprivi da Namíbia. A harmonização de políticas e regulamentos transfronteiriços, bem como o desenvolvimento de infra-estrutura entre esses destinos, permitirá que os turistas dos mercados regionais e internacionais explorem a diversidade cultural e natural da África Austral, como jamais tinha acontecido.

A criação e desenvolvimento desta TFCA vai oferecer oportunidades para as populações locais formarem parcerias significativas com os sectores privado e governamental, levando a conservação a ser uma opção de uso da terra mais viável localmente. Através destas parcerias, a região vai

atender turistas com orçamento limitado e turistas com muitas posses, identificar e desenvolver diversas actividades turísticas, tais como o turismo cultural e patrimonial, e procurar destinos turísticos novos e emocionantes como os Ngonye Falls na Zâmbia.

Ainda é muito cedo para identificar especificamente e quantificar a extensão dos benefícios que poderão ser realizados através desta iniciativa.

Questões fundamentais para consideração

A TFCA de KAZA é lar para cerca de dois milhões de pessoas que não serão obrigadas a fazer o reassentamento fora dos limites da TFCA. Em vez disso, as autoridades da TFCA de KAZA esperam melhorar as condições sócio-económicas das pessoas residentes na TFCA através do encaminhamento de projectos de desenvolvimento, turismo e conservação, em conformidade com os objectivos da TFCA de KAZA. Através do turismo cultural, as autoridades da TFCA visam celebrar e nutrir a rica diversidade cultural dentro da área, permitindo que as comunidades ao longo das fronteiras compartilhem os seus conhecimentos de longa data e as tradições simbólicas entre si e com o mundo em geral.

Plano de viabilidade a longo prazo

Em Junho de 2010 do Ministério Federal Alemão para a Cooperação Económica e Desenvolvimento (BMZ), através do KfW financiou US\$ 27.6 milhões para o desenvolvimento da TFCA de KAZA. Em 8 de Março de 2013, o Secretário de Estado Hans-Jürgen Beerfeltz do Ministério Federal Alemão para a Cooperação e Desenvolvimento Económico entregou um cheque no valor de US\$ 21.3 milhões ao Secretário Executivo Adjunto da

SADC, o Sr. João Caholo e os ministros dos cinco países da parceria na TFCA KAZA, em adição ao valor de US\$ 27.6 milhões de dólares americanos doado anteriormente.

Direcção-Geral da Cooperação Internacional da Holanda apoiou vários projectos no valor de US\$ 690 000.

A Dutch Postcode Lottery e Swedish Postcode Lottery também apoiaram esta TFCA.

Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo

Países envolvidos: Moçambique, África do Sul e Zimbabwe

Foram realizados estudos de viabilidade antes da criação?

O TFP do Grande Limpopo começou com uma reunião entre o Presidente Joaquim Chissano de Moçambique e o presidente do Fundo Mundial para a Natureza (África do Sul) em 1990. Em 1991, o governo de Moçambique usou o Fundo Global para o Meio Ambiente para a realização de estudos de viabilidade em prol da implantação de um projecto piloto de TFCA. O Acordo de Paz de 1992 em Moçambique e as eleições democráticas da África do Sul de 1994 abriram o caminho para os processos políticos de transformar a idéia inicial numa realidade. Os estudos de viabilidade iniciados pelo Banco Mundial culminaram num um projecto piloto que foi lançado com o financiamento do Fundo Global para o Meio Ambiente 'Global Environment Facility' (GEF) em 1996.

Tipo e estado dos acordos

O Ministro Helder Muteia (Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural em Moçambique), o ministro Valli Moosa (Ministro dos Assuntos Ambientais e Turismo na África do Sul), e o ministro Francisco Nhema (Ministro do

Meio Ambiente e Turismo no Zimbabwe) reuniram-se em Skukuza, África do Sul, em 10 de Novembro de 2000 para assinar um acordo trilateral. O acordo Skukuza sinalizou a intenção das três nações em estabelecer e desenvolver um parque transfronteiriço e a área de conservação em redor que, naquela época, era conhecido por Gaza-

Kruger-Gonarezhou TFCA.

Moçambique proclamou o Parque Nacional do Limpopo, em 27 de Novembro de 2001.

Os chefes de Estado dos três países parceiros assinaram um **tratado** em Xai-Xai, em Moçambique, estabelecendo o Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo, em 9 de Dezembro de 2002.

O projecto do acordo de cooperação bilateral entre o ministro Muária de Moçambique e ministro Molewa da África do Sul foi realizado em 14 de Junho de 2013, em Maputo, durante o qual foi assinado um MOU entre os governos sobre a proteção do rinoceronte e do elefante, ou seja, o **plano de operações conjuntas** e o **protocolo transfronteiriço de operações conjuntas**. Isto particularmente no que diz respeito à luta contra o flagelo da caça furtiva de rinocerontes no Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo (GLTP). Crescentes incidências de caça furtiva tornaram-se um grande desafio dentro do GLTP, para ambas as populações de elefantes e rinocerontes.

Um evento bilateral para o lançamento da temporada de turismo foi realizado pelos Ministérios do Turismo de Moçambique e da África do Sul, em Outubro de 2013, o que incluiu um evento ministerial, nas instalações de acesso turístico Giriyondo situadas entre os parques nacionais do Limpopo e Kruger e um programa de televisão ao vivo de Mopani Camp em Kruger. O destaque foi a comemoração dos 10 anos da assinatura do tratado do Grande Limpopo e a introdução de futuros produtos e actividades turísticas conjuntas, tais como as trilhas de aventura na TFCA, passeios de bicicleta e trilhas de 4x4, envolvendo todas as áreas do núcleo do parque.

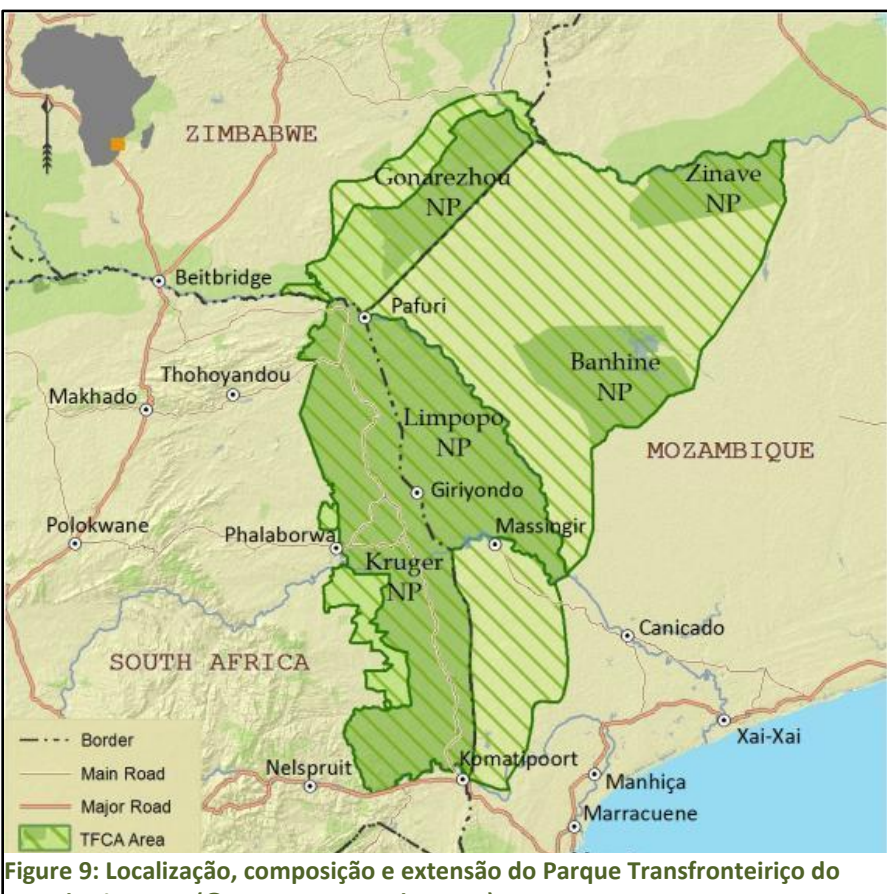


Figure 9: Localização, composição e extensão do Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo (© www.peaceparks.co.za)

Estruturas de governação

Desde a assinatura do Memorando de Entendimento, em 2000, os **grupos de trabalho** estavam operacionais no abrigo de uma **comissão técnica** que, por sua vez, estava operacional ao abrigo da comissão ministerial. Em 2001, uma **unidade de implementação do projecto** foi criada para desenvolver o GLTP. A assinatura do Tratado do Grande Limpopo, em 2002, efectivamente transformou a comissão técnica num **conselho de gestão conjunta** e os grupos de trabalho em **comissões de gestão** que tratam de conservação; proteção e segurança; finanças, recursos humanos, legislação e turismo. Um coordenador internacional foi nomeado pela primeira vez pelos países parceiros no ano 2000 para facilitar o processo e conduzir o desenvolvimento da TFCA, mas não permaneceu no posto permanentemente. O posto foi e é actualmente financiado pela Peace Parks Foundations. Em termos do Contrato de Skukuza, este posto é rotativo de dois em dois anos entre os três países e, após esta fase de transição, será substituído por um secretariado permanente.

O processo de revisão das estruturas de governação está em andamento.

Razões fundamentais para o estabelecimento

O Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo abarca algumas das áreas naturais mais estabelecidas na África Austral numa área de conservação enorme de 37 572km² (± o tamanho da Holanda).

Benefícios obtidos

Em 16 de Agosto de 2006, as Instalações de Acesso para o Turismo (TAF) entre o Limpopo e Kruger National Parks foi inauguradas pelos

presidentes Guebuza de Moçambique, Mbeki da África do Sul e Mugabe do Zimbabwe. Giriyyondo, pela primeira vez, permite aos visitantes o acesso transfronteiriço para o Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo dentro dos perímetros dos dois parques. Quase 5 000 animais foram translocados do Kruger para o Parque Nacional do Limpopo. Isto, combinado com 50 km de cerca que está a ser retirada, tem incentivado mais animais, incluindo mais de 1 000 elefantes e mais de 1 000 búfalos, a cruzar a fronteira pela sua própria vontade. A harmonização e integração de várias políticas para melhorar a gestão cooperativa do Parque Transfronteiriço está em andamento. Processos como padronização da taxa e estruturas de taxa, introdução de um protocolo de operações conjuntas e o desenvolvimento de produtos turísticos transfronteiriços que irão otimizar as oportunidades de desenvolvimento do turismo do GLTP também estão muito avançados.

Em 2013, o trajecto proposto para a Trilha Shingwedzi Cliffs Wilderness foi avaliado e o projecto piloto transfronteiriço da trilha cultural no deserto foi realizado na porção Pafuri-Sengwe do parque. A última trilha de aventura é uma parceria público-privada com a comunidade, beneficiando comunidades na África do Sul e Zimbabwe. Um festival Shangaan também foi realizado em Chiredzi, Zimbabwe, no mês de Julho. Este é agora um evento anual que visa aumentar a colaboração entre as comunidades dos três países parceiros.

Questões Fundamentais para consideração

O Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo constitui o núcleo da segunda fase da área de conservação transfronteiriça (TFCA), medindo quase 100 000km². A maior área de conservação transfronteiriça incluirá os Parques Nacionais de Banhine e Zinave, bem como as áreas de

Massingir e Corumana e regiões de interligação em Moçambique. Várias áreas de conservação privadas e estatais na África do Sul e Zimbábue que fazem fronteira com o Parque Transfronteiriço também devem ser incluídos na TFCA mais amplo.

A elevada percentagem de incidentes de caça furtiva de rinocerontes no Parque Nacional Kruger, na África do Sul, que emanam de Moçambique, é um sério motivo de preocupação e uma barreira potencial para a manutenção de relações harmoniosas entre os dois países. No entanto, a existência do GLTP prevê um aumento das vias de comunicação e colaboração que faltava, na ausência do tratado internacional.

Plano de viabilidade a longo prazo

A Fundação Peace Parks prestou assistência na supervisão do desenvolvimento do Parque Nacional do Limpopo como um projecto aprovado pela SADC financiado pelo Ministério Federal Alemão para Cooperação Económica e Desenvolvimento, através do KfW, Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) e pelo Banco Mundial.

Em 17 de Abril de 2014 Moçambique e África do Sul assinaram um memorando de entendimento no domínio da biodiversidade, conservação e gestão. Uma doação de R24.9 milhões da Dutch e Swedish postcode lotteries, garantida pela Fundação Peace Parks, vai ajudar os esforços contra a caça furtiva em Moçambique.

A Fundação Peace Parks apoiou um exercício conjunto de encoleiramento de búfalo, combinada com o encoleiramento de gado na área, com vista a melhorar o conhecimento e a compreensão da interação

humana/pecuária/vida selvagem no que se refere à transmissão de doenças na área de Pafuri, do Parque Transfronteiriço.

Área de Recursos e Conservação Transfronteiriça do Lubombo

Países envolvidos: Moçambique, África do Sul e Suazilândia

Foram realizados estudos de viabilidade antes da criação?

A área foi identificada como um "Corredor de Desenvolvimento Espacial", mas isto excluiu as considerações de conservação da biodiversidade e, portanto, não pode ser considerado como uma avaliação de viabilidade TFCA. Foram também realizados uma série de estudos relacionados com a Estrutura de Desenvolvimento do Turismo (2005) e o Plano de Implementação do Projecto (2005), mas estes foram após a assinatura dos protocolos e, portanto, não podem ser considerados como contribuição para qualquer avaliação de viabilidade.

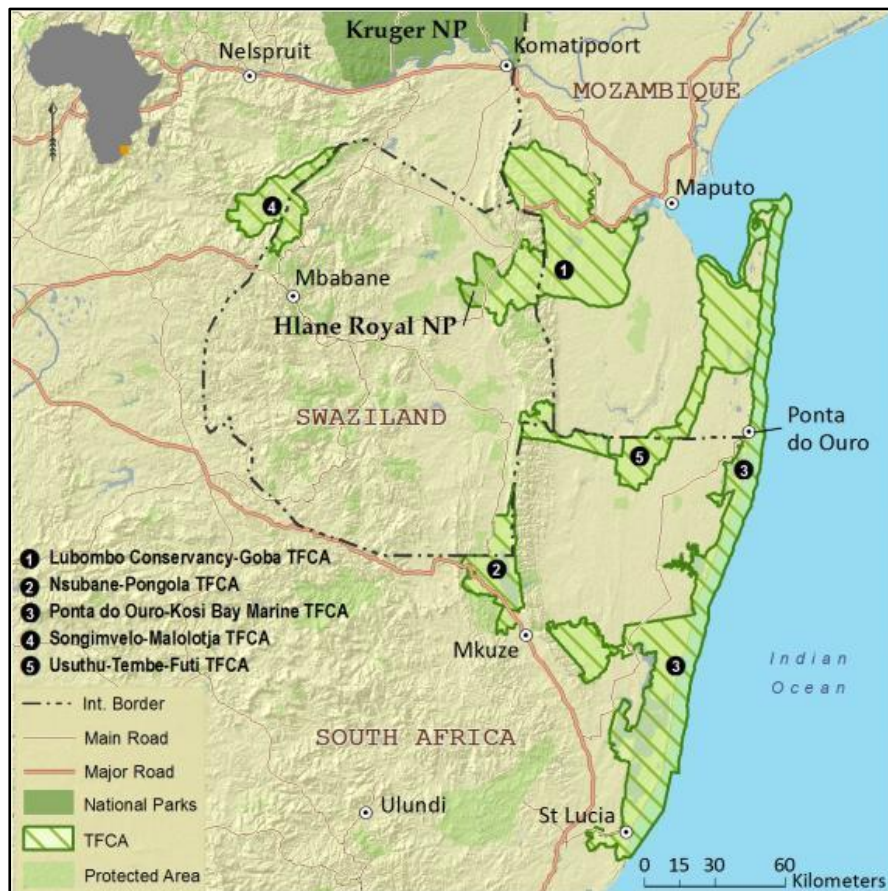


Figure 10: Localização, composição e extensão da Área de Conservação Transfronteiriça do Lubombo (© www.peaceparks.co.za)

Tipo e estado dos acordos

O Protocolo Geral Trilateral da Área de Recursos e Conservação Transfronteiriça do Lubombo foi assinado entre Moçambique, África do Sul e Suazilândia em 22 de Junho de 2000 como um protocolo geral para a região do Lubombo. Juntamente com o Protocolo de Controle de Malária, assinado no dia 14 de Outubro de 1999, foram retirados da Iniciativa de Desenvolvimento Espacial de Lubombo entre os referidos países.

Outros protocolos assinados, ao mesmo tempo da criação de TFCAs de áreas específicas na Região de Lubombo foram os seguintes:

- Protocolo da Área de Conservação Transfronteiriça Costeira e Recursos da Ponta do Ouro-Kosi Bay Marine entre Moçambique e África do Sul;
- Protocolo da Área de Conservação Transfronteiriça e Recursos de Nsubane-Pongola entre Moçambique e África do Sul;
- Protocolo da Área de Conservação Transfronteiriça e Recursos de Ndumo-Tembe-Futi entre Moçambique e África do Sul;
- Protocolo da Área de Conservação Transfronteiriça e Recursos de Lubombo Comissão Florestal de Goba entre Moçambique e Suazilândia.

A Área de Conservação Transfronteiriça e Recursos Songimvelo - Malotja foi adicionada ao conjunto de TFCAs acima por meio de uma decisão ministerial em 2004. A TFCA Ndumo-Tembe-Futi também foi ampliada com a inclusão de Usuthu Gorge do lado da Suazilândia e mais tarde foi chamado de Usuthu -Tembe-Futi.

Estruturas de governação

Os protocolos estabelecidos, entre outros, o mecanismo para estabelecer as estruturas necessárias para a implementação deste projecto, como se segue:

- **Comissão Ministerial Trilateral** composta pelos Ministros relevantes dos três países
- **Comissão Trilateral**, composta por representantes adequados de conservação e especialistas em gestão da área de recursos, especialistas em turismo e desenvolvimento, representantes das autoridades governamentais relevantes económicas, ambientais e do turismo nomeados pelos ministros responsáveis dos três países.
- **Grupo Tarefa** composto por representantes relevantes de conservação e especialistas em gestão da área de recursos, especialistas em turismo e desenvolvimento e representantes de governo relevantes e agências de implementação indicados pelos ministros responsáveis dos três países, em consulta com o representante relevante na Comissão.
- **Grupos de trabalho específicos de cada disciplina** foram formados pelos diferentes grupos de trabalho, para quando for necessário, por exemplo, negócios e turismo sob Usuthu-Tembe-Futi e a Comissão de Gestão para a Reserva Especial de Maputo - Parque de Elefantes de Tembe.

Planos de acção e Desenvolvimento para os cinco projectos da TFCA sob o Protocolo Trilateral Geral, foram redigidos, nomeadamente:

- Plano de Gestão Conjunta da TFCA Nsubane-Pongola;
- Plano de Gestão Conjunta da TFCA Songimvelo-Malolotja;

- Estratégia Operacional Conjunta da Reserva Especial de Maputo-Parque de Elefantes de Tembe; e
- Plano de Gestão Integrada para as TFCAs combinadas de Lubombo Conservancy-Goba e Usuthu-Tembe-Futi.

Em 2013 começou o trabalho de elaboração do **plano de desenvolvimento integrado** para a componente da TFCA Usuthu-Tembe-Futi.

Os fóruns de ligação com a comunidade estão a desempenhar um papel positivo, garantindo uma boa comunicação entre a gestão das reservas e as comunidades.

A unidade de gestão do parque foi nomeada para supervisionar o processo de desenvolvimento, gestão e extensão da Reserva Especial de Maputo. Na sequência de um pedido do governo moçambicano para a assistência com a sua estratégia de desenvolvimento comunitário no distrito de Matutuine, a Fundação Peace Parks nomeou um assessor técnico de desenvolvimento comunitário para implementar a estratégia. Esta estratégia tem como objectivo estimular o desenvolvimento económico sustentável e a repartição de benefícios pelas comunidades que vivem dentro e ao redor da Reserva Especial de Maputo através de um processo consultivo e participativo que também irá desenvolver o turismo baseadas na natureza e a conservação de empresas. Uma **equipe multidisciplinar** foi formada para fazer uma abordagem à caça furtiva e o comércio ilegal de carne. Esta equipa é constituída por membros da gestão de reservas e da polícia, um promotor público do distrito e as pessoas que prestam serviços agrícolas e veterinários. Os esforços combinados obsevaram um aumento significativo na remoção de armadilhas e uma redução na caça furtiva de pequenos animais

selvagens. **A equipa contra a caça furtiva e assistência à comunidade** realizou várias reuniões com as comunidades para explicar-lhes porque razão não devem se envolver em actividades de caça furtiva.

Razões Fundamentais Razões fundamentais para o estabelecimento

O objectivo primordial da TFCA de Lubombo é criar uma estrutura capaz de facilitar, entre outras coisas, o desenvolvimento económico através da optimização adequada das oportunidades proporcionadas por recursos naturais dos países, desenvolvimento ecológica e financeiramente sustentável, e a utilização sustentável da base de recursos naturais através do planeamento e gestão ambiental holístico e integrado.

Globalmente, é uma das áreas mais marcantes da biodiversidade e encontra-se no Maputaland Centre of Endemism. Também inclui cinco lugares de Ramsar: Ndumo Game Reserve, Kosi Bay System, Lake Sibaya, Turtle Beaches e Coral Reefs of Tongaland, e o Lake St Lucia, que com 350km² é o maior estuário na África.

O estabelecimento de Lubombo também irá reunir as últimas populações de elefantes que ocorrem naturalmente de KwaZulu-Natal e sul de Moçambique, que historicamente deslocaram-se livremente através da fronteira ao longo do sistema Futi e várzeas do Rio Maputo.

Benefícios obtidos

Lubombo ostenta a primeira TFCA marinha em África, a TFCA da Ponta do Ouro-Kosi Bay, onde o programa de monitoramento de tartaruga na Reserva Parcial Marinha da Ponta de Ouro, em Moçambique liga-se com o iSimangaliso Wetland Park do outro lado da fronteira da África do Sul. Os membros da comunidade são designados como monitores de

tartaruga, e é providenciada uma formação anual e são realizadas patrulhas diárias durante o período da nidificação e incubação de tartarugas e entre os meses de Outubro e Abril. As tartarugas que chegam à praia para pôr ovos são verificadas, medidas e marcadas nesta costa protegida, que é um paraíso para as tartarugas marinhas leatherback e loggerhead, espécies criticamente em perigo de extinção. Antes da assinatura dos protocolos, o iSimangaliso Wetland Park na TFCA de Ponta do Ouro-Kosi Bay foi proclamada Património Mundial, em Novembro de 1999. O site é o maior sistema estuário em África e inclui a extensão meridional dos recifes de coral no continente. Esforços estão a ser feitos para ampliar o Património Mundial actual para o norte para abranger a secção moçambicana da TFCA, que inclui uma área marinha protegida.

Em 2009, a fronteira leste da Reserva Especial de Maputo foi proclamada como Reserva Marinha Parcial da Ponta do Ouro, que se estende desde a Ponta do Ouro, no sul da Foz do Rio Maputo na Baía de Maputo, no norte incluindo a Ilha de Inhaca e as Ilhas portuguesas. A rica diversidade da vida marinha da reserva inclui tartarugas **loggerhead e leatherback**, que são cuidadosamente monitorados desde 2009. Como parte da primeira TFCA marinha da África, o programa de monitoramento de tartarugas da reserva marinha está ligado aos programa do iSimangaliso Wetland Park.

Em 14 de Junho de 2011, o governo de Moçambique proclamou o Corredor Futi como uma extensão da Reserva Especial de Maputo, ampliando a reserva por 24 000ha. Apenas a cerca da fronteira internacional entre Moçambique e África do Sul separam agora a Reserva Especial de Maputo do Tembe Elephant Park, na África do Sul.

O programa de translocação do governo de Moçambique, um esforço de vários anos de trabalho com animais selvagens, gentilmente doado pelo Governo Sul-Africano através do Ezemvelo KZN Wildlife, e agora em seu terceiro ano de operação, assistiu a primeira introdução de gnus na Reserva Especial de Maputo. Este ano, 88 zebras, 72 Nyalas, 75 impalas, 48 Javalis, 73 gnus azul, 12 girafas e 24 kudus foram translocados. No total, 909 animais foram translocados desde 2010. As translocações são apoiadas por pesquisas e contagens aéreas, que vêm ocorrendo anualmente desde 2011. Os animais translocados estão a responder positivamente ao seu novo habitat e estão a multiplicar-se, especialmente a girafa, a zebra e o gnu azul.

Uma série de projectos interessantes a têm lugar para desenvolver a Reserva Especial de Maputo e a Reserva Parcial Marinha da Ponta do Ouro, ao mesmo tempo que beneficiam as comunidades locais. A Reserva Especial de Maputo também tem facilidades de desenvolvimento da comunidade.

PROGRAMA DE INTERVENÇÃO NDUMO

Após a aprovação do projecto de subsistência agrícola Mbangweni/Bhekabantu pelo Departamento de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural de KwaZulu-Natal, o Ezemvelo KZN Wildlife e a Fundação Peace Parks foram incumbidos de realizar facilitação social e consulta à comunidade em nome do projecto.

Em 2013, o projecto de apoio à agricultura Bhekabantu/Mbangweni foi escalado para a Unidade de Serviços Corporativos do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente de KwaZulu-Natal, uma vez que é

considerado um projecto prioritário para a província de KwaZulu-Natal (KZN). Os membros da cooperativa agrícola foram seleccionados para participar num programa de formação e desenvolvimento de capacidade, um curso que irá equipá-los com as habilidades necessárias para administrar a cooperativa e as suas actividades comerciais. O plano de negócios para a introdução de túneis de culturas comerciais e a produção de culturas de rendimento foi concluído e a sua implementação começará em 2014. Campos de culturas também foram limpos e cercados para o plantio de amendoim em 2014.

Foram perfurados poços, erguidos tanques de água e criados para o gado doméstico. Água para irrigar as lavouras será extraída do rio Pongola por meio de um sistema de bomba. Os tanques de imersão estão agora totalmente operacional e são regularmente inspecionados por oficiais de gestão pecuária, do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente de KZN. Estes agentes trabalham em estreita colaboração com a comunidade local e aconselhá-os sobre o uso de tanques de imersão e na detecção de doenças do gado. No total, 360 famílias, compreendendo cerca de 2 800 pessoas, muitas das quais são trabalhadores migrantes, beneficiam-se com o trabalho de desenvolvimento agrícola.

PROJECTOS DA RESERVA ESPECIAL DE MAPUTO

Em 2012, a Fundação Bell recebeu uma autorização para construir o alojamento da comunidade de Chemucane na Reserva Especial de Maputo e o material de construção já foi adquirido. O edifício do alojamento da comunidade de Chemucane possui 22, camas e está agora em fase de conclusão. Este contará com nove suítes exclusivas para hóspedes, duas unidades familiares e sete unidades com cama de casal, bem como infra-estruturas adicionais para os funcionários. As

comunidades locais forneceram os materiais de construção para o alojamento, o que lhes proporcionou uma boa oportunidade de adquirir rendimentos. A equipe de construção cresceu para 32 pessoas, 26 das quais são membros das três comunidades que compõem a associação comunitária Ahi Zamene Chemucane. Enquanto o alojamento está em construção, cinco dos membros da comunidade, que receberam formação na Escola Superior de Turismo SA, começaram a trabalhar e adquirir habilidades práticas em Hluhluwe River Lodge, na África do Sul. Dez membros da comunidade receberam formação em 2013 e outros oito serão formados em 2014.

No projecto chilli Matchia, seis toneladas de pimentões foram colhidos e vendidos e o dinheiro depositado na conta da comunidade. Durante o ano, a área foi aumentada por 1,5 ha para um total de 4 ha sob irrigação por gotejamento. Os agricultores dividiram a área do projecto em lotes menores e alocaram-nos à membros individuais da comunidade para garantir a apropriação equitativa do projecto. Uma secção da área foi posta de lado para servir de terreno para treino.

Questões fundamentais para consideração

A extraordinária biodiversidade da TFCA, juntamente com a sua magnífica paisagem, torna esta área da África Austral um destino turístico significativo. Isto é complementado por um rico ambiente histórico e cultural com potencial turístico inexplorado. Lugares de interesse incluem as florestas sagradas Hlatikhulu, sepultura do rei Dingaan e Border Cave na África do Sul, as ruínas do antigo posto fronteiriço de Manhoca em Moçambique e a Reserva de Royal Hunting, dentro da Reserva Royal Hlane Game na Suazilândia.

Plano de viabilidade a longo prazo

Os doadores que apoiam esta TFCA são Dutch Postcode Lottery e Swedish Postcode Lottery, bem como o Banco Mundial e a Fundação COMON.

Em 2005, o Banco Mundial doou US\$ 6 milhões a Moçambique para o desenvolvimento da Reserva Especial de Maputo, que inclui actualizações de infra-estrutura e alojamento, bem como a construção da sede e instalações de alojamento. Para complementar isso, foi assinado um acordo de co-financiamento entre Moçambique e a Fundação Peace Parks em 2006, para o desenvolvimento, gestão e ampliação da Reserva Especial de Maputo.

Área de Conservação Transfronteiriça e Desenvolvimento Maloti-Drakensberg

Países envolvidos: Lesotho e África do Sul

Foram realizados estudos de viabilidade antes da criação?

O MDTFCDA passou por duas fases de implementação. A fase inicial obteve financiamento do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF)/Banco Mundial (2002 - 2009, que foi originalmente projectado para terminar em 2007) o qual produziu uma estratégia de conservação e de desenvolvimento de 20 anos e o primeiro de uma série de planos de acção de 5 anos para a área. O plano estratégico de 20 anos também inclui o funcionamento a contínuo das agências de implementação do governo que foram estabelecidas durante a primeira fase do projecto. A segunda fase teve um financiamento do governo em duas fases (2009-

2012). Esta fase proporcionou conhecimento e lições importantes para a terceira fase, que está agora em desenvolvimento.



Figure 11: Localização, composição e extensão da Área de Conservação Transfronteiriça de Maloti Drakensberg (© www.peaceparks.co.za)

Tipo e estado dos acordos

O MDTFCDA foi formalmente reconhecido em 11 de Junho de 2001, com a assinatura de um **memorando de entendimento** entre os governos do Reino do Lesoto e da República da África do Sul, no Parque Nacional Sehlabathebe no Lesoto. O Memorando de Entendimento, pela primeira vez, permitiu a gestão mútua de áreas de conservação da natureza, tais como o Sehlabathebe National Park no Lesoto e o uKhahlamba Drakensberg Park no KwaZulu-Natal, África do Sul. Em 22 de Agosto de 2003 o Projecto de Conservação e desenvolvimento Transfronteiriça do Maloti-Drakensberg foi **lançado** em Mokhotlong, Lesoto pelos Ministros do Meio Ambiente do Lesoto e da África do Sul.

Em Junho de 2006, os Chefes Executivos de Turismo em KwaZulu-Natal, o Departamento de Turismo, Meio Ambiente e Assuntos Económicos de Free State, o Conselho de Turismo de Eastern Cape, a Corporação de Desenvolvimento do Turismo de Lesoto, o Conselho de Conservação da Natureza de KwaZulu-Natal e Parques Nacionais da África do Sul foram signatário de um **memorando de acordo**, o que irá garantir que o património natural e cultural desta área reconhecida internacionalmente permanece intacta e seja utilizada no máximo benefício. O acordo deveria permanecer em vigor até ao final de 2011, cada signatário foi encarregado de funções específicas:

- Turismo de KwaZulu-Natal - posicionar a província como um importante destino turístico nacional e internacional;
- Ezemvelo KZN Wildlife - concentrar-se em tornar-se um líder de renome mundial na conservação da biodiversidade e gestão de áreas protegidas em KZN;
- Eastern Cape ficou marcado como o destino turístico com crescente mais rápido da SA e deve beneficiar-se disso;

- Fee State - desenvolvimento do turismo comunitário integrado, sustentável e responsável na sua província;
- Sociedade de Desenvolvimento Turístico de Lesotho - posicionar o país como um destino privilegiado de turismo de aventura;
- Parques Nacionais da África do Sul - concentrar-se para que os parques sejam o orgulho e a alegria de todos os sul-africanos, e para atrair turistas internacionais.

Em 22 de Junho de 2013 a Comissão do Património Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) consagrou o Parque Nacional Sehlabathebe do Lesotho como uma extensão do Património Mundial Ukhahlamba Drakensberg na África do Sul. O Património Mundial Transfronteiriço é denominado Maloti-Drakensberg Park, um local de valor cultural e natural universal. Este é o primeiro Património Mundial do Lesotho.

Estruturas de governação

A Política geral e direcção para este projecto foi criado por uma **comissão directiva bi-lateral** e gerido por **unidades de coordenação do projecto** dos dois países com base em Maseru e Pietermaritzburg, respectivamente. As principais Instituições Sul Africanas envolvidas no programa são: o Departamento Nacional de Meio Ambiente; Ezemvelo KZN Wildlife, que é designada como a agência de implementação; Parques Nacionais da África do Sul; o Departamento de Desenvolvimento Económico e Turismo de Eastern Cape; o Departamento de Turismo, Meio Ambiente e Assuntos Económicos de Free State; o Departamento de Agricultura e Meio Ambiente de KwaZulu Natal; e a Agência de Recursos do Património Sul-Africano. A **Unidade de Coordenação Nacional** desempenha o papel de coordenação e facilitação crítica.

Razões Fundamentais para o estabelecimento

O Património Mundial Maloti-Drakensberg Park fica na fronteira oriental entre o Lesotho e a África do Sul, incorporando mais de 300 km da cadeias de montanhas Maloti e Drakensberg. Inclui o Parque Nacional Sehlathebe no Lesotho e o uKhahlamba Drakensberg Park na África do Sul. A área tem um cenário espectacular e é um centro importante de endemismo de espécies vegetais de montanha. A região inclui mais de 2 500 espécies de plantas floríferas, cerca de 13% das quais são endêmicas. As montanhas, cujo pico mais alto é o Thaba Ntlenyana com 3 482m, são de uma beleza excepcional e são o lar da maior galeria ao ar livre do mundo, que contém o maior e mais concentrado grupo de pinturas rupestres em África ao sul do Saara. Há cerca de 600 lugares conhecidos que contêm entre 35 a 40 000 imagens individuais, que foram pintadas pelos povos San durante um período de pelo menos 4 000 anos. A área é, além disso, a bacia hidrográfica mais importante para a população do Lesotho e África do Sul. Os sistemas de zonas húmidas encontram-se em grandes altitude e prestam serviços de purificação de água e armazenamento. Dois dos maiores projectos de engenharia civil na África Austral, Tugela-Vaal Scheme e Lesotho Highlands Water Project, levam água das montanhas para a potência económica da África -a megalópole de Johannesburgo e as cidades circunvizinhas.

Benefícios obtidos

O projecto vai preservar a biodiversidade de importância global de toda a região, que inclui o Património Mundial uKhahlamba Drakensberg na África do Sul. Também irá melhorar as condições de vida das comunidades que vivem na região, garantindo que estas se beneficiam do turismo baseado na natureza.

Como parte da fase inicial de implementação do MDTFCDA e em reconhecimento ao facto de que este abrange a bacia hidrográfica mais importante para o povo do Lesotho e África do Sul, foi autorizado um estudo para avaliar a viabilidade da aplicação dos acordos de Pagamento de Serviços Ambientais para apoiar a viabilidade financeira do projecto. Embora se tenha concluído que há uma série de opções que podem ser seguidas, muito trabalho é ainda necessário, a fim de intermediar tais acordos. Este trabalho, no entanto resultou no destaque da importância da área para a prestação de serviços especiais das bacias hidrográficas e o governo Sul-Africano continua a oferecer financiamento para projectos de restauração de ecossistemas, com base no seu potencial de criação de emprego.

Questões Fundamentais para consideração

Os acordos criaram uma plataforma para o desenvolvimento de projectos conjunto que têm benefício mútuo para os povos dos dois países. A adopção da Estratégia TFCA para 2010 e além, incide sobre o posicionamento da área como o principal destino turístico internacional da África Austral. Ao adoptar essa estratégia, houve o reconhecimento de múltiplos desafios que enfrentam os países, como a inacessibilidade das atrações turísticas e falta de recursos adequados para melhorar os recursos turísticos.

A área está sob ameaça cada vez mais grave devido ao uso insustentável do solo a gestão de sistemas, bem como questões relacionados com crimes transfronteiriços, tal como roubo de gado, contrabando de droga, ataques contra os caminhantes, o que exige um esforço mais concertado e coordenado para reverter essas tendências. Em reconhecimento a essas

ameaças, a Estratégia de Segurança Transfronteiriça foi desenvolvida em conjunto pelos órgãos competentes de ambos os países em 2007.

Plano de viabilidade a longo prazo

Os doadores que apoiam esta TFCA são Dutch Postcode Lottery and Swedish Postcode Lottery.

O Banco Mundial, a agência implementadora do Fundo Global para o Meio Ambiente(GEF), financiou um projecto de US\$ 15,24 milhões por um período de cinco anos para facilitar a criação da TFCA, que foi concluída em 2009. A estratégia de saída inclui a continuação do funcionamento das unidades de coordenação do projecto, da comissão da coordenação do projecto e da comissão directiva bilateral, com o financiamento principalmente dos governos de Lesotho e Sul-Africano. A Fundação Peace Parks está a facilitar os processos necessários para a continuação desta conservação transfronteiriça e desenvolvimento da iniciativa e foi cooptada como membro da coordenação do projecto e da comissão directiva bilateral.

O Fundo African Renaissance and International Cooperation apresentou um cheque R40 milhões para a componente Lesotho do Parque Transfronteiriço Maloti-Drakensberg para a conclusão da estrada de Sani Pass num valor total estimado em R336 milhões.

TFCA Iona-Skeleton Coast

Países envolvidos: Angola, Namíbia

Foram realizados estudos de viabilidade antes da criação?

Tamar requested for up to date inputs

Tipo e estado dos acordos

MoU assinado - 01 de Agosto de 2003

Estruturas de governação

Razões fundamentais para o estabelecimento

Benefícios obtidos

Principais questões para consideração

Plano de viabilidade a longo prazo

No noroeste da Namíbia, o Skeleton Coast Park e o Parque Nacional do Iona em Angola juntam-se no rio Kunene. Os governos da Namíbia e Angola concordaram em trabalhar em conjunto para desenvolver um parque transfronteiriço.

Iona, o maior e mais antigo parque nacional de Angola, abrange 15 150 km² e é conhecida pela sua paisagem desértica e montanhas espetaculares. O deserto de Namib estende-se para o norte em Iona e espécies semelhantes às encontradas em Skeleton Coast Park, na Namíbia e nas áreas circunvizinhas são encontradas em Iona. Estes incluem a planta Welwitschia mirabilis e a impala de cara preta. No entanto, Iona tem sofrido com a caça furtiva e a destruição de infra-estrutura; o governo deve restaurar o controle e a ordem no parque.

O aumento da cooperação entre a Namíbia e Angola no desenvolvimento da Costa do Parque Transfronteiriço do Iona-Skeleton poderia levar à criação de uma TFCA muito maior que se estende por três países ao longo da costa da Namíbia. Conhecida como Área de Conservação Transfronteiriça Three Nations Namib Desert (TNND TFCA), o que iria incluir a TFCA de Ai-/Ais-Richtersveld para o sul, os parques propostos Namib-Skeleton Coast National Park (NSNP) na Namíbia e Iona em Angola. O NSNP consistiria no actual Sperrgebiet Nacional Park, o Namib-Naukluft Park, a área de conservação proposta Walvis Bay/Swakopmund, a National West Coast Recreation Area promovida ao estatuto de parque nacional, e o Skeleton Coast Park.

O NSNP seria a oitavo maior área protegida do mundo, e a sexta maior área protegida terrestre e maior parque da África, cobrindo uma área de 10.754.000 hectares, ou 107 540 km². Além disso, uma nova Área Marinha Protegida faz fronteira com o NSNP proposto, e várias reservas de caça privadas e áreas comuns de conservação, que gostariam de acrescentar mais 14 milhões de hectares de terra e mar administrada por alguma forma de conservação.

(<http://www.met.gov.na/Pages/Protectedareas.aspx>).

Área de Conservação Transfronteiriça Greater Mapungubwe

Países envolvidos: Botswana, África do Sul e Zimbabwe

Foram realizados estudos de viabilidade antes da criação?

O conceito de criação de uma área de conservação transfronteiriça em torno da confluência dos rios Limpopo e Shashe remonta a uma iniciativa do general J.C. Smuts, que decretou em 1922 que algumas herdades ao longo das margens do rio Limpopo seriam reservadas para a Reserva Botânica Dongola. O principal objectivo desta reserva era estudar a vegetação e avaliar o potencial agrícola e pastoril da área. Esta ideia foi transformada em Parque Nacional Dongola na década de 1940, quando os resultados do estudo mostraram que a área não era adequada para habitação humana e que poderia ser melhor usada como um santuário de vida selvagem para a recriação da nação. Foi nessa época que a ideia de ligar o santuário com áreas de conservação semelhantes no então protectorado de Bechuanaland e Rodésia do Sul foi realizada pela primeira vez. No entanto, uma reunião de planeamento formal, envolvendo funcionários do governo e partes interessadas dos três países só foi realizada em Setembro de 2000.

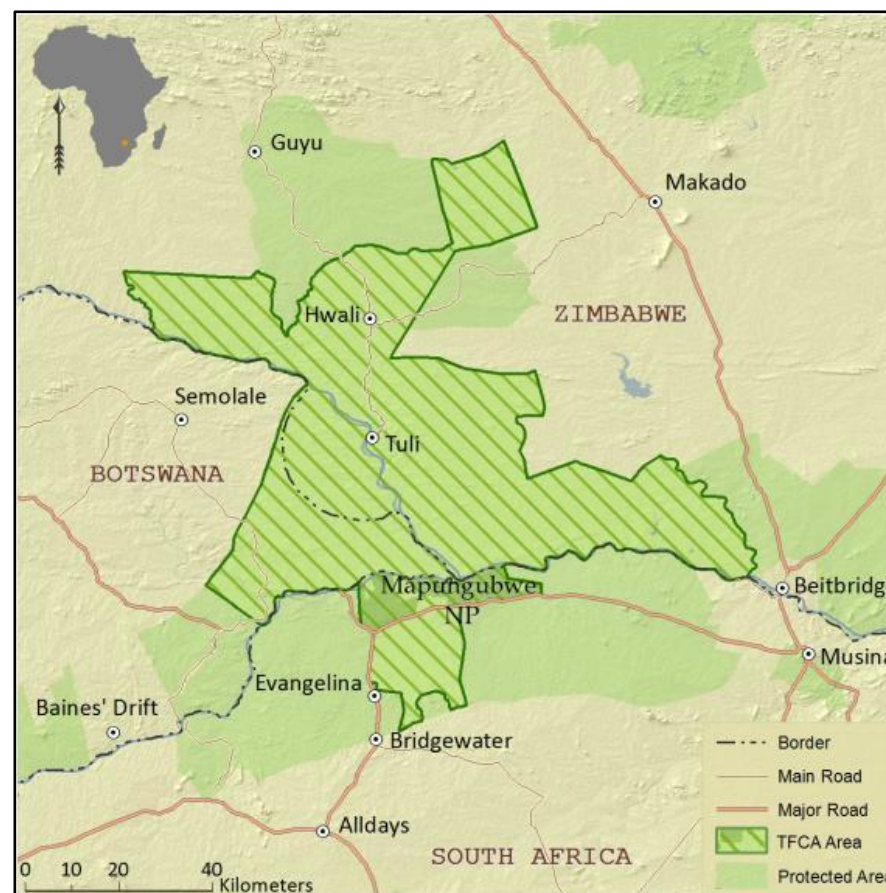


Figure 12: Localização, composição e extensão Área de Conservação Transfronteiriça do Greater Mapungubwe (© www.peaceparks.co.za)

Tipo e estado dos acordos

O Mapungubwe Cultural Landscape foi proclamada Património Mundial, em Julho de 2003 e os 30 000 ha do Mapungubwe National Park foi

inaugurado oficialmente em 24 de Setembro de 2004. Um **memorando de entendimento** (MoU) para a criação da Área de Conservação Transfronteiriça Greater Mapungubwe (originalmente conhecido como Área de Conservação Transfronteiriça Limpopo -Shashe) foi assinado em 22 de Junho de 2006, e foi nomeado um coordenador internacional. Em 19 de Junho de 2009, o nome provisório Limpopo/Shashe foi mudado para TFCA Greater Mapungubwe pelos ministros dos três países parceiros.

Estruturas de governação

Em 2011, a **comissão de gestão de recursos** da TFCA de Greater Mapungubwe foi formada para lidar com os desafios transfronteiriços a nível operacional. Um **plano estratégico** para o desenvolvimento do TFCA foi elaborado para determinar a visão e missão, metas de longo prazo, objectivos e acções. Os gestores da Área gestores agora lidam directamente com os assuntos transfronteiriços ou internacionais, como a segurança das fronteiras e segurança, as preocupações veterinárias e outros assuntos de gestão conjunta.

Em 2013 a comissão de gestão de recursos do Parque Transfronteiriço e seu grupo de rede de pesquisa reuniram-se em várias ocasiões para discutir sobre as actividades de natureza comum. Os países parceiros, entretanto, deliberaram sobre a consolidação das respectivas áreas centrais da TFCA. Também prepararam **planos de gestão** para as principais áreas protegidas e **planos conceptual de desenvolvimento** para iniciativas de conservação de base comunitária na região.

Razões fundamentais para o estabelecimento

Mapungubwe contém alguns dos exemplos mais antigos do mundo dos primórdios da Idade do Ferro, bem como os restos de sociedades complexas que remontam milhares de anos e pinturas rupestres de mais de 10.000 anos de idade. Greater Mapungubwe tornou-se uma TFCA cultural. Os visitantes vêm para a área não só para ver as magníficas formações de arenito, a grande variedade de árvores - principalmente a enorme baobá - e caça e pássaros, mas também para ter uma experiência de parentesco com as gerações passadas. Os recursos culturais da bacia do Limpopo-Shashe são geralmente associados com os assentamentos da Idade do Ferro de cerca de 1200 AD. A semelhança de objectos de marfim, restos de cerâmica e missangas de vidro importado escavados em diferentes locais espalhados pelas modernas fronteiras internacionais do Botswana, África do Sul e Zimbabwe, testemunham a afinidade cultural dos povos que viveram na bacia do Limpopo-Shashe durante a Idade do Ferro.

O Património Mundial Mapungubwe é uma grande atração e foi o lar do famoso rinoceronte de ouro - um símbolo de poder do rei dos povos Mapungubwe que habitavam o vale do rio Limpopo entre 900 dC e 1300 dC. Naquela época Mapungubwe tinha-se desenvolvido para o maior reino no subcontinente. Acredita-se que em Mapungubwe existiu uma civilização altamente sofisticada, que fazia trocas comerciais com a Arábia, Egito, Índia e China. Em 2012 foram feitas descobertas arqueológicas significativas na fazenda Klein Bolayi, a leste do Parque Nacional de Mapungubwe, confirmando que o Mapungubwe Cultural Landscape estende-se para leste ou a jusante ao longo do vale do Limpopo, e confirmando a habitação humana na área há mais de 1 500 anos.

Benefícios obtidos

O rendimento obtido da Excursão anual de Tuli beneficia as crianças do programa Wilderness. Os ministros do Ambiente de Botswana e África do Sul abriram oficialmente o evento, acenando para os participantes na sua trilha transfronteiriça. Com a presença de 320 ciclistas de todo o mundo, o evento oferece aos ciclistas a oportunidade de visitar os três países envolvidos na TFCA, pedalando entre elefantes, leões e outros animais selvagens. O patrocinador titular, o Nedbank, apoiou o evento que angariou fundos para programas que permitem que as crianças de comunidades dentro e adjacentes à TFCA participem de iniciativas de educação ambiental e sensibilização.

Questões fundamentais para consideração

Este património está agora seriamente ameaçado pela perspectiva de mineração pela mineradora brasileira Vale e outras minas futuras. Toda a área está por cima de uma camada de carvão e, se a mineração avança, irá criar precedentes para outras aplicações serem outorgadas; isso significaria o fim da TFCA, da história cultural e da magnífica beleza da área. A Fundação Peace Parks objectou que a actividade industrial começasse na área de Mapungubwe, sem a aprovação de um plano de desenvolvimento regional integrado.

Em Novembro de 2011, uma equipe de especialistas da UNESCO avaliou o impacto que a mina Vale pode ter sobre o famoso Património Mundial Mapungubwe. O local é agora o cenário de um conflito que lançou uma campanha ambiental internacional contra uma empresa de mineração de carvão com sede na Austrália. O Ex-presidente da África do Sul e Prémio Nobel da Paz, Nelson Mandela, foi o primeiro a receber a maior honra da África do Sul, a Ordem de Mapungubwe, que tem o nome do local estimado. Grupos ambientalistas afirmam que a mineração de carvão da

Vale vai prejudicar de forma significativa um lugar primitivo da história Africana e do mundo.

Coal of Africa (coAL) estava a preparar-se para iniciar a mineração de carvão a menos de seis quilómetros de Mapungubwe Cultural Landscape na fronteira norte da África do Sul, quando foi ordenada a cessar as suas operações em Agosto de 2011. Uma central eléctrica movida a carvão também foi planeado, e uma actividade industrial pesada colocaria o futuro do turismo em risco. Sugere-se que a presença a longo prazo do parque seria uma contribuição muito mais significativa para a economia sul-Africana do que uma injeção de capital de curto prazo, com uma vida útil de 29 anos, e os impactos ambientais negativos estendem-se muito além do tempo de vida da mina.

Plano de viabilidade a longo prazo

Os doadores que apoiam esta TFCA são Dutch Postcode Lottery, Swedish Postcode Lottery e Mr Poon Liebenberg. Parques Nacionais da África do Sul (SANParks) com o apoio do Fundo Mundial para a Natureza (WWF), a De Beers Consolidated Mines Ltd, a National Parks Trust e a Fundação Peace Parks, desde 1998, estão envolvido na compra de terras agrícolas para a consolidação da área central de contribuição da África do Sul para o Parque Nacional de Mapungubwe.

Em 19 de Junho de 2009, Limpopo/Shashe foi rebaptizado por TFCA Greater Mapungubwe. No mesmo dia, a Fundação Peace Parks fez a entrega de uma cerca eléctrica no valor de R250 000 às comunidade Maramani do Zimbabwe para ajudar a deter os elefantes desgarrados de destruir culturas no sistema de irrigação Shashe. Este é o primeiro passo para o zoneamento e planeamento da área que vai incentivar a redução

de culturas de sequeiro em áreas sensíveis a dispersão da vida selvagem, um elemento fundamental para o funcionamento da TFCA.

Chimanimani TFCA

Países envolvidos: Moçambique e Zimbabwe

Foram realizados estudos de viabilidade antes da criação?

[Request inputs from Afonso](#) (Solicitar informação ao Afonso)

Tipo e estado dos acordos

Estruturas de governação

Razões fundamentais para estabelecimento

Benefícios obtidos

Questões fundamentais para consideração

Plano de viabilidade a longo prazo

Área de Conservação Transfronteiriça de Malawi-Zâmbia

Países envolvidos: Malawi e Zâmbia

Foram realizados estudos de viabilidade antes da criação?

Na sequência de um estudo realizado pela Fundação Peace Parks, os governos do Malawi e da Zâmbia começaram a explorar a possibilidade de estabelecer uma TFCA nas fronteiras dos seus países em 2003.

Tipo e estado dos acordos

Um memorando de entendimento (MoU) para a criação da TFCA foi assinado em 13 de Agosto de 2004.

Em 2013, o projecto do plano de desenvolvimento integrado para a TFCA foi finalizado. Durante as discussões, foi decidido que North Luangwa National Park seria adicionado à TFCA. A aprovação Ministerial para este acréscimo, já foi obtida e a descrição TFCA em breve será alterada para incluir o North Luangwa National Park.

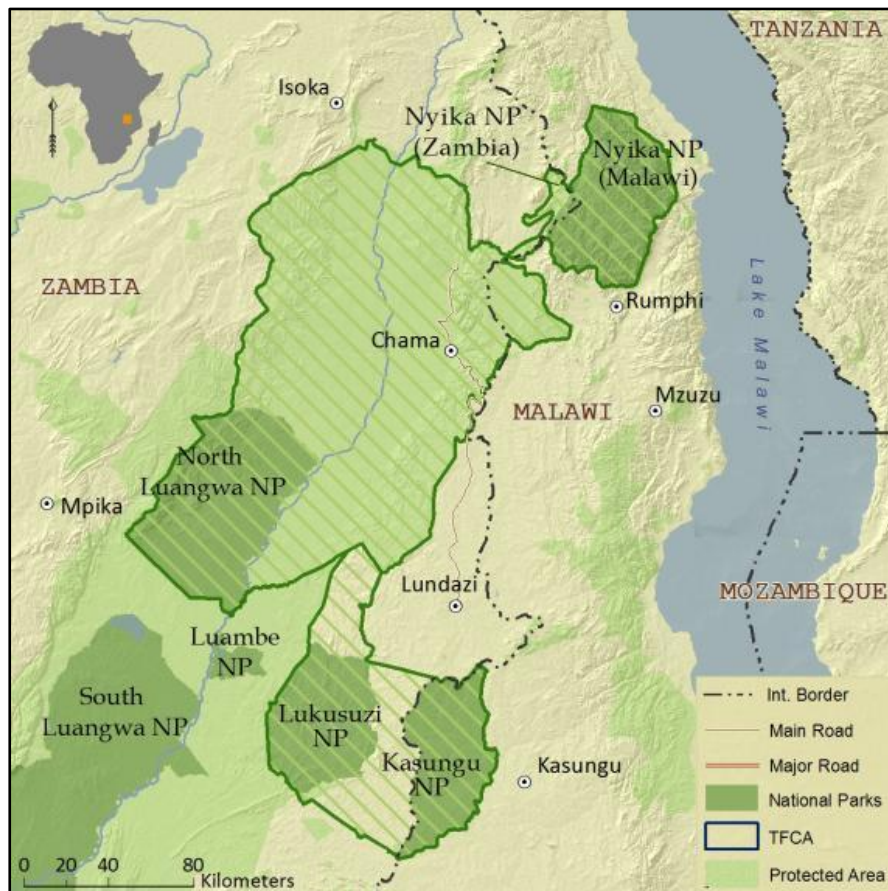


Figure 13: Localização, composição e extensão da Área de Conservação Transfronteiriça do Malawi-Zâmbia (© www.peaceparks.co.za)

Um memorando de entendimento (MoU) foi assinado entre o Nyika-Vwaza Trust e o Departamento de Parques Nacionais e Vida Selvagem do Malawi.

Estruturas de governação

Nas primeiras reuniões bilaterais realizadas em Maio e Agosto de 2003, foi decidido a nomeação de um coordenador internacional para conduzir o processo de desenvolvimento da TFCA. Durante os meses que se seguiram um acordo foi elaborado para o desenvolvimento da TFCA.

O Fundo é exclusivamente dedicado a conservação da preciosa vida selvagem e habitats do Parque Nacional Nyika e o Vwaza Marsh Wildlife Reserve no Malawi. O recrutamento de consultores técnicos foi concluído. Um assessor de gestão financeira, conselheiro de compras e supervisor de obras fazem agora parte da equipe de gestão de projectos. As equipes de gestão de projectos de ambos os países receberam formação em contratação e gestão financeira o que lhes irá permitir lidar com a implementação total do projecto. A formação contínua abrangerá o monitoramento e avaliação, e salvaguardas. O software de contabilidade foi instalado e os funcionários receberam formação na sua utilização.

Razões fundamentais para o estabelecimento

A Área de Conservação Transfronteiriça Malawi-Zâmbia inclui a componente Nyika-North Luangwa, que é centrada num planalto de pastagem de uma alta montanha ondulante com mais de 2000m acima do bushveld e zonas húmidas do Vwaza Marsh. No verão, uma infinidade de flores e orquídeas selvagens irromperam nas terras altas, tornando-se uma visão diferente de qualquer outra vista na maioria dos outros parques de caça. A TFCA Kasungu/Lukusuzi, por outro lado, é uma área de importância para a conservação da biodiversidade na Ecorregião Central do Bosque Zambezi-Miombo.

Recursos patrimoniais culturais importantes e artefactos encontram-se no Planalto de Nyika e no Parque Nacional de Kasungu. Estes incluem locais de habitação antigos com pinturas rupestres, como a Fingira Rock and Wan'gombe Rume. Há também várias minas de minério de ferro, fornos de fundição de ferro e restos de práticas complexas de trabalho tradicionais em ferro.

Benefícios obtidos

A redução da caça furtiva e melhoria na avistamentos de animais permitiu o início de um programa de repovoamento da vida selvagem do Parque Nacional Nyika e na Vwaza Marsh Wildlife Reserve em 2007. Foram conduzidas pesquisas de Vida Selvagem para o Parque Nacional Nyika e Vwaza Marsh Wildlife Reserve. Em comparação com os resultados do inquérito de 2009, utilizando os mesmos métodos, tem havido um aumento geral nas populações animais. Aumentos significativos foram observados para o elefante, hipopótamo, búfalo, antílope Roana, veado-do-cabo, zebra, javali e redunca 'reedbuck'. Também foram realizados levantamentos de espécies de peixes em Vwaza Marsh Wildlife Reserve e um relatório está sendo compilado.

Questões fundamentais para consideração

Uma das primeiras actividades principais a ser lançada no início do trabalho de desenvolvimento da TFCA Malawi-Zâmbia, foi a nomeação para a TFCA de um assessor de aplicação da lei da vida selvagem para coordenar o Departamento de Parques Nacionais e Vida Selvagem do Malawi e programas anti-caça das Autoridade Zambianas de Vida Selvagem ao longo da fronteira internacional para combater de forma mais eficaz a alta incidência de caça ilegal na TFCA. Como resultado, um

projecto conjunto da aplicação da lei operando como uma única unidade ao longo das fronteiras internacionais para combater a caça ilegal foi implantado com sucesso retumbante na TFCA de Nyika. O novo conselho aplicação da lei desde a formação em serviço de vários rangers TFCA.

Plano de viabilidade a longo prazo

Em 21 de Abril de 2011 a Diretoria Executiva do Banco Mundial aprovou um Global Environmental Facility (GEF) Trust Fund no valor de \$4.82 milhões para um projecto que tem como objectivo estabelecer a gestão transfronteiriça mais eficaz da biodiversidade na componente Nyika. Além disso, os compromissos de co-financiamento foram garantidos pela Embaixada da Noruega em Malawi, os governos do Malawi e Zâmbia, e pela Fundação Peace Parks num total de \$11.09 milhões ao longo dos próximos cinco anos.

Área de Conservação Transfronteiriça da Floresta do Maiombe

Países envolvidos: Angola, Congo, República Democrática do Congo e Gabão.

Foram realizados estudos de viabilidade antes da criação?

Uma grande área protegida (Área de Conservação Transfronteiriça) poderá ser designado para abranger a floresta do Maiombe, entre Angola, Congo, República Democrática do Congo e Gabão, com o conceito geral de reserva da biosfera, ou seja, com áreas centrais de proteção integral, e outras áreas com utilização controlada de vários tipos e níveis, incluindo zonas tampão. Um programa de gestão para toda a área pode

ser desenvolvida, por uma comissão científica independente, a ser baseado num estudo abrangente, e em consulta com as comunidades residentes e outros interessados. Em seguida, deverá ser apresentado para aprovação, em concordância, dos três governos.

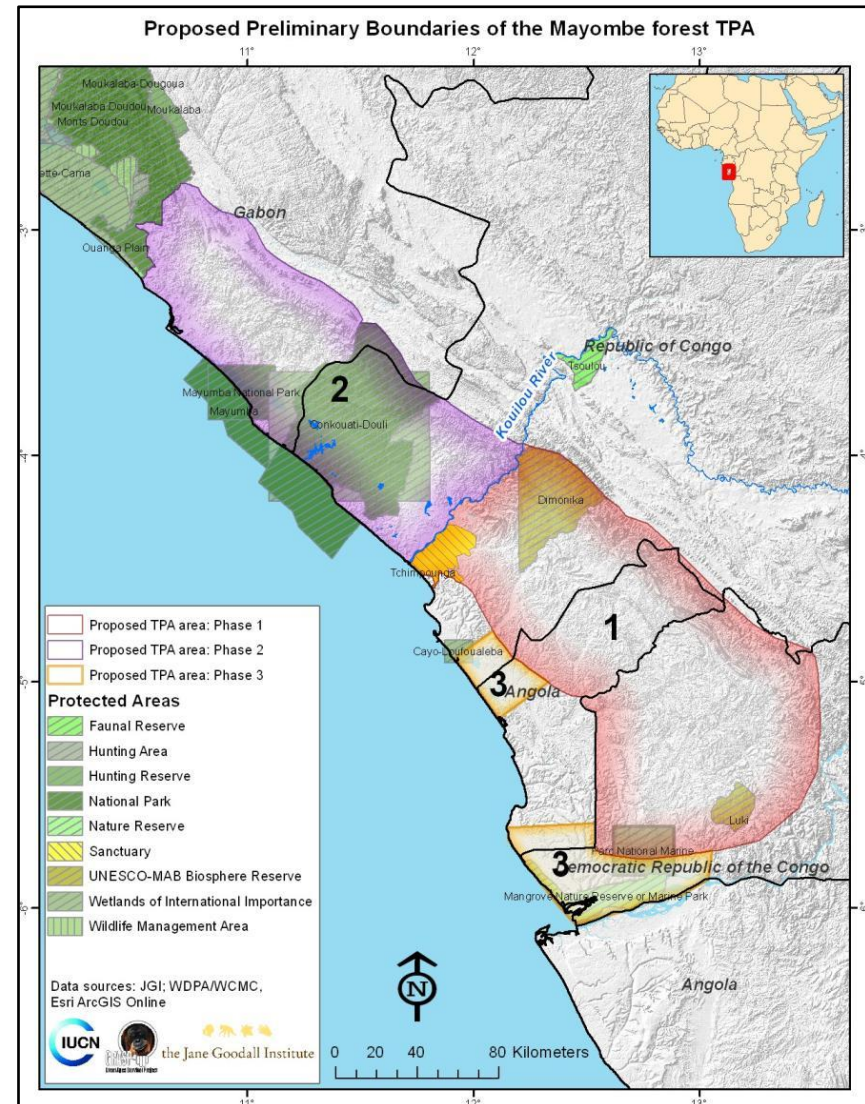


Figura 14: Localização, composição e extensão da Área de Conservação Transfronteiriça de Floresta Maiombe (© Dr. Tamar Ron)

Tipo e estado dos acordos

Um memorando de entendimento foi assinado entre Angola, Congo e República Democrática do Congo em 2009, com o Gabão aderindo à iniciativa em 2013, está a ser negociado um tratado entre os quatro governos.

Estruturas de governação

O quadro institucional para orientar o Plano Estratégico seria baseado no Cabinda MoU, mas seria revisto pelos governos signatários e uma estrutura mais prática e simples seria considerada. A Unidade de Coordenação do Projecto Transfronteiriço seria responsável pela gestão e coordenação da implementação do Plano Estratégico, e seria substituído no final de cinco anos por um Secretariado permanente TPA (Ron et al, 2013).

Razões fundamentais para o estabelecimento

A floresta do Maiombe é a parte sul-ocidental da floresta tropical, na Bacia do Congo, um dos mais ricos "focos importantes" do mundo da diversidade biológica. Várias iniciativas de conservação já existentes, na Bacia do Congo, incluindo iniciativas transfronteiriças, não abrangem a floresta do Maiombe, que é a margem sul da África Ocidental com uma grande variedade de espécies de flora e fauna, incluindo gorilas e chimpanzés.

Benefícios obtidos

Tal iniciativa transfronteiriça pode servir para melhorar a conservação da diversidade biológica neste ecossistema sensível, desenvolvimento da confiança regional, construção da paz e da estabilidade e bem-estar socio-económico sustentável das comunidades residentes.

Questões fundamentais para consideração

Após décadas de instabilidade social e política, que está sujeita, nos três países, à degradação, causada principalmente pelo desmatamento e caça furtiva, incluindo o comércio ilegal de espécies selvagens de fauna e flora e seus produtos, no país e transfronteiriço. Parece que a floresta do Maiombe é mais afectada pela caça furtiva e desmatamento no Congo do que em Cabinda. Tais diferenças podem levar ao aumento da incidência transfronteiriça nas áreas mais protegidas. Esforços de proteção conjunta podem, portanto, ser cruciais.

Plano de viabilidade a longo prazo

Os esforços iniciais do Governo Angolano de conservação em Cabinda e contactos transfronteiriços iniciais para a criação do TFCA durante 2000-2005 foram apoiados por um da Projecto PNUD NORAD. Um projecto financiado pelo governo norueguês através do UNEP e IUCN apoiou as reuniões inter-governamentais e negociações e a elaboração de diversos estudos e do plano estratégico durante 2009-2011. Atualmente, várias ONGs apoiam projectos de nível local dentro da área da TFCA, e há algum apoio da FAO, PNUD, UNEP e outro tipo de apoio para a iniciativa TFCA (Ron, comunicação pessoal).

Área de Conservação Transfronteiriça Liuwa Plains - Mussuma

Países envolvidos: Angola e Zâmbia

Foram realizados estudos de viabilidade antes da criação?

Não houve nenhum estudo de viabilidade realizado no momento da criação desta TFCA. A criação desta TFCA foi baseada no 'O Relatório sobre o Estado das TFCAs na África Austral feito por Antony Hall Martin e Sedia Modise em 2002. Há, porém, um "Documento de Motivação" da Fundação Peace Parks sobre o potencial e viabilidade da TFCA das planícies de Liuwa - Mussuma produzido em 2009.

Os objectivos da criação do TFCA são:

- fomentar a colaboração transnacional e cooperação entre as Partes na implementação de gestão de ecossistemas, através da criação, desenvolvimento e gestão da TFCA das planícies de Liuwa-Mussuma propostas;
- promover alianças na gestão dos recursos naturais biológicos, incentivando parcerias sociais, económicas e outras, entre as Partes, o Sector Privado, Comunidades Locais e Organizações Não-governamentais;
- melhorar a integridade dos ecossistemas e os processos ecológicos naturais pela harmonização dos procedimentos de gestão ambiental entre fronteiras internacionais e fazer esforço para a eliminação das barreiras artificiais que impedem o movimento natural dos animais;
- desenvolver estruturas e estratégias em que as comunidades locais podem participar e beneficiarem-se de forma tangível, da gestão e

do uso sustentável dos recursos naturais que ocorrem dentro da TFCA;

- facilitar a criação e manutenção de uma base económica sub-regional por meio de estruturas de desenvolvimento, estratégias e planos de trabalho; e
- desenvolver o ecoturismo transfronteiriça como um meio para promover o desenvolvimento sócio-económico regional.

Em novembro de 2013, foi realizada a reunião inicial para o plano de desenvolvimento integrado (IDP) para a TFCA das Planícies de Liuwa-Mussuma com as partes interessadas da Zâmbia em Mongu na Zâmbia ocidental, com um excelente apoio, de ambos governos da Zâmbia e do Barotse Royal Establishment. Entre os participantes estavam representantes de diversos níveis do governo da Zâmbia, o Barotse Royal Establishment, Zâmbia Wildlife Authority, WWF Zambia and African Parks. O encontro discutiu o processo de IDP, recolha de dados e gestão, e partilha de informação durante o processo.

Os membros da comunidade e os seus líderes participaram em seguida, numa visita de campo de helicóptero para apreciar a extensão do parque. Durante esta pesquisa aérea do parque, a cobertura vegetal e uso do solo foram verificados para confirmar que os dados e as informações obtidas através das imagens de satélite são precisas e úteis para o planeamento da TFCA. Isto foi seguido por um processo de envolvimento da comunidade com o objectivo de sensibilizar as comunidades afectadas para o estabelecimento potencial da TFCA.

Tipo e estado dos acordos

African Parks (Zâmbia), em 2003, entrou num acordo formal com a Zâmbia Wildlife Authority e a Barotse Royal Establishment para a gestão de Liuwa Plains National Park (Parque Nacional da Planície de Liuwa) por um período de 20 anos.

O governo de Angola proclamou o Parque Nacional Mussuma em preparação para o desenvolvimento da TFCA e para proteger ainda mais a migração da vida selvagem no lado angolano.

Estruturas de governação

As estruturas de governação para a operação desta TFCA são as estabelecidas nos Artigos 10-15 e Apêndice B do Memorando de Entendimento:

- Comissão Ministerial;
- Comissão de Altos Funcionários;
- Comissão de Gestão Conjunta;
- Comissão de Gestores da Área Protegida;
- Comissão Directiva Nacional da TFCA; e
- Unidades Nacionais da TFCA.

Razões fundamentais para o estabelecimento

A TFCA da Planície de Liuwa-Mussuma, medindo 14 464km², protegerá a segunda maior população de gnus em África, bem como uma parte significativa da bacia hidrográfica do Rio Zambeze, o quarto maior sistema de rios de África.

Benefícios obtidos

O benefício mais notável obtido pelo TFCA até agora é o aumento do gnu azul de 15 000 em 2003 para quase 43 000 em 2011.

Principais questões para consideração

Plano de viabilidade a longo prazo

Os doadores que apoiam esta TFCA são Dutch Postcode Lottery, Swedish Postcode Lottery e WWF Netherlands.

Área de Conservação Transfronteiriça Baixo Zambeze – Lagoa de Mana



Figure 14: Localização, composição e extensão da Área de Conservação Transfronteiriça do Baixo Zambeze – Lagoa do Mana (© www.peaceparks.co.za)

Países envolvidos: Zâmbia e Zimbábue

Foram realizados estudos de viabilidade antes da criação?

Tipo e estado dos acordos

A documentação de apoio, trabalhos preparatórios e projecto de memorando de entendimento (MoU) foram finalizados para os governos da Zâmbia e do Zimbábue para formalizar a TFCA.

Estruturas de governação

Razões fundamentais para o estabelecimento

A TFCA do Baixo Zambeze-Lagoa de Mana mede 17 745km² e fica situado no Vale do Zambeze, abaixo da barragem de Kariba, tem sido usada por animais selvagens como uma passagem entre a escarpa e o rio Zambeze, desde a 'aurora' dos tempos. Os dois parques nacionais em frente um do outro formam um grande santuário de vida selvagem em ambos os lados do rio Zambeze. O Mana Pools National Park no Zimbábue é um Património Mundial com base no seu estado selvagem e beleza, assim como a grande variedade de mamíferos de grande porte, mais de 350 espécies de aves e fauna aquática. O nome Mana significa "quatro" no idioma local Shona, e refere-se às quatro grandes lagoas, localizadas no interior do Rio Zambeze. Estas lagoas são o remanescente dos lagos ox-bow que o rio Zambezi tinha esculpido há milhares de anos quando

mudou o seu curso. Hipopótamos, crocodilos e uma grande variedade de aves aquáticas estão associados às lagoas. Long Pool, a maior das quatro lagoas, tem uma grande população de hipopótamos e crocodilos e é o favorito das grandes manadas de elefantes que saem das áreas densamente vegetadas no sul para beber e tomar banho.

Benefícios obtidos

Questões fundamentais para consideração

Plano de viabilidade a longo prazo

Os doadores que apoiam esta TFCA são Dutch Postcode Lottery e Swedish Postcode Lottery.

Projecto de Gestão de Recursos Naturais Transfronteiriços ZIMOZA

Países envolvidos: Moçambique, Zâmbia e Zimbabwe.

A TFCA de Zimbabwe, Moçambique e Zâmbia (Zimoza) é uma iniciativa de gestão conjunta de recursos naturais baseada em princípios comuns entre os três países. O objectivo da iniciativa é promover a viabilidade do ecossistema e desenvolver medidas de conservação da biodiversidade, bem como alcançar um desenvolvimento ecológico e sócio-económico sustentável entre as fronteiras internacionais. A iniciativa Zimoza abarca

os distritos de Zumbo e Magoé em Moçambique, Luangwa, na Zâmbia e Guruve no Zimbabwe.

Foram realizados estudos de viabilidade antes da criação?

Não houve nenhum estudo de viabilidade realizado e a proposta da sua criação é baseada no 'Relatório sobre o Estado das TFCAs da África Austral' realizado por Antony Hall Martin e Sedia Modise em 2002.

Tipo e estado dos acordos

A TFCA ainda está em fase de formulação, apesar de o processo ter iniciado em 2002, O processo de criação desta TFCA foi primeiro encabeçada e facilitada pela IUCN de 2002 a 2003 e mais tarde, a partir de 2008 até a data pela Fundação Africana da Vida Selvagem (AWF) em conjunto com a Zâmbia Wildlife Authority (ZAWA). A proposta de acordo foi finalizada e agendada para assinatura em 2010. O Ministério da Justiça da Zâmbia providenciou comentários jurídicos no projecto do documento. Note-se que ZIMOZA não terá um memorando de entendimento, em vez disso, terá um Acordo. A proposta do Acordo foi aprovada por Moçambique e Zâmbia, enquanto se aguarda a aprovação do Zimbabwe para proceder-se a assinatura.

Estruturas de governação

Para fins de implementação efectiva, coordenação e gestão de programas e projectos na área, as seguintes comissões foram criadas, nomeadamente:

- A Comissão Ministerial ZIMOZA;

- A Comissão Técnica ZIMOZA; e
- A Comissão de Área Local ZIMOZA.

Razões fundamentais para o estabelecimento

Os principais objectivos para o estabelecimento da TFCA são:

- assegurar e garantir a gestão e utilização sustentável do ambiente e dos recursos naturais na Área a longo prazo e manter a viabilidade do ecossistema na Área;
- incentivar a plena realização do potencial económico da área que trará benefícios económicos para as Partes e, especialmente, para as comunidades locais da Área;
- Promover e incentivar a gestão participativa do meio ambiente e dos recursos naturais na área.
- promover a diversidade biológica e cultural, e aumentar as oportunidades para o desenvolvimento sustentável da região e providenciar a restauração de ecossistemas degradados;
- contribuir para a prevenção e resolução de conflitos, a criação de confiança e de segurança e fornecer uma ferramenta para a resolução pacífica de conflitos que afectam as zonas fronteiriças;
- compartilhar e reunir competências, experiências e informações entre as Partes, comunidades locais, organizações comunitárias, ONGs e do sector privado, a fim de promover a conservação do meio ambiente e a utilização sustentável dos recursos naturais na área;
- aumentar o perfil local e internacional da área, aumentando substancialmente o seu potencial como destino turístico;
- desenvolver campanhas promocionais conjuntas que estimulem de fluxo de turistas pelas três vias, aumentando assim o potencial

turístico da área e facilitar a livre circulação de pessoas dentro da área;

- incentivar e promover a cooperação transfronteiriça a nível da comunidade, a fim de melhorar o comércio, o investimento, o desenvolvimento social, cultural e económica da área;
- facilitar o cumprimento das exigências dos acordos, protocolos e convenções regionais e internacionais sobre a conservação do meio ambiente e utilização sustentável de recursos naturais, incluindo o Tratado da SADC e protocolos pertinentes ao seu abrigo;
- harmonizar as políticas, a legislação e as práticas das Partes relativas à gestão e utilização sustentável do ambiente e dos recursos naturais, serviços aduaneiros, o comércio e o investimento, a imigração, turismo e questões relacionadas, necessários para a implementação do presente Acordo; e
- Integrar, na medida do possível, a gestão, conservação, pesquisa, marketing e outros sistemas da Área nos planos nacionais, políticas e programas das Partes, respectivamente.

Benefícios obtidos

Nenhum até ao momento

Principais questões para consideração

Plano de viabilidade a longo prazo

Área de Conservação Transfronteiriça de Kagera

[Request inputs from Alex](#) (Solicitar informação ao Alex)

Corredor de Proteção da Vida Selvagem Selous e Niassa

Países envolvidos: Tanzânia e Moçambique

Foram realizados estudos de viabilidade antes da criação?

O projecto é baseado no trabalho anterior realizado pela GTZ e pelo projecto Global Environment Facility/ PNUD.

Razões fundamentais para o estabelecimento

O ecossistema da floresta Selous - Niassa Miombo como um todo é o maior ecossistema florestal transfronteiriço de floresta natural seca em África cobrindo 150.000 km² e estende-se do sul da Tanzânia para o vizinho Moçambique. A grande variedade de habitats selvagens - florestas, pastagens arborizadas, savanas abertas, inselbergs de granito, zonas húmidas sazonais e permanentes, e rios – faz parte de uma biodiversidade de importância global. As áreas de conservação essenciais para a sua existência são:

- a Reserva de Caça de Selous (47.000 km²) da Tanzânia, Património Mundial da UNESCO
- a Reserva de Caça de Niassa (42.400 km²) de Moçambique



Figure 15: Localização, composição e extensão do Corredor de Proteção da Vida Selvagem de Selous e Niassa.

O corredor de Vida Selvagem Selous - Niassa fornece uma ligação biológica significativa entre as duas reservas e, conseqüentemente, para o ecossistema da floresta Miombo, conservando, assim, uma das maiores populações de elefantes no mundo que contém também cerca de 13% da restante população de cães selvagens do mundo.

O projecto visa iniciar a gestão de conservação e desenvolvimento economicamente sustentável de um dos corredores de vida selvagem

mais significativos e reconhecidos na Região da SADC. As metas são a conservação da biodiversidade no ecossistema do bosque miombo e a melhoria geral das condições de vida das comunidades locais através do uso sustentável dos recursos naturais para combater a pobreza.

Tipo e estado dos acordos

Iniciada em 1999 por oficiais da vida selvagem dedicados à cooperação transfronteiriça da conservação criada organicamente e desenvolvida ao longo dos anos. Em 2007, as Administrações Regionais e os governos locais de Mtwara e Ruvuma da Tanzânia e os Governos Provinciais de Cabo Delgado e Niassa de Moçambique assinaram um Memorando de Entendimento sobre a cooperação transfronteiriça para promover o crescimento económico regional, o desenvolvimento, as tradições de boa vizinhança e de um ambiente tranquilo. Assim, a conservação transfronteiriça foi oficialmente reconhecida e identificada como uma das principais áreas para a cooperação. As actividades no terreno incluem o intercâmbio e apoio mútuo de pesquisa e de informação anti-caça furtiva, patrulhas paralelas e acordos sobre a utilização dos recursos naturais.

Estruturas de governação

Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ) auxiliou a Wildlife Division no estabelecimento inicial de dois WMAs imediatamente ao sul da Reserva de Caça de Selous até 2005. Em cooperação com as autoridades locais e distritais, 17 aldeias registaram duas Áreas de Gestão da Vida Selvagem, a "Mbarang'andu" e "Nalika" WMAs, com uma área total de aproximadamente 4.600 km². Nalika obteve o seu estatuto oficial como uma Associação Autorizada em 2009 e, Mbarang'andu no início de 2010. Os três CBOs, Chingoli, Kisungule e Kimbanda, estão em processo

de criação das suas WMAs na parte sul do corredor com a principal assistência do Banco Alemão de Desenvolvimento (KfW) desde 2008. O apoio e capacitação para estes 5 WMAs está em curso até Novembro de 2011.

Benefícios obtidos

Gestão a longo prazo de conservação do Selous e de duas associações comunitárias Mbarang'andu e Nalika adjacentes ao Selous resultou numa maior concentração de animais selvagens na parte norte do corredor. De acordo com levantamentos aéreos realizados a cada três anos, as populações de animais selvagens são relativamente estáveis. Na parte sul, as populações de animais selvagens estão a recuperar-se, desde que as comunidades estão activamente envolvidas na sua gestão. No entanto, a vida selvagem ainda é tímida e vai precisar de mais alguns anos de protecção para alcançar populações consideráveis no sul.

O corredor está localizado inteiramente no terreno de 29 aldeias nas áreas administrativas de Namtumbo e Tunduru Distritos da Região de Rovuma. A fim de encontrar um equilíbrio entre as necessidades de desenvolvimento da aldeia e a conservação da natureza baseada na gestão comunitária de recursos naturais e, em especial, nas Áreas de gestão da vida selvagem da aldeia são as principais componentes. Num processo participativo de planeamento do uso da terra as comunidades locais designam áreas nas quais conservam e administram a vida selvagem e outros recursos naturais. As receitas revertem para as aldeias. Assim, WMA contribui não só para a conservação, mas é igualmente importante para o desenvolvimento e redução da pobreza nas áreas rurais. O corredor é composto por uma rede contígua de cinco áreas de gestão da vida selvagem administradas por Organizações Comunitárias.

Questões fundamentais para consideração

Plano de viabilidade a longo prazo

A República Federal da Alemanha disponibilizou uma contribuição financeira de 5 milhões de euros para apoiar o desenvolvimento do Corredor de Vida Selvagem Selous-Niassa, a partir de Novembro de 2007. Os recursos são canalizados através do Banco Alemão de Desenvolvimento, KfW.

Área de Conservação Transfronteiriça Marinha Mnazi Bay-Quirimbas

[Request inputs from Alex](#) (Solicitar informação ao Alex)

Área de Conservação Transfronteiriça do Oceano Índico Ocidental

[Request inputs from Alex](#) (Solicitar informação Deepak)

Apêndice E: Ferramenta de diagnóstico para os planeadores de conservação transfronteiriça – questionário de viabilidade, análise de directrizes e modelo de relatório

Fonte: Maja Vasilijević de Erg et al (2012)

Introdução

A Conservação Transfronteiriça (TBC) requer a cooperação entre as fronteiras dos estados e, devido à natureza das fronteiras, o desenvolvimento e a implementação de uma iniciativa transfronteiriça pode ser complexa e muitas vezes difícil. O planeamento cuidadoso da iniciativa antes de qualquer acção pode contribuir significativamente para o sucesso e a eficácia de conservação transfronteiriça, além de reduzir os riscos potenciais. Por isso, uma das acções recomendadas para iniciadores da TBC é primeiro diagnosticar a situação através da determinação da viabilidade da TBC antes do estabelecimento real do processo cooperativo. Este questionário oferece orientação para o diagnóstico da situação. A sua principal característica é ser uma avaliação qualitativa, baseada na análise quantitativa e permite a auto-avaliação.

Objectivo do questionário

Este questionário é uma ferramenta prática que avalia a viabilidade de conservação transfronteiriça. Está concebido para ajudar as autoridades da área de conservação, governos, organizações não-governamentais, comunidades locais e outras partes interessadas na análise da sua disponibilidade para iniciar uma TBC, sem negligenciar a razão (s) para a criação da ¹

Esta ferramenta de diagnóstico foi desenvolvida com o apoio de Antonio Vasilijević, Eco Horizon ONG, no desenvolvimento da metodologia de pontuação, e em consulta com os membros da SG IUCN WCPA TBC e Boris Erg, Director da IUCN SEE. Foi parcialmente adaptado da Avaliação da viabilidade da criação de Área Transfronteiriço Protegida da UNEP - Análise de Oportunidades e Lacunas (publicação sem data disponível dos autores) e baseada na estrutura de diagnóstico do processo de TBC apresentado na Secção 6 destas directrizes.

TBC, assim como as relativas oportunidades e riscos potenciais. Dito isto, as perguntas examinam os seguintes elementos que levam à conclusões sobre a viabilidade da TBC:

- (1) **necessidade** de TBC;
- (2) **disponibilidade** das partes interessadas para iniciar a TBC;
- (3) **oportunidades** que poderiam acelerar o processo e/ou ser geradas pelo TBC, e
- (4) **riscos** que poderiam retardar o processo.

Quem deve preencher o questionário

Recomenda-se que o questionário seja preenchido pelos participantes que pretendem iniciar o processo de TBC, sejam eles autoridades da área protegida, governos locais, ONGs, organizações internacionais ou qualquer outro processo iniciador de TBC. No entanto, o processo de diagnóstico da iniciativa TBC deve ser participativo e incluir consultas com todas as partes interessadas que possam estar envolvidas ou afectadas pelo processo previsto. Quanto mais participativo o processo de diagnóstico, mais provável é chegar a uma conclusão bem fundamentada sobre quando e como proceder sobre a TBC. Assim, sugere-se fortemente que este questionário seja complementado por uma análise das partes interessadas, que devem ser parte integrante do presente instrumento. A Análise das partes interessadas é melhor executada através da organização de uma reunião e fazer a consultoria directamente com as partes interessados.

Como realizar a auto-avaliação

As questões aqui apresentadas são padronizadas e não são adaptadas a uma área particular. Por favor, tente responder a cada pergunta, se for aplicável ao seu caso ou não (se não for aplicável, marque o ponto apropriado, ou seja, 0-Não é aplicável).

As perguntas do questionário são ou:

'CR', 'S', 'G', 'C' (Razão convincente, Stakeholders, Alcance geográfico, Capacidade) – as perguntas que têm um certo número de pontos, e as respostas são utilizados na pontuação geral; ou

'I' (Informativo)-questions que requerem respostas descritivas.

Os símbolos 'CR', 'S', 'G', 'C' ou 'I', são fornecidos na coluna à direita da tabela.

Todas as perguntas marcadas com 'CR', 'S', 'G', 'C' permitem a auto-avaliação fácil e rápida através do cálculo do número de pontos recolhidos após a conclusão de cada secção do questionário, de acordo com as instruções dadas por baixo da tabela. A vantagem desta ferramenta é auxiliar os interessados que desejam analisar a viabilidade de TBC na sua região particular, estes podem de forma rápida e relativamente fácil verificar o estado da situação.

Questões informativas marcados com 'I' permitem a recolha de informação mais abrangente, que iria fornecer mais informações em profundidade se os iniciadores TBC desejarem contratar um facilitador externo ou consultor para avaliar a viabilidade de TBC.

Resultados

Depois de concluir este questionário, a pontuação obtida através da marcação dos pontos em cada pergunta relevante, resulta em conclusões/afirmações apropriadas.

Perguntas 'CR' respondem à razão Convincente para a conservação transfronteiriça

Objectivo: determinar a necessidade de conservação transfronteiriça.

Perguntas "S" respondem às Partes interessadas

Objectivo: Identificar e começar a envolver as partes interessadas, incluindo a identificação da interação entre eles e os seus interesses

Perguntas 'G' respondem à abrangência geográfica, a estabilidade regional e a complexidade

Objectivo: determinar a dimensão e a complexidade da questão e a situação regional que pode ter impacto na cooperação transfronteiriça.

Perguntas 'C' responde à Capacidade

Objectivo: Estimar a disponibilidade das principais partes interessadas, através da avaliação da sua capacidade técnica, recursos e conhecimentos/competências.

A avaliação e interpretação dos resultados é fornecido para cada uma dessas secções na tabela anexa após o questionário. Recomenda-se que estas tabelas sejam concluídas e que seja elaborado um relatório narrativo para delinear as respostas informativas, e aquelas que descrevem necessidades, oportunidades, riscos e disponibilidade de uma forma clara e simples (ver Anexo I).

A orientação abrangente para a avaliação e interpretação dos resultados é providenciado por baixo da tabela.

Website

Esta ferramenta de diagnóstico está disponível em formato electrónico, que também oferece geração automática do relatório. A edição eletrónica está disponível nos seguintes sites: <http://www.tbpa.net> e <http://www.dinarivarc.net>

Abreviaturas

RC	Razões Convincente
S	Stakeholders
G	Alcance Geográfico
C	Capacidade
I	Perguntas Informativas
TBPA	Área Protegida Transfronteiriça
TBC	Conservação Transfronteiriça
N/A	Não aplicável

Preparado por: Instituição/organização	
Data:	

Perguntas para determinar a viabilidade de conservação transfronteiriça		
1	a) Nome da área protegida	I
	b) País	
2	Nome da potencial área protegida transfronteiriça (TBPA), se for conhecida	I
3	a) Posição geográfica da área	I
	b) Por favor, indique o tamanho da área (s) protegida que forma a TBPA potencial no seu país.	
4	Por favor, liste as autoridades responsáveis pela gestão da área protegida.	I
5	a) Esta área protegida está conectada ou é adjacente a outra área protegida ao longo da fronteira internacional? 3-Sim; 2-Previsto no futuro próximo; 1-Não	CR 1
	b) Em caso afirmativo, indique o nome da área protegida e do país vizinho.	I
6	Alguma área conservada pela comunidade faz parte da TBPA planeada?	I
7	Quais são os valores naturais desta área?	I
8	A cooperação transfronteiriça irá ajudar a proteger, restaurar, manter ou fazer o uso sustentável dos habitats e/ou ecossistemas compartilhados? 5-Sim, significativamente; 3-Em certa medida; 1-Não; N/A-Não é aplicável	CR 1
9	Alguma espécie de importância para a conservação desta área protegida tem um território que alcança a fronteira do estado? 3-Sim; 1-Não	CR 1

10	a) A cooperação transfronteiriça ajuda a melhorar o estado de conservação de espécies ameaçadas (de acordo com a Lista Vermelha da IUCN de Espécies Ameaçadas e outros sistemas reconhecidos globais/regionais/nacionais de avaliação espécie)? 5 - Sim, significativamente; 3-Em certa medida; 1-Não; N/A-Não é aplicável	CR 1
	b) Em caso afirmativo, por favor, liste as espécies ameaçadas.	I
11	a) A cooperação transfronteiriça ajuda a melhorar o estado de conservação das espécies de importância de conservação que alcançam a fronteira do estado? 5- Sim, significativamente; 3-Em certa medida; 1-Não; N/A-Não é aplicável	CR 1
	b) Em caso afirmativo, por favor, identifique essas espécies.	I
12	Há restrições à circulação dos animais selvagens que atravessam a fronteira devido a limites artificiais de demarcação ou recursos (por exemplo, estradas, cercas, marcadores de fronteira)? 3-Sim; 2-Parcialmente; 1-Não	CR 1
13	O movimento dos animais selvagem ao longo da fronteira poderia ser melhorado através da cooperação transfronteiriça? 5-Sim; 3 -parcialmente; 1-Não	CR 1
14	Esta área protegidas enfrenta ameaças (por exemplo, ameaças feitas pelo homem, perigos naturais)? Em caso afirmativo, quais?	I
15	A ameaça (s) (incluindo ameaças comuns) seriam mitigadas através da cooperação transfronteiriça? 5 Sim, significativamente; 3-Em certa medida; 1-Não; N/A-Não é aplicável	CR 1
16	A ameaça (s) têm impacto nas dimensões sociais, económicas, institucionais e políticos? 3-Sim, significativamente; 2-Em certa medida; 1-Não	CR 1

17	Existe alguma pressão (política, pública e/ou judicial) para iniciar a cooperação transfronteiriça na região em causa? 3-Sim; 2-Em certa medida; 1-Não	CR 1
18	são as prioridades de gestão e objetivos das áreas protegidas em cada lado da fronteira estado semelhante? 5-Sim, de forma significativa; 3-Em certa medida; 1-Não mesmo; N / A-Não se aplica CR 3,4	CR 3,4
19	a) Por favor, identifique todas as oportunidades potenciais para a cooperação transfronteiriça relacionadas com a gestão de áreas protegidas (ver anexo II; por exemplo, gestão de incêndios, controle de espécies invasoras, monitoramento de espécies, compartilhamento de equipamentos, etc).	I
	b) Em que medida a gestão transfronteiriça das oportunidades detectadas na pergunta 19a) seriam benéficas para a sua área protegida? 5- Extremamente benéfico; 3- Benéfica até certo ponto; 1-Não	CR 1
10	a) A cooperação transfronteiriça ajuda a melhorar o estado de conservação de espécies ameaçadas (de acordo com a Lista Vermelha da IUCN de Espécies Ameaçadas e outros sistemas reconhecidos globais/regionais/nacionais de avaliação espécie)? 5 - Sim, significativamente; 3-Em certa medida; 1-Não; N/A-Não é aplicável	CR 1
	b) Em caso afirmativo, por favor, liste as espécies ameaçadas.	CR 3
11	a) A cooperação transfronteiriça ajuda a melhorar o estado de conservação das espécies de importância de conservação que alcançam a fronteira do estado? 5- Sim, significativamente; 3-Em certa medida; 1-Não; N/A-Não é aplicável	CR 1
	b) Em caso afirmativo, por favor, identifique essas espécies.	I

12	Há restrições à circulação dos animais selvagens que atravessam a fronteira devido a limites artificiais de demarcação ou recursos (por exemplo, estradas, cercas, marcadores de fronteira)? 3-Sim; 2-Parcialmente; 1-Não	CR 1
13	O movimento dos animais selvagem ao longo da fronteira poderia ser melhorado através da cooperação transfronteiriça? 5-Sim; 3 -parcialmente; 1-Não	CR 1
14	Esta área protegidas enfrenta ameaças (por exemplo, ameaças feitas pelo homem, perigos naturais)? Em caso afirmativo, quais?	I
15	A ameaça (s) (incluindo ameaças comuns) seriam mitigadas através da cooperação transfronteiriça? 5 Sim, significativamente; 3-Em certa medida; 1-Não; N/A-Não é aplicável	CR 1
16	A ameaça (s) têm impacto nas dimensões sociais, económicas, institucionais e políticos? 3-Sim, significativamente; 2-Em certa medida; 1-Não	CR 1
17	Existe alguma pressão (política, pública e/ou judicial) para iniciar a cooperação transfronteiriça na região em causa? 3-Sim; 2-Em certa medida; 1-Não	CR 1
18	são as prioridades de gestão e objetivos das áreas protegidas em cada lado da fronteira estado semelhante? 5 Sim, de forma significativa; 3-Em certa medida; 1-Não mesmo; N / A-Não se aplica CR 3,4	CR 3,4
19	a) Por favor, identifique todas as oportunidades potenciais para a cooperação transfronteiriça relacionadas com a gestão de áreas protegidas (ver anexo II; por exemplo, gestão de incêndios, controle de espécies invasoras, monitoramento de espécies, compartilhamento de equipamentos, etc).	I

	b) Em que medida a gestão transfronteiriça das oportunidades detectadas na pergunta 19a) seriam benéficas para a sua área protegida? 5- Extremamente benéfico; 3- Benéfica até certo ponto; 1-Não	CR 1
20	Em que medida a gestão transfronteiriça das oportunidades listadas na pergunta 19 seriam benéficas para as comunidades locais? 5- Extremamente benéficas; 3 - Benéfica até certo ponto; 1-Não	CR 1
21	a) A região partilha algum fenómeno distintivo natural/paisagem que poderia ser reconhecido como uma característica comum da TBPA proposta? 5-Sim; 1-Não	CR 3
	b) Se sim, qual (is)?	I
22	Os valores culturais da região em causa enfrentar quaisquer ameaças? Em caso afirmativo, quais?	I
23	A abordagem de ameaça (s) aos valores culturais beneficia da cooperação transfronteiriça? 5 Sim, significativamente; 3-Em certa medida; 1-Não; N/A-Não é aplicável	CR 1
24	a) Existem problemas sociais (por exemplo, disputas de acesso aos recursos) na região em causa, que poderiam dificultar o desenvolvimento da cooperação transfronteiriça? 1-Sim, significativos; 3-Sim, alguns; 5 Nenhum	CR 4
	b) Em caso afirmativo, qual (is)?	I
25	Existem problemas potenciais de conflito entre as populações locais ao longo da fronteira a ser resolvido ou atenuado no decurso do desenvolvimento da cooperação transfronteiriça? 5-Yes, significativos; 3-Sim, alguns; Nenhum 1-CR3	CR 3

26	Em que medida as diferentes formas de propriedade da terra e/ou direitos de gestão da terra na parte nacional da TBPA proposta e da sua zona tampão causam dificuldades na criação da TBPA? 1-Significativamente; 3-Em certa medida; 5-Não	CR 4
27	Quais são as relações entre as comunidades locais dos países em causa? 5-Amistosas; 3-Neutras; 1-conflituosas; 0-Não há relações	CR 3,4
28	Quais são as relações entre os governos locais nos países em causa? 5-Amistosas; 3-Neutras; 1-conflituosas; 0-Não há relações	CR 3,4
29	Eventos culturais ou sociais regionais poderia reunir as partes interessadas de diferentes partes nacionais da TBPA proposta, podem ser usados para fortalecer as relações sociais entre as comunidades locais dos países em causa? 5-Sim; 3-Em certa medida; 1-No	CR 3
30	a) A região partilha de alguns elementos do património cultural que podem ser úteis para a construção da identidade regional comum? 5-Sim; 1-Não	CR 3
	b) Em caso afirmativo, qual (is)?	I
31	Existem disparidades em situação de emprego e bem-estar da população local na TBPA proposta no seu país, em comparação com o país vizinho? 1-Disparidade significativa; 3-Há disparidade até certo ponto; 5-Não há disparidade	CR 4
32	Quais são os principais sectores da economia local, que são de importância primordial para a subsistência e/ou atendem às exigências económicas dos habitantes locais?	CR I
33	As práticas tradicionais de uso dos recursos naturais são de importância preponderante para a subsistência e/ou atendem às exigências económicas dos habitantes locais?	I
34	Existem possibilidades de desenvolvimento, intercâmbio e promoção de produtos tradicionais da região? 5-Sim; 3-Em certa medida; 1-Não	Cr 3

35	Acha que existem possibilidades de cooperação mútua em marketing e promoção conjunta da região? 5-Sim; 3-Em certa medida; 1-Não	CR 3
36	Existem possibilidades de estabelecer uma infra-estrutura turística comum (por exemplo centro de informações, rota turística comum) através da fronteira do Estado? 5-Sim; 3-Em certa medida; Nenhuma	CR 3
37	Existem grandes questões políticas que possam reter o processo de estabelecimento de cooperação transfronteiriça? 1-Sim; 3-Em certa medida; 5 Nenhuma	CR 4
38	Como você descreveria as relações políticas existentes entre os países em causa? 5-Amistosas; 3-Neutras; 1-conflituosas; 0-Não há relações	CR 3,4
39	Uma iniciativa transfronteiriça na sua região poderia melhorar as relações políticas entre os países em causa? 5-Sim; 3-Em certa medida; 1-Não/Não se aplica	CR 3
40	Se houver tensões políticas ou conflitos entre os países, uma TBPA potencial poderia agir como elemento de reconciliação? 5 Sim, significativamente; 3-Em certa medida; N/A-Não é aplicável/Não	CR 1,3
41	Como são as relações informais entre gestores de áreas protegidas? 5-Amistosas; 3-Neutras; 1-conflituosas; 0-Não há relações	CR 3,4
42	Por favor, avalie as semelhanças e disparidades entre a legislação nacional de conservação da natureza no seu país e do país/países vizinhos envolvidos no TBPA planeado. 5-Idêntico/Muito semelhante; 3-Semelhante até certo ponto; 1-Completamente diferente	CR 3,4

43	Algum acordo oficial e/ou tratados (por exemplo, convenções, tratados bilaterais, memorandos de entendimento) foram assinados entre os governos (central, regional, local) dos países em causa prevendo a cooperação transfronteiriça? 5-Sim; 3-Em certa medida; 1-Nenhum	CR 3
44	Existe algum acordo sobre determinados aspectos da gestão da área protegida entre as autoridades de conservação da natureza? 5-Sim; 1-No	CR 3
45	A cooperação transfronteiriça iria ajudar a reduzir a extensão de actividades ilegais através da fronteira do Estado (por exemplo, a caça furtiva transfronteiriça, movimento de imigrantes ilegais, o comércio ilegal), se tal ocorrer? 5 Sim, significativamente; 3-Em certa medida; 1-Não; N/A-Não é aplicável	CR 1,3
46	Liste os principais grupos de interesse (ou seja, participantes principais/fundamentais) que podem querer se envolver na iniciativa transfronteiriça ou que podem ser afectados pela iniciativa.	I
47	Existe alguma organização internacional envolvida ou prevista para ser envolvida na iniciativa transfronteiriça, e qual é o seu papel?	I
48	Identifique as principais funções dos participantes na iniciativa transfronteiriça.	I
49	Identifique os participantes que têm poder de decisão.	I
50	a) Algum interveniente para além da autoridade de gestão da área protegida participam da área protegida e/ou gestão de recursos? 5-Sim; 1-Nenhum	S 3
	b) Em caso afirmativo, indique quais os participantes.	I
51	Por favor, avaliar os interesses das principais partes interessadas identificadas na pergunta 46. 5-Semelhantes; 3 Diferentes mas compatíveis; 1-Conflituosos	S 3,4
52	a) Alguns interesses das partes interessadas no potencial de iniciativa transfronteiriça ultrapassam os limites do estado? 5-Sim, muitos; 3-Apenas alguns; 1-Nenhum	S 3
	b) Em caso afirmativo, por favor, identifique esses interesses fundamentais.	I

53	a) Poderia qualquer das partes interessadas debilitar o processo transfronteiriço ou resultado? 1-Sim; 3-Potencialmente; 5-Não	S 4
	b) Em caso afirmativo, indique quem.	I
54	Você apoia o desenvolvimento da iniciativa transfronteiriça? 5 Sim, significativamente; 3-Em certa medida; 1-Não	S 4
55	Os principais participantes beneficiariam da cooperação transfronteiriça? 5-Sim, a maioria; 3-Apenas alguns; 1-Nenhum	S 3,4
56	Algum grupo seria prejudicado pela cooperação transfronteiriça? 1-Sim; 5 Nenhum	S 4
57	Alguma das principais partes interessadas já esteve envolvida em alguma forma de cooperação com as partes interessadas do outro lado da fronteira? 5-Sim, com sucesso; 3-Sim, mas com dificuldade; 1-Não	S 3
58	a) Existem benefícios potenciais para as comunidades locais aumentarem o seu apoio à criação de uma TBPA? 5-Sim; 1-Não	S 3
	b) Por favor, indique-os.	I
59	Qual as jurisdições administrativas previstas para estarem envolvidas na iniciativa transfronteiriça?	I
60	As jurisdições administrativas envolvidas na TBPA poderiam dificultar a iniciativa transfronteiriça? 1-Sim, significativamente; 3-Em certa medida; 5-Não	G 4
61	Existem assentamentos situados no território ou adjacentes à TBPA proposta?	I
62	Existem reclamações não resolvidas acerca de terrenos ou corpos de água em ambos os lados da actual fronteira do Estado? 1-Sim; 5-Não	G 4

63	A cooperação transfronteiriça permitiria uma circulação mais livre da população local ao longo da fronteira do Estado? 5 Sim, significativamente; 3-Em certa medida; 1-Nem um pouco	G 3
64	Em que medida está desenvolvida a rede de infra-estrutura de transporte entre as áreas protegidas na TBPA proposta, incluindo a travessia da fronteira? 5-Bem desenvolvida; 3-pouco desenvolvida; 1-Não muito desenvolvidos/Inexistente	G 3,4
65	Existe um regime de vistos, que regula a circulação de pessoas? 1-Sim; 5-Não	G ,4
66	A cooperação transfronteiriça pode ajuda na reunificação das comunidades e/ou famílias em toda a fronteira do estado? 5-Sim; 1-Não; N/A Não é aplicável	G 3
67	Houve recentemente um conflito militar ou étnico ou tensão entre os países em causa que poderia afectar negativamente a cooperação futura? 1-Sim; 5-Não; N/A - Não é aplicável	G 4
68	Em que medida a cooperação transfronteiriça irá mitigar possíveis danos ou impactos negativos de anteriores conflitos militares e/ou étnicos com a natureza e/ou com a população local? 5-Significativamente; 3-Em certa medida; 1-Não; N/A - Não é aplicável	G 3
69	TEem recursos financeiros disponíveis para as actividades transfronteiriças relacionadas? 5-Sim, suficientes; 3-Limitados, mas suficientes para começar; 1-Nenhum	C 2,3,4

70	Têm pessoas disponíveis para a coordenação das actividades transfronteiriças relacionadas? 5-Sim, a maior parte deles; 3-Alguns, mas o suficiente para começar; 1-Nenhuma	C 2,3,4
71	As pessoas disponíveis para a coordenação das actividades transfronteiriças relacionadas têm o conhecimento e habilidades relevantes (isto é, capacidade)? 5-Sim, suficiente; 3-Limitado, mas suficiente para começar; 1- o capacitação é extremamente necessária	C 2,3,4
72	Existem pessoas com visão e capacidade de tornar a iniciativa atraente? 5-Sim; 1-Não	C 2,3,4
73	a) Têm recursos (por exemplo, telefone, acesso à internet, salas de reuniões) para manter a comunicação regular e eficaz com os parceiros da TBPA proposta? 5-Sim, a maior parte deles; 3-Alguns, mas o suficiente para começar; 1-Nenhum	C 2,3,4
	b) Por favor, liste os recursos que têm disponível.	I
74	Estão dispostos a compartilhar os recursos potenciais com os vossos parceiros? 5-Sim; 1-Não	C 3,4
75	a) As capacidades operacionais e/ou técnicas podem ser melhoradas através da assistência mútua? 5-Sim; 3-Em certa medida; 1-Não	C 3
	b) Por favor, liste as capacidades que poderão oferecer aos vossos parceiros do país vizinho (1), assim como para aqueles que se beneficiariam com a cooperação mútua (2).	I

76	a) Existe necessidade de assistência em recursos financeiros e/ou equipamentos e /ou desenvolvimento de conhecimento de fontes externas? 5-Não há necessidade; 3 Alguns precisam; 1-Sim, necessidade significativa	C 2,3,4
	b) Por favor, liste os recursos necessários.	I
77	Existe uma contribuição financeira para as actividades de cooperação transfronteiriça disponível proveniente do orçamento do Estado? 5-Sim; 3-Potencialmente; 1-Não	C 3,4
78	O apoio financeiro será acessível a partir dos orçamentos municipal/comunidade local ou do sector empresarial privado? 5-Sim; 3-Potencialmente; 1-No	C 3
79	Os parceiros em toda a fronteira do estado compreendem a língua (s) do outro ou podem comunicar-se efectivamente numa língua comum? 5-Sim, totalmente; 3-Sim, muito bem; 1-Não	C 2,3,4
80	Em que medida são diferentes as capacidades institucionais, técnicas e operacionais entre os parceiros de cada lado da fronteira do Estado? 1-Significativamente diferentes; 3-um tanto diferentes; 5-Não são diferentes	C 3,4
81	Existem algumas fontes de informação (por exemplo, inventários de biodiversidade, mapas, bases de dados) disponíveis para o planeamento da TBPA proposta? 5-Sim, a maior parte deles; 3-O suficiente para começar a planear a TBPA; 1-Nenhum	C 2,3,4
82	Até que ponto a informação disponível, da pergunta 81, é compatível nos países envolvidos? 1-Significativamente diferentes; 3 Diferentes, Até certo ponto; 5-Não são diferentes	C 3,4

83	Existem disposições legais para a troca de dados entre parceiros (por exemplo, autoridades de conservação da natureza, as administrações de áreas protegidas, autoridades locais, instituições científicas) de cada lado da fronteira do Estado? 5-Sim; 3-Em certa medida; 1-Nenhuma	C 3,4
84	Até que ponto o conhecimento sobre a biodiversidade e os recursos naturais da TBPA proposta são diferente em cada país? 1-Significativamente diferente; 3 diferente, até certo ponto; 5-Não é diferente	C 3,4
85	Até que ponto as metodologias de recolha e gestão de dados diferem nos países envolvidos? 1-Significativamente diferentes; 3 Diferentes, até certo ponto; 5-Não são diferentes	C 3,4
86	Poderia quaisquer iniciativas comuns que visam melhorar o estado do conhecimento sobre a biodiversidade e os recursos naturais da TBPA proposta ser realizada em conjunto no âmbito da cooperação transfronteiriça? 5-Sim; 1-Não	C 3
87	Iriam beneficiar-se da cooperação científica do outro lado da fronteira? 5 Sim, significativamente; 3-Em certa medida; 1-Não	C 3
88	Algumas actividades de pesquisa transfronteiriça comum foram implementadas? 5-Sim, implementadas com sucesso; 3-Sim, mas implementadas com dificuldade; 1-Nenhuma	C 3

89	Algum potenciais parceiros têm experiência anterior na gestão de projectos financiados com recursos externos? 5-Sim; 1-Não	C 2,3
90	Quem poderia ajudar a aumentar as capacidades em matéria de cooperação transfronteira?	I
91	Quem poderia auxiliar na identificação de fontes de recursos e assistência para as actividades transfronteiriças? 5-Sim, totalmente; 3-Sim, muito bem; 1-Não	I

Avaliação e interpretação dos resultados

Cada pergunta do questionário marcada com 'CR', 'S', 'G', 'C' na coluna à direita da tabela traz uma série de pontos. Os pontos estão indicados nas respostas que você der (por exemplo, se você circulou 5-Sim, você obteve 5 pontos, se você circulou 3-De certa forma, você obteve 3 pontos, etc).

Cada pergunta marcada com 'CR', 'S', 'G', 'C' na coluna à direita também é marcada com números de 1 a 4. Esses números denotam uma categoria de avaliação específica (e não devem ser confundidos com o número de pontos):

- 1 - **A necessidade** de TBC;
- 2 - **Disponibilidade** das partes interessadas para iniciar a TBC;
- 3 - **Oportunidades** que podem acelerar o processo e/ou ser gerados pela TBC;e
- 4 - **Riscos** que podem atrasar o processo.

Algumas perguntas contêm mais do que uma categoria de avaliação, por exemplo, 3 e 4, ou 2, 3 e 4, etc. Ao calcular os pontos, não certifique-se em calcular os pontos das perguntas que estão na mesma categoria de avaliação; por exemplo os pontos para as perguntas 'CR2' ou pontos para as perguntas 'S2', etc. Isso permitirá chegar às conclusões para cada categoria de avaliação que é aplicável a cada uma das quatro partes do questionário:

'CR' - Razão convincente para a conservação transfronteiriça

'S' - Stakeholders

'G' - Alcance geográfico, estabilidade regional e complexidade

'C' - Capacidade

'CR' avalia a necessidade de TBC e fornece as áreas de oportunidades e riscos. 'S' avalia as oportunidades e os riscos relacionados com a participação das partes interessadas no TBC. 'G' avalia as oportunidades e os riscos relacionados com a geografia e a estabilidade regional. 'C' avalia a disponibilidade das partes interessadas em participar em processo de TBC com base na sua capacidade, bem como as oportunidades e os riscos relacionados com a capacidade.

Algumas perguntas contêm a) perguntas que são pontuadas, e b) perguntas que são informativas ("I"). Nesses casos, use as respostas das perguntas 'I' no seu relatório final.

A avaliação e interpretação dos resultados em cada parte é fornecida na secção seguinte.

PERGUNTAS 'CR': Razão convincente para a conservação transfronteiriça

A NECESSIDADE DE TBC ('CR1')

Instruções e resultados		
Soma todos os pontos das perguntas marcadas 'CR1' = Resultado 1: _____		
Conta o número de perguntas marcadas 'CR1' que NÃO são avaliadas com 0 (zero) = Resultado 2: _____		
Divide o Resultado pelo resultado 2 = Total (necessidade global de TBC): _____		
Você tem pelo menos uma pergunta 'CR1' avaliada com 5 pontos? Sim/Não		
No.	Total de (necessidade global de TBC)	Declarações de 'Necessidade de TBC'
1	necessidade: 1.0-1.99, e sem nenhuma pergunta "CR1 'avaliada '5'	A idéia de TBC deve ser reconsiderada. Há falta de razões convincentes nas seguintes áreas: _____ <i>(lista a área da pergunta (s) "CR1" avaliada com 1 ponto)</i>
2	necessidade: 1.0-3.0, com pelo menos uma pergunta 'CR1' avaliada '5'	Há uma necessidade de TBC, especialmente na área (s): _____ <i>(lista a área da pergunta (s) "CR1" avaliada com 5 pontos)</i>
3	necessidade: superior a 3.0	Há uma grande necessidade de TBC nas seguinte (s)áreas: _____ <i>(lista a área da pergunta(s) "CR1" avaliada com 5 pontos)</i>
OPORTUNIDADE ('CR3')		
Instruções e resultados		
Faça uma lista das perguntas dos CR3 'avaliados com 5 pontos: _____		

Declarações de "oportunidade"
Há várias oportunidades, nomeadamente: _____
<i>(lista as áreas da pergunta "CR3" avaliadas com 5 pontos)</i>
RISCO ('CR4')
Instruções e resultados
Lista as perguntas 'CR4' avaliadas com 1 ponto: _____
Declarações de "Risco"
Há vários riscos, nomeadamente: _____
<i>(listar as áreas da pergunta "CR4" avaliadas com 1 ponto)</i>

PERGUNTAS 'S' : Partes Interessadas
OPORTUNIDADE ('S3')
Instruções e resultados
Lista perguntas 'S3' avaliadas com 5 pontos: _____
Declarações de "Oportunidade"
Há várias oportunidades, nomeadamente:

<i>(listar as áreas da pergunta "S3" avaliadas com 5 pontos)</i>
RISCO ('S4')
Instruções e resultados
Lista as perguntas 'S4' avaliadas com 1 ponto: _____
Declarações de "Risco"
Há vários riscos, nomeadamente: _____
<i>(listar as áreas da pergunta 'S4' avaliadas com 1 ponto)</i>

PERGUNTAS 'G': Alcance geográfico, estabilidade regional e complexidade
OPORTUNIDADE ('G3')
Instruções e resultados
Lista as perguntas 'G3' avaliadas com 5 pontos: _____

Declarações de "oportunidade"
Há várias oportunidades, nomeadamente: _____
<i>(lista as áreas da pergunta 'G3' avaliadas com 5 pontos)</i>
RISCO ('G4')
Instruções e resultados
Lista as perguntas 'G4' avaliadas com 1 ponto: _____
Declarações de "Risco"
Há vários riscos, nomeadamente: _____
<i>(lista as áreas da pergunta 'G4' avaliadas com 1 ponto)</i>

PERGUNTAS 'C': Capacidade
DISPONIBILIDADE ('C2')
Instruções e resultados
Lista as perguntas 'C2' avaliadas com 5 pontos: _____

Lista as perguntas 'C2' avaliadas com 1 pontos: _____	
Resultados	Declarações de "Disponibilidade"
Não há nenhuma pergunta 'C2' avaliada com 1 ponto.	A disponibilidade das partes interessadas para iniciar TBC é boa, especialmente na área (s): _____ <i>(lista as áreas da pergunta 'C2' avaliadas com 5 pontos, se houver)</i>
Todos os outros casos.	A disponibilidade das partes interessadas para iniciar TBC é boa na área (s): _____ <i>(lista as áreas da pergunta 'C2' avaliadas com 5 pontos, se houver)</i> mas, deve ser dada especial atenção à melhoria da área (s): _____ <i>(lista as áreas da pergunta 'C2' avaliadas com 1 ponto)</i>
OPORTUNIDADE ('C3')	
Instruções e resultados	
Lista as perguntas 'C3' avaliadas com 5 pontos: _____	
Declarações de "Oportunidade"	
Há várias oportunidades, nomeadamente: _____	

<i>(lista as áreas da pergunta 'C3' avaliadas com 5 pontos)</i>
RISCO ('C4')
Instruções e resultados
Lista as perguntas 'C4' avaliadas com 1 ponto: _____
Declarações de "Risco"
Há vários riscos, nomeadamente: _____
<i>(lista as áreas da pergunta 'C4' avaliadas com 1 ponto)</i>

Exemplo de um relatório descritivo

RELATÓRIO

VIABILIDADE PARA A CRIAÇÃO DA INICIATIVA CONSERVAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA

Nome da potencial Área Protegida Transfronteiriça:

Países envolvidos:

(1) PERGUNTAS 'CR': Razão convincente para a conservação transfronteiriça

Há uma forte necessidade de TBC nas seguintes áreas (*listar as razões para a criação da iniciativa TBC conforme os resultados das perguntas 'CR1' na ferramenta de diagnóstico*):

- ...
- ...
- ...

Há várias oportunidades que podem acelerar ou ser geradas pelo processo de TB, nomeadamente (*listar as oportunidades de acordo com os resultados das perguntas 'CR3' na ferramenta de diagnóstico*):

- ...
- ...
- ...

Há vários riscos que podem retardar o processo de TB, nomeadamente (*listar os riscos de acordo com os resultados das perguntas 'CR4' na ferramenta de diagnóstico*):

- ...
- ...
- ...

(2) PERGUNTAS 'S' : Stakeholders

Há várias oportunidades que podem acelerar ou ser geradas pelo processo de TB, nomeadamente (*listar as oportunidades de acordo com os resultados das perguntas 'S3' na ferramenta de diagnóstico*):

- ...
- ...
- ...

Há vários riscos que podem retardar o processo de TB, nomeadamente (*listar os riscos de acordo com os resultados das perguntas 'S4' na ferramenta de diagnóstico*):

- ...
- ...
- ...

(3) PERGUNTAS 'G': Alcance geográfico, a estabilidade regional e a complexidade

Há várias oportunidades que podem acelerar ou ser geradas pelo processo de TB, nomeadamente (*listar as oportunidades de acordo com os resultados das perguntas 'G3' na ferramenta de diagnóstico*):

- ...
- ...
- ...

Há vários riscos que podem retardar o processo de TB, nomeadamente *(listar os riscos de acordo com os resultados das perguntas 'G4' na ferramenta de diagnóstico):*

- ...
- ...
- ...

(4) PERGUNTAS 'C': Capacidade

A Disponibilidade das partes interessadas para iniciar TBC é boa, especialmente nas áreas *(listar as necessidades de capacidade conforme os resultados das perguntas 'C2' na ferramenta de diagnóstico):*

- ...
- ...
- ...

Há várias oportunidades que podem acelerar ou ser geradas pelo processo de TB, nomeadamente *(listar as oportunidades de acordo com os resultados das perguntas 'C3' na ferramenta de diagnóstico):*

- ...
- ...

- ...

Há vários riscos que podem retardar o processo de TB, nomeadamente *(listar os riscos de acordo com os resultados das perguntas 'C4' na ferramenta de diagnóstico)*:

- ...
- ...
- ...

Apêndice F: Ferramenta de Avaliação de Desempenho

**Desenvolvimento da Área de Conservação
Transfronteiriça
FERRAMENTA DE AVALIAÇÃO DE
DESEMPENHO**

Agosto de 2013 - Versão 1.0 Resumo

CONTEÚDO

CONTEÚDO	i
LISTA DE FIGURAS	i
LISTA DE TABELAS	i
ACRÓNIMOS	i
1 ACERCA DA FERRAMENTA	
2 ESTRUTURA E METODOLOGIA	
3 COMUNICAÇÃO	

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Áreas de Conservação Transfronteiriças na África Austral	
--	--

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Avaliação de Desempenho do Desenvolvimento da TFCA – Cartão de Pontuação Equilibrada TFCA	
---	--

ACRÓNIMOS

AoA	Estatuto de Associação
BAP	Plano de Acção de Benefícios
FSS	Estratégia de Sustentabilidade Financeira
IC	Coordenador Internacional
IDP	Plano de Desenvolvimento Integrado
JCMP	Plano de Gestão Conjunta de Conservação
JOS	Estratégia Operacional Conjunta
KPA	Principais Áreas de Actuação
KPI	Principal Indicator de Desempenho
M & E	Monitoramento e Avaliação
MD	Documento de Motivação
MoU	Memorando de Entendimento
P & P	Programas e Projectos
PA	Área Protegida
PAT	Ferramenta de Avaliação de Desempenho
RoD	Registo de decisão
SOP	Procedimento Operacional Padrão
TFCA	Área de Conservação Transfronteiriça

I ACERCA DA FERRAMENTA

Os Ministérios responsáveis pela gestão dos recursos naturais e culturais na África Austral identificaram inúmeras Áreas de Conservação Transfronteira (TFCA) (ver Figura I), em que o funcionamento do ecossistema que suporta os recursos transcende as fronteiras internacionais. Os países afectados acreditam que os objectivos de áreas específicas de conservação podem ser alcançados de forma mais eficaz e eficiente através da colaboração entre as várias agências de conservação e das autoridades.

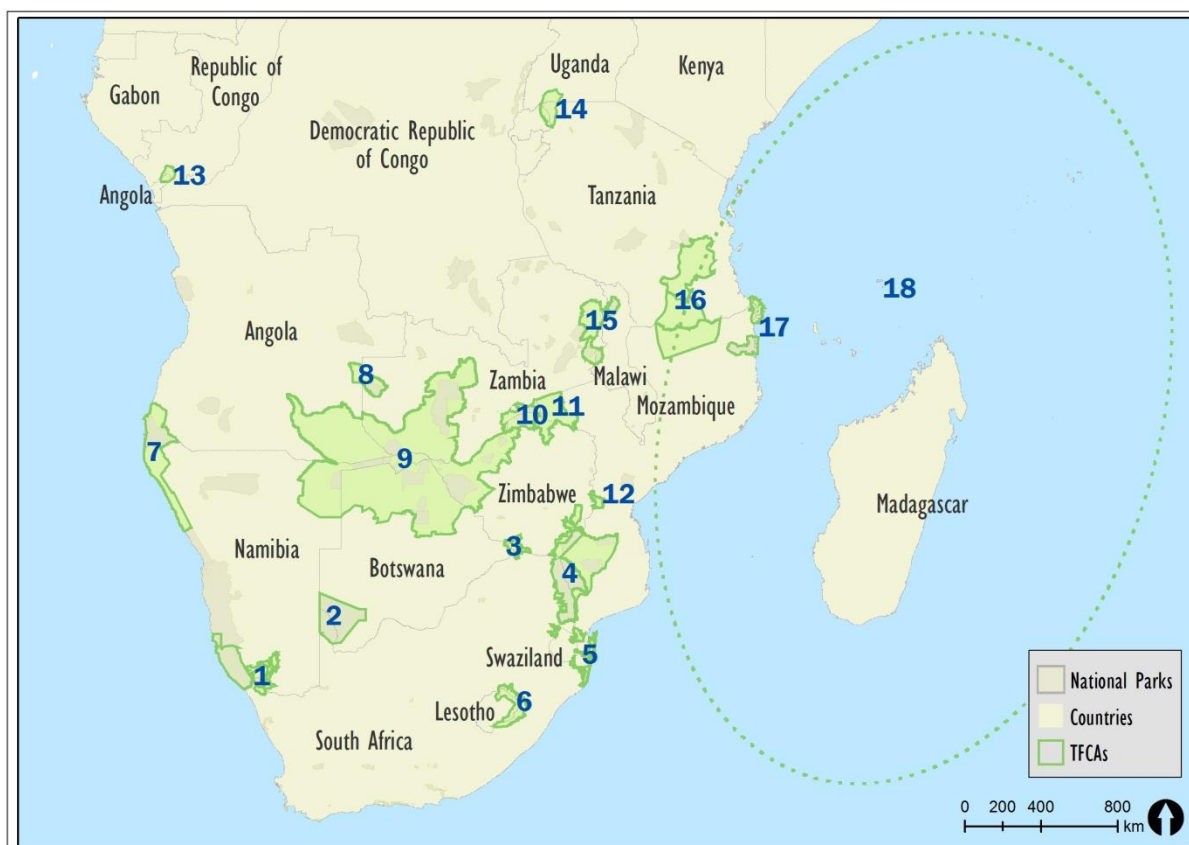


Figura I. Áreas de Conservação Transfronteiriças na África Austral

† List of TFCAs (Figure I)

- | | |
|---|---|
| 1. /Ai/Ais-Richtersveld Transfrontier Park (ARTP) | 10. Lower Zambezi-Mana Pools TFCA (LZMP) |
| 2. Kgalagadi Transfrontier Park (KTP) | 11. Zimbabwe-Mozambique-Zambia TFCA (ZIMOZA) |
| 3. Greater Mapungubwe TFCA (GMTFCA) | 12. Chimanmani TFCA (CMTFCA) |
| 4. Great Limpopo Transfrontier Park (GLTP) | 13. Maiombe Forest TFCA (MFTFCA) |
| 5. Lubombo TFCA (LTFCA) | 14. Kagera TFCA (KTFCA) |
| 6. Maloti-Drakensberg TFCA (MDTFCA) | 15. Malawi-Zambia TFCA (MAZA) |
| 7. Iona-Skeleton Coast TFCA (ISTFCA) | 16. Niassa-Selous TFCA (NSTFCA) |
| 8. Liuwa Plains-Mussuma TFCA (LPM) | 17. Mnazi Bay-Quirimbas Transfrontier Conservation Marine Area (MQTMCA) |

9. Kavango Zambezi TFCA (KAZA)

18. Western Indian Ocean TFCA

A recepção de relatórios precisos sobre a eficácia das várias intervenções realizadas no âmbito das TFCAs torna-se uma ferramenta essencial não só para os Ministros, mas também para os doadores, gestores de recursos, as comunidades afectadas e investidores. Por esta razão, foi desenvolvida uma ferramenta de avaliação pelos praticantes TFCA da maioria dos países da SADC, e foi usada em muitas TFCAs como base para os planos de desenvolvimento em que as intervenções se baseiam.

A Ferramenta de Avaliação de Desempenho T(PAT) da FCA oferece uma oportunidade para a avaliação regular do desempenho da governação em relação ao Desenvolvimento da TFCA na África Austral. Uma vez que as TFCAs são financiadas e lideradas por Estados parceiros na região, é oportuno que as avaliações sejam realizadas a fim de avaliar o desempenho das várias intervenções implementadas pelos países.

A PAT da TFCA consiste em oito Principais Áreas de desempenho (KPA), e dentro de cada KPA foram identificados vários indicadores para orientar o processo de desenvolvimento.

A PAT da TFCA oferece uma estrutura para as comunidades afectadas, autoridades públicas, gestores de recursos e parceiros de desenvolvimento, para avaliar a execução efectiva das intervenções destinadas a alcançar os objectivos definidos para a TFCA. Desta forma um instrumento de responsabilização é fornecido para todas as partes interessadas a fim de avaliar os resultados das directrizes de forma vigorosa e garantir uma óptima alocação de recursos. Sendo esta uma ferramenta com que são avaliadas as acções de governação, pode assegurar a gestão responsável das TFCAs, e fornece um modelo para a sustentabilidade da governação das TFCAs com base numa abordagem equilibrada, equitativa e inclusiva.

É crucial que os vários praticantes TFCA tenham indicadores comuns que podem ser usados para comparar as iniciativas dentro das TFCAs, bem como entre as TFCAs, já que a maior parte dos países estão envolvidos com uma ou mais TFCAs.

Uma vez que há uma escassez de dados sobre os quais as avaliações sedevem basear, a ferramenta conta com o consenso entre os países da TFCA em relação à compreensão dos indicadores. A partilha de experiências e informações permite que as TFCAs desenvolvam uma compreensão comum desses indicadores. A rede de praticantes TFCA fornece uma excelente plataforma para essa partilha.

O principal objectivo a atingir com o PAT é:

- Estabelecer o progresso na criação e desenvolvimento de TFCAs
- Estabelecer as boas práticas a partir das TFCAs que progrediram
- Compartilhar experiências com outras TFCAs
- Identificar os factores que retardaram o progresso na criação e desenvolvimento das TFCAs.

O objectivo do documento é servir como guia de referência para avaliar o desempenho das TFCAs, através da padronização de abordagens e compreensão entre os países.

2 ESTRUTURA E METODOLOGIA

A estrutura da PAT da TFCA é baseada em oito KPAs com principais indicadores de desempenho (KPI) associados, todos destinados a medir e avaliar o desempenho das TFCA a partir de uma perspectiva de superintendência ou governança. Os KPAs são:

KPA (1) - Planeamento -Conjunto – O planeamento colectivo da TFCA e o alinhamento e implementação dos planos individuais das componentes da TFCA

KPA (2)- Arranjos institucionais - Arranjos institucionais da TFCA funcionais e representativas e estruturas representativas de todas as partes interessadas e TFCA claramente delineadas com estatutos jurídicos esclarecidos.

KPA (3)- Financiamento Sustentável - Financiamento suficiente para implementar as acções com vista a atingir os objectivos previstos para a TFCA

KPA (4) - Harmonização das Políticas- A sinergia entre as políticas operacionais utilizadas pelos países parceiros, com soberania reconhecida.

KPA (5) – Dinâmica da Paisagem –Integridade restaurada e sustentável do ecossistema

KPA (6) -Gestão -Integrada - Gestão conjunta e cooperativa ("parque à parque") entre as agências de conservação dos países parceiros

KPA (7) - Desenvolvimento Integrado Implementação conjunta de estratégias de desenvolvimento regional e da TFCA

KPA (8) –Gestão do Fluxo de Benefícios - Identificação elaboração de relatórios sobreos benefícios da TFCA para a região e para a comunidade.

Os quatro primeiros KPAs de (1) a (4) são geralmente da responsabilidade de altos funcionários do governo, enquanto que os KPAs (5) e (6) são geralmente abordados por gestores de conservação dentro dos países parceiros.

KPA (7) é abordado de forma abrangente por países parceiros da TFCA que visam a criação de um ambiente favorável em que as empresas, especificamente de turismo, podem desbloquear o potencial dentro das TFCA.

KPA (8) é abordada por altos funcionários com base em informações recolhidas pelos vários sectores - gestão de recursos, empresas e as comunidades afectadas, e aborda a elaboração de relatórios sobre os benefícios que emanam do desenvolvimento da TFCA.

A PAT da TFCA é um índice composto, construído através da combinação de indicadores subjacentes de forma padronizada para fornecer uma medida de desempenho da governação em relação ao desenvolvimento da TFCA dentro e entre os vários países parceiros. Sendo um processo progressivo e consultivo, cada TFCA pode adaptar-se continuamente, acomodar as sugestões e críticas das partes interessadas, e fazer uso de dados apropriados à medida que estes são disponibilizados.

Como a governação e a fiscalização, não são directamente mensuráveis, é necessário determinar os indicadores indirectos "proxy" mais adequados de forma a reflectirem esta definição de governação.

Os praticantes TFCA decidiram que os oito KPAs cobrem os campos específicos no âmbito do desenvolvimento da TFCA que require atenção para atingir os objectivos definidos para uma específica TFCA. Em cada KPA quatro indicadores distintos e mensuráveis foram seleccionados para determinar o grau do sucesso alcançado pela TFCA.

Os KPIs foram seleccionados com base na trajectória de desenvolvimento normal para as TFCA dentro da SADC. As etapas com base nos indicadores servem como portas de fluxo, garantindo que o ambiente necessário seja criado. Ao seguir os passos lógicos descritos por cada KPI é possível ter a medida exacta dos progressos realizados no âmbito de cada KPA. Cada KPI tem variáveis que podem ser medidas de modo que

se possam obter determinações de escala mais precisas para cada indicador e o progresso seja medido de forma incremental.

Vários KPAs e KPIs são inextricavelmente interligados, e requerem atenção como uma acção paralela. Por exemplo, o KPA – o Planeamento Conjunto é dividido em quatro KPIs - Documento de Motivação; Plano de Desenvolvimento Integrado (IDP); Planos Alinhados de Áreas Protegidas; e desenvolvimento detalhado do IDP. Sem um Documento de Motivação aprovado, não seria possível obter o apoio político necessário - (KPA (2) - KPI (1.1)) - para iniciar o planeamento que visa a elaboração de um IDP. O processo necessário para preparar um IDP requer que seja dada atenção à vários outros KPAs como uma base de dados de políticas e jurídica (KPA (4) - KPI (4.1)); um levantamento da área necessária para manter e restaurar a dinâmica da paisagem (KPA (5) - KPI (5.1)).

Outros KPAs e KPIs seguem sequencialmente, e exigem que certos aspectos sejam abordados antes de iniciar o próximo KPI. Por exemplo, não é possível determinar as necessidades de financiamento sustentável da TFCA a menos que uma estratégia sustentável financeira (KPA (3) - KPI (3.2)) tenha sido preparada, depois da qual um plano detalhado (KPA3 - KPI3) deve ser preparado, seguido pela criação do mecanismo financeiro (KPA3 - KPI4) para implementar o plano.

Da mesma forma, não é fácil criar uma entidade jurídica (KPA (2) - KPI (2.4)) para a TFCA, a menos que as etapas críticas, tais como a assinatura de um Memorando de Entendimento entre os países parceiros da TFCA, seguido de um Tratado de formalização do acordos entre os países, bem como a criação de estruturas conjuntas formalizadas (KPA (2) - KPI (2.3)).

Os indicadores individuais são pontuados de acordo com marcos importantes que foram alcançados, com cada etapa sendo uma conquista clara, mensurável e verificável dentro de um KPI (ver Tabela I como exemplo de Cartão de Pontuação Equilibrada). São fornecidas pontuações para cada KPI, após as quais a pontuação total para o KPA pode ser determinada. Os oito KPAs fornecem uma pontuação total de 800, que quando por sua vez é dividida por oito, fornece uma pontuação percentual.

As pontuações individuais por KPI são determinadas pela verificação do grau em que as metas foram cumpridas dentro do KPI. Por exemplo, em KPA (2) –Arranjos Institucionais - o KPI (1.1) em que o Memorando de Entendimento (MoU) é o marco mensurável completo. Reconhece-se que este só pode ser alcançado, uma vez que várias pequenas etapas forem realizadas, o intervalo em relação ao KPI é obtido na reunião onde se discute o projecto de MoU, o primeiro projecto de MoU para discussão e revisão, até a finalização do MoU, sua aprovação e assinatura. Cada sub-etapa é claramente mensurável e, portanto, pode ser verificada e controlada pelos praticantes TFCA.

Da mesma forma, outros KPAs e KPIs podem ser medidos e seguidos da elaboração de relatórios precisos.

Desta forma, as etapas detalhadas necessárias para obter uma TFCA totalmente funcional e operacional podem ser realizadas de uma forma sistemática e estruturada.

Os praticantes TFCA servem como grupo de referência no que respeita à verificação dos resultados, e o ideal seria manter o registo desses marcos. Desta forma é possível proporcionar às partes interessadas um registo do processo subjacente ao processo de desenvolvimento das TFCA, e, portanto, evitar a necessidade de rever continuamente certos aspectos devido à mudanças na equipe de trabalho.

Um sistema de informação geográfica e uma base de dados seria ideal para capturar a pontuação e apresentá-la de forma gráfica e espacial (ver Secção 4) e também para servir como um repositório de registos e documentos.

Metas também podem ser definidas nas TFCA com base nos resultados e nos progressos realizados dentro de um período definido. Ao definir essas metas e incluindo-as no plano de negócios da TFCA específica, não só é possível determinar onde a TFCA actualmente se encontra, mas também o que a TFCA prevê ser no futuro, em passos mensuráveis e planeados.

O registo das realizações, bem como a definição de metas, serve como uma matriz de responsabilidade para os praticantes TFCA, permitindo-lhes dar um relatório sobre as actividades e realizações, bem como os planos e programas a serem realizados. Estes relatórios podem ser feitos para os Ministérios competentes

responsáveis pelo desenvolvimento da TFCA, bem como para os doadores, parceiros de cooperação internacional, as comunidades afectadas, jornalistas e outros interessados.

Tabela I: Avaliação de Desempenho do Desenvolvimento da TFCA – Cartão de Pontuação Equilibrada

KPA (I) - PLANEAMENTO CONJUNTO

No	PRINCIPAL INDICADOR DE DESEMPENHO	VARIÁVEIS	VALOR (%)	PONTUAÇÃO (Base)
I.1	Estudo de Viabilidade / Documento de Motivação para a criação da TFCA foi elaborado	Reunião/s intergovernamental para discutir a viabilidade da criação de uma TFCA e o Registo de Decisão (RoD) foi realizada.	5	
		O 'draft' do documento foi elaborado	5	
		Um Estudo de Viabilidade / Documento de Motivação foi aprovado pelos Países Parceiros	15	
		Subtotal	25	
I.2	O Plano de Desenvolvimento Integrado (IDP) foi elaborado para a TFCA	Os limites da TFCA foram definidos (consulte também o KPI 5.1)	2	
		Um quadro jurídico foi elaborado para a TFCA (consulte também o KPI 4.1)	3	
		O Engajamento das partes interessadas já se realizou	2.5	
		O 'draft' de IDP foi compilado	7.5	
		O IDP foi aprovado pelos Países Parceiros	10	
		Subtotal	25	
I.3	A componente dos planos de gestão de Áreas Protegidas (PA) de cada país foram alinhadas com o IDP	Os vários planos foram revistos	5	
		Os planos foram revistos, se necessário, foram incorporados resultados do IDP	5	
		Os planos revistos foram aprovados pelas autoridades competentes dos Países Parceiros	15	
		Subtotal	25	
I.4	O IDP aprovado para o TFCA está em implementação	O plano estratégico (5 anos) para a implementação do IDP, com indicadores de desempenho mensuráveis foi realizado	7.5	
		O plano de negócios detalhado (anual) foi realizado	7.5	
		As revisões anuais estão a ser realizadas	5	
		Os relatórios anuais para as estruturas relevantes estão a ser elaborados	5	
		Subtotal	25	
Sub-pontuação			100	

KPA(2)ARRANJOS INSTITIONAIS

No	PRINCIPAL INDICADOR DE DESEMPENHO	VARIÁVEIS	VALOR (%)	PONTUAÇÃO (Base)
2.1	O Memorando de Entendimento (MoU) foi assinado entre os Países Parceiros da TFCA	Realizaram-se debates formais entre os Países Parceiros e a RoD	2	
		O 'draft' de Memorando de Entendimento foi elaborado	3	
		O MoU foi aprovado pelos Países Parceiros	10	
		Um Coordenador Internacional (IC) foi nomeado pelo País Coordenador	3	
		Estruturas provisórias nos termos do MoU foram estabelecidas	7	
		Subtotal	25	
2.2	O Tratado ou Protocolo Operacional foi assinado entre a TFCA e os Países Parceiros	Debates formais com RoD	2	
		A equipe de elaboração do 'draft' foi nomeada	3	
		O 'draft' do Tratado foi elaborado	5	
		O Tratado final vinculativo foi elaborado	5	
		O Tratado foi assinado pelos Chefes de Estado dos Países Parceiros	10	
		Subtotal	25	
2.3	Foram criadas Estruturas Conjuntas Formalizadas para as TFCA	As estruturas foram nomeadas de acordo com o Tratado	5	
		As reuniões estão a decorrer conforme o calendário estabelecido	5	
		Os relatórios estão a ser elaborados	5	
		O Sistema de Gestão de Informação acessível e centralizado foi estabelecido com registos actualizados e documentos relativos à TFCA	10	
		Subtotal	25	
2.4	A Entidade Jurídica (se exigido pelo Tratado) foi estabelecida para a TFCA	Realizaram-se debates formais entre os Países Parceiros e a RoD	2	
		O 'draft' do Artigo da Associação (AoA) / Constituição foi elaborado	3	
		O AoA / Constituição foi aprovado pelos Países parceiros	10	
		Foram nomeados Administradores / Membros do Conselho nos termos da AOA / Constituição	5	
		As reuniões regulares conforme estabelecido pelo AoA / Constituição estão a decorrer e são feitos registos de decisão	5	
		Subtotal	25	
Sub-pontuação			100	

KPA (3) FINANCIAMENTO –SUSTAINABLE

No	PRINCIPAL INDICADOR DE DESEMPENHO	VARIÁVEIS	VALOR (%)	PONTUAÇÃO (Base)
3.1	O TFCA preparou uma Estratégia de Sustentabilidade Financeira (FSS)	A análise das melhores práticas em matéria de mecanismos de financiamento para TFCA's foi realizada	3	
		Uma análise de opções foi realizada e uma RoD foi elaborada	2	
		O 'draft' de FSS foi compilado	10	
		A FSS foi aprovada pela estrutura/s competentes da TFCA	10	
		Subtotal	25	
3.2	A TFCA desenvolveu um Plano de Implementação baseado na FSS	O plano de implementação foi elaborado e aprovado	7	
		Um grupo de trabalho / grupo tarefa foi instituído ou foram atribuídas responsabilidades claras para assegurar a implementação da FSS e implementação do plano	3	
		Foram preparadas estratégias de angariação de fundos	5	
		O financiamento foi assegurado	10	
		Subtotal	25	
3.3	Existem mecanismos para permitir uma gestão financeira eficaz da TFCA	Os mecanismos financeiros foram estabelecidas nos termos da FSS	12.5	
		Um programa de capacitação de pessoal / funcionários está preparado	12.5	
		Subtotal	25	
3.4	Estratégias estão preparadas para monitorar a sustentabilidade do financiamento e a implementação da FSS e do Plano de Implementação	Um Sistema de Monitoramento e Avaliação (M & E) foi desenvolvido e está em implementação	12.5	
		Os relatórios são elaborados e apresentados às estruturas competentes da TFCA	12.5	
		Subtotal	25	
Sub-pontuação			100	

KPA (4) – HARMONIZAÇÃO DAS POLÍTICAS

No	PRINCIPAL INDICADOR DE DESEMPENHO	VARIÁVEIS	VALOR (%)	PONTUAÇÃO (Base))
4.1	A Base de Dados Jurídicos e de Políticas está preparada para a TFCA	As políticas pertinentes e instrumentos jurídicos foram recolhidos à nível internacional, regional e nacional	12.5	
		Uma base de dados de fácil utilização e acessível está preparada	12.5	
		Subtotal	25	
4.2	A análise dos instrumentos jurídicos relevantes foi realizada em relação as operações conjuntas previstas	O grupo de trabalho / grupo tarefa foi designado	2	
		As áreas relevantes para a análise política e jurídica foram identificadas e foram elaborados termos de referência	3	
		Uma análise dos instrumentos pertinentes foram realizados e foi elaborado um 'draft' de relatório de avaliação	10	
		O Relatório de Análise Jurídica foi aprovado	10	
		Subtotal	25	
4.3	Harmonização das Políticas ou Reforma Jurídica foi realizada para auxiliar nas operações conjuntas	RoS sobre questões a serem abordadas está preparado e o âmbito do projecto / s foi definido	5	
		Foi desenvolvida estratégia/s de engajamento das partes interessadas	5	
		'Draft' da análise das políticas ou instrumentos jurídicos (especificamente Procedimentos Operacionais Padrão - SOPs)	7.5	
		Políticas ou instrumentos jurídicos aprovadas	7.5	
		Subtotal	25	
4.4	A institucionalização de políticas harmonizadas e instrumentos	As políticas harmonizadas ou instrumentos jurídicos foram comunicados entre os Países Parceiros e as partes interessadas relevantes	5	
		A base de dados jurídicos e de políticas da TFCA foi actualizada	5	
		O programa de capacitação para os funcionários relevantes está preparado	7.5	
		Os Planos, programas e estratégias operacionais conjunto foram revistos e actualizados	7.5	
		Subtotal	25	
Sub-pontuação			100	

KPA (5) - DINÂMICA DA PAISAGEM

No	PRINCIPAL INDICADOR DE DESEMPENHO	VARIÁVEIS	VALOR (%)	PONTUAÇÃO (Base)
5.1	O Levantamento das características e sobrecargas da paisagem foi realizado para a TFCA	A análise da integridade de captação / bioregional / vegetação / habitat foi realizada	7.5	
		Uma pesquisa de oneração foi realizada (por exemplo, relativas ao uso da terra e infra-estrutura)	2.5	
		Factores ambientais foram identificadas	2.5	
		O Relatório de Pesquisa foi elaborado e foram identificadas prioridades para a conservação da biodiversidade na TFCA	7.5	
		O Relatório de Pesquisa foi aprovado pela estrutura/s competentes da TFCA	5	
		Subtotal	25	
5.2	Um Plano Conjunto de Gestão de Conservação (JCMP) para Manutenção e Restauração da Dinâmica da Paisagem da TFCA foi elaborado	Os objectivos e metas de conservação foram definidos por meio de debates	5	
		O 'draft' do JCMP foi elaborado	10	
		O JCMP foi aprovado pela estrutura/s competentes da TFCA	10	
		Subtotal	25	
5.3	O JCMP está em implementação	Programas e projectos conjuntos foram desenvolvidos	10	
		Programas conjuntos e planos estão a ser implementados	10	
		Planos de gestão de componentes e programas nacionais foram actualizados e estão a ser implementados	5	
		Subtotal	25	
5.4	Foram preparadas estratégias para monitorar a saúde e a função dos ecossistemas da TFCA	Um sistema M & E de saúde e função do ecossistema foi desenvolvido e está em implementação	12.5	
		Relatórios de saúde e função do ecossistema foram elaborados e apresentados às estruturas competentes da TFCA	12.5	
		Subtotal	25	
Sub-Pontuação			100	

KPA (6) GESTÃO INTEGRADA

No	PRINCIPAL INDICADOR DE DESEMPENHO	VARIÁVEIS	VALOR (%)	PONTUAÇÃO (Base)
6.1	Foi tomada a decisão de gerir as componentes da TFCA em conjunto	Realizaram-se debates formais entre os Países Parceiros	5	
		O RoD foi elaborado	5	
		O grupo de trabalho ou grupo tarefa foi nomeado	15	
		Subtotal	25	
6.2	Um Plano Operacional Conjunto (JOS) foi desenvolvido para a TFCA	O grupo de trabalho ou grupo tarefa nomeado reuniu-se e chegou a um consenso sobre as actividades conjuntas	5	
		O 'draft' do JOS foi elaborado	10	
		O JOS foi aprovado pela estrutura / s competente da TFCA	10	
		Subtotal	25	
6.3	A Estrutura de Operações Conjuntas tal como uma Comissão de Gestão do Parque foi estabelecida	A Estrutura de Operações Conjuntas foi nomeada em conformidade com o JOS aprovado	5	
		Os funcionários foram identificados e destacados	10	
		Os Sistemas e SOPs estão a ser implementados	10	
		Subtotal	25	
6.4	Operações conjuntas estão a ser realizadas nas TFCA	Actividades conjuntas regulares são realizadas nos termos de JOS e SOPs	10	
		M & E está a ser realizado conforme o plano	7.5	
		Relatórios periódicos são elaborados	7.5	
		Subtotal	25	
Sub-pontuação			100	

KPA (7) - DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

No	PRINCIPAL INDICADOR DE DESEMPENHO	VARIÁVEIS	VALOR (%)	PONTUAÇÃO (Base)
7.1	A Estratégia de Desenvolvimento da TFCA foi elaborada abordando múltiplos usos da terra	Foi criada uma base de dados de estratégias de desenvolvimento baseadas no país e programas relevantes de colaboração relacionados com o mesmo	5	
		A Estratégia de Desenvolvimento da TFCA foi elaborada e aprovada pelas estruturas da TFCA	10	
		O plano de implementação e de angariação de fundo foi realizado	10	
		Subtotal	25	
7.2	Foi fornecido apoio para a implementação dos planos da componente PA	Identificação das necessidades de financiamento para a implementação dos Planos da PA	5	
		Preparação de propostas de angariação de fundos e assegurar o financiamento	5	
		Preparar plano/s de implementação e implementá-los em conformidade	10	
		Monitorar e elaborar relatórios sobre a implementação para as estrutura/s relevantes da TFCA	5	
		Subtotal	25	
7.3	7.3 Os produtos de Turismo da TFCA identificados estão preparados	Desenvolvimento de Produtos de Turismo da TFCA <i>In Loco</i>	7.5	
		Desenvolvimento e implementação de um programa de capacitação de pessoal	5	
		Desenvolvimento e implementação de um Sistema de Reservas integrado	2.5	
		Desenvolvimento e implementação de uma estratégia de marketing para os Produtos de Turismo da TFCA	5	
		M & E e submeter relatórios à estrutura/s competente da TFCA	5	
		Subtotal	25	
7.4	A TFCA é facilmente acessível e atraente para os investidores e turistas	Realizaram-se debates relativos à circulação de pessoas, bens e serviços e foi preparado um RoD (consultar KPA 4 para a preparação de SOPs)	7.5	
		Os Sistemas e SOPs estão preparados e a ser implementados	10	
		M & E está a ser realizado e os relatórios são elaborados e submetidos à estrutura/s competente da TFCA	7.5	
		Subtotal	25	
Sub-pontuação			100	

KPA (8) GESTÃO DO FLUXO DE BENEFÍCIO

No	PRINCIPAL INDICADOR DE DESEMPENHO	VARIÁVEIS	VALOR (%)	PONTUAÇÃO (Base))
8.1	Foi realizada uma pesquisa de base sócio-económica ou Exercício de Benchmarking para a TFCA	Foram determinados critérios mensuráveis	5	
		A pesquisa foi realizada e foi elaborado um 'draft' de relatório	10	
		O relatório de pesquisa de base foi aprovado	10	
		Subtotal	25	
8.2	Planos de Acção de Benefícios (BAP) foram compiladas para a TFCA	Estratégias específicas de alocação de benefícios às partes interessadas foram acordadas e uma RoD foi elaborada	7.5	
		O 'draft' de BAPs foi elaborado	7.5	
		BAP para a TFCA foi aprovado pelos estruturas competentes da TFCA	10	
		Subtotal	25	
8.3	Os vários BAPs estão em implementação	Os BAPs foram incorporadas em vários planos, programas e estratégias da TFCA e foram desenvolvidos projectos específicos	7.5	
		Projectos estão em implementação	7.5	
		O Financiamento foi assegurado	10	
		Subtotal	25	
8.4	Medidas e Técnicas de Monitoramento foram desenvolvidas e implementadas e foram elaborados relatórios sobre os benefícios da TFCA	Um sistema de M & E e técnicas foram desenvolvidos	7.5	
		Dados e informações são recolhidos, analisados e avaliados	7.5	
		Relatórios sobre os benefícios da TFCA são elaborados e submetidos à estrutura/s competentes da TFCA	10	
		Subtotal	25	
Sub-Pontuação			100	

RESUMO DA PONTUAÇÃO

PRINCIPAIS ÁREAS DE DESEMPENHO	VALOR (%)	PONTUAÇÃO (BASE)
KPA (1)-Planeamento Conjunto	100	
KPA (2)- KPa (2) Arranjos institucionais	100	
KPA (3)- Financiamento Sustentável	100	
KPA (4)- Harmonização de Políticas	100	
KPA (5)- Dinâmica da Paisagem	100	
KPA (6)- Gestão Integrada	100	
KPA (7)- Desenvolvimento Integrado	100	
KPA (8)- Gestão do Fluxo de Benefícios	100	
PONTUAÇÃO TOTAL (Sub-Pontuação/8)	100	

3 COMUNICAÇÃO

A apresentação das Principais conclusões recolhidas por meio do PAT da TFCA, pode fornecer várias oportunidades para a elaboração de relatórios. Isto pode ser feito através da preparação de relatórios relacionados com -

- Resultados Gerais (todas as TFCAs)
- Resultados por TFCA
- Resultados por Indicator

Os resultados gerais para todas as TFCAs podem fornecer uma ampla avaliação da região da SADC, mostrando o desempenho geral das TFCAs comparativamente em toda a região.

Os Resultados por TFCA mostram resultados específicos para cada TFCAs, cobrindo todos os KPAs e KPIs associados.

As comparações também podem ser feitas com base nos resultados por indicador, que podem ser utilizados para solicitar o apoio de doadores e parceiros de cooperação para áreas temáticas específicas. Essa avaliação pode ser usada pela região para assegurar que os esforços que requerem atenção sejam apoiados, e que os fundos não sejam utilizados ou destinados à áreas que já têm um bom desempenho. Ao abordar o elo mais fraco da cadeia de desenvolvimento da TFCA, todo o sistema pode ser mais robusto e resistente a ameaças externas.

Os três tipos de relatórios - Resultados gerais; Resultados por TFCA; Resultados por Indicator - podem ser representados graficamente e espacialmente, tornando mais fácil a avaliação do estado de desenvolvimento da TFCA na região.